

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília - SP

ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES

**NEOLIBERALISMO NO URUGUAI E AS
POLÍTICAS SOCIAIS PARA O TRABALHO DA
FRENTE AMPLA: O CASO DOS CONSELHOS DE
SALÁRIOS 2005-2010**



MARÍLIA – S.P.

2019

ALEXANDRE DOS SANTOS LOPES

**NEOLIBERALISMO NO URUGUAI E AS
POLÍTICAS SOCIAIS PARA O TRABALHO DA
FRENTE AMPLA: O CASO DOS CONSELHOS DE
SALÁRIOS 2005-2010**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Determinações do Mundo do Trabalho. Linha 03.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo

MARÍLIA – S.P.
2019

L864n **Lopes, Alexandre dos Santos**
 Neoliberalismo no Uruguai e as políticas sociais para o trabalho da
Frente Ampla : o caso dos Conselhos de Salários 2005-2010 /
Alexandre dos Santos Lopes. – Marília, 2019
 308 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientador: Anderson Deo

1. Frente Ampla. 2. Conselhos de Salários. 3. Trabalho Decente. 4.
Subdesenvolvimento. 5. Superexploração do Trabalho. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BANCA EXAMINADORA

**NEOLIBERALISMO NO URUGUAI E AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O TRABALHO
DA FRENTE AMPLA: O CASO DOS CONSELHOS DE SALÁRIOS 2005-2010**

PROF. DOUTOR ANDERSON DEO
ORIENTADOR

PROF^a. DOUTORA ANGÉLICA LOVATTO
(UNESP – MARÍLIA)

PROF. DOUTOR LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI
(UNESP – MARÍLIA)

PROF. DOUTOR ANTONIO CARLOS MAZZEO
(USP)

PROF. DOUTOR HENRIQUE JOSÉ DOMICIANO AMORIM
(UNIFESP)

Este trabalho é dedicado à memória de minha mãe, Maria José dos Santos Lopes. Ao meu pai, Ailton Cardoso Lopes. Minhas irmãs, Cristiane e Débora.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que em algum momento da vida puderam contribuir com minha formação cidadã, intelectual e militante. Primeiramente, agradeço à minha mãe, Maria José dos Santos Lopes, que infelizmente faleceu em 2012 e não poderá ver o desfecho de um ciclo, materializado neste trabalho de doutoramento. Sem a sua força e sabedoria, eu jamais teria consciência crítica e forças para poder concluí-lo. Agradeço igualmente ao meu pai, Ailton Cardoso Lopes, que trabalhou duramente mais de 16 horas por dia ao longo de mais de 30 anos. Agradeço às minhas irmãs, Débora e Cristiane, por toda a paciência e carinho comigo.

Agradeço à minha madrinha, Jô, por toda a dedicação, sobretudo após o falecimento de minha mãe, e também à memória de meu padrinho Nelson, gaúcho da região da campanha, trabalhador, atleta, sempre muito animado, que também faleceu motivado por um câncer brutal. Agradeço aos seus filhos, meus irmãos, Marcelo, Niltinho, Dan, Nina e aos seus respectivos filhos, meus sobrinhos, por sempre estarem ao meu lado e de minha família.

À Universidade Pública, por sua existência, pois sem ela eu não seria a pessoa que me tornei hoje. Devo tudo o que sou como cidadão, profissional, militante e ser-humano, à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília. Ingressei na graduação em Ciências Sociais em 1999, curso que me permitiu conhecer melhor o mundo em que vivemos, que me possibilitou o intercâmbio e a interação com outros estudantes e professores. Agradeço a todos os professores e professoras que passaram por minha formação. Sou grato ao mestrado realizado na mesma universidade, trabalho que me permitiu pesquisar o PT e suas tendências internas e que me trouxe a necessidade de ampliar os meus conhecimentos sobre partidos políticos, movimentos sociais, marxismos, sobretudo na América Latina – conhecimentos que foram concretizados com esta tese de doutoramento.

Ao Anderson Deo, orientador, amigo e camarada que contribuiu em todas as fases ao longo de meu processo de escrita, com opiniões críticas, debates, ajudando, sobretudo, na superação dos obstáculos nos momentos mais difíceis. Agradeço por sua paciência comigo e pelas nossas conversas, assim como pela sua militância, sempre ao lado dos trabalhadores, na defesa da universidade pública brasileira diante de seu quadro de desmonte.

Ao professor Paulo Cunha, orientador durante o mestrado, amigo, responsável por me dar a primeira oportunidade de realizar uma pesquisa científica, abrindo as portas de sua residência

para mim, junto de sua família. Agradeço pela contribuição importantíssima para os meus conhecimentos científicos e para o meu processo de amadurecimento intelectual, pois, sem eles, dificilmente estaria concluindo essa fase da vida.

À professora Angélica Lovatto, por suas contribuições críticas ao trabalho e por prontamente ter aceitado participar das bancas de qualificação e defesa. Por todos os debates que realizamos ao longo desses quatro anos, nos diversos espaços – seja nos seminários realizados na faculdade, no sindicato de professores e funcionários técnico-administrativos, seus aportes intelectuais sempre foram fundamentais.

Ao professor Leandro Galastri por todas as contribuições críticas ao longo desta jornada, por ter aceitado participar das bancas de qualificação e defesa, e por todos os seus esforços para garantir a realização de diversas atividades na faculdade.

Às professoras Sueli Mendonça e Maria Valéria Barbosa, e ao professor Vandei, por todas as colaborações críticas e militantes, pela defesa intransigente da universidade pública e pelas provocações intelectuais, sempre buscando a superação das dificuldades.

Ao Leonardo Reis, professor de sociologia do IFMS, Campus Jardim, grande amigo e camarada, que sempre me ajudou em diversos momentos da vida. Agradeço por me emprestar seu apartamento em Marília para que eu pudesse ter uma habitação durante o curso de doutorado, e por tornar possível minha viagem de intercâmbio à Montevideu, onde permaneci por um ano mergulhado na biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais da Udelar.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências que, ao longo desses vinte anos em que frequento a Unesp-Marília, sempre estiveram prontos para contribuir com todas as necessidades, com nossas assembleias e movimentos reivindicativos. Louvo todo o trabalho que desempenham dentro de uma realidade de desmanche e ataque à universidade, como a falta de verbas e a não contratação de novos trabalhadores, pois, mesmo sobrecarregados, sempre se demonstram fortes na superação dos ataques governamentais.

Ao professor Antonio Carlos Mazzeo por ter aceitado participar de minha banca de defesa, brindando com seus conhecimentos críticos. Professor que também participou de minha formação de graduação, acadêmica e quem me convidou para participar do NEOM junto ao seu grupo, contribuindo muito com minha formação.

Ao professor Henrique Amorim por também ter aceitado participar da banca de defesa deste trabalho, intelectual que igualmente auxiliará muito para o aprofundamento das questões referentes à esquerda latino-americana e às políticas sociais empregadas por elas.

Ao Jefferson Barbosa e sua companheira Ana Cristina, pelas primeiras orientações na formulação do projeto de pesquisa e por nossa amizade, que faço votos que se prolongue pelo resto da vida.

À professora Meire Mathias da UEM, pelos convites para participar de seu GT e pelas contribuições para a realização do trabalho.

A todos os professores que aceitaram participar, mesmo como suplementes, da banca de doutorado: Marcos Tadeu Del Roio, Milton Pinheiro e Sávio Machado Cavalcante.

Ao professor de ciência política Luis Senatore, da Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, por ter me recebido em seu país, por tudo que fez para minha estadia, pela realização de entrevistas e inserção na sociedade uruguaia.

Agradeço ao professor Fabián Carracedo da Udelar por suas contribuições críticas, pelos debates e conversas que tivemos em Montevideu no ano de 2018.

Agradeço igualmente toda comunidade acadêmica da Facultad de Ciencias Sociales, a turma de pós-graduação de 2018. A todas as funcionárias e funcionários da Udelar, da bedelía de posgrado, biblioteca, seguranças; aos estudantes que sempre organizados movimentam e resistem na facultade de ciências sociais.

Agradeço a Facultad de Educación y Humanidades, ao professor Rodolfo Porrini. Agradeço a Sandra, responsável pelos arquivos históricos do movimento operário uruguaio.

Agradeço especialmente Maribel, professora de espanhol, a mexicana mais uruguaia que eu já conheci. Agradeço todas as aulas e a amizade que carregamos juntos.

A todo povo uruguaio, aos movimentos populares, por terem me recebido no país, por me fazerem sentir em casa, por garantirem a minha segurança e bem-estar, em especial nos momentos de frio intenso na cidade de Montevideu. À Frente Ampla, por seu governo de combate à fome e à pobreza e ao PIT-CNT pela resistência e luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

À Fernanda Taís Ornelas, pelas correções ortográficas, gramaticais e toda sua dedicação e auxílio na melhoria do estilo de redação desta pesquisa. Por todas as dicas de estilos de escrita e pela possibilidade de desenvolver uma redação mais acessível.

Aos camaradas Parisi e Arnaldo, por toda amizade, pelos cafés e conversas intermináveis

em nossos encontros nas padarias paulistanas e pela militância em defesa da classe trabalhadora. Agradeço também aos camaradas do PCB por toda a resistência ao capital e organização política consciente.

Ao professor Jair Pinheiro, que sempre me ajudou com o debate crítico e a ter atenção às questões de forma e conteúdo. Agradeço pelos convites para participar dos grupos de leitura de **O Capital** e também pelas cervejas e conversas intermináveis.

Ao professor Henrique Novaes, por todas as dicas e atividades que certamente se converteram em contribuições valiosíssimas para a minha formação intelectual, assim como para o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos amigos e amigas de doutorado, pois juntos estamos superando as dificuldades impostas pelo processo histórico. Agradeço pelas nossas assembleias e pelos debates intermináveis.

Aos amigos da cidade de Marília, em especial, ao Andrey Camargo e sua companheira Dani, ao Sérgio Muzzi Filho, a Clarisse Zan, ao André Jundi, ao Felipe Moco, ao “Bob Marlinho” e sua companheira, Bertok, Mariana e Meire e a todos que me receberam por vinte anos nesta cidade.

Aos médicos e fisioterapeutas que cuidaram de mim, em especial, à Sara.

Agradeço a Luanda Rodrigues, seu companheiro Alexandre Gobetti e ao pequeno Vicente, por toda amizade, amor e carinho, que construímos ao longo destes vinte anos. Agradeço a família de Luanda que me “adotou” durante a graduação, com todo carinho e amor.

Aos professores do curso de história da UFMS, Campus Coxim, por todos os debates e contribuições acadêmicas que intercambiamos ao longo dos anos de docência. Aos novos amigos de Coxim e do Mato Grosso do Sul. À população indígena, aos artistas e poetas.

Ao IFMS, pela licença para realizar esta pesquisa de doutorado; aos professores, estudantes e técnico-administrativos por todos os debates realizados ao longo desses anos, e a toda comunidade sul-mato-grossense.

Ao Sindicato Nacional dos Servidores dos Institutos Federais (SINASEFE), em especial, à seção de Mato Grosso do Sul, que pude presidir por quatro anos, por todas as conquistas alcançadas e pelas experiências de luta, greves e resistências e pela construção de gestões democráticas no IFMS.

Milonga Cañera

Alfredo Zitarrosa

A mí me llaman peludo
Y he nacido en bella unión.
Soy uno de los que pudo
Meterle miedo al patrón
He venido caminando
Desde artigas hasta acá,
Todo el camino gritando
"viva sendic y utaa".
Con mi china y mis gurises,
Sin maleta y desarma'o
Yo vine aquí porque quise,
A mí nadie me ha manda'o.
Vine con otros setenta
Y el gobierno se asustó,
Vaya sacando la cuenta,
No pregunte quién soy yo.
No se asuste, compañero,
Si me ve mal entraza'o,
Yo como usted soy obrero,
No uso cuello almidona'o
Apenas soy un cañero
Y he nacido en bella unión,
¡cuenta conmigo, aparcerero,
Para la revolución!

RESUMO

Este trabalho pretende discutir a implementação do trabalho decente e os Conselhos de Salários no Uruguai de 2005 a 2010. A hipótese principal consiste na incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade. Perguntamos se é possível superar a injustiça social, a desigualdade e implementar o trabalho decente por meio da negociação coletiva, aos moldes da OIT (1998). A abordagem teórica recai sobre as obras de Karl Marx e aos representantes da Teoria Marxista da Dependência. Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vivían Trías nos anos 1970 no intuito de explicarem o significado do caráter do desenvolvimento desigual e combinado e a superexploração do trabalho dos países latino-americanos abordaram os processos de extração de mais-valia em direção aos países desenvolvidos. Quando a Frente Ampla chegou à presidência da república no Uruguai criaram planos e programas de combate a fome e a extrema pobreza, reinseriram a política de Conselhos de Salários e implementaram o trabalho decente através do aumento salarial e proteção social aos trabalhadores. A resposta encontrada pelos investidores internacionais foi a inserção de novas tecnologias, a manutenção da existência de um exército industrial de reserva e a precarização laboral.

Palavras-chave: Frente Ampla. Conselhos de Salários. Trabalho Decente. Subdesenvolvimento. Dependência. Superexploração do Trabalho.

ABSTRACT

This work aims to discuss the implementation of decent work and the Uruguayan Wage Councils from 2005 to 2010. The main hypothesis is the structural incompatibility between accumulation and equity. We ask whether it is possible to overcome social injustice and inequality and implement decent work through collective bargaining, along the lines of the ILO (1998). The theoretical approach is based on the works of Karl Marx and the representatives of the Marxist Theory of Dependence. Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini and Vivián Trías in the 1970s to explain the meaning of the character of unequal and combined development and the overexploitation of labour in Latin American countries addressed the processes of extracting surplus value towards developed countries. When the Broad Front came to the presidency of the Republic in Uruguay, they created plans and programs to combat hunger and extreme poverty, reinserted the policy of Wage Councils and implemented decent work through wage increases and social protection for workers. The response found by international investors was the insertion of new technologies, the maintenance of the existence of an industrial reserve army and the precariousness of labor.

Keywords: Broad Front, Wage Councils, Decent Work, Underdevelopment, Dependency, Over-exploitation of Work.

RÉSUMÉ

Ce travail s'occupe de discuter la mise en place du travail décent et les Conseils de Salaires au Uruguay de 2005 jusqu'à 2010. L'hypothèse principale consiste dans l'incompatibilité structurelle entre l'accumulation et l'équité. Nous demandons si c'est possible surmonter l'injustice sociale, et l'inégalité et déployer le travail décent par la négociation collective, sur le format de l'OIT (1998). L'approche théorique incombe aux oeuvres de Karl Marx et aux représentants de la Théorie Marxiste de la Dépendance. Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini et Vivián Trías dans les années 1970 dans l'ordre d'expliquer le sens du caractère du développement inégal et combiné et surexploitation du travail des pays d'Amérique latine ont abordé les processus d'extraction de la plus-value vers les pays développés. Quand la Front Wide a atteint la présidence de la république au Uruguay ont créé des plans et des programmes de lutte contre la faim et l'extrême pauvreté, réinséré la politique du Conseil des salaires et mis en œuvre le travail d'augmentations de salaire et protection sociale des travailleurs. La réponse trouvée par les investisseurs internationaux a été l'insertion de nouvelles technologies, le maintien de l'existence d'une armée de réserve industrielle et la précarité du travail.

Mots-clés: Front large. Conseils Salariaux. Travail Décent. Sous-développement. Dépendance. Surexploitation du Travail.

LISTA DE SIGLAS

AFE – Administración de Ferrocarriles del Estado

AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho/Congresso de Organizações Industriais

ANCAP – Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Pórtland

ALCA – Área de Livre Comércio entre as América

AMDET – Administração Municipal de Transportes

BM – Banco Mundial

BPS – Banco de Previsión Social

BSE – Banco de Seguros del Estado

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CGTU – Confederación General del Trabajo del Uruguay

CIESU – Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay

CINVE – Centro de Investigaciones Económicas

CIOSL – Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres

CNT – Convención Nacional de Trabajadores

COFE – Mesa Sindical Coordinadora de Entes Autónomos e a Confederación de Organismos de Funcionarios del Estado

COMASPO – Comisión de Asuntos Políticos de las Fuerzas Armadas

CONAPRO – Concertación Nacional Programática

CONAPROLE – Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite

COPRIN – Comisión de Productividad, Precios e Ingresos

COSENA – Consejo de Seguridad Nacional

CS – Conselhos de Salários

CSU – Confederación Sindical del Uruguay

CTU – Central de Trabajadores del Uruguay

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FA – Frente Ampla

FFAA – Forças Armadas

FIDEL – Frente Izquierda de Liberación

FMI – Fondo Monetário Internacional
FORA – Federación Operaria Regional Argentina
FORU – Federación Obrera Regional Uruguayana
IECON – Instituto de Economía
IMS – Índice Médio de Salários
INE – Instituto Nacional de Pesquisa
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IVA – Impuesto Valor Agregado
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MLN -T – Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros)
MRO – Movimiento Revolucionario Oriental
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NE – Nuevo Espacio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações não Governamentais
OPP – Oficina de Planejamento y Presupuesto
ORIT – *Organización Regional Interamericana de Trabajadores*
PC – Partido Colorado
PCU – Partido Comunista Uruguayo
PDC – Partido Demócrata Cristiano
PE – Poder Ejecutivo
PIB – Produto Interno Bruto
PIT – Plenario Intersindical de Trabajadores
PIT-CNT – Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores
PN – Partido Nacional
PND – Plan Nacional de Desarrollo
PS – Partido Socialista
ROE – Resistencia Obrero Estudiantil
TVM – teorema do votante mediano
UBD – Unión Blanca Democrática

UDC – Unión Democrática Cristiana

UDELAR – Universidad de la República Uruguay

UE – União Europeia

UGT – Unión General de los Trabajadores

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USU – Unión Sindical Uruguaya

UTAA – Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de emprego geral e por sexo (%).....	2144
Tabela 2 - Taxa de desemprego geral e por sexo (%).....	2144
Tabela 3 - Evolução do SMN mensal nominal e real (valores em moeda nacional do Uruguai).	21515

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
PARTE I – A INCOMPATIBILIDADE ESTRUTURAL ENTRE EQUIDADE E ACUMULAÇÃO NA HISTÓRIA URUGUAIA DO SÉCULO XX	27
CAPÍTULO I – CARÁTER DO CAPITALISMO NO URUGUAI	27
1.1. Imperialismo e o subdesenvolvimento latino-americano	27
1.2 A questão nacional uruguaia.....	38
1.3 O Batllismo – 1900 a 1930.....	45
1.4. O Neobatllismo.....	56
CAPÍTULO II – A UNIFICAÇÃO DA ESQUERDA URUGUAIA E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA	73
2.1. A teoria da revolução da esquerda uruguaia.....	73
2.2. A unificação do movimento sindical e a criação da Frente Ampla.....	88
2.3. A centralidade do trabalho e a negociação coletiva	98
2.4. A negociação coletiva no Uruguai.....	100
CAPÍTULO III – IMPLANTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO URUGUAI	112
3.1. A ditadura civil-militar e o processo de liberalização econômica.....	112
3.2. O processo de democratização, PIT-CNT e a negociação coletiva.....	124
3.3. O neoliberalismo e a negociação coletiva (1990-2004)	131
3.4. Balanço das políticas neoliberais.....	141
PARTE II – AS DIMENSÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL URUGUAIA	153
CAPÍTULO IV – A CHEGADA AO PODER DA FRENTE AMPLA – ENCONTRO PROGRESSISTA – NOVA MAIORIA, AS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS (2005-2010)	153
4.1. O problema	153
4.2. As transformações programáticas e a chegada ao poder da Frente Ampla- Encontro Progressista-Nova Maioria	157
4.3. O primeiro governo da Frente Ampla-Encontro Progressista-Nova Maioria e as políticas sociais de combate à pobreza e a indigência 2005-2010.....	173
4.4. Pós-neoliberalismo no Uruguai? As novas diretrizes internacionais para políticas sociais e a flexibilização do trabalho.....	188
CAPÍTULO V – A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E OS CONSELHOS DE SALÁRIOS	203
5.1 A sociedade salarial e a superexploração do trabalho	203
5.2 O trabalho decente a as políticas sociais para o trabalho	203

5.3 Os Conselhos de Salários 2005-2010	218
5.4 A precarização do trabalho e as terceirizações	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS	268
APENDICE I	285
APENDICE II	290
APENDICE III	297
APENDICE IV	307

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível registrados a partir da crise do fim da década de 1960, assim como as mudanças ocorridas no cenário político internacional, tiveram repercussões gigantescas na realidade uruguaia. Com o fim do Estado uruguaio como árbitro dos conflitos trabalhistas; a liberalização da economia e a equiparação dos preços das mercadorias nacionais a das internacionais; as altas taxas de juros; a política de privatizações; e o congelamento dos salários, somados com a crise de 2002, o Uruguai chegaria a ter aproximadamente 40% de sua população em situação de indigência e extrema pobreza, conforme os dados disponibilizados pela Frente Ampla (FA), além dos dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹ sobre o trabalho em escala internacional.

Os impactos sobre a organização da esquerda, colocaram-na em condição de oposição às políticas neoliberais impostas pelos partidos tradicionais, aqui entendidos como o Partido Nacional e o Partido Colorado, que se revezaram no poder até 2004. Tal oposição somada a um processo de moderação programática, com a ênfase no aprofundamento da luta por democracia e pelos direitos humanos como novas expressões de ação da esquerda, além da ampliação do leque de possibilidades nas alianças políticas eleitorais, representaria os dois requisitos da estratégia da FA nessa conjuntura, ou seja, moderação e política de alianças. Essa nova roupagem da FA permitiu que, em 31 de outubro de 2004, o médico, Tabaré Vázquez, ganhasse as eleições presidenciais do Uruguai e iniciasse um processo de mudanças na legislação social e trabalhista, com a implementação do trabalho decente e da negociação coletiva.

Vázquez foi eleito em 2004, após duas tentativas frustradas em 1994 e 1999. Para a esquerda, a vitória eleitoral foi o coroamento de um processo de acordos iniciados em 1910, registrados inicialmente na aliança dos socialistas com os liberais. O processo de acordos, as greves

¹ Os dados publicados no Relatório “*Tendencias Mundiales del empleo 2014*” da OIT apontam para uma situação de alerta para com o futuro do mundo do trabalho. Segundo a OIT (2014 p.3-4-5): se calcula que em 2013 o número de pessoas desempregadas se situou perto de 202 milhões de pessoas um aumento de quase 5 milhões de pessoas, em relação ao número anterior[...]. Se a tendência se mantém, o desemprego mundial seguirá piorando, ainda que de forma gradual, chegando a 215 milhões de pessoas em 2018[...] Os jovens continuam sendo os mais afetados por esta recuperação fraca e desigual. Calcula-se que em 2013, cerca de 74,5 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados, quase um milhão a mais que no ano anterior [...] O emprego vulnerável, a saber, o emprego por conta própria e aquele desempenhado por trabalhadores familiares auxiliares, representa cerca de 48% do total de empregos [...] Se calcula que em 2013, 375 milhões de trabalhadores (ou 11,9 por cento do total de empregados) viviam com menos de 1,25 dólares americanos por dia e 839 milhões (ou 26,7% do total de empregados) com dois dólares por dia, ao menos.

solidárias e, sobretudo, a necessidade de ganharem o poder político por via eleitoral fizeram com que, em 1971, fosse realizada a unificação da esquerda uruguaia, tanto em âmbito partidário como sindical, com a formação da Frente Ampla e a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT). Cabe ressaltar que esta última, após a abertura política, com o fim da ditadura civil-militar, passaria a se chamar Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT).

Para eleição de 2004, a FA, que já havia realizado uma aliança com o setor político chamado Encontro Progressista (EP) nos anos 1990 – setor moderado ligado ao pensamento católico –, realizaria essa associação novamente, com a tendência política liderada por Rafael Michelini, o *Nuevo Espacio* (NE), também crítica às posições socialistas e revolucionárias –fato que resultou na desfiliação de militantes frenteamplistas descontentes com o arco de alianças e com a moderação programática e política, culminando com a formação do *Partido Independiente* (PI). Ao final, com as alianças formadas, seria consagrada a fórmula eleitoral para 2004: Frente Ampla – Encontro Progressista – Nova Maioria.

A presente tese de doutoramento tem como objetos gerais apresentar as políticas sociais e para o trabalho da Frente Ampla no primeiro mandato do presidente Tabaré Vázquez, bem como realizar uma análise do Estado uruguaio sob a luz do neoliberalismo. Entretanto, nossos objetivos específicos estão centrados no debate a respeito da reintrodução da *negociação coletiva* plasmada nos Conselhos de Salários (CS) de 2005 a 2010, no Uruguai. Pretendemos, todavia, oferecer aspectos teóricos do marxismo na América Latina, analisar e conhecer feições da esquerda uruguaia e os partidos que a compõem, além do sistema de partidos e sua representação legislativa.

Contudo, nosso problema principal pode ser entendido na seguinte questão: é possível de fato superar a *injustiça social*, a *desigualdade* e implementar o chamado trabalho decente², com a prática denominada como negociação coletiva inserida no Uruguai, que foi proposta inicialmente a partir das concepções estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)?

² Segundo a OIT, o “Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998): (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.” Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>. Data de acesso: 20 de maio de 2017.

Conforme a **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho** (1998)³, foram estabelecidos três elementos que serviriam de fundamentos básicos para constituir o seu compromisso estratégico com a promoção de prática de negociação coletiva: a promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho decente. Por outro lado, ao estudarmos a história nacional uruguaia e latino-americana, nos deparamos com os trabalhos da escola da Teoria Marxista da Dependência (TMD), representados nesta pesquisa, principalmente, por Ruy Mauro Marini. Do trabalho do referido autor, **A Dialética da Dependência**, extraímos as teses do subdesenvolvimento latino-americano e da superexploração do trabalho, para explicarmos as desigualdades sociais presentes no Uruguai e nos países latino-americanos de maneira geral. Theotônio dos Santos (1971) nos ensina que as desigualdades sociais são originadas a partir do intercâmbio desigual e combinado. Os países subdesenvolvidos, como produtores e exportadores de mais-valia, por meio do endividamento exterior, do pagamento de juros e o controle monopolístico de sua produção interna pelos países desenvolvidos. Encontramos em Vivían Trías, representante da (TMD) no Uruguai, conforme Couriel⁴, as referências para compreendermos a história do subdesenvolvimento uruguaio e a história de seu capitalismo dependente, descritas e analisadas em diversas obras desse autor.

Todavia, para podermos explicar o caráter do subdesenvolvimento e dependência expostos nas obras dos autores citados, a princípio buscamos em Marx (1975), a compreensão da teoria do valor, do processo de acumulação capitalista e, fundamentalmente do processo de extração de mais-valia, ou seja, dos excedentes gerados pelo trabalhador e não pagos a ele. Encontramos em Lenin, por outro lado, com seu trabalho, **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, a discussão de como se dão os mecanismos de formação de monopólios, cartéis e trustes, o problema da exportação de capitais, das guerras de redivisão do mundo, isto é, das formas contemporâneas que o capital assume no século XX. Formas que, por meio da união dos capitais da indústria com os bancários, criariam uma classe parasitária: a dos indivíduos que vivem única e exclusivamente de juros.

³ Segue link de documento para um maior aprofundamento do debate estabelecido pela OIT. https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Data de acesso: 26 de abril de 2017.

⁴ Segundo Alberto Couriel, Vivían Trías foi o principal representante da teoria do subdesenvolvimento no Uruguai. Líder revolucionário, pertencente ao Partido Socialista foi responsável pela mudança programática em seu partido e a adoção do marxismo-leninismo como fontes teóricas e práticas. Para mais informações consultar: TRÍAS, Vivían. Banca y neoliberalismo en el Uruguay. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

No Uruguai, o subdesenvolvimento, a partir do método de Lenin (1987), pode ser entendido por meio de Vivián Trías (1989) em sua análise sobre a morfologia do atraso. Explica-nos que se trata da análise do tema do latifúndio e suas principais fontes de extração de mais-valia e exportação de capitais para os países desenvolvidos. Portanto, conclui Trías (1989), que o Uruguai cumpre com a função de fornecedor de carnes baratas, lã e cereais. O latifúndio aparece em seu trabalho como eixo fundamental para o subdesenvolvimento do país.

Nosso questionamento das premissas estabelecidas pela OIT (1998) advém da hipótese central desta pesquisa, que é a incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade. Como se chega a essa tese? Da forma como entendemos, produção, troca e consumo são momentos político-econômicos necessariamente articulados, em que o valor se produz e se reproduz, e nos quais está também a fonte da desigualdade. Se o Estado amplia suas funções, se apropria do valor socialmente criado e realiza regulação econômica e social, isso não significa a eliminação das condições de produção e reprodução da desigualdade. Segundo Marx (1975), o que move o capital é a busca de lucros, ou seja, a extração do máximo de mais-valia, a partir dos processos de trabalho que integram a formação do valor das mercadorias, o qual se realiza na esfera da circulação.

Para alcançarmos nossos objetivos nos propomos, sobretudo, a analisar a negociação coletiva através dos Conselhos de Salários no Uruguai de 2005 a 2010, considerando nossa hipótese secundária, que consiste na percepção de que na América Latina, a proposição e formulação de políticas públicas e sociais que intencionam promover a negociação coletiva e o trabalho decente, contém em sua própria dinâmica as contradições trazidas pelo capital, isto é, as formas de trabalho precárias. Observamos que as diretrizes de programas, projetos e políticas buscam atender às reivindicações históricas dos trabalhadores, representados por sua Central Sindical, o PIT-CNT, mas, por outro lado, adequam-se ao máximo às exigências do grande capital e das premissas neoliberais, com a manutenção de um exército industrial de reserva e com a precarização constante do trabalho, de acordos com os termos de Marx (1975).

As políticas sociais, segundo Behring e Boschetti (2006), são originárias não só das transformações determinadas no trânsito da fase concorrencial do capitalismo à fase monopolista, ocorrido na passagem do século XIX para o XX, mas também pela dinâmica das lutas políticas que se expressam nos processos de ampliação dos direitos sociais, apresentando, assim, um caráter dual e contraditório. As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos, e até mesmo respostas e formas de enfrentamento, às expressões multifacetadas

da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Nesse contexto, para Paiva e Ouriques (2009), a ideia de uma plenitude de direitos sociais, por meio da promoção de políticas sociais, programas e projetos, que visam a incorporação da classe trabalhadora no mundo do trabalho, pautado numa perspectiva do trabalho decente, por exemplo, torna-se improvável no capitalismo, tanto aquele operado nos países centrais e, muito mais nos países periféricos do capitalismo, como nos países latino-americanos. Nesse sentido, as políticas sociais ganham lugar na agenda pública sob a forma de ações focalizadas e respostas fragmentadas para o enfrentamento das expressões da questão social, e se organizam de acordo com as exigências da acumulação do capital – característica do capitalismo dependente, uma forma particular de desenvolvimento. Assim, observa-se que as expressões da questão da política social na América Latina são decorrentes do próprio mecanismo que assume a economia capitalista na periferia do sistema mundial, engendrando uma formação social com níveis subumanos de desigualdade e uma ampla reserva de mão-de-obra disponível.

As políticas sociais para o trabalho no Uruguai, ao passo que são regulamentadas pelo governo da Frente Ampla e possuem tendência a favorecerem os trabalhadores, por meio do aumento do salário mínimo, da proteção ao desemprego e da assistência social, recebem, entretanto, a resposta dada pelos capitalistas e investidores estrangeiros. Tal resposta é o investimento em novas tecnologias e técnicas laborais, diminuindo a necessidade de contratação mão-de-obra e aumentando a produtividade do ramo industrial envolvido, assim como a precarização do trabalho, mediante a criação de “novos” postos de trabalho e “novos” trabalhadores, com tarefas diferentes, sobretudo no setor rural, dando continuidade à lógica da superexploração do trabalho, por meio da troca desigual, que tem circunscrito o processo de informalização do trabalho.

No primeiro capítulo pretendemos trabalhar o caráter do capitalismo uruguaio e a história de seu subdesenvolvimento e dependência externa, discutindo inicialmente o primeiro ciclo de desenvolvimento capitalista sob a forma mercantilista. Os dois governos de José Batlle y Ordóñez foram os responsáveis pela consolidação do estado uruguaio e pela garantia dos direitos trabalhistas, acompanhando sempre as inovações realizadas na Europa. Através dos trabalhos Vivían Trías, dos teóricos do subdesenvolvimento e autores latino-americanos, discutimos as disputas das classes dominantes, seus sucessivos golpes de Estado e seu caráter autocrático. A

busca pela compreensão entre a incompatibilidade estrutural, entre equidade e acumulação, entendemos que pode ficar evidente na análise dos projetos e rumos políticos traçados ao Uruguai por suas elites políticas. Este primeiro capítulo tem como objetivo específico trazer à tona o debate sobre a Revolução Burguesa uruguaia e seu caráter entreguista. Descrevemos e analisamos, igualmente, a introdução das políticas de substituição de importações e a negociação coletiva com os Conselhos de Salários, e sua fase de declínio com o esgotamento desse modelo político.

No segundo capítulo abordamos as teses trabalhadas pelo Partido Comunista do Uruguai e o processo de unificação da esquerda desse país. Discutimos a influência da Terceira Internacional no pensamento de ações da esquerda e realizamos uma análise dos resultados de Congressos e Encontros das diversas tendências políticas. Analisamos documentos sobre as primeiras formas de propriedade e trabalho e sua evolução no decorrer das décadas. O objetivo específico deste capítulo é realizar a demonstração da reação da esquerda frente aos impactos da dependência externa, do subdesenvolvimento e da superexploração do trabalho, além dos principais aspectos da luta de classes e sua resistência no mundo trabalho, com a análise dos primeiros Conselhos de Salários.

No terceiro capítulo discutiremos o processo de golpe de Estado de 1973, que culminaria com a ditadura cívica-militar: a dura repressão sobre a esquerda em geral e a retirada de direitos dos trabalhadores. Descrevemos o processo de americanização da economia, da política e da vida social uruguaia, com a finalização do processo de abertura da economia e o fim da proteção da indústria nacional. Apresentamos, da mesma forma, o processo de abertura política com a fim da ditadura e analisamos os governos da era neoliberal. Ademais, discutimos o papel da esquerda nesses anos e seu processo de modificações internas. Por fim, através dos dados oficiais, sindicais e acadêmicos, revelamos um balanço das políticas neoliberais e os seus impactos sobre o mundo do trabalho.

Já a segunda parte desta pesquisa está destinada à análise do primeiro governo da Frente Ampla, as políticas trabalhistas implementadas e a negociação coletiva. Logo no quarto capítulo analisamos a chegada da Frente Ampla ao poder de Estado, sua política macroeconômica, as transformações produtivas oriundas dos investimentos internacionais e a nova lógica produtiva, organizada a partir de cadeias produtivas, assim como as concepções e debates estabelecidos pela OIT e Cepal sobre o processo de implementação de políticas de combate à extrema pobreza e à indigência, e de proteção ao trabalho, além do significado da expressão pós-neoliberalismo.

Avaliamos os principais programas governamentais e seus aspectos políticos, econômicos e sociais sobre a classe trabalhadora. Descrevemos e analisamos as mudanças ocorridas no seio da esquerda frenteamplista em seu primeiro governo, sob a presidência de Tabaré Vázquez, com o propósito de demonstrar nossa tese secundária, que consiste na percepção de que na América Latina, a proposição e formulação de políticas públicas e sociais que intencionam a promover a negociação coletiva e o trabalho decente, contém em sua própria dinâmica as contradições trazidas pelo capital, isto é, formas de trabalho precárias. Nosso objetivo específico estará centrado na análise dos principais programas e políticas voltadas ao trabalho.

No quinto e último capítulo, na busca de nossa hipótese central, da incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, analisaremos os Conselhos de Salários de 2005 a 2010 e seus efeitos sociais sobre a classe trabalhadora, como também avaliaremos os resultados da implementação do trabalho decente e da negociação coletiva. Descrevemos e analisamos os principais aspectos da negociação coletiva e do trabalho decente no Uruguai e buscamos compreender se, de fato, os objetivos estratégicos da OIT (1998) foram alcançados: *a promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho decente*. Analisamos a existência de um exército de reserva uruguaio e as formas de precarização laborais impostas pelo capital imperialista, como fonte de incrementar sua lucratividade e extração de mais-valia. O objetivo específico do capítulo é demonstrar o caráter que o capitalismo dependente e subdesenvolvido assumiu frente ao governo de esquerda, e a não superação desses entraves em seu desenvolvimento interno.

PARTE I – A INCOMPATIBILIDADE ESTRUTURAL ENTRE EQUIDADE E ACUMULAÇÃO NA HISTÓRIA URUGUAIA DO SÉCULO XX

CAPÍTULO I – CARÁTER DO CAPITALISMO NO URUGUAI

“O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador”.

(MARX, 2004, **Manuscritos Econômicos Filosóficos**, p. 82).

1.1. Imperialismo e o subdesenvolvimento latino-americano

O problema que suscitou esta pesquisa refere-se à problemática da incompatibilidade estrutural entre a equidade e a acumulação dentro de um espectro que envolva a questão do trabalho no Uruguai. Tal espectro, aqui colocado como a prática dos Conselhos de Salários, plasmados na política de negociação coletiva, elaborada e proposta, a princípio, por organismos internacionais, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Somado a isto, temos, ao mesmo tempo, a problemática da história do subdesenvolvimento latino-americano, mais especificamente, o subdesenvolvimento uruguaio e a sua subordinação econômica e tecnológica aos centros imperialistas. Portanto, em posse de informações e de visões antagônicas, como o discurso da OIT (1998) e os conceitos dos estudiosos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), questionamos se, de fato, a concepção da OIT, de que a prática de negociação coletiva pode alcançar seus objetivos centrais, os quais são *a promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho decente*.

Cabe ressaltar que, partimos da hipótese que o Uruguai e, especialmente, a América Latina se desenvolveram sob influência direta do imperialismo dos países capitalistas industrializados. Desta forma, o desenvolvimento da América Latina, ou melhor, a história de seu subdesenvolvimento, é decorrente da exportação de capital imperialista e da exploração desses países capitalistas em nossa região.

Iniciamos a investigação com Lenin (1987) que, em sua obra, **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**, discute o fato de o imperialismo estar configurado por meio da fusão do capital produtivo com o capital financeiro, ou seja, da união dos capitais da indústria e do setor bancário. Assim, a exportação desses capitais assume importância significativa ao lado da exportação de mercadorias. De acordo com Lenin, a acumulação desses capitais se realiza por meio da criação de monopólios, cartéis e trustes e pela existência de uma divisão mundial em esferas de

influência, criadas pelas grandes potências capitalistas. Por fim, o político e pensador russo conclui a sua tese com a verificação da possibilidade de uma luta intercapitalista, com o intuito de realizar uma nova divisão do mundo e das zonas de influência de cada potência capitalista.

Entendemos que este processo de união entre os capitais da indústria e bancário assumiria, na fase imperialista do capitalismo, importância superior à relação estabelecida entre produção e troca de mercadorias. No Uruguai, este processo de introdução de capitais imperialistas está marcado em sua história desde suas origens, tendo em vista que ele se desenvolve sob a dependência externa, tanto econômica como tecnológica, que lhe destinaria um caráter de atraso, subordinação e, conseqüentemente, de pobreza, em comparação aos países da Europa, Estados Unidos e Japão.

Para compreensão das questões sobre o subdesenvolvimento do Uruguai e sobre a sua integração ao mercado mundial à luz do imperialismo – do modo como ele é definido por Lenin (1987) –, é possível recorrer à obra de Ruy Mauro Marini, **Dialética da Dependência** (2005), que aborda a dependência das economias latino-americanas, por meio dos conceitos de troca desigual e da superexploração do trabalho, frente ao imperialismo dos países desenvolvidos. Em outra obra referencial do autor, **Subdesenvolvimento e Revolução** (2004, p. 47), encontramos a seguinte afirmação: “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial”. Portanto, para o autor, os conceitos de troca desigual e superexploração do trabalho representam a maneira pela qual as economias latino-americanas estão submetidas ao imperialismo dos países desenvolvidos, sobretudo ao da Inglaterra, e depois ao dos Estados Unidos, e como desenvolveram as suas economias dependentes⁵.

No Uruguai, o subdesenvolvimento, a partir do método de Lenin (1987), pode ser entendido por meio da enumeração de algumas características centrais, que Vivián Trías (1989, p. 188), com base nos escritos de Paul Baran⁶, chama de morfologia do atraso. Em suma, esta morfologia do atraso representaria a análise do tema da grande propriedade territorial, ou seja, do latifúndio, possuindo como principais fatores: a) as chamadas *economias externas*: portos, ferrovias, estradas; b) o capitalismo mercantil trustificado com o monopólio do comércio exterior e interior dos

⁵ Mantega (1984), ao discutir as ideias de Ruy Mauro Marini, enfatiza que o aprofundamento de suas teses desenvolvidas são uma continuidade daquilo que Gunder Frank e Caio Prado Jr. haviam pensado sobre a incorporação da América Latina às economias dos países desenvolvidos no século XVI.

⁶ Vivián Trías buscou a partir da leitura de Paul Baran elementos para explicar as possíveis causas de entendimento das desigualdades sociais dentro da esfera da economia mundial. Para mais informações, compartilhamos a referida obra: BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

principais setores; c) a indústria monopolista; e d) o sistema bancário.

O autor justifica que, no caso uruguaio, a estrutura do subdesenvolvimento e do atraso estão ordenadas em torno de um eixo que é o latifúndio. Em sua visão, a separação entre nações opressoras e nações oprimidas fundamenta-se em uma divisão internacional do trabalho, de acordo com os interesses das metrópoles. Portanto, para Trías (1989), nesta divisão internacional do trabalho, o Uruguai, considerado como um componente no mercado internacional, cumpre com a função de fornecer carnes baratas, lã e cereais. O latifúndio aparece, em seu trabalho, como eixo fundamental para o subdesenvolvimento do país. Assim, o autor apresenta o seguinte esquema para demonstrar as principais características deste processo histórico subordinado ao latifúndio:

- 1) Monocultura: suas exportações estão constituídas por um, ou dois, ou três produtos minerais ou agropecuários. É o que se qualifica como ‘matérias primas’.
- 2) Dependência hipersensitiva com respeito ao mercado exterior.
- 3) Relação de intercâmbio desfavorável em larga perspectiva.
- 4) Fatores fundamentais da economia em mãos do capital estrangeiro.
- 5) Débil e deformado desenvolvimento industrial.
- 6) Renda per capita relativamente baixa, ou muito baixa (TRÍAS, 1989, p. 176).

A primeira razão encontrada por Trías (1989) para justificar que o latifúndio representa, de fato, o elemento central do atraso nacional uruguaio e latino-americano, se apresenta relacionada à vinculação orgânica da produção agropecuária com o mercado internacional e este vínculo estaria baseado na dependência total do consumo de maquinarias, insumos e tecnologias dos países desenvolvidos. Em seu texto, aparece a problemática de que as chamadas economias externas, compostas pelos serviços indispensáveis ao funcionamento da produção e escoamento dos produtos primários – como transportes, seguros e fontes energéticas –, estariam, em sua totalidade, em posse de companhias estrangeiras, sobretudo inglesas e, posteriormente, norte-americanas.

Assim, a compreensão do pensamento do autor, em primeiro lugar, nos leva a conhecer que esta dominação dos serviços essenciais e do mercado interno dos países subdesenvolvidos representaria e, ainda representa, uma das formas de extração de mais-valia, que o processo de expansão capitalista encontra para ampliar cada vez mais o seu poder que, por meio da luta interimperialista, juntamente à partilha do mundo subdesenvolvido e subjugado pelo capital, resultaria em fontes inimagináveis de lucros.

Os setores de serviços para a produção e escoamento dos produtos oriundos da agropecuária

ficariam exclusivamente sob a posse de empresas estrangeiras, especialmente inglesas. Nos países desenvolvidos, como os países do continente europeu, Estados Unidos e Japão, as ferrovias constituiriam a rede de comunicação, com o intuito de promover o avanço da economia interna e a expansão dos países, convertendo-se na principal força para o crescimento e o desenvolvimento dos mercados internos, unindo os polos opostos destes países. Nos países subdesenvolvidos, ao contrário, seria adotado um desenho de uma mão aberta, vinculando as suas produções de matérias-primas aos portos ultramarinos. As regiões capazes de produzir de maneira que se mostrassem competitivas em relação às metrópoles ficariam de fora da rede ferroviária e, se os trilhos passassem por estes caminhos, a classe proprietária criaria um sistema de impostos e cobranças convertendo o transporte a um custo muito alto, com o propósito de encarecer os preços das mercadorias.

Uma segunda razão apresentada pelo autor em destaque, para justificar a problemática em torno do latifúndio, foi a organização de um capitalismo mercantil, que constituiria, em seu pensamento, outra peça fundamental para explicar o subdesenvolvimento nacional uruguaio e latino-americano. Os monopólios e trustes estrangeiros assumiram a comercialização da produção agropecuária no mercado interno e externo, ou seja, monopolizaram o comércio de importação, obrigando o produtor rural a tecer uma ampla rede de agentes, representantes comerciais, intermediários, que serviriam de mediadores diretos e indiretos do imperialismo. Trías (1989, p. 179) afirma que o truste do setor vinculado à carne levantaria as suas plantas elaboradoras nos portos, enquanto os consórcios internacionais dos setores da lã (Hart, Staudt, Sociedad Comercial de Lanas) monopolizariam o setor têxtil. São exemplos, também, a criação dos consórcios ligados à produção de cereais e óleos (Bunge e Born e Bemberg), monopolizando os principais cultivos de trigo, linho e girassol. Por fim, o autor cita, igualmente, os consórcios internacionais de fabricantes de maquinaria agrícola (Internacional Harvester), além de fertilizantes e praguicidas (Duperial, Quimur e Cooper).

Um terceiro problema levantado pelo autor diz respeito ao desenvolvimento industrial no Uruguai. Ele afirma que o subdesenvolvimento não implica na ausência total de desenvolvimento, mas sim em um *desenvolvimento limitado e deformado* que, por outro lado, serve também para consolidar o estatuto colonial. Em sua apreciação da história, Trías (1989) argumenta que a Primeira Revolução Industrial, iniciada pela Inglaterra na segunda metade do século XVIII, possibilitaria a passagem do capitalismo competitivo ao monopolista, produzindo a expansão

inglesa e, posteriormente, a dos demais países europeus, além dos Estados Unidos e Japão e subjugando as colônias e semicolônias. O subdesenvolvimento dos países atrasados se daria pela exclusividade e pelo privilégio dos países desenvolvidos possuírem o monopólio da industrialização. No entanto, de acordo com o autor, é na Segunda Revolução Industrial, ocorrida na primeira metade do século XIX, que ocorreria a ruína dos débeis produtos dos países subdesenvolvidos. Os seus artesanatos e manufaturas não poderiam resistir à concorrência dos produtos industrializados e à produção em massa.

As implicações deste peculiar desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial nas colônias e semicolônias são apresentadas a partir das crises cíclicas e das guerras de redivisão do mundo, promovidas pelo sistema imperialista, que facilitariam o crescimento industrial dos países atrasados. Aqui, Trías (1989, p. 184) explana sobre a lei do desenvolvimento desigual, que se manifesta por meio das exportações, citando a caso da Inglaterra que, ao apresentar-se como produtora e exportadora de manufaturas destinadas ao consumo, tratava de obstruir o desenvolvimento industrial de suas zonas de influência. Os Estados Unidos, por outro lado, exportariam principalmente maquinarias, automotores e derivados do petróleo. Além disso, os consórcios americanos aproveitariam as conjunturas favoráveis criadas nas regiões dependentes para se associarem e ainda dominarem o crescimento de suas indústrias leves, que se converteriam em consumidoras de exportações estadunidenses. Logo, o capital estrangeiro ainda tiraria proveito do baixo custo da mão de obra e das facilidades de financiamento que concederia às classes dominantes para a instalação de filiais de suas grandes corporações, como são os casos das fábricas de automotores e maquinarias.

Dessa maneira, o autor aponta que o campo reservado para a burguesia industrial e nacional ficaria drasticamente restringido e a maior parte da indústria seria monopolizada pelo capital imperialista e pela oligarquia latifundiária. Neste sentido, ele ainda nos mostra que 500 famílias são proprietárias de quase 50% da terra explorável no Uruguai. Trías (1989, p. 185) afirma que os monopólios estrangeiros possuem a imensa maioria das empresas, que abarcam 74% dos capitais investidos na indústria. Para ele, as empresas estrangeiras investem quantidades ínfimas de capital e retiram lucros incalculáveis com a sua capitalização massiva, que se efetua por meio de benefícios acumulados e créditos extraídos de fontes coloniais, ou seja, conclui que as economias subjugadas são as que pagam o grosso de seu financiamento de instalação.

Outro problema apresentado por Trías refere-se ao desenvolvimento capitalista, que passa

do artesanato e da manufatura para a indústria na fase maquinizada, em regime de livre concorrência e baseada em pequenas, médias e grandes empresas. O autor aponta que, nos países subdesenvolvidos, este mecanismo de industrialização se inicia, sobretudo, após a crise mundial de 1929 e durante a Segunda Guerra Mundial, sendo elaborada e aplicada nos países atrasados com a presença de grandes monopólios estrangeiros e de forma tardia. Nos adverte, ainda, que os capitalistas nacionais são incapazes de competir e tampouco de financiar um centro monopolista empresarial tão poderoso que pudesse, de fato, concorrer com o capital internacional, não oferecendo, assim, nenhum obstáculo para o capital estrangeiro e os latifundiários. Trías (1989, p. 186) argumenta que isto significa que os monopólios industriais ocupam lugar de destaque nos mercados internos das sociedades dependentes e impedem a aparição de outros competidores com menor volume financeiro. Esta afirmação do estudioso o leva a concluir que este cenário freia o crescimento industrial destas sociedades, impedindo que elas se desenvolvam. Por fim, escreve que, com a proliferação de empresas em regime de livre concorrência, o desenvolvimento é praticamente impossível para as colônias e semicolônias.

Finalmente, abordamos a sua apresentação referente ao sistema bancário uruguaio, para completar o seu esquema sobre como se manifesta a morfologia do atraso no Uruguai. Para Trías (1989), por intermédio do sistema bancário se operam os empréstimos imperialistas, que cumprem um importante papel na exploração e na submissão das economias colonizadas. Por meio dos bancos, ocorrem as remessas de capital estrangeiro e a capitalização dos trustes mercantis do latifúndio: “No Uruguai, 70% do capital investido nos bancos privados se concentram em institutos estrangeiros, ou controlados por membros das 500 famílias latifundiárias” (TRÍAS, 1989, p. 187). O problema referente ao sistema bancário é consoante ao processo de criação do capital financeiro, assim como defende Lenin (1987) em sua tese, trazendo-nos o entendimento de que a união dos bancos aos capitais provenientes do latifúndio é, também, resultado do entrelaçamento de seus interesses e de relações pessoais e familiares, em que a especulação é a atividade primordial desta classe de capital financeiro.

Em nosso entendimento, com base na leitura de Trías (1989) e Marini (2005), bem como dos chamados teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a América Latina, ainda no século XVI, se desenvolve absorvida à dinâmica da economia capitalista mundial, fornecendo matérias-primas e contribuindo para o aumento do fluxo de mercadorias na economia mundial, sustentando o mercado manufatureiro da Europa. A Revolução Industrial, com a criação da grande

indústria, daria início à interdependência na fase monopolista entre os países subdesenvolvidos com a Inglaterra. Os países da América Latina continuariam a produzir e exportar bens primários para importar produtos industrializados.

Encontramos uma definição que pode ilustrar melhor o tema da dependência latino-americana e uruguaia que, no pensamento de Marini (2005, p. 141), se apresenta como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. O Uruguai e os demais países da América Latina atravessaram fases análogas de dependência econômica após os seus processos de independência nos séculos XIX e XX, com a forte pressão da Inglaterra para implementação de indústrias, com o propósito de produzir bens primários e abastecer o crescente contingente urbano europeu.

Desta forma, com base na lei do desenvolvimento desigual e na superexploração do trabalho, os países centrais da economia capitalista garantiriam o seu desenvolvimento, por meio do deslocamento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, aumentando a capacidade de produção na América Latina⁷. Marini (2005), considerando esta problemática central, distingue três momentos diferentes para explicá-la: a) aumento da mais-valia, alcançada através do aumento da exploração da força de trabalho, e não da modernização dos meios de produção; b) aumento da mais-valia absoluta; c) redução do consumo dos trabalhadores.

O autor argumenta que, com o crescimento da exploração da força de trabalho, objetivando unicamente auferir maiores lucros à burguesia, ocorre uma baixa na composição valor do capital, elevando drasticamente as taxas de mais-valia e aumentando os lucros. Isto retiraria do trabalhador a capacidade de consumo pessoal e garantiria a ele somente o mínimo para assegurar a sua permanência como mão de obra explorada.

Assim, Mantega (1984) afirma que, no pensamento de Ruy Mauro Marini há uma distinção entre duas fases da vinculação latino-americana ao imperialismo: a primeira se caracteriza pelo período marcado como economias agrário-exportadoras; a segunda, por sua vez, inicia-se na década de 1920, com a crise mundial, inserindo a América Latina em um novo papel na divisão

⁷ A mais-valia, em termos gerais, significa que o valor produzido pelo trabalhador é apropriado pelos donos dos meios de produção sem que lhe seja repassado, resulta do acúmulo dos excedentes produzidos e não pagos aos trabalhadores. Para um aprofundamento maior da questão, favor consultar: MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. Capítulo XXIII. MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção de capital. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975.

internacional do trabalho. A Revolução Burguesa na América Latina, ou seja, a transformação de economias agrário-exportadoras em economias industriais, ficou marcada como o processo de substituição de importações. Brasil, Argentina e Chile configuram, para Marini (2005) os países que, ainda no final do século XIX, haviam se destacado como principais economias da região.

A noção de superexploração do trabalho distingue, “a acumulação central da acumulação periférica porque, enquanto a primeira baseia-se na produção de mais-valia relativa, a acumulação periférica depende, fundamentalmente, da mais-valia absoluta”, como nos explica Mantega (1984, p. 265). Segundo o autor, as razões para isso se esclarecem pela forte organização dos trabalhadores nos países desenvolvidos, por meio de seus sindicatos e organizações, e da sua resistência à superexploração do trabalho frente à renovação tecnológica imposta pelo desenvolvimento do conhecimento humano. Desta forma, a burguesia não consegue aumentar o tempo da jornada de trabalho, ou seja, a mais-valia absoluta. Portanto, a exploração da mão de obra nos países desenvolvidos, conclui o autor, consiste no barateamento das mercadorias de consumo popular, diminuindo o valor da força de trabalho, aplicando-se a mais-valia relativa, ou seja, a extração de lucros sobre o trabalho excedente, ao fazerem os operários produzirem mais em menos tempo. Por fim, Mantega (1984) nos esclarece que, nas economias dos países subdesenvolvidos preserva-se a extração de mais-valia absoluta, ao argumento de que, a combinação da grande oferta de mão de obra e tecnologia – a qual poupa mão de obra –, e a fraca organização sindical dos trabalhadores, resultam na frágil regulamentação das condições de trabalho, na baixa remuneração dos trabalhadores e, sempre, na violência policial contra qualquer tentativa de organização reivindicatória.

O processo de acumulação capitalista em escala mundial, na fase do capitalismo monopolista, é a maneira pela qual encontramos no **Dicionário do Pensamento Marxista** de Bottomore (2001) a definição da investigação do imperialismo em um contexto de um mercado mundial. Assim, no dicionário se estabelece uma linha de investigação com três elementos básicos: “(1) as relações entre os países adiantados; (2) o impacto do capitalismo sobre formações sociais não-capitalistas e (3) a opressão dos povos subjugados pelo domínio do capital, ou seja, a questão nacional” (JOHN WEEKS, 2001, p. 187).

O capitalismo se apresenta, de acordo com a teoria do valor em Marx, com uma capacidade de se autorreproduzir. Weeks (2001, p. 190) argumenta que a caracterização do imperialismo está marcada pela rivalidade intercapitalista e sobre os impactos das exportações do chamado capital-

dinheiro, sobretudo do capital produtivo, aos países subdesenvolvidos. Acrescenta que, graças à exportação de capitais aos países de formação pré-capitalistas, há a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas e a criação de uma classe operária. Ressalta ainda que os teóricos da escola da dependência⁸, ao sugerirem o termo desenvolvimento capitalista dependente, entendem que o ritmo do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é uma simples reação ao domínio dos países industrializados, nos quais a expressão imperialismo aparece com um significado de relações entre “países adiantados e países atrasados”, negando, assim, a tese da capacidade de autorreprodução do capital.

Em nosso entendimento, os chamados teóricos da teoria da dependência analisam a problemática do subdesenvolvimento latino-americano conforme o método exposto por Marx (1985) e Lenin (1987), caracterizando a sua construção teórica pelas formas que o capital assumiu face ao seu processo de expansão e autorreprodução, não se limitando à uma dicotomia geográfica caracterizada por: países ricos ao norte do globo terrestre e países pobres ao sul. Não concordamos com a crítica de Weeks (2001), pois, ao longo desta discussão, ao debatermos o papel do imperialismo na América Latina, os autores referenciais o fazem a partir do surgimento de suas economias nacionais e a sua integração ao mercado mundial; do surgimento dos monopólios, cartéis e trustes; do papel central do sistema bancário e o seu entrelaçamento com o capital da indústria, dando origem ao sistema financeiro especulativo. Além disso, também explanam sobre a chamada morfologia do atraso e a impossibilidade do desenvolvimento industrial uruguaio, mediante verificação desta relação de dependência aos centros imperialistas industrializados.

Compreendemos que a teoria do imperialismo desenvolvida por Lenin (1987) está descrita a partir da teoria do valor de Karl Marx. Este argumenta que a sociedade capitalista é organizada por meio da separação de classes sociais: a classe burguesa – detentora de meios de produção – que extrai o máximo do excedente do trabalho da classe trabalhadora – aquela que não possui meios de produção. Este mecanismo de exploração de uma classe sobre outra, de compra e venda da força de trabalho, é a condição de mercadoria na qual o trabalho foi transformado nas sociedades capitalistas e determina a maneira pela qual a sociedade capitalista se reproduz.

⁸ Para conhecer mais sobre os autores da escola da dependência indicamos alguns textos: FRANK, André Gunder. **El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico**. Caracas: ed. Nueva Sociedad, 1991; DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e dependência**. México Era, 1968; BAMBIRRA, Vania. **Teoria de la Dependencia: Una Anticrítica**. México: Era, 1978; MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

Para apreendermos melhor a tese entre equidade e acumulação, ao focalizarmos a problemática da dependência externa do Uruguai, Trías (1989) responde que ela é decorrente exclusivamente das condições do regime capitalista. Segundo o autor, a importação de carne com baixo custo, lã e cereais, somente poderia se cumprir de acordo com duas condições: pecuária extensiva e com a exploração dos peões. No pensamento de Trías (1989, p.176-177), o latifúndio implica um certo desenvolvimento do capitalismo do campo, porém, limitado. Afirma que, somente com o desenvolvimento em seu conjunto, o Uruguai poderia adentrar às pautas ditas capitalistas da produção voltada ao campo, como: maior divisão da terra, diversificação da produção, mecanização, pastos artificiais e melhorados. Conclui, com isso, que o latifúndio uruguaio é o cordão umbilical que une o país ao sistema imperialista e à monocultura.

A morfologia do atraso, discutida pelo autor, o leva a demonstrar que o latifúndio é especial para o imperialismo. É a partir daí que surgem os investimentos para o impulso industrial e que estão limitados pela necessidade de manter a dominante vigência do atraso e subdesenvolvimento. Trías (1989, p. 186) defende que o desenvolvimento industrial irrestrito e liberalizante exigiria a destruição das estruturas do subdesenvolvimento, mas, como estas são indispensáveis para as classes sociais que as promovem, bem como para os agentes do imperialismo que as controlam, ele estaria totalmente limitado a magnitudes e formas que sejam compatíveis com tais estruturas. “Isto é a medida mesmo do subdesenvolvimento, sua dialética, sua onda e insanável contradição” (TRÍAS, 1989, p. 186).

A má formação e a dependência de suas estruturas são as manifestações presentes nas sociedades dependentes e atrasadas, como é o caso do Uruguai e dos demais países latino-americanos. Na época da expansão mercantilista, o capitalismo praticava uma política de pilhagem que, segundo Trías (1989), se assemelharia a um saqueio vandálico que recorria ao esgotamento das regiões exploradas. No entanto, a fase imperialista transforma a pilhagem em arquitetura funcional, o vandalismo em sistema. De acordo com o seu pensamento, esta é a chave para compreendermos o desenvolvimento desigual, da desigualdade organizada entre as nações opressoras e oprimidas. Por fim, para o autor, é bloqueado o desenvolvimento autêntico e autóctone do capitalismo nas colônias e semicolônias, substituindo-o por uma estrutura deformada e a serviço de seus interesses. Isto, para o citado autor, é o subdesenvolvimento e esta estrutura econômica e social aparece em seu texto como a constelação do latifúndio.

Para demonstrar como funciona o bloqueio do crescimento da indústria, isto é, como ele

impede que o capital mercantil e financeiro caminhe em direção à fase capitalista industrial, Trías (1989, p. 189-190)., faz o seguinte questionamento: o que é excedente econômico? Ele responde que é a “diferença entre a produção real gerada pela sociedade e seu consumo efetivo e corrente. Coincide com a parte da mais-valia que se acumula”. Assim, indica que a economia uruguaia pode ser considerada subdesenvolvida porque apresenta um excedente real muito pobre e por possuir um excedente inutilizado para o desenvolvimento. O autor descreve que o excedente econômico, ou seja, a mais-valia produzida no Uruguai, é retida e absorvida pelo setor latifundiário, que, por sua vez, a dilapida com luxo, ostentações extravagantes, como viagens à Europa, roupas e joias. Por outro lado, destinam parte destes excedentes à especulação bancária e negócios vinculados ao comércio agroexportador. Em sua demonstração, o estudioso em destaque ainda aponta que outra parte da mais-valia fica nas mãos dos trustes, que monopolizam a comercialização agropecuária, como são os casos das indústrias (Bunge e Born, Internacional Packers), consórcios de lã, entre outros. Além disso, mostra que uma terceira parte destes capitais são destinados aos monopólios importadores, que vendem máquinas agrícolas, praguicidas, têxteis – também de empresas de outros países. Por fim, uma quarta parte ficaria aprisionada nas teias do mercado internacional regido por preços monopolistas e não por preços ditados pela livre concorrência.

Em vista disso, percebemos que a impossibilidade de se investir na indústria nacional uruguaia e latino-americana é um mecanismo criado pelos países chamados de desenvolvidos, alinhados às burguesias nacionais, ancoradas a um projeto antinacional que retarda o desenvolvimento autônomo do país, relegando-o ao papel de produtor de produtos primários e de práticas de monocultura. Esse mecanismo se processa por meio da lei do desenvolvimento desigual e da superexploração do trabalho, como nos sugere Marini (2005), Vivián Trías (1989, 1990), e os chamados teóricos da teoria marxista da dependência. As elites nacionais atreladas aos interesses imperialistas destinam parte dos lucros gerados pelo setor agroexportador para artigos de luxo, viagens e ostentação, perante a uma situação de pauperização da classe trabalhadora uruguaia. Uma outra parte destes lucros, ou seja, da mais-valia retirada do processo de trabalho, é destinada aos bancos que, por sua vez, utilizam estes capitais para a especulação financeira, não sendo investidos, portanto, em uma indústria nacional, tampouco em um desenvolvimento autônomo. Destacamos, igualmente, que, com a formação dos monopólios, cartéis e trustes, a produção uruguaia e as chamadas economias externas de Trías (1989) ficaram todas em posse de empresas estrangeiras, as quais aproveitaram das facilidades de créditos, isenções de impostos e baixo custo de mão de

obra para extraírem o máximo de lucro e levarem aos seus países de origem toda riqueza retirada das colônias e semicolônias. A dependência de máquinas, insumos e tecnologias também faria do Uruguai um país extremamente dependente.

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa de doutoramento, as concepções de Karl Marx, Lenin (1987) e a sua análise sobre a fase imperialista, em conjunto às referências teóricas que realizam a discussão sobre a superexploração do trabalho e a lei do desenvolvimento desigual, são os princípios norteadores para compreendermos o fenômeno do imperialismo no Uruguai e na América Latina, assim como a sua impossibilidade em desenvolver um centro industrial capaz de construir um projeto de desenvolvimento autônomo, que supere a situação de dependência e atraso. Com o intuito de demonstrar a hipótese da incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, as ideias aqui elencadas nos direcionam para uma resposta afirmativa. Considerando isso, nos resta, agora, a tarefa de analisarmos a bibliografia referente à história política, econômica e social uruguaia, a fim de investigar a veracidade da hipótese desta pesquisa de doutoramento e o caráter da burguesia uruguaia.

1.2 A questão nacional uruguaia

Desde as suas origens, o Uruguai se apresenta com a economia integrada à economia mundial na condição de país dependente e subdesenvolvido. A emancipação do império espanhol e as lutas posteriores na região permitiram a conquista de sua independência política. A derrota do projeto Artiguista, com sua política de terras e sua ideia de estabelecer as Províncias Unidas do Rio da Prata, deixou aberto o caminho para a dominação do imperialismo britânico. Ainda no período colonial, o Uruguai apresenta traços particulares em relação aos demais países da região. Os índios que habitavam o país foram facilmente marginalizados e assassinados por não aceitarem a situação de serem escravizados.

Para podermos entender como se deu o processo de dominação burguesa e transformação capitalista no Uruguai, trabalharemos com a demonstração das três diferentes fases do capitalismo. As fases consistem em: primeiramente, eclosão de mercado capitalista moderno; em segundo lugar, formação e expansão do capitalismo competitivo e, por fim, o capitalismo monopolista. Em concordância à apreciação de Fernandes (1975) sobre o Brasil, ao analisarmos o caso uruguaio, também podemos afirmar que a introdução de um capitalismo moderno se deu a partir de uma

transição neocolonial, processo iniciado com Artigas e os 33 Orientais, que são considerados os liberadores do Uruguai. Nossas evidências históricas estão baseadas em Trías (1990), que tem como ponto de partida o processo de expansão econômica de 1860 até 1870, com as guerras estabelecidas entre Colorados e Blancos⁹.

O período de formação do capitalismo competitivo compreende a consolidação do processo de urbanização e a criação de um comércio, sendo a primeira fase de transição industrial importante, a qual se inicia com as evidências históricas que vão do fim do século XIX, com a explosão do PIB e o crescimento do setor de construção e econômico, marcado pelo aumento das exportações de produtos primários, até a crise de 1929. O capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, por meio das operações comerciais, de caráter especulativo, comandadas agora pelas grandes corporações estrangeiras. Nossas evidências históricas se iniciam com a introdução da política de substituição de importação, que corresponde ao período conhecido pelos uruguaios como neobatllismo, e assume um caráter estrutural após o golpe de Estado civil-militar de 1973.

Outras indicações analíticas também são feitas por Fernandes (1975), o qual nos propõe que a análise do capitalismo deve levar em consideração três elementos distintivos do conjunto da dinamização da vida econômica. Primeiro, o entrelaçamento da economia interna com o mercado mundial e com o mercado externo hegemônico, a Inglaterra. Segundo o autor, o novo tipo de mercado preenchia a função de injetar na economia dinamismos externos bastante fortes, que o convertiam em polo de crescimento acelerado. Assim, Fernandes (1975, p. 225) constata que a principal função deste mercado consistia em absorver e reorientá-lo do impacto modernizador do mercado externo. O segundo elemento consiste na ligação entre o mercado capitalista moderno à cidade e à sua população. O autor nos conta que, assim, o mercado capitalista ganharia “vida própria”, com potencialidades de crescimento por meio do mercado interno, acompanhado de uma crescente cosmopolitização. O terceiro elemento, por sua vez, consiste na relação do mercado moderno com as formas de trabalho herdadas pelo país, oriundas de sua fase colonial.

⁹ O Partido Colorado e o Partido Blanco (Nacional) estão presentes desde os primeiros séculos de vida do Uruguai, representando, em suas variadas vertentes e frações, expressões de culturas diferentes. Os Colorados são designados como as pessoas que viviam nas cidades, os doutores da cidade, como denominados pela historiografia deste país, e os Blancos, por sua vez, são os representantes do campo, de famílias que vivem do pastoreio e da agricultura, também conhecidos pelo seu caráter nacionalista. Estes dois partidos políticos se revezaram no poder até o ano de 2004, quando a esquerda unificada sob o nome de Frente Ampla ganha as eleições presidenciais e permanece no poder até o momento, completando três vitórias seguidas.

Em busca da compreensão sobre dominação burguesa e transformação capitalista no Uruguai, Vivían Trías (1990) nos oferece uma análise a respeito. O autor afirma que o primeiro impulso imperialista sobre o país se deu a partir da criação do *Banco de la República*, em 1896, até sua definitiva nacionalização em 1911. É um período de transição entre o Uruguai modelado como satélite do imperialismo inglês e a fase criadora do batllismo¹⁰, que procurará o desenvolvimento nacional com ativa intervenção do Estado. O imperialismo, para Trías (1990, p. 231-232), é um fenômeno dual, dicotômico, que corresponde à concepção de metrópole e colônia ou semicolônia. A relação dialética metrópole–colônia pode se expressar de um modo mais exato: metrópole desenvolvida–colônia subdesenvolvida. Em seus trabalhos, aparece a distinção de que, desde a Revolução Industrial, o imperialismo passou por três etapas:

- 1) Desde a Revolução Industrial até fins do século XIX (esgotamento marcado pelas tremendas crises da década 1860-1870), a vigência do imperialismo liberal. É a época do predomínio britânico, do padrão ouro, do mercado auto-regulador de preços, da empresa individual, do capitalismo competitivo.
- 2) Desde fins do século XIX até a Segunda Guerra mundial (esgotamento marcado pela longa crise do sistema que se inicia com o crack de 1929, continua com a recessão de 1937 e culmina com a guerra 1939-45), rege o imperialismo monopolista dissecado, magistralmente, por Lenin em seu célebre ensaio.
- 3) Desde a Segunda Guerra Mundial aos nossos dias, se desenvolve uma terceira forma do fenômeno imperialista; a fase monopólica-estatal e de integração mundial em torno dos Estados Unidos (TRÍAS, 1990, p. 231-232).

Esta periodização realizada por Trías (1990) nos orienta na busca de fatos históricos que comprovem a sua exposição. Logo, nos perguntamos: como podemos perceber este primeiro impulso imperialista sobre o Uruguai? Em uma busca na bibliografia especializada, o processo de modernização do Uruguai, conforme ressalta Finch (2014), teve o seu primeiro impulso em 1860, com o crescimento da produção de ovelhas e a exportação de lã. Recorda-nos que, com o surgimento da *Asociación Rural do Uruguay*, em 1871, iniciou-se uma série de proposições para o estabelecimento de novas práticas na produção agropecuária. Sua proposta, que foi imposta ao país por meio de um golpe de Estado¹¹, caracterizou-se pela prática de cercamento das propriedades

¹⁰ Segundo Henry Finch (2014, p. 16), refere-se às conquistas políticas e sociais trazidas pelo Presidente da República José Batlle y Ordóñez, nos primeiros anos do século XX. O autor nos indica que batllismo é uma ideologia de frações do Partido Colorado, um estilo nacional de desenvolvimento aplicado até final de 1960, com o uso de parte do Estado para redistribuir renda, e também marcado pela prática de se produzir acordos em vez de confrontos, também chamado de coparticipação política, uma tendência política de considerar o Estado como fonte de soluções e proteção econômica e social.

¹¹ O coronel Lorenzo Latorre, por meio de uma ação militar, derrubou o governo de Pedro Varela e impôs um governo centralizado ao Uruguai.

rurais. Anteriormente, as propriedades rurais uruguaias eram compostas por estâncias abertas em limites naturais ou, em alguns casos, cercadas com pedras.

O direito à propriedade dependia exclusivamente da capacidade física dos proprietários para defendê-las, ou por meio do patrocínio de caudilhos Blancos ou em forma individual, pela defesa com familiares e peões, contra os ataques de invasores. Finch (2014) ressalta que só a posse de um bem legitimava o direito a possuí-lo e o único grupo social que normalmente podia se assegurar de uma indenização por suas perdas nas guerras civis eram os proprietários estrangeiros, particularmente os ingleses. Nos revela ainda, que a mão de obra no setor rural não respondia somente às necessidades produtivas, mas também à necessidade de assegurar e defender o direito dos proprietários a desfrutarem da produção de suas terras. Com a falta de um poder central, impunha-se relações semifeudais no campo, e as estâncias se colocavam como forma de poder político, econômico e social.

Os proprietários de terras – ou estancieiros – e os caudilhos figuravam, ao final do século XIX, como fundamentais para as relações sociais desenvolvidas até aqui. Finch (2014) nos revela que, ao redor de 1860, existiam duas classes de estancieiros bem definidas. Afirma que nas terras ao sul do país e do litoral, que são as terras mais férteis, estavam concentrados os proprietários estrangeiros que se converteram em um setor empresarial – contribuiriam diretamente para o aumento da produção de lã e protagonizariam a criação da Associação Rural do Uruguai. Nos informa também que, ao norte e centro do país, as relações sociais não se modificaram muito, houve uma forte resistência ao cercamento e o mando da terra continuou vinculado ao poder político e social da região.

Assim, as tropas do governo, possuindo armas modernas e sendo apoiadas pelo dinamismo capitalista nascente, a partir da construção da ferrovia e do telégrafo, começaram a lograr êxito contra o poder dos caudilhos (Blancos) do centro e norte do Uruguai e a impor uma nova forma de governo. O governo militar de Latorre durou uma década, as guerras civis continuaram a acontecer até o início do século XX. O estabelecimento de um Estado Moderno e a garantia do direito à propriedade privada foram as maiores vitórias deste golpe de Estado. Com o cercamento das propriedades rurais, aqueles indivíduos que viviam às margens das estâncias foram expulsos do campo, provocando o deslocamento da força de trabalho para Montevideú, ou para o Brasil e

Paraguai¹². Em 1886, o general Máximo Tajes assume o poder. O Uruguai estava dominado por estrangeiros, sobretudo ingleses, que compunham as elites econômicas urbanas e rurais. Existiam interesses claramente distintos entre estes setores. Os proprietários rurais estavam divididos entre aqueles ligados à Associação Rural e os caudilhos que entendiam a propriedade da terra como forma de domínio econômico, político e social. Os proprietários do litoral e sul do país também possuíam interesses no setor urbano, como no comércio e no sistema bancário. Os setores urbanos estavam divididos entre os importadores e os que produziam para o mercado interno.

Na literatura uruguaia e latino-americana analisada nesta tese de doutoramento, observamos que o processo de industrialização e modernização na América Latina se processou fundamentalmente após a crise de 1929, quando estes países latino-americanos inseriram suas economias naquilo que se denominou política de substituições de importações. Como nos demonstrou Marini (2005); Fernandes (1975), Cores (1989); Arismendi (2010), entre outros, estas economias evoluíram sob uma base assentada na dependência externa, no subdesenvolvimento e na superexploração do trabalho, submetidos aos interesses de uma burguesia interna e aos processos de modernização dos países desenvolvidos.

O capitalismo moderno, conhecido em sua primeira fase pelo capitalismo competitivo, tem como marco inicial no Uruguai o fim das guerras civis, que foram representadas por meio das lutas entre os Colorados – que eram os doutores que viviam em Montevideu – contra os Blancos – que representavam os estancieiros e peões, os quais viviam no interior do país. A partir da introdução de cercamento às propriedades no meio rural, se estabelece um marco regulatório para a garantia da propriedade privada, que era assegurada anteriormente por meio da força física do estancieiro. Com o fim das guerras civis, repartida a terra, a população excedente que vivia nas bordas das propriedades rurais foi expulsa, ou, em alguns casos, tornaram-se peões assalariados. Somada a isso, contamos também com a imigração europeia, isto é, imigração de trabalhadores que viriam de países nos quais a Revolução Industrial já destinava aos seus funcionários condições de miserabilidade e elevados graus de exploração. Estes trabalhadores trouxeram formas de organização, por meio de ideias anarquistas e socialistas, que contribuíram diretamente para a

¹² “As aplicações realizadas em cercamentos reduziram a quantidade de mão-de-obra requerida para o cuidado e a vigilância do gado a par que tendiam a eliminar a população que vivia às margens das estâncias pastoreando – ou roubando – alguns animais. Desta forma o cercamento veio a se converter em um agente de mudança econômica e social que alterava as relações laborais e a participação do trabalhador nos benefícios da produção da terra” (FINCH, 2014, p. 21).

formação da classe operária e organização sindical no Uruguai.

Neste contexto, observamos no Uruguai o surgimento de sua burguesia nacional, com a presença de um governo centralizado; a definição da propriedade privada, repartida entre suas elites – representadas pelos Partidos Colorado e Blanco –; a influência da Revolução Industrial e o início do processo de criação de uma indústria leve. Estes elementos formariam a elite uruguaia, a qual se revezaria no poder até 2004, ano em que a esquerda, organizada em uma Frente Ampla, ganha as eleições. Por outro lado, a expulsão e genocídio do indígena ou peão, responsáveis pelos cuidados aos animais das estâncias, que viviam à margem destes latifúndios ou junto aos animais, unidos aos trabalhadores provenientes da emigração europeia, formariam a classe trabalhadora deste país.

A historiografia uruguaia, de maneira geral, considera que o fenômeno conhecido como batllismo, em seus dois governos (1903-1907 e 1911-1915), foi responsável pelos processos de modernização e mudanças radicais na vida do país, até o seu declínio em 1929, período também compreendido como da Revolução Burguesa no Uruguai. Ainda no século XIX, a condição de dependência de capital estrangeiro e o subdesenvolvimento cumpriram um papel importante no desenvolvimento do setor agroexportador, no que diz respeito ao fornecimento de infraestrutura e na preparação de mercadorias para exportação. O dinamismo da economia exportadora e a difusão de seus benefícios à sociedade estimularam a diversificação do sistema econômico e deram espaço para o surgimento de grupos urbanos e rurais que produziam para o mercado interno. Assim, eles surgiram em uma pluralidade de interesses opostos dentro das classes dominantes.

Os dados trazidos por Tajam e Yaffé (2003, p. 11) sobre o processo de crescimento econômico no Uruguai, no período de 1900-1930, mostram que: “o crescimento manufatureiro foi constante embora foi diminuindo: entre 1900 e 1911 cresceu 5,7% a.a., entre 1911 e 1920, 2,3% a.a. e entre 1920 e 1930, 4,5%”. Entretanto, os autores advertem que há uma distinção conceitual entre crescimento industrial e industrialização. Em suas análises, afirmam que o primeiro se traduz no incremento da produção industrial e o segundo trata de um processo no qual a atividade manufatureira se torna o motor do crescimento econômico. Portanto, constatam, diante dos dados iniciais, que a indústria uruguaia apresentou um crescimento, mas não se pode afirmar que houve um processo de industrialização. Por intermédio destes indicadores, os autores traçam um comparativo entre o setor da construção e da manufatura. Afirmam que o crescimento do setor de construções se mostrou constante a partir de 1917, passando por uma queda em seus investimentos

no período da Primeira Guerra Mundial, encontrando-se em 1930 em situação análoga a 1911. Em contraste a esta queda, demonstram que o setor frigorífico do setor de carnes recuperou a sua demanda internacional, sendo que o setor da construção, pela sua necessidade de matéria-prima importada e motivada pela alta dos preços internacionais, sofreu um estancamento e simultaneamente um aumento dos preços da construção, ao contrário do ramo frigorífico de carnes.

A ação do imperialismo foi intensa. Hugo Cores (1989) apresenta que, já em 1914, os britânicos teriam investido 176 milhões de dólares, constituindo a cifra mais alta para toda a América Latina em relação aos habitantes e ao território, com exceção da Argentina. Ressalta que o Uruguai se consolidou como fornecedor de carne, couro e lã para o mercado inglês. Assim, tomou empréstimos que foram investidos em infraestrutura, transportes, frigoríficos e portos. Para o autor em destaque, este tipo de desenvolvimento econômico, que supõe áreas de modernização exigidas pelas necessidades de eficácia do modelo, implica na perpetuação dos traços mais atrasados da economia dependente: concentração da grande propriedade agrária em grandes latifúndios; monocultivo; produção de poucos artigos destinados à exportação, isto é, carne, couro e lã, totalizando 90% das exportações do país em meados do século XX. Ainda em posse dos dados levantados por Cores (1989), observamos que no Uruguai, igual a todos os países subdesenvolvidos, os trabalhadores rurais estavam sujeitos a um processo brutal de empobrecimento e esta situação provocou um êxodo dos trabalhadores da região da campanha, além de um crescimento desproporcional das cidades e imigração de mão de obra europeia.

Para podermos assim entender a hipótese que suscitou esta pesquisa, da incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, a interpretação do problema levantado sobre o papel da dependência externa e o subdesenvolvimento nos leva ao entendimento de que o primeiro impulso de desenvolvimento capitalista uruguaio não esteve voltado para o incremento material e para a prosperidade da nação, sobretudo, aos setores mais pauperizados da sociedade uruguaia, mas sim ao benefício das classes dominantes. Uma vez que a sua produção de bens esteve focalizada no mercado exterior e o investimento de suas divisas estiveram nas mãos e em benefício das nações desenvolvidas, a opção feita pelas classes dominantes foi pelo seu próprio enriquecimento e abandono de um projeto nacional e autônomo. A questão nacional está exatamente situada na opção feita pelas elites em manterem a dependência estrangeira e o subdesenvolvimento, por meio do processo de dominação burguesa e de transformação capitalista, em que observamos a não construção de um parque industrial autônomo e nacional para o desenvolvimento capitalista do

país, reforçado pelos Golpes de Estado e pela consolidação de um projeto de industrialização voltado à exportação com a implementação de tecnologias estrangeiras, concebendo-se, assim, uma aliança entre os setores urbanos e rurais, uma Revolução Burguesa, totalmente diferente da que aconteceu nos países da Europa.

1.3 O Batllismo – 1900 a 1930

O Uruguai, no ano de 1900, contava com 915.000 habitantes, número que saltou para 1.042.686 em 1908. A população economicamente ativa, segundo os dados levantados por Salsamendi & Zapirain (2013), era estimada em 133.485 em Montevideú, cidade onde estavam 44,03% dos estabelecimentos. O restante deles, 55,97%, estavam no interior do país, totalizando, aproximadamente, 87.117 estabelecimentos. A maior parte das pessoas ocupadas se encontravam em Montevideú. O período de 1904 a 1930 se caracterizou como o das reformas batllistas, as quais seguiam uma política de orientação para o Estado, pautado no posicionamento político de aliança de classes, sobretudo no campo das reformas sociais. José Batlle y Ordóñez foi o primeiro a implementar um conjunto de políticas sociais, econômicas, educativas, tais como: a laicização do Estado, por meio da desvinculação entre aparato estatal e Igreja Católica; a obrigatoriedade do ensino primário; jornada de trabalho de oito horas; reformas no processo eleitoral, entre outras, que possibilitaram a modernização e centralização do Estado uruguaio. As disputas políticas deste período se travavam, principalmente, entre o Partido Nacional ou Blanco e Partido Colorado, nas figuras Luis Alberto de Herrera, pelos Blancos; e José Batlle y Ordóñez, pelos Colorados.

O processo de transição de uma economia colonial para um processo de expansão do capitalismo competitivo pode ser compreendido mediante exame da literatura uruguaia e internacional, nas quais encontramos a informação de que o último conflito armado entre as elites e proprietários uruguaio¹³, ou seja, conflito estabelecido entre Blancos e Colorados, terminou em 1904. Essa evidência histórica consiste na vitória dos Colorados e dos representantes de um projeto de industrialização e exportação, iniciando a construção hegemônica dos setores urbanos sob os interesses das elites rurais, na consolidação de formas democráticas de governo e dos dois partidos

¹³ A Guerra Grande, que durou de 1839 a 1852, foi um conflito marcado pela disputa entre Blancos e Colorados. Se travou uma luta entre *federalistas* e *unitaristas*. Os *federalistas* se uniram aos Blancos contra os *unitaristas*, unidos aos Colorados. Como indica Arteaga, “assim estes partidos se identificaram com tendências nacionalistas e americanistas ou tendências liberais europeias, respectivamente” (ARTEAGA, 2000, p. 70).

políticos, os quais adquiriram um caráter civil. Aparício Saraiva, caudilho, representante das elites rurais, liderou o movimento de 1904. Considerada como a última guerra civil, esta ficou marcada pela guerra entre caudilhos, apoiados pelos setores agroexportadores, contra os doutores da cidade, representados pelos integrantes do Partido Colorado, também conhecidos como *Principistas*, causando a quebra de seu pacto político e a política de coparticipação no governo.

Saraiva era um produtor rural que havia investido, assim como os demais latifundiários, em gado fino e cercamentos das suas terras. Ele recrutava os setores mais pobres da região da Campanha, despossuídos e expulsos pela política de cercamento. Por esse motivo, tentou tecer um acordo de paz entre Blancos e Colorados, que saiu derrotado pelas forças militares de Batlle y Ordóñez.

Os Blancos, aqui representados pelos setores agroexportadores, temiam que Batlle e o Partido Colorado objetivassem atacar o princípio da propriedade privada, uma vez que desejava transformar a estrutura fundiária, colocando como medidas a elevação de impostos sobre a terra, impostos na herança, salários mínimos para os trabalhadores rurais e planos de colonização. Com o fim da guerra, ficou claro para os proprietários rurais que o governo não pretendia atacar o princípio da propriedade privada, segundo Finch (2014, p. 25). De fato, Batlle y Ordóñez pretendia realizar em seu governo uma transformação na estrutura rural uruguaia: pôs em marcha a elevação de impostos sobre a terra, sobre as heranças, sancionou salários mínimos para os trabalhadores do campo e forneceu crédito aos pequenos produtores. No entanto, não pôde lograr sucesso e as bases rurais não foram transformadas.

Os dois maiores feitos de Batlle y Ordóñez, na concepção de Finch (2014), desencadearam-se pela instabilidade social do setor rural, desde o século XIX, e pelo rápido crescimento da economia urbana. O autor considera que o batllismo significou uma transição de caráter liberal, humanitário, de classe média, entre as tensões sociais e políticas resultantes desses processos. Adverte, ainda, que a intenção subjacente do batllismo era de essência conservadora, tratando-se de estender as funções do Estado aos efeitos de assegurar o equilíbrio de forças entre as distintas classes sociais e realçar seu domínio sob o sistema político. Por outro lado, neste período, com a convergência entre a grande imigração de europeus; os indígenas que, em virtude da política de cercamento de terras, haviam sido expulsos das estâncias rurais; e o crescimento dos centros urbanos – sobretudo Montevideu –, a capital do país vivencia o surgimento de uma classe trabalhadora urbana e uma classe capitalista, como também a vitória do setor vinculado à indústria.

Ou seja, dá-se início à construção de uma indústria leve, do setor de construções e serviços públicos. Os setores que se desenvolveram, nesta época, são a indústria frigorífica, o sistema de transporte elétrico coletivo urbano (bonde) e a construção do porto de Montevideú, que impulsionaria os setores exportadores.

Em nossa observação, estes eventos históricos viriam a provocar importantes e decisivas transformações na formação do capitalismo uruguaio. Com estas evidências históricas, podemos perceber o processo de transição de uma economia colonial, baseada no trabalho indígena marginalizado, para uma fase na qual o trabalho assalariado, a indústria e a urbanização se convertem na expressão desta nova etapa histórica: o capitalismo competitivo. Como afirma Fernandes (1975) sobre o Brasil, entendemos, igualmente, que, para a realidade uruguaia e latino-americana, as pressões dinâmicas do mercado mundial coincidem com as pressões dinâmicas do crescimento econômico interno. As transformações nas relações de trabalho; o entrelaçamento do mercado interno e externo com os interesses estrangeiros; o estabelecimento de centros urbanos importantes; e Montevideú como satélite para as transações econômicas e financeiras, consistiriam em elementos históricos que nos permitem perceber a passagem do Uruguai à fase do capitalismo moderno e competitivo. As indicações apresentadas por Trías (1989) nos mostram que o mundo rural, ou seja, o latifúndio, dentro desta nova estrutura capitalista, seria o responsável por gerar as divisas necessárias para o desenvolvimento dos centros urbanos-industriais, não somente pela alta produtividade do setor de carnes, couro, têxteis e cereais, mas também em decorrência da eficácia do esquema comercial de importação e exportação e o seu efeito sobre a expansão do setor urbano e comercial. O Uruguai tornava-se um país que estava no mapa das nações desenvolvidas que disputavam a partilha do mundo.

O segundo impulso do imperialismo sobre o Uruguai na história de seu subdesenvolvimento e dependência, de acordo com as ideias de Trías (1990), está delimitado desde fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Para o autor, este é um período de transição entre o Uruguai modelado como satélite do imperialismo inglês e a fase criadora do batllismo, que procurará o desenvolvimento nacional com ativa intervenção do Estado, período que transcorre de 1911 até a crise de 1929. O eixo deste período em sua pesquisa é o *Banco de la República*, integralmente estatizado e em próspero ascenso, fator do moderado desenvolvimento econômico geral. Corresponde aos anos da crise capitalista mundial, em que a solidez do *Banco de la República* foi pilar essencial na salvaguarda dos interesses nacionais. É, também, uma etapa de trânsito em

direção a um processo de desenvolvimento mais acelerado que se inscreve na crise geral do sistema imperialista: iniciada com a quebra da bolsa de valores de Nova York e a crise de 1929, perpetuada com a segunda Guerra Mundial de redivisão colonial do mundo.

Os efeitos da Revolução Industrial e da luta entre as nações imperialistas pela hegemonia do mercado mundial tornavam inevitável a expansão das fronteiras dos países da Europa, Estados Unidos e Japão. Esse processo de reorganização dos países desenvolvidos implicaria também em mudanças na infraestrutura do Uruguai. Florestan Fernandes (1975, p. 233) levanta dois pontos sobre o processo destas mutações impulsionadas: 1) o caráter mesmo dessa transformação indireta, que se promove de fora para dentro; 2) as consequências da conexão estrutural e dinâmica, que assim se estabelece entre o mercado das nações capitalistas hegemônicas e o desenvolvimento econômico interno.

O autor em destaque argumenta que, na fase de transição neocolonial, os países imperialistas visavam criar elos dinâmicos entre as economias e os mercados centrais. Conjuntamente ao esquema de importação e exportação, se organizariam outros esquemas de intervenção nas economias dos países da América Latina, na rede de comunicações e de transportes; na transplantação de imigrantes; na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno; na introdução da manufatura. Assim, os novos empreendimentos, que Trías (1989) chama de economias externas, ficariam todos sob o controle internacional para inventar e utilizar técnicas de dominação indireta muito mais complexas, fundadas na articulação da economia capitalista hegemônica às economias da periferia.

A empresa privada ao nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura, centralizava as operações. Fernandes (1975, p. 235) adverte para o fato de que ela operava desde dentro e não de fora. Em sua discussão sobre a possibilidade das economias subdesenvolvidas crescerem além daquilo que seus concorrentes planejavam, ou o fato dos controles coloniais e neocoloniais se tornarem ineficientes, o autor responde que, para manterem a posição hegemônica, os países que representam as economias centrais do capitalismo teriam que possuir mecanismos para desencadear, à distância, um vasto processo de dominação econômica e institucional, o qual permitisse reformular a satelitização, qualquer que fosse o ímpeto do crescimento capitalista suscitado pela implantação e expansão do mercado moderno na economia periférica. Portanto, conclui o autor, aí se configurava uma modalidade típica de incorporação, que se distingue das formas de incorporação colonial e neocolonial e que se funda no volume de

similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica pode transferir para a economia periférica. A partir destas adaptações passar-se-ia a controlar o fluxo de processos econômicos, da modernização tecnológica, de um polo ao outro. Elas teriam que se desenvolver dentro das economias dos países subdesenvolvidos, o que acarretava na necessidade de certo desenvolvimento capitalista e potencialidades econômicas que assegurassem a viabilidade global.

Estes processos se concretizariam com a aparência de resultados das decisões exclusivas dos agentes econômicos de cada país, os quais acreditavam que poderiam ocasionar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo. Fernandes (1975, p. 236) conta que não se percebia que uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno, mesmo atingindo a máxima integração sob o capitalismo competitivo, um desenvolvimento capitalista capaz e bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico. Portanto, de um lado, presenciamos que o desenvolvimento capitalista impulsionado a partir de fora representa adaptação de certas transformações das economias subdesenvolvidas – e uruguaia – aos dinamismos em expansão das economias centrais. Por fim, o autor afirma que o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferiria dinamismos que aceleravam transformações capitalistas necessárias às mudanças que estavam ocorrendo, e elas eram insuficientes ou neutras para transformações capitalistas mais complexas não podendo gerar um desenvolvimento capitalista autônomo.

Para compreendermos melhor a época de José Batlle y Ordóñez, que está caracterizada pelos avanços da ciência e inovações tecnológicas, baseados nas ideias de progresso e razão, não podemos esquecer o surgimento do movimento operário, com a criação e a ascensão da primeira Central Sindical, a Federación Obrera Regional Uruguay (FORU). Protagonistas, ainda em 1906, na conquista da jornada de oito horas de trabalho aprovada somente em 1916. Os sucessivos movimentos dos trabalhadores provêm da situação de subdesenvolvimento, dependência externa, a superexploração do trabalho e dos abusos cometidos pelas classes dominantes, que estipulavam jornadas de trabalho com mais de dez ou doze horas diárias e sem quaisquer condições de segurança. Hugo Cores (1989) ressalta que, muitas vezes, tem se apresentado a época de Batlle y Ordóñez como a idade de ouro para a classe trabalhadora, entretanto, demonstra que a situação se apresenta de maneira inversa. A indústria manufatureira, em princípios do século XX, estava consolidando suas primeiras bases no país – representadas pelos setores de transporte, frigoríficos, combustíveis e os bancos, com a agressiva presença do capital britânico e norte-americano.

Em 1913, Batlle y Ordóñez dedicou-se a uma grande reforma política. Ele propunha a criação de um Conselho Nacional de Governo formado por nove membros que, em essência, teria como função substituir a figura do Presidente da República. Propunha, também, uma mudança radical ao sustentar um executivo colegiado. Esta proposta, como nos indica Juan José Arteaga (2000, p. 144), criou uma cisão dentro do Partido Colorado, que resultou no surgimento de setores contrários a ela, bem como em uma tendência interna que ficou conhecida como *riveristas*, em reivindicação à memória de seu caudilho fundador, Fructuoso Rivera. No entanto, destaca-se que Batlle terminou a presidência sem conseguir realizar sua reforma.

Com o processo eleitoral em 1914, consagrou-se a vitória de Feliciano Viera, que viria a se converter no novo Presidente da República, assumindo o poder em 1915. Batllista havia sido ministro do Interior no segundo mandato de Batlle. Todo seu mandato esteve pautado em torno de uma reforma constitucional. No fim de 1915, como nos indica o trabalho de Arteaga (2000, p. 146), foi sancionada a lei de eleições para a Convenção Constituinte. As eleições realizaram-se em 30 de julho de 1916. Estas contaram com o voto secreto pela primeira vez na história uruguaia e traduziram a derrota do setor batllista¹⁴, o que significava a ruína¹⁵ do projeto de colegiado. Todavia, nos indica, ainda, que Feliciano Viera tornou pública sua vontade de transformar a política e fazer um acordo entre os partidos políticos, ou seja, realizar um acordo entre as elites dominantes – comportamento típico da autocracia burguesa pela disputa e manutenção, a qualquer custo, do poder político, econômico e social, para aprovar seu projeto de nova Constituição, concebida por Arteaga (2000), como uma legislação de caráter social. Assim, com os acordos realizados entre os representantes dos setores mais conservadores da sociedade uruguaia, Viera conseguiu levar adiante a reforma constitucional e, uma vez aprovada, a nova Constituição entrou em vigência em 1919¹⁶, conhecida como uma legislação bicéfala, como indica o autor em destaque.

Foi chamada de constituição bicéfala por apresentar um poder dual, um misto de

¹⁴ “O resultado das eleições se traduziram na seguinte integração para a Convenção Constituinte: 105 para o Partido Nacional, 87 para os Colorados batllistas e colegialistas, 22 para os Colorados riveristas e dois para os cívicos” (ARTEAGA, 2000, p. 146).

¹⁵ Ao discutir a derrota do setor batllista em 1916, PORRINI (2013/2014, p. 10) argumenta que os conservadores, por meio da figura do novo Presidente da República Feliciano Viera, interromperiam as políticas de caráter reformista que vinham sendo implementadas pelos Colorados.

¹⁶ Com a Constituição Federal de 1919, Finch (2014) ressalta a importância da aprovação da *coparticipação* no sistema político, ou seja, o partido que obtivesse menos votos nas eleições também poderia ascender ao governo, com uma limitada participação na nomeação de funcionários na administração central dos entes autônomos. Lembra também da aprovação, em 1910, da *Lei Lemas*, que consiste na possibilidade de um mesmo partido ter mais de uma candidatura ao mesmo cargo, considerando os votos dos candidatos menos votados para o partido em seu resultado final.

parlamentarismo com presidencialismo. O poder Executivo passou a ser composto pelo Presidente da República, que era eleito pelo voto popular, com duração de quatro anos, e dele dependiam os ministros de Relações Exteriores, Interior e Guerra. Também foi criado o Conselho Nacional de Administração, composto por nove membros, eleitos por meio do voto popular e sua terça parte renovável a cada dois anos, como indica Arteaga (2000, p. 150). Três conselheiros eram eleitos em cada eleição, dois pela maioria e um pela minoria, e permaneciam seis anos em suas funções.

As políticas batllistas se destacam na historiografia uruguaia com a consideração de que a ação do Estado estava ligada diretamente às atividades produtivas¹⁷, com a criação da Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite (CONAPROLE), a *Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Pórtland* (ANCAP), por meio do “Pacto de Chinclulín”. Este pacto político com o *nacionalismo independiente*, setor nacionalista do Partido Nacional, permitiu a garantia do monopólio do setor de combustíveis ao Estado. A criação do Frigorífico Nacional, em 1928, por meio da grande insatisfação dos latifundiários em relação às ideias estatistas do setor batllista, significou para os trabalhadores rurais, segundo Henry Finch (2014, p. 31), uma defesa contra a dominação do capital estrangeiro no comércio de exportação de carnes. A *Federación Rural*, tendo em vista a crise mundial de 1929 e a queda dos preços das matérias-primas e produtos primários, contribuiu no mesmo ano para a criação do *Comité de Vigilancia Económica*, representado pelos setores conservadores em defesa de seus interesses. A crise de 1929 causou enorme impacto negativo no processo de desenvolvimento do capitalismo uruguaio. Esta crise, segundo Nunes (2007), colaborou para o fim do período do chamado primeiro batllismo, que não mais conseguia aglutinar as diversas frações da burguesia e do proletariado ao redor de seu campo político.

Gabriel Terra assume a presidência em 1º de março de 1931. Neste período, os partidos começaram a apresentar cisões internas. No partido Colorado, os filhos de Batlle y Ordóñez, César, Lorenzo e Rafael, que eram proprietários do diário *El Dia*, apoiariam ao governo de Terra. O Partido Nacional também se dividiu depois das eleições de 1930. Um setor minoritário formou uma tendência interna denominada *Partido Nacional Independiente*, reconhecendo como líder Luis Alberto de Herrera. Com estas divisões nos partidos tradicionais, Terra e seus apoiadores iniciam uma série de críticas à Constituição uruguaia de 1919. As divergências giravam em torno dos

¹⁷ No trabalho organizado por Nahum (1994), em conjunto com historiadores uruguaiois, recorda-se que entre 1911 e 1915 foram estatizados os Bancos de la República e Hipotecário, também foi criado o Banco de Seguros, e Batlle y Ordóñez nacionalizou as Usinas Eléctricas.

poderes de Estado, Executivo e Legislativo e da falta de harmonia entre os dois ramos do Executivo: Presidência da República e Conselho Nacional de Administração. Em 31 de março de 1933, como nos indica Arteaga (2000), instaura-se a ditadura comandada por Gabriel Terra para realizar a reforma constitucional e cumprir seu objetivo, que era retirar da Constituição o Conselho Nacional de Administração.

A partir da crise de 1929 e da ditadura de Gabriel Terra, as contradições sociais no Uruguai se tornam muito acentuadas. Com a ditadura instaurada pelo seu governo, a partir de 1933, conforme aponta Porrini (2013/2014), Terra atenderia a algumas reivindicações populares em torno da alimentação, moradia, infância e desemprego. No entanto, diminuiu os salários dos trabalhadores e aumentou os aluguéis. A ditadura de Terra, além de eliminar o sistema colegiado de governo, dirigia suas críticas ao estatismo praticado pelos governos de Batlle y Ordóñez e às frações do Partido Colorado (batllistas). Ele impossibilitou que as empresas nacionais continuassem a obter o monopólio do comércio de determinados produtos, como os derivados do petróleo. Nahum (1994, p. 69)¹⁸ fala do acordo comercial firmado em 10 de janeiro de 1938 entre a ANCAP e a West India Oil Co. (subsidiária da Standart Oil Co.), a Shell Mex Uruguay Ltd. e a Atlantic Barrere S.A.

Esta evidência histórica nos indica claramente como as elites uruguaias se comportam frente à expansão capitalista dos países desenvolvidos. A forma de dominação burguesa que se estabelece no Uruguai apresenta um caráter autocrático, aqui representado pelo golpe de Estado de 1933, realizado pelos setores ligados ao agronegócio e exportadores de bens primários, concebido pelas frações dos partidos Colorado e Nacional que, com o aumento da especulação financeira e a alta do dólar, acompanhados da abertura comercial para o setor internacional, deixariam o Uruguai sem o monopólio sobre a importação e distribuição de combustíveis. Essa situação, traduz, no nosso entender, uma limitação na capacidade de abastecimento de petróleo e seus derivados no país, além de evidenciar a quais interesses o novo presidente da República e a elite, que assumiria o poder, representavam, aprofundando o subdesenvolvimento e a dependência externa do país. No plano da transformação capitalista percebemos a adequação que a burguesia realizava para iniciar a transição ao chamado capitalismo monopolista. As transformações ocorridas, como a quebra do monopólio estatal no setor de combustíveis e a introdução de grandes corporações estrangeiras no

¹⁸ NAHUM, Benjamin *et al.* **Historia uruguaya 1930-1958. Crisis política y recuperacion econômica.** Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, tomo 7, 1994.

mercado interno; e a criação de um sistema de controle de preços que visava favorecer o setor agroexportador, nos demonstram claramente uma guinada na orientação política e econômica no Uruguai que, naquele momento, avançaria em um desenvolvimento capitalista totalmente inverso àquele introduzido por José Batlle y Ordóñez, no início do século XX.

Ainda com os dados levantados pela pesquisa organizada por Nahum (1994), observamos que em 1934 foi implantado um plano econômico e financeiro para o país, conhecido como *Plan de Reajuste Económico y Financiero*, criando, em conjunto a *Comisión Honoraria de Importación y Cambios*, que, segundo o autor em destaque, teria como função contemplar os diferentes interesses dos setores da burguesia que apoiaram o golpe de Estado. Afirma que para o Estado foi necessário criar um controlador, a fim de assegurar receita fiscal do país para o setor agropecuário, o qual desejava a diminuição do valor do peso uruguaio, com a intenção de obter uma maior quantidade de moeda estrangeira; e para o setor industrial, que necessitava importar combustíveis, maquinaria e matéria-prima, pois teve que pagar mais caro pelos insumos devido à desvalorização do peso frente ao dólar. Assim, o novo órgão do governo, o Controlador de Exportações e Importações, como denuncia Nahum (1994) em seu trabalho, tinha como objetivo central controlar os valores, destinos e procedências dos produtos vendidos e comprados pelo Uruguai.

Portanto, e por fim, este golpe de Estado apoiado pelos setores conservadores da sociedade uruguaia, ligados ao agronegócio e exportação, teve como tarefa desmontar o Estado uruguaio, reorientando as concepções do aparato estatal e da economia nacional para a construção e hegemonização das empresas privadas internacionais, respondendo às exigências impostas pelo desenvolvimento capitalista competitivo e às novas formas de dominação estrangeiras que, como expôs Trías (1989) e Fernandes (1975), consistiriam na posse das chamadas economias externas e o controle das transformações capitalistas desde de dentro. No entanto, este golpe também se manifesta como uma maneira de enfrentar as diversas greves, paralisações gerais e ocupações de fábricas, promovidas pelos trabalhadores, que teriam como causas fundamentais a denúncia do subdesenvolvimento, da dependência externa e da superexploração do trabalho, além da política de desvalorização financeira e da crise econômica, política e social.

Em 1942, o então presidente da República, Alfredo Baldomir¹⁹, lidera um golpe de Estado

¹⁹ Após um processo de “democratização” sob o comando do general Alfredo Baldomir (1938-1943), Porrini (2013/2014) argumenta que o Uruguai sofre mais uma vez um golpe, no entanto, este é de caráter militar, alinhando o país aos Estados Unidos, ao grupo dos Pró-Aliados, provocando a fuga de capitais ingleses do país.

de caráter militar, dando prosseguimento ao projeto conservador. Segundo Nunes (2007, p. 75), esse é um momento de cisões nas alianças políticas que compunham o bloco de poder, que colocou em risco a continuidade dos projetos como a reforma da Constituição e a proibição do sistema colegiado proposto pela Constituição uruguaia de 1919. A aliança política entre Gabriel Terra e Luis Alberto de Herrera, conhecida como o sistema de “*medio a medio*”, deu lugar ao “15 y 15”, alicerçado na aliança entre “*Colorados e Blancos Independientes*”. Portanto, a ditadura militar de Baldomir significava o fim da coparticipação que incorporava a possibilidade da representação de outros segmentos sociais, traduzida, em seu campo executivo, com a manutenção da dominação sobre a maioria da população.

Em março de 1943, Juan José de Amezága assume a presidência da República e implementa a lei dos Conselhos de Salários, aplicando as práticas denominadas de *Concertación Social* e negociação coletiva tripartite²⁰. Com estas práticas, conseguiu orientar a luta dos trabalhadores para a questão dos salários, canalizando os embates políticos para fóruns setoriais, cujos desdobramentos possibilitaram aumentos reais nos salários das categorias, além da inauguração de novos sindicatos. Estas políticas são construídas a partir de experiências internacionais e implementadas pela burguesia nacional como mais uma etapa da consolidação do capitalismo competitivo no Uruguai. Nossa evidência histórica baseia-se nas mutações ocorridas no movimento sindical: a organização dos trabalhadores se transforma e com isso surgem os sindicatos por ramo de atividade, por exemplo, os sindicatos de indústria na construção – metalúrgicos e têxteis; de serviços – bancários, funcionários públicos, professores. Essa transformação ocorrida no seio dos sindicatos uruguaiois são decorrentes da transformação capitalista, uma vez que evidenciamos a passagem de uma produção artesanal à fase industrial monopolista.

O problema colocado sobre a investigação da Revolução Burguesa no Uruguai consiste na crise do poder burguês, que emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Como mencionamos anteriormente, o caráter desta Revolução é totalmente distinto do esquema clássico europeu. Como nos sugere Fernandes (1975), nos países desenvolvidos, as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo se apresentaram suficientes para a implementação de um projeto de capitalismo autônomo, como a orientação política em defesa de um nacionalismo com aspirações democráticas. No entanto, em análise ao exposto pela

²⁰ Negociação tripartite se configura entre a negociação salarial entre as centrais sindicais e as câmaras empresariais, com o Estado agindo como espécie de árbitro.

bibliografia uruguaia e especializada, entendemos que o mecanismo sugerido por Lenin (1987), Trías (1989, 1990), Fernandes (1975) e os teóricos da teoria da dependência, ou seja, os temas da autorreprodução do capital e o processo de expansão e mutação do desenvolvimento capitalista, como também da dupla perspectiva nas economias, a dependência externa e o subdesenvolvimento, representam o caminho para a compreensão dos dinamismos que a economia capitalista mundial impôs aos países dependentes e subdesenvolvidos.

Ao analisar o Brasil, Fernandes (1975, p. 215) afirma que a transição capitalista não foi determinada pela “vontade revolucionária” da burguesia nem pelos reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial a partir de dentro, mas pelo grau de avanço relativo da economia, que poderia passar de uma fase à outra, pela absorção de práticas financeiras, de produção da indústria e de consumos inerentes ao capitalismo monopolista. Este problema evidenciado pelo autor, em nossa opinião, pode ser explorado na realidade uruguaia, considerando que nossas evidências históricas nos demonstram claramente a disputa entre os setores nacionalistas, os quais defendiam a indústria nacional e um projeto de desenvolvimento nacional que, ao nosso entender, também evoluía, atrelado à necessidade de tecnologias estrangeiras, contra o setor agroexportador – defensor da abertura política e comercial para os setores internacionais, da liberalização do câmbio e do arrocho salarial. O desenvolvimento voltado para a construção de empresas públicas e políticas de intervenção do Estado, marcas dos sucessivos governos de Batlle y Ordóñez e os chamados batllistas, foi interrompido por golpes de Estado, em 1933 e 1942, respectivamente, protagonizados pelos setores agroexportadores, que visavam a liberalização total da economia nacional. A forma autocrática de governo da burguesia é apresentada neste ponto por meio dos golpes de Estado e nas diferentes Constituições da República, relatadas anteriormente.

Portanto, as transformações ocorridas no Uruguai da dominação burguesa podem ser observadas a partir das mudanças no sistema político, como a implementação e supressão do Conselho Nacional de Administração e as críticas dirigidas a ele. Essa disputa entre a burguesia surgia na suposta insegurança declarada pelos setores agroexportadores depois da crise de 1929, os quais, frente às políticas de proteção industrial e à pressão feita pelo proletariado, por meio das sucessivas greves e ocupações de fábricas, garantiriam para si o poder autocrático e a defesa de seus interesses por meio de acordos políticos entre as elites dirigentes; golpes de Estado, implementação de novas Constituições da República; implementação de políticas oriundas de

organismos internacionais (OIT); e a repressão policial. De outro lado, em relação à transformação capitalista, podemos perceber que, a quebra dos monopólios estatais, a abertura política às corporações internacionais e a liberalização do câmbio frente ao dólar, representariam um rearranjo das elites nacionais referente aos novos impulsos capitalistas impostos pelos países desenvolvidos. Dessa forma, como nos indicou Fernandes (1975), as transformações capitalistas ocorridas na América Latina, que correspondem, igualmente, ao período de sua Revolução Burguesa, são emanadas de necessidades suscitadas pelas transformações ocorridas nos países desenvolvidos e não como fruto da vontade desta burguesia em construir um projeto nacional e autônomo de capitalismo uruguaio e romper definitivamente com a dependência externa, como bem nos evidencia a aliança de Gabriel Terra com Herrera.

Por fim, constatamos que o capitalismo se manifesta em três fases distintas, em que a dominação burguesa uruguaia, por meio de uma Revolução Burguesa, que apresenta características diferentes às ocorridas na Europa, na qual o abandono da consolidação de um projeto de desenvolvimento autônomo e nacional deram espaço à dependência estrangeira e ao subdesenvolvimento.

Na primeira abordagem realizada sobre a transformação capitalista no Uruguai, detectamos, a partir de Trías (1989 e 1990), as ideias de dependência e subdesenvolvimento, as quais se manifestam por meio do intercâmbio desigual da exploração imperialista, que se constituía, basicamente, no mecanismo de compra de matérias-primas baratas e venda de manufaturas caras. A segunda manifestação do desenvolvimento capitalista trabalhada pelo autor, apresenta a intensificação do investimento estrangeiro no Uruguai e o início de seu processo de diversificação, trabalhando com a concepção de que as colônias e semicolônias seguiriam vinculadas ao comércio exterior. Nesta estrutura, o imperialismo montaria mecanismos de dominação internos, com empresas que explorariam recursos e trabalho locais. Com a transição em direção ao capitalismo monopolista, o controle do mercado intensifica-se com a transferência do excedente econômico nacional ao exterior e a absorção da poupança interna pelo sistema bancário imperialista e em seu benefício, aumentando, assim, a dependência externa e o subdesenvolvimento.

1.4. O Neobatllismo

O neobatllismo significa o retorno dos batllistas ao poder, que segue de 1947 a 1958.

Observamos, neste período, a implementação de uma série de políticas semelhantes às aquelas que Batlle y Ordóñez defendeu em suas duas presidências: a conciliação de classes; a ideia de ascensão social mediante esforço pessoal e educação; a defesa de uma economia nacional, entretanto, nesta época, com o incremento de uma industrialização por meio da política de substituições de importações, da intervenção do Estado na economia e, também, como espécie de árbitro na relação entre capital e trabalho; a liberdade e a democracia, como premissas políticas básicas essenciais do neobatllismo. Diferentemente do primeiro batllismo, que favorecia a construção e organização de empresas e bancos públicos com a intervenção do Estado, este novo período se construiu com base na iniciativa privada, sob a hegemonia do imperialismo estadunidense, fase histórica marcada pela união dos capitais bancários e produtivos.

Ainda nesse sentido, observamos o fim da Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia, que significaram transformações importantes para a economia mundial, como o fim da hegemonia da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos, a nova potência imperialista. Com a ascensão dos Estados Unidos, há, também, a ascensão do dólar, que se torna a moeda equivalente geral mundial, em substituição à libra esterlina e ao padrão ouro. Além disso, há a divisão do mundo entre capitalistas e comunistas, marcada pela Guerra Fria, o enfrentamento da União Soviética e os Estados Unidos, assim como as revoluções em Cuba e na China, também marcam este momento.

O capitalismo monopolista para poder atingir seus objetivos comerciais, financeiros e políticos não precisava interferir na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras. Essas estruturas eram vantajosas uma vez que as economias dos países subdesenvolvidos não dispunham de mecanismos de defesa, possibilitando seu controle e dominação. Como aparece no pensamento de Fernandes (1975, p. 252), “a incorporação não se fazia à economia central, mas ao império econômico das grandes corporações envolvidas”. Argumenta o autor que vários fatores econômicos concorreram para alterar essa situação. Em seguida à crise de 1929, antes e depois da Segunda Guerra, as transformações ocorridas na estrutura urbana e tecnológica das sociedades imperialistas forçaram estes países a implementarem formas mais avançadas e destrutivas de utilização de matérias-primas, as quais, se converteriam em fontes de crescimento para os países latino-americanos e para o Uruguai, especificamente.

Diante de um quadro em que os países imperialistas disputavam pela partilha do mundo, face ao ascenso comunista e socialista, em conjunto aos processos revolucionários, como a revolução chinesa e a revolução cubana, pode-se interpretar que o controle dos países da periferia

era fundamental por representar as últimas fronteiras para a expansão capitalista. Fernandes (1975) nos adverte que não é somente a transferência do padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político, mas a própria implantação e consolidação deste padrão teria que assumir um caráter especificamente político. O autor nos explica que um dos elementos para esta transferência de capitais seria a estabilidade política, esta assumiria uma função reguladora para a existência de cooperação econômica, que exigiria das burguesias adequações internas em seus países. Adequações as quais, para o autor, eram uma condição para poderem contar com um ‘desenvolvimento por associação’. As políticas sociais surgem, neste período de transição ao capitalismo monopolista, como medidas para aumentar o controle e o poder da burguesia, ao tornarem os trabalhadores parte integrante do processo decisório, em que, frequentemente, a balança tende ao lado do patrão, tendo em vista a organização da estrutura do subdesenvolvimento e da dependência externa, como é o caso da implantação da negociação coletiva. A estabilidade política, então, seria o pré-requisito, segundo a abordagem do autor, para a garantia de acordos e segurança aos investidores internacionais.

Diante dessa ideia da necessidade de haver uma estabilidade política interna, a decisão da burguesia uruguaia de realizar a transformação capitalista em direção à fase monopolista, se manifesta inicialmente com os golpes de Estado de 1933 e 1942. Nestes dois momentos, os latifundiários se uniram aos setores especuladores (bancos) e aos setores exportadores, em resposta ao estancamento da economia, que prejudicaria a lucratividade destes setores, ocasionado pelas políticas keynesianas, de caráter redistributivistas e com viés nacionalista. Isso para imporem a liberalização da economia uruguaia e um modelo de desenvolvimento capitalista que pudesse colocar o Uruguai dentro de um padrão estabelecido pela divisão internacional do trabalho, no qual o setor externo era considerado seu principal alvo. Notamos, igualmente e com base no pensamento de Fernandes (1975), que outras razões para a decisão deste setor da burguesia em lançar o país rumo à transição capitalista era a crença de que se resolveriam os problemas econômicos, políticos e sociais dentro do modo de produção capitalista, sem romper com a ordem institucional. Conclui, o autor em destaque que, o fato da burguesia uruguaia acreditar que o país poderia estabelecer um padrão alternativo de desenvolvimento capitalista, constitui a evidência de que sua história está marcada sob a dupla perspectiva, ou seja, a dependência externa e o subdesenvolvimento.

Os interesses econômicos são interesses de classe que, por sua vez, afetam a todos os

uruguayos e lançam um destino ao futuro do capitalismo. A estrutura da dependência e do subdesenvolvimento uruguaio pode ser entendida como a relação de subordinação do Uruguai frente às economias dos países ricos, mais especificamente aos EUA. Assim, nos perguntamos: quais são as características essenciais da imagem do subdesenvolvimento e da dependência externa correlata à fase do capitalismo monopólico e de integração mundial em torno dos EUA? Com base no trabalho de Trías (1990, p. 232-234), podemos responder à pergunta indicando seis elementos básicos:

- 1 – a existência de uma penetração profunda do capital estrangeiro e, em especial, norte-americano, nas economias latino-americanas;
- 2 – os investimentos imperialistas se orientam no sentido das indústrias (incluindo os setores básicos da siderurgia, petroquímica, etc.) e o sistema bancário, sendo que o clássico investimento na mineração, na exploração agrícola e nos serviços, passa a um segundo plano;
- 3 – o traço que define a nova estrutura pode se sintetizar com o predomínio das grandes empresas, filiais das corporações multinacionais que protagonizam a norte-americanização da economia internacional. Isso supõe uma aguda concentração capitalista e o predomínio do setor monopolizado pelas onipotentes corporações multinacionais, que se converte em novo eixo da constelação do subdesenvolvimento;
- 4 – as economias latino-americanas se integram organicamente à norte-americanização da economia internacional, convertendo-se em peças ajustáveis às suas necessidades;
- 5 – é a compreensão do significado do domínio dos mercados internos em condição monopolista ou oligopolista;
- 6 – aponta em direção a outra característica fundamental do novo tipo de subdesenvolvimento, demonstrando que não implica uma mera mudança quantitativa, simples aprofundamento da economia colonial, ou seja, trata-se de uma transformação qualitativa naquela.

Na visão do autor, para justificar suas afirmativas, entende-se que, na abordagem realizada sobre o subdesenvolvimento e a dependência, predominavam os mecanismos exógenos da exploração imperialista, isto é, a compra de matérias-primas baratas e a venda de manufaturas caras. As áreas subjugadas se projetavam em sentido ao mercado internacional e se organizavam em função das necessidades do mercado exterior. Constata-se, também, a acentuação do investimento estrangeiro e o início de sua diversificação, no entanto, com a advertência que o significado substancial das colônias e semicolônias seguem vinculados ao imperialismo em outro sentido. Na estrutura atual, o imperialismo monta mecanismos de dominação internos, endógenos, empresas que exploram os recursos e o trabalho autóctones, representando uma espécie de agentes dos interesses forâneos, peças de uma arquitetura internacional dirigida pelos EUA, que ali

acumulam o fruto de sua atividade, ou seja, a mais-valia produzida no Uruguai. Segue a constatação do problema da corporação multinacional, que injeta no país sua alta tecnologia e política de controle monopolista do mercado. Ele, na metrópole, intensifica a acumulação capitalista, porém, em âmbito de economias atrasadas, geraria efeitos muito diferentes. Consequentemente, a alta tecnologia expulsa trabalhadores das fábricas e aumenta o desemprego típico do subdesenvolvimento. Por fim, na conclusão exposta pelo autor em destaque, o controle monopolista do mercado intensifica a exploração do Uruguai e as empresas tendem a se desinteressar pela ampliação da capacidade aquisitiva daquele, já que fixam os preços e as consequentes taxas de juros. Acentua-se a transferência do excedente econômico nacional ao exterior e a absorção da poupança interna pelo sistema bancário imperialista e em seu benefício, aumentando, assim, a dependência e subdesenvolvimento. As antigas estruturas coloniais – por exemplo, o latifúndio – se consolidaram, embora sua gravitação diminua frente às filiais das grandes corporações. A nova inflexão de subdesenvolvimento se superpõe, convive e combina com as anteriores.

A nova estrutura amadurece dentro das diretrizes do FMI. A exploração da classe trabalhadora se aprofunda em termos gerais, em amplas camadas de produtores manufatureiros e agrícolas, assim como de comerciantes nativos que são arruinados. O descontento social é duramente reprimido e regimes repressivos surgem para sustentar o funcionamento da nova versão do subdesenvolvimento. Assim, a compreensão trazida à luz por Vivían Trías (1990) é a de que o desenvolvimento destas pautas se rege pela lei do desenvolvimento desigual. Para o autor, no Uruguai, em meados da década dos 1950, as estatísticas assinalavam que 40% dos investimentos estadunidenses se orientavam à indústria. Mas adverte que a indústria uruguaia é muito débil e ali não se pode organizar o eixo de seu subdesenvolvimento. Para ele, o sistema bancário é o setor eleito para o aprofundamento e maior sistematização da penetração imperialista.

No Uruguai, as empresas inglesas, em detrimento da nova conjuntura mundial e do alinhamento do país aos EUA e aos aliados na Segunda Guerra, fizeram com que a Grã-Bretanha retirasse seus investimentos em setores estratégicos do país, como a “devolução” das empresas de águas correntes, ferrovias e transportes. Os empresários, por meio de suas organizações patronais – *Cámara Nacional de Comercio, Cámara de Industria, Federación Rural, Asociación Rural, Cámara Mercantil de Productos del País* –, vincularam-se ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Os militares, por sua vez, após a ratificação do Tratado Militar com os

Estados Unidos, aderem ao chamado pan-americanismo e realizam a defesa dos interesses imperialistas no Uruguai.

Refletir sobre as raízes estruturais e de classe que fizeram possível a transição em direção ao capitalismo monopolista, bem como ao estabelecimento de uma burguesa autocrática no comando do país, consolidado pela ditadura civil-militar em 1973, implica em reabrir o debate sobre os problemas presentes já na década de 1950. A burguesia uruguaia, segundo Cores (1989, p. 52), sempre se alinhou aos setores mais retrógrados, tanto externamente como internamente, para sufocar e reprimir a classe trabalhadora, que lutava por transformações estruturais. No final da década, após vários anos consecutivos com balança comercial favorável, o Uruguai alcançou seu maior volume no total de reservas, 311 milhões de dólares. Vinte anos depois, afirma o autor em destaque, essas reservas haviam diminuído para aproximadamente 20 milhões de dólares. A situação do setor agroexportador é de estancamento. Cores (1989) informa, com seus dados, que o número de cabeças de gado em 1950 permaneceu estacionado nas cifras de 1908. Demonstra, ainda, que o êxodo rural é correlato a esta situação, em 1910 o interior do país abrigava cerca de 20% da população e, em 1950, somente 15%.

O Partido Colorado ganha as eleições de 1946²¹, com a perspectiva de reimplantar as políticas reformistas batllistas. O presidente eleito, Tomás Berreta, morre em 1947, seu vice, Luis Batlle Berres, assume a presidência da República nesse mesmo ano, mantendo-se no cargo até o final do mandato, em 1951. Seu governo foi responsável pela criação e implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento da indústria, por meio da isenção de impostos para importação de máquinas industriais e da restrição à importação de produtos estrangeiros. Nas práticas e no programa do novo presidente eleito, a indústria era considerada a principal força para o desenvolvimento do país, mais do que a agricultura. Conforme a pesquisa de Rodríguez (2012), com a ascensão de Luis Batlle Berres, sua política traduziu-se na mudança programática de governo, optando pela industrialização, sobretudo com suas bases assentadas nos setores urbanos, conciliando os interesses da burguesia, das classes médias e dos trabalhadores. Assim, perguntamos como se processa a solução do poder burguês nos planos econômico e político? Quais são as

²¹ Conforme Rodríguez (2012), estas eleições produziram uma cisão dentro do Partido Colorado, entre duas tendências políticas: a primeira fração, conhecida como *Lista 15*, era representada pela liderança de Luis Batlle Berres, com discurso e práticas reformistas; a segunda fração, conhecida como *Lista 14*, é identificada pelas lideranças dos irmãos César e Lorenzo Batlle Pacheco, representando a vertente conservadora do batllismo, marcada por um discurso anticomunista, que se aproximava dos setores do Partido Nacional, setor dos herreristas.

consequências e repercussões com a transição e consolidação do capitalismo monopolista no Uruguai? O que este novo modelo de desenvolvimento capitalista representa para a classe trabalhadora e operária?

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948, apontava que a saída para o atraso, isto é, para o subdesenvolvimento latino-americano, era a industrialização, assim como haviam feito os países considerados desenvolvidos. Essas ideias tiveram muito eco nos governos dos países latino-americanos. No Uruguai, com Luis Batlle Berres na presidência, identificamos o aprofundamento destas políticas, a intensificação de uma economia voltada para o processo de substituição de importações, com a predominância de indústrias leves para o abastecimento das necessidades do país; uma indústria frigorífica voltada essencialmente para a exportação; e o setor rural com uma política de exportação de fornecimento de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Para respondermos às questões elencadas, iremos observar os principais aspectos do governo de Luis Batlle Berres. Com base na demonstração de Nahum (1994, p. 100-101), estão descritos como antecipação do caminho à renovação e à reforma, para criação de uma nação com prosperidade social e distribuição de renda, que era uma proposta a qual agradava os setores mais pobres da sociedade uruguaia, com justiça social e valores democráticos, além de respeito à lei e à democracia. O autor enfatiza, ainda, que o aspecto ético-humanista do neobatllismo levou à conjugação de um movimento policlassista, típico dos setores médios urbanos, com a ideia de conciliação de classes. Já no plano econômico, afirma que o impulso dado ao processo de industrialização pode ser entendido como uma tentativa de provocar mudanças na estrutura social, transformando as estruturas agrárias e a modernização do país, por meio do incremento da tecnologia. Por outro lado, com o Estado servindo de mediador entre patrões e empregados, entre o capital e o trabalho, a partir da implementação da política de negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários, se converteria na experiência nacional que permitiu aos trabalhadores obterem salários maiores. Entretanto, isso causava fortes descontentamentos nos setores agroexportadores que, historicamente, se apresentariam como adeptos de uma política liberal, a qual se manifesta nos golpes de Estado, em sua defesa de desregulamentação de direitos dos trabalhadores e valorização do mercado e da moeda estrangeira.

Dentro das fileiras do Partido Colorado, Nahum (1994) demonstra que, para Luis Batlle Berres manter-se estável no poder, a sua fração partidária, conhecida como *Lista 15*, absorveu o

setor identificado como *Doctrina y Acción*, distanciando-se da *Lista 14*. O autor em destaque nos revela que o presidente da República, para preservar os apoios políticos, propôs a criação da chamada “coincidência patriótica”, com o herrerismo e setores da *Lista 14*, que se tratou de um pacto, e consistiu:

[...] na divisão do *Instituto de Jubilaciones* nas *Cajas de Industria y Comercio, Civil y Rural* (o que implicou a criação de 15 cargos de diretores), se fez a *Dirección General de Puertos* um Ente (5 cargos mais) e a municipalização da *AMDET* (administração Municipal de Transportes) aportando 3 cargos, no total de 23 postos de direção à compartilhar (NAHUM *et al*, 1994, p. 103, grifo do autor).

Por fim, tendo em vista essa política de cooptação com cargos por meio da estrutura burocrática do Estado, os setores ruralistas e aqueles ligados a Herrera posicionar-se-iam contra esta postura de Batlle Berres. Os partidos de esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista também criticavam a condução política governamental, direcionando suas análises à forte abertura à influência do imperialismo norte-americano, permitindo a perpetuação da situação de dependência e de subdesenvolvimento do país. Assim, resgatamos em Fernandes (1975), a ideia de que a estabilidade política seria um dos pré-requisitos para o capital internacional investir no Uruguai e completar sua transição ao capitalismo monopolista. Evidenciamos que as práticas políticas dos governos neobatllistas, assim como a sua política industrial, tentaram implementá-la, conforme as necessidades impostas pelos setores internacionais. Isso porque possuíam a ilusão de que, a introdução de uma política de negociação coletiva e a criação dos chamados Conselhos de Salários, juntamente à intervenção do Estado, assegurariam a tal estabilidade interna e a segurança suficientes para completar a sua transição ao capitalismo monopolista, possibilitando ganhos reais aos salários dos trabalhadores e a garantia do máximo da extração de mais-valia pelos consórcios monopolistas instalados no país.

Portanto, a dominação burguesa não estaria garantida por meio do mecanismo de divisão dos cargos públicos entre as principais lideranças dos partidos tradicionais. Nesse sentido, a oposição realizada pelos herreristas e a esquerda do país acionaram um movimento de amplas manifestações de descontentamento com o quadro geral. Essa tentativa de cooptação por meio da criação de cargos públicos, pode ser igualmente classificada como mais uma manifestação da autocracia burguesa, por se tratar de uma medida antidemocrática e de abuso da autoridade sob a máquina estatal. A transformação capitalista também estaria em risco em conjunto ao processo de

industrialização, a partir da política de substituição de importações, que agravaria ainda mais a situação de estabilidade interna, impactando profundamente a estrutura da dependência externa e do subdesenvolvimento.

Andrés Martínez Trueba assume o poder e traz ao cenário político, como tentativa de sanar a crise instalada no seio da burguesia uruguaia, a discussão sobre a necessidade da volta do Conselho Nacional de Governo, por meio de uma nova reforma constitucional²². A reimplantação do Conselho ocorreu em 1952, através da aliança entre empresários ruralistas e trabalhadores, ou seja, herreristas e ruralistas, com a organização dos movimentos sociais e do movimento sindical. A partir da nova Constituição, também outorgada em 1952, o Uruguai permaneceria como um Estado democrático, laico, com um governo representativo e separações de poderes. O Poder Legislativo continuaria com a permanência de 99 membros eleitos de forma direta pelo povo – considerando a existência de proporcionalidade – e 31 senadores também eleitos pelo povo.

O Poder Executivo ficou marcado pela volta do sistema colegiado de governo, em que o titular era o Conselho Nacional de Governo, que funcionava como um organismo pluripessoal, composto por nove membros eleitos diretamente pelo povo, com mandatos de quatro anos de duração. Seis cargos pertenciam à lista mais votada do lema mais votado, embora previa-se que, se outra lista superasse a sexta parte do total de votos ao lema, outorgar-se-ia a ela um cargo, e cinco para a maioria. Os três cargos restantes, correspondentes à minoria, se distribuiriam proporcionalmente entre as listas do lema que seguissem em número de votos, conforme nos indica a pesquisa de Nahum (1994, p. 108-109)²³.

Este foi um período histórico muito conturbado para o mundo e toda a América Latina. No início dos anos 1950, em pleno auge da Guerra Fria, eclode a Guerra da Coreia, que só foi suspensa com um cessar-fogo em 1953. A economia mundial entra em crise, os preços das matérias-primas e dos produtos primários perdem seu valor no mercado mundial, provocando uma grave crise em toda América Latina. O Uruguai, não diferente dos outros países da região, não estava alheio e

²² Para as eleições de 1950, o Partido Colorado apresentou três candidaturas. Os *colorados independientes*, que representavam o setor político da direita colorada, apresentaram a candidatura de Eduardo Blanco Acevedo, sob o lema “*Para servir al país*”, utilizado pela corrente liderada por Baldomir. Outra candidatura colorada foi representada pela figura Cesar Mayo Gutiérrez e Lorenzo Batlle, impulsionada pela *Lista 14*. E, por fim, a candidatura de Andrés Martínez Trueba e Alfeo Brun, pela *Lista 15*, com o apoio do presidente Luis Batlle Berres.

²³ Nos indica ainda Nahum (1994, p. 111), que a nova composição do Conselho Nacional de Governo contou com a presença de seis Colorados - Andrés Martínez Trueba (Presidente eleito), Francisco Forteza e Antonio Rubio, todos pertencentes à *Lista 15*, Héctor Álvarez Cina e Luis A. Brause, da *Lista 14*, e Eduardo Blanco Acevedo, Colorado não batllista, - e três nacionalistas - Alvaro Vargas Guillemete, Martín Echegoyen e Roberto Berro.

muito menos imune às tempestuosidades do mercado mundial. Não podemos nos esquecer que este país, assim como os demais países latino-americanos, também desenvolveu sua economia por meio da dependência dos mercados dos países desenvolvidos. Logo, com a queda na taxa de exportação, a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar e a perda do poder aquisitivo do salário, os principais setores da classe trabalhadora iniciaram fortes ondas de protestos, greves e paralisações gerais. A situação do país tornava-se insustentável devido ao aprofundamento da crise econômica e o esgotamento da política de substituição de importações e, também, das políticas neobatllistas.

O governo, por sua vez, como medida para conter a classe trabalhadora e as sucessivas greves e protestos nacionais, acionou, a partir de 1952, as chamadas *Medidas Prontas de Seguridad*, que consistiriam em medidas de ampliação da repressão policial e militar, garantidas pelo Inciso 17 da Constituição Federal, previstas para casos de ataque exterior ou comoção interior, o que representa mais um exemplo do caráter autocrático da burguesia uruguaia. Nahum (1994) declara que esta medida foi aplicada duas vezes no ano de 1952. A primeira, no mês de março, teve o objetivo de controlar a greve dos funcionários da saúde pública; a segunda, em setembro, frente a uma onda de paralisações na ANCAP, no setor de transportes, nas indústrias têxteis e demais setores públicos e privados do país. Por outro lado, ainda com os dados trazidos por Nahum (1994, p. 112)²⁴, os ruralistas também expressavam seus descontentamentos com o governo por intermédio de Nardone, jornalista do jornal *El Dia*, que provinha dos setores rurais, representante dos pequenos e médios produtores. Nardone também ficou nacionalmente conhecido pelo seu pseudônimo, *Chico-Tazo*, que utilizava para se identificar em seu programa na Rádio Rural CX4. Neste contexto de crise econômica e política, com fragmentação da burguesia nacional refletida nos partidos tradicionais, as eleições de 1954 tiveram como vitorioso o lema do Partido Colorado, com a *Lista 15*. Luis Batlle Berres foi o candidato mais votado, o que possibilitou o seu retorno ao poder como presidente do Conselho Nacional de Governo.

Este é o período histórico identificado pela historiografia uruguaia como neobatllismo, com a ascensão ao poder da fração Colorada com a *Lista 15*, setor político que nasceu por fazer a defesa

²⁴ O autor indica também que o Partido Colorado viveu o acirramento de sua divisão interna, entre *Lista 15* e *Lista 14*. O Partido Nacional, por sua vez, em 1953, sofreu com a separação do *Movimiento Popular Nacionalista*, liderado por Fernández Crespo, afastando-se do setor herrerista. Assim, a unidade existente entre o setor do *Nacionalismo Independiente* dividiu-se em duas frações distintas: os chamados *intransigentes*, que defendiam manter a independência política, liderados por Juan Andrés Ramirez e Gustavo Gallinal, e os *unionistas*, liderados por Eduardo Rodríguez Larreta e Washington Beltrán, que defendiam o retorno ao lema. Fundariam, respectivamente, os jornais, *El Plata* e *El País*.

das ideias e concepções políticas de Jose Batlle y Ordóñez. O neobatllismo é marcado por características políticas de industrialização com a substituição de importação, conciliação de classes e prática do clientelismo que, ao nosso entender, seriam marcas que representam formas de uma autocracia. Nahum (1994, p. 114) e o conjunto de intelectuais que contribuíram para construção da pesquisa consultada identificam o neobatllismo por meio de suas propostas nacionalistas e conservadoras que, com o uso do carisma pessoal de suas lideranças, conseguiam conquistar a confiança de importantes setores do país. Tendo em vista isso, as denúncias de corrupção, a desordem administrativa e as críticas dos setores de esquerda, não impediram a ascensão deste setor político ao poder e nem mesmo de ele representar parte importante na construção da democracia do Uruguai.

Por outro lado, ao considerarmos igualmente as divisões realizadas dentro do Partido Colorado, a *Lista 14*, considerada anticolegialista e vista, por essa razão, como fração política conservadora por muitos autores, fazia oposição ao atual governo. A partir do agravamento da crise econômica e social, marcada pelas constantes greves registradas no período, e o esgotamento de uma política de conciliação de classes, os ruralistas fizeram acordo com Herrera, fundando a *Unión Blanca Democrática*²⁵. Este realinhamento dos ruralistas com os nacionalistas foi importante passo para derrotar o Partido Colorado nas eleições de 1958 e decretar o fim do período conhecido como neobatllismo. Benito Nardone, com sua *Liga Federal de Acción Ruralista*, aproxima-se de Herrera e da nova organização política, a *Unión Blanca Democrática*, conforme indica Nahum (1994). Também busca o apoio político do Dr. Alberto Demichelli, antigo apoiador de Gabriel Terra, do Partido Colorado. Propunha uma reforma constitucional, que incluía a implantação do presidencialismo, o fim da lei de Lemas e a criação de um Banco Central.

As eleições de 1958 contaram com o triunfo do Partido Nacional²⁶, após 93 anos de hegemonia colorada. As divisões internas no Partido Colorado, entre *Lista 14* e *Lista 15*; a crise econômica; o estancamento do setor agropecuário; o *déficit* da balança comercial; o fechamento dos frigoríficos Artigas e Swift, permitiram que o Partido Nacional e o setor ruralista triunfassem nestas eleições, com críticas severas aos batllistas que governaram por quase um século. Quais

²⁵ Nasceu no dia 15 de agosto de 1956, com a formação de uma coalizão entre o *Nacionalismo Independiente*, *Reconstrucción Blanca* e o *Movimiento Popular Nacionalista*.

²⁶ “Na aliança formada para estas eleições, o Partido Nacional contou com amplo apoio de seu setor majoritário, o *herrerismo*, de grupos de origem no *nacionalismo independiente*, e setores destacados do *herrerismo*, *Unión Blanca Democrática* (UBD), e se organizaram através do lema *Reconstrucción Blanca*” (ARTEAGA, 2000, p. 240, grifo do autor).

foram os fatos que levaram à derrota da *Lista 15*? Os anos que se seguem após o fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados por lutas políticas, greves, crises e transformações no modelo de desenvolvimento capitalista no Uruguai. O setor que ganhou as eleições representava fundamentalmente o latifúndio, a grande burguesia intermediária e os setores do capital financeiro. Representavam os controladores dos Estados Unidos sobre a política exterior e permitiram sua penetração na economia. Não se tratava simplesmente de uma mudança entre as elites uruguaias no poder, mas sim uma mudança à direita na esfera da condução política.

Na análise realizada no XVIII Congresso do PCU, em 1962, Arismendi (2010) aborda dois elementos para entendermos as eleições de 1958. Primeiro, os reflexos de uma sociedade em crise recaíram sobre o governo e, desse modo, a responsabilidade por tal debilidade política, econômica e social. Em segundo lugar, o descontentamento popular, ao não encontrar uma nova perspectiva política imediata, pode ser desviado, em parte, por meio da Lei de Lemas, que garantia uma vitória dos grupos heterogêneos reunidos sob o Partido Nacional.

A crise que afetou gravemente o Uruguai foi proveniente das recessões vividas fundamentalmente pelos Estados Unidos e dos cenários de guerras. Os EUA descarregavam, em particular, os efeitos da crise sobre a América Latina, desorganizando as economias nacionais, acentuando as flutuações em baixa dos preços das matérias-primas e alimentos no mercado mundial. As lutas de classes; os Grêmios Solidários; a frente de esquerda com operários, estudantes, professores, aposentados e setores da esquerda progressista expressavam um pouco mais da situação nacional, ou conforme Arismendi (2010) tem tratado como o “fim da Suíça latino-americana”, expressando exatamente esta crise vivenciada pelo Uruguai, e representando o fim de um projeto de desenvolvimento autônomo e construção da indústria nacional.

O processo de desenvolvimento capitalista, ocorrido sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, contribuiu para o crescimento do proletariado industrial. Ainda em posse dos dados trazidos por Arismendi (2010), podemos observar que os maiores setores eram o da construção e do transporte. Afirma que se compunham, com a cifra de 300 mil operários, dos quais 200 mil viviam e trabalhavam em Montevideú, correspondendo a 20% da população. Outro elemento básico para a compreensão sobre as eleições de 1958 e o desenvolvimento capitalista uruguaio é a situação do campo.

Como identificamos anteriormente, as relações sociais se processaram por meio do latifúndio, baseado em uma economia de exportação. O êxodo rural e a concentração de renda em

poucas mãos são elementos para compreendermos a crise estrutural uruguaia desse período. Os Blancos governaram por duas gestões (1958-62, 1962-66). A primeira gestão do sistema colegiado de governo foi marcada pelos seguintes representantes: Echegoyen, Nardone, Haedo e Harrison. Governo marcado pela presença de herreristas e ruralistas na Junta Nacional de Governo, implementaram políticas de caráter liberal e forte crítica ao neobatllismo, mudando a política de orientação de intervenção do Estado direta na economia por uma concepção de que a “autorregulação” apareceria como uma de suas premissas fundamentais, além do fortalecimento de empresas privadas e estrangeiras, em detrimento às públicas e estatais – atendendo às reivindicações empresariais. Realizaram uma reforma no sistema financeiro do país, com uma forte desvalorização de sua moeda e eliminaram os controles comerciais sobre as importações e exportações.

Portanto, conforme o historiador Arteaga (2000, p. 243), os Blancos, ao iniciarem sua reforma, “teriam uma orientação anti-industrial e anti-protecionista, que pretendia melhorar as condições para as exportações pecuárias, redistribuir os investimentos a favor da produção agropecuária e reduzir o peso do Estado”. Com a morte de Herrera, ocorreram divisões políticas dentro do Partido Nacional.

O autor em destaque assinala que Haedo, Arturo Heber e Giannattasio romperam com os Blancos e formaram o grupo conhecido como ortodoxos. Dessa forma, embasados em um programa comum, uniram-se à *Unión Blanca Democrática* e venceram as eleições de 1962, neutralizando a influência do ruralista Nardone. Evidenciamos também que, o ex-ministro de Indústrias e Trabalho, Enrique Erro, se deslocou do herrerismo para formar a *Lista 41* e Ariel Collazo, por sua vez, criou o *Movimiento Revolucionario Oriental* (MRO). Dentro do Partido Colorado, no mesmo período, houve a cisão de Zelmar Michelini, integrante da *Lista 15*, que formou a *Lista 99*²⁷ em conjunto com Hugo Batalla e Aquiles Lanza, incorporando, igualmente, representantes da *Lista 14*, como Renán Rodríguez e Enrique Martínez Moreno. A experiência da Junta Nacional de Governo, órgão colegiado de governo que substituiria a figura do presidente da República, apresentou uma vida curta na história uruguaia. A reforma constitucional de 1967, que teve como objetivo central eliminar o sistema colegiado de governo e reimplementar o

²⁷ “A Lista 99, oficialmente chamada *Por el Gobierno del Pueblo*, reivindicava um batllismo, com plataformas tais como: melhor distribuição da riqueza, definição de posse da terra e total independência frente aos Estados Unidos” (ARTEAGA, 2000, p. 246, grifo do autor).

presidencialismo no país contou, inicialmente, com a força política dos ruralistas, liderados por Benito Nardone, aliado ao setor herrerista.

Nos anos 1950, o modo de produção capitalista dependente e subdesenvolvido está edificado no Uruguai. Além disso, o mercado interno está unificado e a presença de uma infraestrutura que permite a produção e escoamento para os países centrais do capitalismo está consolidada. As frações burguesas dominantes exerciam uma ampla hegemonia sobre os setores médios. A repressão se centraliza e as Forças Armadas desempenham o papel de defesa dos interesses dos grandes proprietários. A questão sociológica aqui levantada é de que maneira a burguesia conseguiu romper com suas divergências internas e consolidar sua dominação burguesa e o processo de transformação capitalista em direção ao capitalismo monopolista?

Primeiramente, observamos que, a partir do retorno do setor batllista ao poder de Estado, foram implementadas políticas direcionadas ao desenvolvimento industrial, privilegiando o setor privado, com grande influência das empresas estrangeiras. A dominação burguesa que se consolidaria em torno de uma política de cooptação, ainda no governo de José Batlle y Ordóñez, evidenciada na aprovação da coparticipação das minorias no poder, que ao se sentirem representadas, mesmo tendo perdido o pleito eleitoral, garantiriam certa estabilidade política, a qual se esgotaria com a crise de 1929. Com os sucessivos golpes de Estado de 1942 e 1943, em que os setores agroexportadores foram os protagonistas, o Uruguai passava por uma transição ao chamado capitalismo concorrencial, com a transformação de suas oficinas em indústrias, convertendo o trabalho artesanal em trabalho operário. Considerando estas transformações ocorreram, igualmente, mudanças no solo do movimento operário, que viveu a construção de outras formas de organização sindical e as transformações nos planos estratégicos de luta. Diante desta transição completa, o capitalismo concorrencial, perfeitamente instalado no país, que se desenvolveu conforme a divisão internacional do trabalho, deixou de ser simplesmente mero exportador de matérias-primas baratas. Agora, os países hegemônicos se apossariam de seu mercado interno a partir da implementação de monopólios, cartéis e trustes que controlariam os setores da indústria e do comércio. Este controle provinha da falta de possibilidade de autodefesa do Uruguai, uma vez que a história nos mostra sua subordinação direta ao capital internacional desde suas origens, o que significa dizer que este país nunca se libertou de um desenvolvimento associado às economias externas.

A Revolução Burguesa estaria marcada pela passagem da fase do capitalismo concorrencial

à fase monopolista, conforme nos indicou Fernandes (1975). Logo, nossa pergunta é: como se caracteriza essa Revolução? Quais são os setores da burguesia que contribuem diretamente com ela? Consideramos que essa revolução se destacaria por ser diferente de outras revoluções ocorridas no mundo, como a francesa. Na França, evidenciamos o surgimento de uma burguesia com um caráter nacionalista que, de fato, enfrentou os antagonismos de seu país e o libertou das amarras feudais, instalando um modelo de desenvolvimento capitalista independente, assentado em bases próprias. No Uruguai, evidenciamos que o processo de transição ao capitalismo monopolista atravessou longas etapas de crises internas, com a divisão de sua burguesia e as lutas empreendidas pelo movimento sindical e os partidos de esquerda. O projeto de industrialização se estruturou sob parâmetros estabelecidos pelos grandes consórcios internacionais, mesmo com a implementação de uma indústria nacional pelos representantes batllistas vinculados à Lista 15. Esta referida industrialização necessitava de tecnologia e insumos produzidos em outros países, e este setor da burguesia nacional jamais apresentou um projeto que visasse o rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento. A partir das cisões no campo da burguesia e da radicalização do movimento operário e suas greves solidárias, o processo de transição ao capitalismo monopolista e a conclusão deste processo de Revolução Burguesa, em nossa opinião, se completará somente com o golpe de Estado civil-militar de 1973, com a abertura total do país aos setores internacionais.

Em consonância às ideias desenvolvidas até aqui, afirmamos que a dependência e o subdesenvolvimento estão expressos na subordinação do Uruguai aos centros imperialistas. Além disso, os limites econômicos e políticos ao desenvolvimento e à soberania nacional significam os maiores obstáculos para o aprofundamento da democracia e para construção de um bem-estar nacional.

Recordemos que, após a Segunda Guerra Mundial, a correlação de forças se modifica e se estabelece a hegemonia dos Estados Unidos. Cores (1989, p. 93) adverte que os capitais bancário, industrial e agrário se fundem no Uruguai, sob a forte queda dos preços internacionais no período do pós-guerra. As consequências são observadas na concentração da riqueza, maior dependência internacional e crescente conservadorismo político.

Como solução para a crise e a unificação da esquerda no Uruguai, como sinal de descontentamento da população em relação aos partidos tradicionais, mais uma vez as elites

uruguaias apoiam um golpe de Estado em 1973, com o presidente Juan María Bordaberry²⁸. Ao implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento (1973-1977), o governo declararia que as causas profundas do estancamento produtivo eram as transferências financeiras que o setor exportador fazia para o desenvolvimento do setor industrial e para a segurança social²⁹. Este período foi profundamente marcado pela luta armada, organizada pelos Tupamaros³⁰, que foram fortemente reprimidos pelas *Medidas Prontas de Seguridad* implementadas pelo governo.

Concluimos, parcialmente, como parte de nossos objetivos e, em consonância às ideias expostas até o momento, que o caráter da dominação burguesa no Uruguai, até o ponto que analisamos, se apresenta com características autocráticas, evidenciadas por meio de seus sucessivos e constantes golpes de Estado, com práticas de realização de acordos entre as elites, dispensando a classe trabalhadora de qualquer e toda decisão nos rumos do país, sempre mediante propostas de reformas constitucionais, as quais surgem ao longo de sua história do século XX, e a manutenção de uma arquitetura bipartidária. Outro mecanismo identificado é a existência da chamada Lei de Lemas, por meio da qual era permitida a candidatura de mais de um candidato por partido político por meio da apresentação de uma lista com distintos Lemas, em que se podia encontrar uma série de correntes ideológicas dentro de cada lema, desde a ultradireita até a esquerda anti-imperialista, para que ninguém deixasse de se sentir representado ao votar. Porém, a soma de votos favorecia sempre aos setores rigidamente controlados pelas elites econômicas dentro de cada partido tradicional.

Por fim, Trías (1990) parte de uma análise da criação e desenvolvimento do sistema bancário uruguaio e o seu entrelaçamento com o capital internacional e privado, identificando, assim, em sua tese, a maneira pela qual se dá a transferência da poupança nacional do Uruguai para os setores vinculados ao capital internacional. Sua definição de subdesenvolvimento carrega consigo a ideia de limitação e deformação do desenvolvimento, concluindo a existência de uma

²⁸ Filho de Domingo Bordaberry, o fazendeiro e representante do ruralismo uruguaio, foi eleito senador pelo setor ruralista sob o lema do Partido Nacional, também se destacou como ministro na presidência de Pacheco Areco.

²⁹ Neste período, no Uruguai, conforme o trabalho de Arteaga (2000, p. 289), existiam 440.000 aposentados e pensionistas em uma população total de 2.600.000 habitantes.

³⁰ Os *Tupamaros* ou *Movimiento de Liberación Nacional* surgiu no Uruguai como uma organização em decorrência da deterioração do nível de vida, fazia críticas à via eleitoral para modificar a estrutura econômica e social. Realizaram diversas ações no Uruguai, de 1967 a 1972, como sequestros, expropriação de bancos, libertação de presos políticos. Clericetti (1984) aponta que os *Tupamaros* não possuíam uma ideologia definida, uma filosofia política clara, em comparação a outros movimentos, como o *Ejército Revolucionario del Pueblo en Argentina*, de tradição trotskysta; os *Montoneros*, peronistas de esquerda; e o *Sendero Luminoso*, de tradição maoísta.

estrutura subsidiária, refletida aos interesses dos centros financeiros dominantes. Dessa maneira, afirma que seu país é pobre e subdesenvolvido não porque careça de capitais – lembra a explanação dos chamados desenvolvimentistas –, mas evidencia que seu excedente econômico é capturado e transferido para os países desenvolvidos. Portanto, a transformação capitalista estaria marcada pela passagem de três fases do capitalismo, como discutimos ao longo desta pesquisa. Primeiramente com sua fase mercantil e sua transição a um capitalismo concorrencial e, por fim, seu desenvolvimento monopolista, o qual, ao longo de sua história, vem realizando um controle da economia de tal modo que garantiria a lucratividade do capital estrangeiro e do privilégio de sua burguesia nacional, fornecendo às classes populares uma cota da renda nacional que as mantenha em um estado que não as permita chegar aos níveis de rebeldia, perpetuando, dessa forma, a incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade, conforme tentamos demonstrar com esta tese de doutoramento.

CAPÍTULO II – A UNIFICAÇÃO DA ESQUERDA URUGUAIA E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA

2.1. A teoria da revolução da esquerda uruguaia

No capítulo anterior, discutimos o surgimento e o processo de constituição da dominação burguesa, que se compôs por meio de uma forma autocrática, consolidando-se no poder com a manutenção de um subdesenvolvimento caracterizado por níveis extremos de pobreza da classe trabalhadora. Essa dominação foi fundada ainda no período colonial do Uruguai, fundamentalmente com base no imperialismo dos países hegemônicos da economia capitalista e suas necessidades decorrentes de seus próprios processos de expansões e transformações, marcados pelas guerras interimperialistas de divisão do mundo e, também, decorrente ao seu processo de transformação capitalista, constituído nas distintas fases pelas quais atravessou o capitalismo. Todavia, não poderemos compreender a formação e o caráter do capitalismo no Uruguai e a situação do trabalho sem discutirmos o processo de formação da esquerda deste país, isto é, as teses defendidas e programas políticos, o processo de unificação em âmbito sindical e partidário, assim como o resgate de suas lutas no período delimitado e, por fim, as relações trabalhistas. Esse debate nos dará subsídios para cumprirmos parte de nossos objetivos, ou seja, a demonstração da incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação. Analisaremos, neste momento, com a esquerda, suas teses e ações políticas que constituiriam a resistência à situação de dependência, subdesenvolvimento e da superexploração do trabalho, a qual se encontravam submetidos os trabalhadores uruguaios.

O esboço realizado sobre a estrutura econômica, social e política do Uruguai nos revela a sua verdadeira natureza histórica. A evolução de sua economia nacional se deu a partir de um desenvolvimento desigual, ou seja, a partir de distintas formações sociais combinadas, heterogêneas e desiguais. Com Vivían Trías, em **Aportes para um socialismo nacional** (1989), descrevemos o seguinte esquema para compreensão deste problema, que se refere a como se deu o processo de desenvolvimento de países considerados subdesenvolvidos e dependentes: primeiramente, se manifestariam como estruturas capitalistas controladas pelo imperialismo, que em seu pensamento se desponha na relação dialética metrópole-colônia. Naquele momento histórico, as empresas forâneas já controlariam o mercado interno, como é o exemplo das

companhias de transporte ferroviário inglesas, implantadas no país em seu primeiro impulso capitalista. Uma segunda característica, que foi destacada no pensamento do autor e na história uruguaia, são as formas capitalistas próprias, ou seja, como são os exemplos das fábricas nacionais. O autor nos adverte que estes capitais nacionais conviviam, e ainda convivem, com os de origem imperialista, como são modelos as empresas mistas que, por sua vez, representadas pela incapacidade nacional em produção de tecnologias, têm a sua situação de dependência e subdesenvolvimento mais evidentes. Surgiria desta trama a disputa pelo mercado interno e, como evidenciamos, as elites se associariam a estes setores estrangeiros e adquiririam dos monopólios imperialistas as maquinarias necessárias para a produção nacional. Em terceiro lugar, apresentamos a problemática referente aos restos feudais como o latifúndio, o pagamento em espécies no campo, a usura, o artesanato. Na concepção debatida por Trías, “estes remanescentes se ligam ao imperialismo para coagular ao conjunto da economia no seu status monocultor e atrasado” (TRÍAS, 1989, p. 194).

Contudo, as constatações que realizamos com base no pensamento de Vivián Trías (1989) nos dirigem à compreensão de que o Uruguai estaria submetido pela lei do desenvolvimento desigual e por uma relação de subordinação. Em nossa concepção, verificamos que a formação dominante do país é de natureza capitalista, mas não responde a um desenvolvimento de capitalismo nacional e próprio, como os EUA, Japão e países da Europa, mas sim, subordinado ao imperialismo. Esta, portanto, seria a forma de subordinação do Uruguai, particularmente; e das sociedades subdesenvolvidas e dependentes dos países desenvolvidos, de maneira geral. Dessa forma, o subdesenvolvimento uruguaio e latino-americano seria decorrente desse processo de subordinação. Este elemento observado, presente na realidade uruguaia e latino-americana, o desenvolvimento desigual, se evidencia na sobrevivência de resquícios feudais que convivem junto ao monopólio industrial, isto é, a história do capitalismo uruguaio se manifesta com a particularidade de que na passagem de uma fase à outra do modo de produção capitalista, o país não superaria sua última forma de desenvolvimento capitalista. Por conseguinte, a questão que surge é: qual é a proposta da esquerda para eliminar essa dependência e subdesenvolvimento que se encontra submetido o Uruguai?

Uma primeira resposta aparece com a tese da realização de uma revolução democrática-burguesa de caráter capitalista. Logo, com o intuito de entendermos como a esquerda uruguaia responderia à questão, encontramos a seguinte passagem:

Consiste em desenvolver os fatores do capitalismo nacional, em contradição com os fatores imperialistas e feudais, e convertê-los de formação subordinada em formação subordinante. Também, nas velhas potências metropolitanas, o capitalismo se transformou de forma subordinada em forma subordinante (TRÍAS, 1989, p. 197).

Assim, o *Partido Comunista del Uruguay* (PCU) nasce em decorrência da experiência histórica da Revolução Russa e das ideias de Lenin, assentadas no protagonismo que havia exercido o proletariado daquele país. Por outro lado, também nasce na luta contra as concepções anarquistas e socialdemocratas. Sua vinculação à Terceira Internacional, a Internacional Comunista (IC), o levou ainda a concretizar mudanças em sua avaliação sobre a conjuntura internacional e nacional – momento histórico marcado por duas grandes Guerras Mundiais e a bipolarização do mundo entre comunistas e capitalistas. As ideias de Lenin eram predominantes, sobretudo no que se refere às teses da IC e à atuação dos comunistas em âmbito mundial. Nesse sentido, perguntamos: quais são as ideias desenvolvidas por Lenin? Quais são as influências das teses da Terceira Internacional no programa do Partido Comunista e em sua atuação?

Na revolução de 1905, na Rússia, Lenin acreditava que as medidas econômicas contra a propriedade fundiária feudal eram mais importantes do que os projetos constitucionais, segundo Harding (2001, p. 212). Esse fato, de acordo com a opinião do autor, é a razão para que Lenin tenha apoiado a nacionalização das terras como medida para separar a burguesia dos grandes proprietários de terras: promover o rápido desenvolvimento do capitalismo no campo e atrair os camponeses pobres para o lado do proletariado. Em 1916, Lenin escreveria **O imperialismo, fase superior do capitalismo**, em que avaliou o surgimento do capitalismo monopolista, fornecendo-nos a compreensão de que os monopólios, cartéis e trustes substituiriam a livre-concorrência estabelecida como parâmetro na fase do capitalismo concorrencial. O problema da exportação de capitais apareceria como elemento histórico novo, este substituiria a preponderância do papel que a exportação de mercadorias teria assumido, dando surgimento a uma classe parasitária, que viveria somente dos lucros provenientes da especulação financeira. A sociedade e o Estado estariam, assim, subordinados às necessidades do capital financeiro, ou seja, aos interesses dos bancos. Em **O Estado e Revolução**, de 1917, estariam reunidos os elementos de sua teoria revolucionária. A guerra imperialista de partilha do mundo e a crise econômica tornavam a revolução comunista imprescindível. O truste capitalista-estatal e burocrático-militarista seria substituído pelos

conselhos populares, os chamados *soviets*. Aqui, estariam reunidas e expostas algumas das bases teóricas da concepção para a teoria da revolução no pensamento de Lenin. Com a ascensão do proletariado ao poder na Rússia, em 1917, sob a luz da Primeira Guerra Mundial e a desintegração da Segunda Internacional Comunista, em 1919, na cidade de Moscou, por iniciativa dos Bolcheviques, fundar-se-ia a Terceira Internacional, também conhecida como Internacional Comunista ou *Komintern*. Em suas concepções difundidas, a revolução estaria marcada por uma fase de superação do imperialismo, em que se tornaria imprescindível a constituição de uma aliança operária-burguesa, a qual teria como tarefa a superação do subdesenvolvimento e o atraso, além da eliminação dos resquícios feudais ainda existentes nas relações de trabalho no campo. Isto seguido de outro período revolucionário que contaria com a emancipação completa do proletariado como classe hegemônica e a sua ascensão ao Estado com a inauguração do socialismo.

A concepção de revolução trabalhada pelo *Partido Comunista del Uruguay* vai ao encontro com as teses aprovadas pelo VII Congresso da Terceira Internacional. Na América do Sul, foi criado um organismo que se encarregaria da elaboração teórica e da linha revolucionária, conhecido como *Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista*, com sua sede em Montevideú, conforme demonstram Caio Prado Júnior (1966) e Antonio Carlos Mazzeo (2015). O debate realizado nos indica que a teoria da revolução brasileira seguiria também as teses aprovadas em Moscou e sua concepção de Revolução agrária e anti-imperialista. Anti-imperialista porque resiste à dominação das potências hegemônicas do capitalismo e agrária porque se tratava da superação da etapa feudal. A classificação dos países como coloniais e semicoloniais e países dependentes, concepções que também constatamos e destacamos, ao expormos as ideias de Vivían Trías e Rodney Arismendi, que são os dois maiores expoentes teóricos da esquerda uruguaia no século XX, nos dá pistas da presença destas teses aprovadas na IC no Uruguai, nas quais constatamos a presença do esquema da revolução democrática-burguesa destinada a eliminar os restos feudais no Uruguai nas teses do PCU e do PS.

No XVII Congresso do *Partido Comunista del Uruguay*, em 1958, foram apresentados dois documentos: *Declaración Programática e Plataforma Inmediata e de Estatutos*. A proposta trazida é a transformação radical por meio da revolução agrária e anti-imperialista. Esta situação inicial a partir da qual se inicia o documento, segundo Arismendi (2010, p. 44), refere-se à concepção sobre a revolução no que diz respeito ao estudo objetivo da realidade uruguaia, e é pensada conforme as concepções de Lenin sobre o caráter da revolução em países dependentes do imperialismo. A tese

apresentada neste documento aborda que os objetivos desta revolução agrária e anti-imperialista consistiriam, primeiramente, na libertação econômica total do país, destruindo, assim, todas as formas de monopólio e conjuntos de pactos e medidas militares. Os objetivos nacionais, ou seja, anti-imperialistas da revolução estariam entrelaçados com os objetivos agrários e antifeudais, com a realização de uma ampla reforma agrária, que comprometem a soberania e o bem-estar do povo uruguaio. Esta revolução iria se concluir com um governo de *Liberación Nacional*. Para alcançar estes objetivos, a análise realizada e aprovada pelo PCU no referido Congresso, assinala que o caráter da estrutura econômica condicionaria a disposição geral das classes e das camadas sociais. Demonstra Arismendi (2010), que as classes sociais no Uruguai estariam organizadas, por um lado, pelos grandes proprietários de terras e grandes capitalistas antinacionais e, por outro, pela classe operária: os camponeses, as grandes massas trabalhadoras; e a pequena burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia nacional e todos os setores patrióticos. A aliança destes setores em contraposição aos imperialistas e setores dos grandes imperialistas formaria a *Frente Democrático de Liberación Nacional*.

A discussão apresentada para o documento *Plataforma Política Inmediata* consiste em um plano de ação frente à crise econômica, composto por reivindicações econômicas e sociais. Arismendi (2010) apontaria que alguns de seus traços gerais apareceriam como a defesa e ampliação das liberdades democráticas; reforma agrária em benefício de camponeses e peões; a defesa e o desenvolvimento da economia frente aos monopólios imperialistas. Contudo, em sua análise realizada neste documento, apresentaria três dificuldades básicas para alcançar os objetivos.

Primeiro, aponta que o conjunto de lutas reivindicativas, com exceção das sindicais, se encontravam dispersas. A possível causa apontada está explicada por meio da insuficiente vinculação, tanto no plano sindical como no político do proletariado, com a ampla gama das camadas médias. A segunda debilidade apontada consiste na ausência de um movimento amplo organizado em favor da paz, contra o imperialismo, pela independência nacional, ou seja, esta ausência implicaria em fator de dispersão sobre o proletariado. A terceira causa apresentada é a débil busca de caminhos para convencer as forças políticas nos partidos políticos da direita, com o intuito de impulsionar homens ou grupos a posições mais ativas em favor da paz e das reivindicações das massas.

A partir da exposição dos documentos aprovados no XVII Congresso do PCU, em 1958, constatamos, com a proposta trazida no documento *Declaración Programática*, a tese da

transformação radical por meio da revolução agrária e anti-imperialista, comprovando, assim, a presença das determinações teóricas e práticas aprovadas pelo VII Congresso da Terceira Internacional nos documentos do partido. A compreensão de que a eliminação dos resquícios feudais herdados do período colonial seria a primeira etapa para a superação do atraso e a definitiva constituição de um capitalismo no país, que guiaria o proletariado em direção à Revolução Comunista.

Portanto, em nossa compreensão, na concepção apresentada pelo documento *Declaración Programática*, os objetivos desta revolução agrária e anti-imperialista consistiriam, primeiramente, na libertação econômica total do país voltada à destruição dos monopólios, com a realização de uma reforma agrária e formação de um governo de Libertação Nacional. Além disso, ela apresenta uma análise das classes sociais que compõem a sociedade uruguaia e as divide em dois lados distintos: sendo o primeiro composto pelos latifundiários e grandes capitalistas, entendido como o setor conservador e reacionário, por representar o projeto que manteria o país submetido aos setores estrangeiros, à monocultura e ao latifúndio; e, de outro lado, se encontra a classe social composta por uma combinação de operários e trabalhadores urbanos; camponeses e os setores da classe média; professores, intelectuais; e, por fim, setores da burguesia nacional e patrióticos progressistas. No entendimento do partido, esta segunda classe social constituiria o setor progressista e, com sua unidade, poder-se-ia compor o que foi chamada de *Frente Democrático de Liberación Nacional*.

No documento *Plataforma Inmediata e de Estatutos* são apresentadas reivindicações econômicas e sociais e apontadas dificuldades para a conquista de seu projeto político. O partido avaliou, neste documento, que a ausência de uma vinculação orgânica da classe trabalhadora com os partidos políticos e o sindicato representaria uma primeira dificuldade na consolidação de uma estrutura partidária sólida. Seguida pelo problema da inexistência de um movimento amplo e nacional em favor das liberdades sociais e a reforma agrária, o que demonstraria uma outra debilidade para o movimento revolucionário uruguaio. Por fim, a terceira causa residiria nos chamados partidos tradicionais, Partido Colorado e Partido Nacional (Blanco), na impossibilidade de conquistar mudanças programáticas e adeptos em favor da construção de uma frente política.

A *Declaración Programática* do PCU sintetiza esse processo de elaboração teórica e dá

início a uma etapa de reconstrução partidária³¹, com a aproximação do partido dos movimentos sindical e popular, princípios baseados na independência das organizações populares e o crescimento de sua influência no seio dos movimentos, por meio de uma linha consequente na defesa da unidade e no respeito pelas decisões democráticas dos organismos.

Turiansky (2010)³² constata que o referido documento se transformou em uma poderosa ferramenta no estudo da realidade de seu país, de sua composição social, das forças motrizes da revolução e dos quadros de alianças, contribuindo na construção do programa do movimento operário e popular para forjar sua unidade social e política. O documento analisado caracterizou o Uruguai, segundo o autor em evidência, como um país cujo capitalismo se apresenta com um caráter deformado e dependente, e estabeleceu, a partir daí e de seu objetivo socialista, uma etapa imediata nacional libertadora com um quadro de alianças correspondente, construindo, assim, uma Frente social e política, como ferramenta organizativa capaz de abordar essa tarefa.

Contudo, nossos direcionamentos ao conteúdo estudado nos documentos do PCU são distintos daqueles que Turiansky (2010) escreve em sua pesquisa. Em sua análise, ele realiza uma comparação das teses do partido com a conjuntura dos anos 1980 e 1990. Avaliação esta que não ressalta o debate da existência ou não de práticas feudais ou semifeudais no setor rural do Uruguai, posicionando-se somente pela criticidade revelada no documento e a denúncia do imperialismo nas relações de produção. Caio Prado Júnior (1966), ao avaliar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a vinculação de suas teses à chamada Terceira Internacional, contrariando o autor uruguaio, realizou um diagnóstico referente aos modos de produção estabelecidos no Brasil e a situação do trabalho, direcionando sua crítica para a inexistência de relações feudais ou semifeudais na realidade brasileira, em oposição ao defendido pelos intelectuais comunistas brasileiros. Entretanto, as questões que surgem neste momento são: existiram relações feudais ou semifeudais no Uruguai? Quais eram as relações de trabalho estabelecidas? As teses defendidas pelo PCU e o PS e suas vinculações à Terceira Internacional eram condizentes com a realidade uruguaia?

No capítulo primeiro desta tese de doutoramento, vimos que o Uruguai surgiu no período

³¹ Liderados por Rodney Arismendi os comunistas viveram um período efervescente de crescimento e de implementação de novas linhas estratégicas que levaram, junto a outras organizações de esquerda, à criação da CNT e posteriormente da Frente Ampla.

³² Wladimir Turiansky reconstrói teoricamente as linhas políticas do PCU até 1992. Protagonista de todo o processo, apresenta um trabalho crítico e de substancial relevo para a compreensão da história do *Partido Comunista del Uruguay*. Para um conhecimento mais amplo, favor consultar: TURIANKY, Wladimir. **Los comunistas uruguayos en la historia reciente 1955-1991**. Uruguay: Fin de Siglo, 2010.

de implantação da fase mercantilista do capitalismo, como consequência da disputa interimperialista pela conquista de novas colônias e semicolônias e, como nos lembra Fernandes (1975), a evolução da economia capitalista da América Latina se desenvolveria conforme as necessidades dos países hegemônicos e não como resultado das necessidades internas dos países dependentes e subdesenvolvidos. No entanto, com a apreciação de Finch (2014) sobre a política de terras, verifica-se que a oportunidade de garantir a posse da terra neste país estaria no poder da força física que o estancieiro possuía, bem como no determinado número de indígenas e peões que garantiriam a ele segurança, em troca de comida e abrigo. O autor em destaque nos conta que as relações de trabalho aqui podem ser consideradas como semifeudais, por representarem uma situação de dependência do indígena e do peão desocupado, que, em sua maioria, em decorrência das sucessivas guerras civis e da insegurança vivida no campo, trocavam a força de trabalho por segurança, comida e local para dormir e permanecer com suas famílias.

A formação da grande propriedade rural no Uruguai remonta ao início do século XVII, com a Hernandarias e as Missões Jesuíticas que, segundo Barrán e Nahun (2007), foram os caminhos clássicos percorridos para explicar o processo de povoação do país. A forma de apropriação das propriedades rurais caracterizava-se pela anarquia, pela ausência total de regras. Com a introdução de gado selvagem, que se encontrava solto e com sua multiplicação, atrairia colonos para se fixarem nestas terras. Diante desta situação de anarquia frente à posse da terra, com a tentativa de Artigas, em 1815, de ditar um “*Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus hacendados*”³³, nos perguntamos: quais eram as formas existentes para a aquisição de terras no Uruguai?

A técnica de colonização nesta região, analisada por Barrán e Nahun (2007), e as formas descritas para a posse de propriedades no Uruguai indicam que os colonos abriam o caminho da fronteira inóspita, rechaçando o índio e os portugueses, o gaúcho nômade que vagava pelas terras da Banda Oriental, estabelecendo-se com o gado, o rancho e os currais. Na visão dos autores, o resultado desta colonização foi uma sociedade de homens dependentes do grande fazendeiro ou

³³ Artigas, considerado como principal libertador nacional do império espanhol, em sua campanha pela independência do país, em 1815, ditava um Regulamento para ordenar a posse da propriedade privada e garantir a segurança de seus possuidores, sobretudo a segurança dos despossuídos da região da campanha. Esta foi uma primeira tentativa de garantia da posse da terra, que, mais tarde, após o fim das guerras civis e com a centralização do poder e a instituição de um governo central, o latifúndio seria regulamentado e garantido pelo Estado uruguaio. Para maiores informações, favor consultar: BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Bases económicas de la revolución artiguista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

livres de toda tutela, mas miseráveis.

A grande propriedade nesta jurisdição de Montevideu – e como posterioridade em todo o país – consolidou as técnicas mais primitivas de exploração, travou o nascimento dos povos e originou uma sociedade baseada na dependência pessoal, com sabores feudais (BARRÁN; NAHUN, 2007, p. 93).

Para os autores, os indígenas, o gaúcho errante e seus pioneiros foram sendo transformados, pela força de seus colonizadores, em seus arrendatários, peões e agregados. Esta transformação do homem livre em um ser dependente é fundamental para entendermos o surgimento do fenômeno do caudilhismo. Nos apresentam que, na região norte do país, situada no Rio Negro, em análise dos documentos de Pivel Devoto³⁴, os índios guaranis fugidos das Missões Jesuíticas junto à comunidade dos Charrúas habitavam estas áreas. Entretanto, a proximidade da fronteira com a colônia portuguesa (Brasil), a longa distância da capital e as péssimas condições das estradas, tornavam esta região do país menos valorizada e seu processo de povoamento foi mais lento que no sul, além das relações de posse da terra serem mais anárquicas.

Considerando a marginalização e o genocídio da população indígena e o processo de sedentarização do gaúcho, marcados pelo fim da Guerra Grande e o processo de cercamento dos latifúndios rurais, as relações de trabalho e o modo de produção foram sofrendo mudanças de acordo com as necessidades de expansão do capital estrangeiro, neste período marcado pelas ferrovias e o telégrafo. A população que vivia livre foi transformada em uma população de trabalhadores rurais, subordinados aos ditames do proprietário da terra. O grande número de desocupados que vagavam pelas terras, sem propriedades e tampouco condições para cultivá-las, acaba se submetendo a trabalhos em troca de moradia, comida, assim, percebe-se o estabelecimento de uma dependência de servidão. Não estamos dizendo com isso que o Uruguai teria passado por um feudalismo semelhante à França, por exemplo, mas, sim, que nesta fase de transição para um capitalismo mercantil, marcado pela expansão colonial europeia, identificamos relações de trabalho não assalariado, que são análogas às relações semifeudais. Contudo, encontramos em outro trabalho referencial de Barrán e Nahun (1967, p. 9)³⁵, a descrição feita pelo presidente da

³⁴ Juan Ernesto Pivel Devoto, historiador e educador uruguaio, pertencente ao Partido Nacional e ao setor nacionalista ligado ao herrerismo, contribuiria para uma bibliografia importante sobre o Uruguai.

³⁵ Este trabalho traz documentos oficiais, cartas enviadas pelo presidente da República Juan Francisco, entre 1852 e 1853, em seu giro pelo país para fazer um diagnóstico da real situação da economia e da população da região da

República Juan Francisco sobre a situação do país, nos anos finais da Guerra Grande, por meio de cartas, acerca da existência de números cada vez maiores de desocupados que viviam às margens das propriedades rurais, principalmente na região da campanha, que corresponde ao interior e à região de fronteira com o Brasil, representadas pelas regiões centro e norte uruguaias. Evidencia que o desamparo do Estado tornava fácil as práticas de roubo de gado, de constantes ameaças à posse da terra e tantas outras formas de violência. A situação do país de norte a sul, de leste a oeste era de abandono, que não estavam sendo aproveitadas para o plantio nem para a pecuária.

Seguindo nossa preocupação de entender se houve feudalismo ou não no Uruguai, conforme nos indicam as teses do PCU e da IC, encontramos referências da existência de formas de trabalho assalariado e relato de seu alto custo em 1852:

Tanto no Departamento de Minas como no de Cerro Largo a agricultura é quase nula; mas em um e outro ponto se deseja promover-la extensamente. A isto se opõe a assombrosa falta de braços que sente o país. Os peões que se prestam a ser agricultores custam muito caros. Não obstante, há algumas plantações de trigo e milho, cujas colheitas prometem muito este ano. No Departamento de Cerro Largo se deseja ardentemente a colonização, assim como se trabalha pela introdução de gado. O número de cabeças vacunas no departamento é quase como o de Maldonado, mas não há tantas perdas pelos campos vazios. A proximidade com a fronteira é vantajosa para a introdução, operação que tem feitos alguns estancieros brasileiros estabelecidos na República: ultimamente se haviam passado a este Estado como 5 mil cabeças... [COMERCIO DEL PLATA – Viernes 3 de diciembre de 1852 – Número 2054. Página 2.] (BARRÁN e NAHUN, 1967, p. 13-14).

A evidência histórica que temos, portanto, é da existência de trabalho assalariado no campo e da preocupação do governo em criar regiões de colonização, com intenção de promover uma autoridade do governo central e com a garantia e a defesa da grande propriedade rural como modelo. Os mesmos que são chamados vagabundos e indigentes sem índole, nas cartas do presidente da República Juan Francisco, demonstram claramente o caráter das elites uruguaias no processo de unificação do país após o seu processo de independência, ao não considerarem que o problema para a desocupação e o desemprego, como para a concentração de renda nas mãos de pouquíssimas famílias, e a manutenção do latifúndio e a prática de monocultura e pecuária extensiva, que ocuparia pouquíssima mão de obra e causaria o agravamento da pobreza e da

campanha e do litoral. Para mais informações, favor consultar: BARRÁN, José Pedro NAHUN, Benjamin. **Historia rural del Uruguay moderno 1851 1885 apéndice documental**. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

desigualdade no setor rural do país.

Portanto, em nossa compreensão, este período esteve marcado pelo processo de garantia e segurança da posse de propriedade privada no Uruguai; pela presença do latifúndio e da monocultura de exportação; e pela interferência do imperialismo inglês nos interesses nacionais, presentes na política, na economia e nos seus aspectos sociais, demonstrando-nos o processo de subordinação do país aos interesses da Inglaterra. Por outro lado, as relações de trabalho encontradas até aqui, por meio dos documentos oficiais publicados, apontam que uma das modalidades encontradas é a destinação de terras para que famílias pudessem cultivá-las, como nos ressalta a pesquisa de Barrán e Nahun (1967), além da contratação por tempo determinado – isto é, os períodos de plantio e colheitas – e dos peões e indígenas que cuidavam dos rebanhos bovino e ovino das fazendas, vivendo em extrema situação de pobreza e abandono, muitas vezes sob relações de trabalho semifeudais.

As análises do *Partido Comunista del Uruguay* defenderiam a revolução agrária e a superação do latifúndio para suprimir as relações feudais e semifeudais presentes nos países coloniais, semicoloniais e países dependentes, como primeira grande tarefa para acabar com a imposição de subdesenvolvimento nacional e implementar o capitalismo. Assim, com as próprias contradições que gerariam o modo de produção capitalista e a ação política do partido voltada para construção do socialismo, a revolução proletária seria inevitável. Inversamente, não foi o que encontramos ao longo da história do Uruguai. Embora exista um pequeno número de publicações que dão conta da existência ou não de relações feudais no país, encontramos cartas e documentos oficiais do governo, publicados por Barrán e Nahun (1967), que nos relatam a existência de trabalho assalariado e formas de emprego dos excluídos da região da campanha em situação análoga às práticas semifeudais, além de nos informarem, igualmente, a natureza da situação dos trabalhadores do campo; a situação da agropecuária e a dependência deste país das divisas e dos excedentes gerados pelo modelo agropastoril.

As relações sociais são estabelecidas por meio destas bases do modo de produção capitalista e do trabalho e pela oposição assumida na relação constituída pelos proprietários de terras, camponeses e trabalhadores rurais. Justamente dessa separação entre classes sociais distintas é que surgirão os conflitos e reivindicações camponesas pela livre utilização da terra, ou seja, a luta de classes estaria estabelecida pela luta entre os diferentes interesses das classes sociais vigentes nesse momento. As referências históricas do período de modernização estão presentes sobretudo em

Trías (1990), o qual constata que o primeiro impulso modernizador do Uruguai se encontraria justamente no esgotamento das crises de 1860-1870, com a aparição do capitalismo competitivo. Essas lutas camponesas vieram da Europa, conforme indica Caio Prado Júnior (1966, p. 59), mas encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo, quando as aspirações camponesas se uniram aos objetivos gerais da burguesia gerada pelo capitalismo, que se traduziu na introdução de práticas de produção capitalistas no campo.

Ainda na tentativa de respondermos à questão da interferência da Internacional Comunista no pensamento e ação da esquerda uruguaia, além da maneira pela qual ela responderia à situação de dependência, subdesenvolvimento nacional e a superexploração do trabalho, neste momento deste trabalho demonstraremos a tese sobre a revolução capitalista clássica realizada por Trías (1989), Secretário Geral do Partido Socialista.

Inicialmente, Trías admite que as nações desenvolvidas partiriam de um nível pré-capitalista e feudal e chegariam à fase do crescimento industrial. Assim, levanta a seguinte questão: é possível que se repita o mesmo fenômeno nas condições históricas de sua época? Em seu pensamento, o problema chave para a concretização de uma revolução industrial capitalista é de como superar a fase mercantil e financeira e dar um salto em direção à industrialização. Logo, em observação às revoluções burguesas clássicas, surge uma outra questão: de onde provêm os capitais necessários para financiar o processo de industrialização nos países hegemônicos da economia capitalista? Nos indica que estes capitais sairiam por meio de um processo conhecido como acumulação primitiva, que foi descrito por Marx. Esta primeira forma de acumulação se manifestaria por meio da expansão colonial europeia, ocorrida no século XVI, e este processo desembocaria nos impérios mercantilistas dos séculos XVII e XVIII. A pilhagem e o roubo a que foram submetidas as áreas colonizadas nutririam o financiamento da revolução industrial nas metrópoles capitalistas. Outro elemento importante destacado por Trías (1989), que contribuiria para o aumento da acumulação destes capitais, se evidenciaria na intensa exploração a que se submeteria o trabalhador nas primeiras etapas da revolução industrial. A mais-valia acumulada se alcançaria por meio dos baixos salários; das condições de exploração do trabalho, com jornadas de trabalho de até 16 horas diárias; do trabalho infantil e da falta de condições provocadas pelo maquinismo.

Extraímos três características históricas que são essenciais nas revoluções burguesas dos países desenvolvidos do século XIX. A primeira seria o surgimento de uma burguesia madura,

militante e capaz de liderar o processo de transformação capitalista. Uma segunda característica se manifesta pelo surgimento de um capitalismo competitivo em ambos países hegemônicos, sustentados pela presença de empresas individuais que entravam com sua tecnologia e produção nos países subdesenvolvidos e dependentes. Uma terceira característica é o triunfo do capitalismo sobre o feudalismo. Logo, nossa compreensão nos leva ao entendimento de que uma nova forma de organização social somente poderá se tornar dominante com a total destruição das antigas formas. Portanto, esta também é uma das características que os países desenvolvidos da Europa possuiriam em comum entre si.

Nesse sentido, Vivían Trías (1989, p. 200-201) responde à questão levantada sobre a possibilidade de realizar uma revolução democrática-burguesa, com as mesmas características nos países dependentes e subdesenvolvidos, aos moldes da formulação da Internacional Comunista, haja vista a enumeração das características relatadas até este momento sobre as revoluções burguesas do século XIX, afirmando que “não se pode repetir nas condições de nosso tempo”. Em suas justificativas para a resposta negativa, apresenta, primeiramente, a consideração da possibilidade de que se um capitalismo jovem atravessasse a barreira de sua fase mercantil e financeira, seguindo o curso da acumulação primitiva clássica, estaria definitivamente esgotado. Diz que não se pode construir uma expansão colonial como as do passado. No mercado mundial a disposição de uma nova metrópole teria se enfraquecido demais. Mostra-nos que quando os Estados Unidos, Alemanha e Japão iniciaram seus processos de transformação capitalista, já existiam grandes impérios coloniais, como são os casos da Inglaterra e da França. Considera que, naquele período, ainda existiam extensas zonas para colonizar, nas quais as metrópoles mais antigas não podiam chegar com um estrito controle, posto que sua capacidade colonizadora era limitada. A Alemanha, por exemplo, não teria conseguido obter um número imprescindível de colônias e teve que pleiteá-las em duas guerras mundiais de redivisão do mundo. Com efeito, para ele, a divisão da terra teria se finalizado, não sendo mais possível a criação de um novo império.

A segunda justificativa para sua resposta da impossibilidade da constituição de uma revolução democrática-burguesa aos moldes dos países desenvolvidos, deriva das considerações realizadas de que um capitalismo nacional deveria enfrentar o capitalismo mais maduro e forte como o seu principal inimigo. A luta para o desenvolvimento industrial aparece como anti-imperialista e não antifeudal. As teses da IC indicariam que, nas sociedades subdesenvolvidas persistiriam as estruturas feudais. Entretanto, justifica que esta presença de resquícios feudais não

possuiriam a mesma significação do passado. Para o autor, a lei da subordinação indica que esses elementos arcaicos estariam mediatizados, infiltrados, assimilados pelo imperialismo que representa a formação subordinante em uma sociedade dependente. “Isto é muito importante. Não se pode comparar a situação de atraso das que partiram as velhas nações capitalistas, com o subdesenvolvimento das atuais nações submetidas” (TRÍAS, 1990). Portanto, conclui que a situação de atraso encontrada nos países subdesenvolvidos seria efeito do desenvolvimento desigual organizado pelo imperialismo.

Sua terceira verificação é a de que se a burguesia nacional seria capaz de acaudilhar um grande movimento de massas na luta pela libertação nacional. A problemática levantada pelo autor conduziria a dois problemas: 1) o papel e as possibilidades da burguesia nacional em uma colônia e semicolônia; 2) sua capacidade para conduzir um vasto movimento policlassista na luta pela libertação nacional do imperialismo. O referido autor nos diz que as possibilidades de uma revolução democrática-burguesa em uma colônia ou semicolônia eram muito diferentes no princípio do século XX daquilo que seria possível no fim da década de 1970, período no qual ele redige este texto. A tendência profunda e irreversível na realidade dos países dependentes e subdesenvolvidos a respeito da situação internacional, se desenvolve em um sentido de esgotamento da via capitalista nacional.

Observa que, no fim do século XIX e na Primeira Guerra Mundial, um movimento nacional burguês aparecia como uma alternativa viável. As razões expostas por Trías (1989), primeiramente, aparecem na constatação de que o imperialismo não teria penetrado tão profundamente nas estruturas das sociedades subdesenvolvidas e dependentes. Também adverte para o fato de que o escasso desenvolvimento industrial não era promovido pelos monopólios estrangeiros, mas por jovens burguesias recém-constituídas, como consequência dos fatores capitalistas inseridos pela dominação imperialista. Estas burguesias enfrentariam o imperialismo e as classes aristocráticas feudais e semif feudais na tentativa de sua superação, pois, na opinião do autor, os intelectuais, advogados, artistas, ou seja, os setores médios, teriam grande influência frente a esta nova burguesia ascendente, por se constituírem como correias de transmissão das ideias mais avançadas de seu tempo e as chaves que articulam, ideologicamente, as suas sociedades com o processo histórico universal.

Outro elemento verificado, que justificaria sua pergunta sobre o desenvolvimento das revoluções democráticas-burguesas nas colônias, estaria representado pelas lutas

interimperialistas. O enfrentamento inconciliável das potências abriria a possibilidade do surgimento de nacionalismos burgueses e de caráter anti-imperialista. Em uma terceira proposição, Trías (1989) nos indica que o crescimento do capitalismo industrial se iniciaria pela indústria leve, voltada ao consumo. Esta expansão das indústrias leves, nos países hegemônicos do capitalismo, financiaria o ascenso das indústrias de meio de produção – básicas ou pesadas –, quando a demanda de mercadorias exigiu um aumento da produção para escalas mais amplas. Nos países subdesenvolvidos ocorreria algo similar, porém a diferença básica residiria no fato de que estes países não produziram máquinas e equipamentos para suas indústrias leves, ocorrendo que seu desenvolvimento tecnológico seria totalmente dependente da produção dos países desenvolvidos. Neste período considerado constitui-se como dominante o imperialismo inglês. Seus investimentos se concentrariam nos serviços públicos, produção de matérias-primas e empréstimos. Em rigor, até a década de 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial, não se observaria um impulso industrial nas colônias e semicolônias.

Estas características e fatos narrados no trabalho de Trías (1989), que representaram na história também as teses defendidas pelo PS uruguaio sobre a influência da Terceira Internacional, bem como as críticas dirigidas a elas, indicam, na opinião do autor, a possibilidade de uma revolução de superação imperialista de caráter nacional, que não conteria, no entanto, um elemento antifeudal em sua essência. O que moveria a história do subdesenvolvimento e a dependência de seu país, assim como as demais colônias e semicolônias, seria a ideia do desenvolvimento desigual, que estaria representada pela permanência de elementos considerados superados dentro de seu desenvolvimento capitalista, por exemplo, ressaltando a presença de elementos feudais na economia do Uruguai em sua fase industrial. Portanto, de acordo com sua apreciação, dois fatos ficariam claros diante da exposição realizada: 1) esses anos foram de auge e triunfo para os movimentos nacional-burgueses; e 2) estes movimentos estiveram fadados ao fracasso.

O que caracterizaria estes movimentos democrático-burgueses no Uruguai, e demais países subordinados, é a substituição da burguesia, praticamente inexistente como classe diferenciada, por um Estado forte, centralizado e que se apoia progressivamente nas massas. Nas próprias palavras do autor:

Ali que justifica justamente seu conteúdo `bonapartista`, em sua política de conciliação de classes, em sua tentativa de acionar por cima das contradições classistas. O imprescindível consenso de amplas capas do povo, se traduz em um

paternalismo social que redundava em conquistas positivas para aquelas e com certa frequência, o poder estatal se inclina por seus pontos de vista nos conflitos laborais. (TRÍAS, 1989, p. 209).

Evidenciamos, junto ao autor que, com o movimento tendo a conciliação de classes como instrumento primordial, tornar-se-ia impossível o alcance de seus objetivos. Desse modo, as burguesias nativas não poderiam ser a vanguarda de um vasto movimento anti-imperialista. Em primeiro lugar, a penetração imperialista teria se aprofundado demasiadamente nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais do Uruguai, mantendo a condição de subdesenvolvimento e dependência estrangeira. A indústria, que assumiria importância superior ao latifúndio, é monopolizada por empresas estrangeiras e elites agroexportadoras e mineradoras. As classes dominantes seriam unificadas e absorveriam o que havia de burguesia nacional, convertendo-se em burguesia intermediária que, frente aos lucros oferecidos ao imperialismo pela entrega do patrimônio nacional e os riscos de uma luta nacional e anti-imperialista, optam pela entrega da economia nacional ao capital imperialista.

2.2. A unificação do movimento sindical e a criação da Frente Ampla

A partir da tese da construção de uma revolução democrática-burguesa no Uruguai, pode-se identificar que a não aderência da burguesia nacional às ideias defendidas pela esquerda uruguaia, pelas razões que foram expostas, estão fundamentadas com base na observação de que as elites deste país entregaram sua economia nacional para a exploração por parte de empresas internacionais. Tais elites, diversamente ao comportamento das burguesias nacionais europeias, não realizaram uma revolução voltada à construção de um projeto de desenvolvimento autônomo e nacional. Dessa forma, é possível dizer que esta burguesia uruguaia, usando a expressão de Vivían Trías (1989), teria se convertido em uma burguesia intermediária. A esperança da esquerda, no setor nacionalista e nas políticas burguesas de substituição de importações, levaria a uma falsa análise da realidade nacional uruguaia e à impossibilidade de construir um movimento democrático de libertação nacional. Pelo contrário, essa mesma burguesia antinacional, em 1973, apoiaria o golpe de Estado de caráter civil-militar, que levaria os militantes de esquerda à prisão e à tortura. Alguns foram viver em outros países na condição de exilados, sobretudo no continente Europeu, e muitos outros assassinados pelos militares, os quais se apossaram do poder de Estado e concluíram

o processo de abertura política e comercial, beneficiando os setores estrangeiros e agroexportadores. Por outro lado, observamos que a esquerda tanto em âmbito sindical como por meio dos partidos políticos se unificou em uma mesma sigla, que culminou na criação da *Convención Nacional del Trabajo* (CNT) e da *Frente Amplio* (FA).

No entanto, diante desta averiguação de fracasso da aliança com a burguesia e da revolução democrática-burguesa no Uruguai, nos perguntamos: quais são as principais características da história da esquerda uruguaia deste período? Quais foram as organizações sindicais e partidárias que participaram da construção do processo de unificação da esquerda, e como se comportaram frente às transformações no modo de produção capitalista e sob as formas de dominação burguesa? Quais foram as condições que permitiram a unificação das esquerdas?

Observamos a origem da esquerda uruguaia no primeiro governo de José Batlle y Ordóñez, em 1905, com a fundação da *Federación Operaria Regional Uruguaya* (FORU), que possuía uma orientação de caráter anarquista e se construiria aos moldes da *Federación Operaria Regional Argentina* (FORA). De outro lado, também identificamos a presença de organizações socialistas, as quais fundariam a *Unión General de los Trabajadores* (UGT). Os cristãos estavam representados pela *Unión Democrática Cristiana* (UDC).

No Uruguai do início do século XX, as ideias anarquistas eram hegemônicas no seio do movimento popular. Segundo Salsamendi e Zapirain (2013), todas as organizações que participaram do congresso fundacional da FORU eram consideradas como sociedades de resistência, por possuírem vinculação ideológica anarquista. Essas organizações eram constituídas pelos quebradores de pedra e trabalhadores do granito, padeiros, pedreiros, motoristas, operários do porto, serradores, ferroviários, pintores, carpinteiros e gráficos, exemplos dos trabalhadores e suas categorias profissionais, que compuseram a FORU em seus primeiros anos de existência. Os trabalhadores provenientes da Europa, sobretudo da Espanha e Itália, traziam consigo formas de organização políticas decorrentes da exploração ocasionada pela Revolução Industrial e as transformações no mundo do trabalho. Estes trabalhadores europeus são os que, fundamentalmente, compunham a incipiente classe trabalhadora do país e eram os responsáveis pela construção das primeiras formas de organizações políticas de esquerda no Uruguai, como vimos, hegemonicamente de caráter anarquista.

A partir da fundação do Partido Socialista (PS), em 1910, com os sindicatos vinculados a este setor político, a esquerda seria convertida em aliada histórica de Batlle y Ordóñez. O PS teria

influência ideológica ligada à tradição socialdemocrata, nestes primeiros anos de sua formação, decorrente das teses da Segunda Internacional. Com o advento da Revolução Russa, o PS passaria a ter influência das teses e orientações programáticas aprovadas pela Terceira Internacional, que mudaria sua orientação de atuação política e teórica em relação à realidade do Uruguai. Ligados à uma perspectiva revolucionária, absorveriam em suas práticas a questão da revolução proletária comunista, propondo novas formas de mobilização. A influência das teses da IC e da Revolução Russa estiveram presentes em todas as organizações políticas de esquerda. Porrini (2013, 2014) aponta que a FORU, entre 1921 e 1923, passou por um processo interno de amplos debates sobre a questão da Revolução Russa, que acabou resultando na formação de uma nova organização, a *Unión Sindical Uruguaya* (USU). Em 1921, fundava-se o *Partido Comunista del Uruguay* (PCU), fruto de um longo debate dentro do Partido Socialista que acabou gerando uma cisão interna, ocasionada pela vinculação teórica de militantes às teses e determinações da Terceira Internacional. Já em 1929, surgiria a *Confederación General del Trabajo del Uruguay* (CGTU), de caráter comunista, resultado de uma divisão interna da USU. Neste período, é criada a *Unión General de los Trabajadores* (1942), a *Coordinación del Comité de Relaciones Sindicais* (1943), associações de origem católica e sindicatos autônomos³⁶.

Segundo as ideias de Vivían Trías (1990), o capitalismo concorrencial regeia, marcado pelo imperialismo monopolista nos setores estratégicos da economia nacional, desde fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, passando pelo esgotamento do sistema que se inicia com o *crack* da bolsa de Nova York de 1929, continua com a recessão de 1937 e culmina com a guerra 1939-45.

A década de 1930 foi um período de transformações no mundo do trabalho e para o movimento sindical uruguaio. Os efeitos da crise mundial sobre o Uruguai dariam causas a uma reação conservadora que determinaria a instauração de um golpe de Estado em 1933. Gabriel Terra, em seu governo, frente à queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial; à redução do volume de exportações; ao desaparecimento de capitais estrangeiros; e às barreiras protecionistas

³⁶ Vale ressaltar que este período foi marcado também pela forte organização de tendência contrarrevolucionária e de caráter imperialista, provenientes dos Estados Unidos, que possuíam suas ramificações e tentavam constituir-se no seio do movimento sindical uruguaio. Porrini (2013/2014, p. 16) demonstra que, em 1951, formaria-se a *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU), afiliada à *Confederación Internacional de Organizaciones Sindicais Livres* (CIOSL) e à *Organización Regional Interamericana de Trabajadores* (ORIT), que possuía forte inclinação anticomunista, vinculadas aos sindicatos provenientes dos Estados Unidos, especialmente, à Federação Americana do Trabalho/Congresso de Organizações Industriais, conhecida pela sigla em inglês AFL-CIO.

inicia o processo de modificações no país, com a aprovação de uma nova Constituição Federal. Assim, transformações na política de desenvolvimento e de câmbio, permitiriam que o país desenvolvesse sua política de substituição de importações. A principal mudança ocorrida foi a introdução de um parque industrial, permitindo que o país avançasse em seu processo de transformação capitalista, com a transição em direção ao capitalismo monopolista.

Trías (1990) nos indica que, desde a Segunda Guerra Mundial aos nossos dias, se desenvolve uma terceira forma do fenômeno imperialista: a fase monopólica-estatal e de integração mundial em torno dos Estados Unidos. As transformações decorrentes do movimento sindical estiveram caracterizadas pela sua passagem da clássica agrupação de trabalhadores por ofícios, para se reorganizarem em uma estrutura sindical formada por ramo de atividade industrial. Em decorrência do processo de transformação capitalista, proveniente do processo da expansão imperialista, o trabalho artesanal no Uruguai seria transformado em trabalho fabril e industrial. O proletariado uruguaio, que teria vivido uma fase de prosperidade nos primeiros anos do século XX, neste momento histórico experimentaria condições de vida e de trabalho que se transformariam resultando no aumento da precarização das condições de vida. Segundo Salsamendi e Zapirain (2013), o movimento sindical deste período foi caracterizado como “sindicalismo de transição”.

O retorno à democracia e a convocação de eleições, que ficou marcada pela vitória de Baldomir, significaria a volta dos batllistas ao poder. No entanto, mesmo com as garantias de que a democracia havia se estabilizado no país, o Uruguai sofre mais um golpe institucional, com a não convocação de eleições diretas em 1941, decisão que o governo estenderia até 1943, pois, como já indicamos nesta pesquisa, em fevereiro de 1942, o presidente junto aos militares daria um golpe de Estado.

O golpe de Baldomir teve como principal objetivo desarmar a estrutura jurídica que dava predomínio aos setores terristas e herreristas. A Constituição de 1942, que surgirá desse processo político, estabeleceu um Poder Executivo integrado pelo Presidente da República e um Conselho de Ministros. A Câmara de Senadores teria 30 membros eleitos por representação proporcional e a Câmara de Deputados teria 99 representantes eleitos também proporcionalmente. Esse período se apresenta como uma etapa em que o movimento sindical se desenvolve e fortalece. O grau de sindicalização apresenta um aumento significativo, as sucessivas greves e paralisações contribuem

para a formação de novos sindicatos, até mesmo sindicatos denominados *cuello blanco*³⁷ – empregados do comércio e oficinas, mestres, funcionários públicos, etc.

Frente a uma situação de instabilidade política, com o processo de transformações no mundo do trabalho, a saída encontrada para tentar incorporar os trabalhadores à estrutura de Estado se evidencia pela aprovação dos Conselhos de Salários e a instauração de uma negociação coletiva entre empregados e empregadores. De acordo com Salsamendi e Zapirain (2013, p. 90), os sindicatos enriqueceriam suas táticas sem perder a autonomia e a participação em instâncias de negociação e de tomada de decisões, por meio de organismos estatais de participação cidadã criados, como os Conselhos de Salários, o Conselho de *Asignaciones* e as *Cajas de Compensación*.

Entre 1947 e 1958, comumente denominado pela historiografia uruguaia como o período do *neobatllismo*, enumeram-se uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, comparando-se com as concepções desenvolvidas no primeiro governo dos batllistas, o de Batlle y Ordóñez. Com a política de valorização da indústria nacional gerando o crescimento dos operários na indústria, o aumento do setor terciário, o êxodo rural e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho – sobretudo no setor têxtil –, surge uma nova classe operária composta de operários e trabalhadores assalariados não operários. Logo, as entidades políticas e representativas dos trabalhadores ganhavam uma nova forma de organização, surgindo os sindicatos e federações por ramo ou setor de atividade – metalúrgicos, construção, têxteis, bancários, etc. –, dando espaço ao denominado *sindicalismo de massa*. Na concepção de Salsamendi e Zapirain (2013, p. 95), há uma transformação de um “sindicalismo não industrial e elitista, baseado na afiliação por ofícios, de ação direta e de oposição, em um sindicalismo basicamente industrial, de massas dualista enquanto a seus objetivos”.

O processo de unificação das esquerdas, pode ser compreendido, inicialmente, a partir da afirmação de Salsamendi e Zapirain (2013), por meio das mudanças trazidas pelo XVI Congresso do Partido Comunista Uruguaio, em 1955, com o abandono da tática “classe contra classe”, que significava ser um elemento que impedia a possibilidade de unificação do movimento sindical. Argumentam que a fragmentação do movimento sindical e a existência de mais de uma central sindical são vistas também como elementos que prejudicam a ação dos trabalhadores e causariam o enfraquecimento do movimento. Uma primeira ação de unificação do movimento operário foi

³⁷ Colarinho branco é a tradução exata do termo.

em 1937, quando em seu congresso se resolveu pela dissolução da CGTU, criando-se em seu lugar o *Comité de Organización para la Unidad Obrera*, que, posteriormente, em 1942, seria ampliado e passaria a chamar-se *Unión General del Trabajo* (UGT). Esta nova central estava formada pelos comunistas, socialistas e independentes, com a hegemonia dos comunistas. Foram incorporadas, em sua fundação, 65 organizações sindicais, sendo 35 de Montevideu e 32 do interior do país. O movimento sindical se manteve dividido – os sindicatos dos gráficos, sindicato dos encanadores, taxistas e trabalhadores de carga. Segundo Salsamendi e Zapirain (2013), a *Federación de la Carne*, a *Unión Ferroviaria* e os portuários não aderiram à nova central sindical. Na UGT, encontravam-se, à época, as correntes marxistas, agrupando os setores do transporte, da construção, os metalúrgicos e os marítimos. Por outro lado, na *Confederación Sindical Uruguay* (CSU) atuavam, fundamentalmente, os setores socialistas, assim como também nos chamados sindicatos autônomos, como, por exemplo, a *Federación Autónoma de la Carne*, *textelis*, *gráficos*. A CSU incorporava ao seu discurso posições anticomunistas, aderindo à defesa da política norte-americana. Por fim, a FORU estava encabeçada pelos setores anarco-sindicalistas e alguns sindicatos autônomos, como a *Federación Naval*.

Nesta época, o chamado sindicalismo autônomo assumiria no Uruguai um papel preponderante na organização dos trabalhadores. Fruto de uma convergência sindical, que tem como origem um *Comité de Enlace de Sindicatos Autónomos*, dirigidos pelos anarquistas, se formou uma coordenação de grêmios autônomos e classistas que ficaria conhecido como *Gremios Solidarios*. Estes, segundo Cores (1989), foram responsáveis pelas principais greves do país, que ocorreram sobretudo em 1951 e 1952. Estas greves tiveram não só a questão salarial como pano de fundo, mas, também, a solidariedade entre sindicatos distintos. Quando um sindicato ou categoria fazia greve, os demais sindicatos do país, em solidariedade aos trabalhadores em greve, realizavam, igualmente, paralisações gerais e greves em defesa dos direitos trabalhistas e contra a opressão do setor patronal sobre os trabalhadores, conforme nos indica o professor Rodolfo Porrini, em entrevista que nos concedeu.

Como assinalamos anteriormente, o Uruguai, no final da década de 1950, vivia uma crise profunda, tendo como pano de fundo a Guerra Fria e a polarização do mundo entre comunistas e capitalistas, a Guerra da Coreia e a Revolução Cubana. Como consequência pelo fim da guerra da Coreia, os países desenvolvidos iniciam um novo ciclo de estruturação econômica, impondo políticas protecionistas aos países exportadores de matérias-primas. Em decorrência da queda na

taxa de exportações e do desemprego crescente, a crise volta ao país, que deixaria de apresentar um crescimento econômico. A política de substituição de importações chegaria ao seu esgotamento e os Blancos ganhariam as eleições de 1958 e 1963. Neste período, que é chamado de fim da *Suíça latino-americana*, observamos exatamente o esgotamento de um modelo político de inspiração keynesiana, impulsionado pela corrente política denominada *batllismo*.

O Partido Socialista, liderado por Vivián Trías, que, por sua vez, fundamenta a necessidade de mudança na linha política traçada pelo fundador do partido, Emilio Frugoni – acusado de ter uma visão social democrata em contraste ao socialismo –, acaba filiando-se ao marxismo leninismo. Além disso, por meio da aliança formada com o agrupamento político *Lista 41*, de Enrique Erro, fundaram a chamada *Unión Popular* com a *Lista 4190*.

Por outro lado, as transformações programáticas ocorridas dentro do PCU, a partir de 1955, foram fundamentais para o processo de unificação da esquerda e o fortalecimento das posições dos trabalhadores nas conquistas salariais e trabalhistas. No balanço realizado em seu XVI Congresso, apresenta um quadro no qual o Uruguai e suas Forças Armadas se alinham aos EUA por meio de acordos de cooperação militares, da venda de matérias-primas a preços muito baixos e das imposições norte-americanas em relação ao comércio exterior. Este Congresso traz à tona a situação econômica-social uruguaia ao demonstrar que o quadro crescente de greves, a solidariedade operária que se estabeleceu entre os diferentes sindicatos do Uruguai, fizeram com que o PCU impulsionasse uma proposta de unificação da esquerda por meio de uma carta enviada ao Partido Socialista,³⁸ que inicialmente foi rejeitada. A proposta levada pelo PCU era a construção de uma frente de *Liberación Nacional*, como parte da estratégia traçada pelas teses da Internacional Comunista, para a expulsão e superação das políticas ditas imperialistas, a destruição dos latifúndios e dos grandes capitalistas – identificados como as fontes das principais mazelas vividas pelo Uruguai e toda América Latina.

Na proposta levada ao XVIII Congresso, em 1962, o PCU avaliou que se vivenciava um período de acumulação de forças. Em meio a sucessivas greves, rebaixamento dos salários e aumento do índice de desemprego, o movimento sindical uruguaio organiza-se por meio de uma convocatória feita pela *Federación Obrera Autónoma de la Indústria de la Carne*, em 1956. Salsamendi e Zapirain (2013, p. 115) nos disponibilizam a informação de que, em 1958, o

³⁸ O referido documento pode ser encontrado no seguinte livro: ARISMENDI, Rodney. **La construcción de la unidad de la izquierda. Selección de textos (1955-1989)**. 2 ed. Uruguay: Ediciones Fundación Rodney Arismendi, 2010.

movimento sindical realizou diversas greves e paralisações – metalúrgicos, construção, têxteis, couro, madeira, empregados de Entes Autônomos, municipais e funcionários da Administração Central – reivindicando a aprovação de um conjunto de leis protetoras do trabalho, tais como: férias anuais, modificação da lei de demissão e salário-maternidade. Estudantes e aposentados se uniram às mobilizações.

Os debates pela unificação do movimento sindical também eram intensos. Dentre as tentativas propostas pelas diferentes forças políticas, destacamos a *Comisión Coordinadora Pro Central Única* e a dissolução da UGT, em 1959. Arismendi (2010) aponta que a primeira tentativa da esquerda uruguaia frente à conjuntura de criar uma Frente Popular se deu com a fundação da *Frente Izquierda de Liberación* (FIDEL), em 1962, que reunia em seu entorno o Partido Comunista, o *Movimiento Revolucionario Oriental* (MRO) e outras organizações menores.

Entre 1959 e 1961, formou-se a *Central de Trabajadores del Uruguay* (CTU). Seu Congresso constituinte aconteceu somente em 1961, com a dissolução da UGT. Porrini (2013, 2014) recorda também das greves no setor rural. A informação que aparece em seu trabalho é a referência à primeira marcha dos *cañeros* (canavieiros), organizados pela *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA), em 1962. O autor em destaque demonstra que, nos anos 1960, foram criados mecanismos de coordenação e unificação, como a *Mesa Sindical Coordinadora de Entes Autónomos* e a *Confederación de Organismos de Funcionarios del Estado* (COFE), além dos chamados *Plenários Solidários*, com os grêmios em greve. Recorda-nos ainda que, entre 1960 e 1964, o Uruguai viveu importantes lutas sindicais contra o congelamento dos salários, por direitos sindicais, marchas por terra e fontes de trabalho e por leis trabalhistas.

A CTU convocaria, em 1964, todos os sindicatos não filiados para realizarem uma *Convenção Nacional de Trabajadores* (CNT), com a finalidade de debater e realizar um diagnóstico da situação e um programa para a saída da crise. Foram aprovadas quatro moções, conforme Salsamendi e Zampirain (2013): a) criação de um organismo permanente de coordenação (CNT) que fosse integrado à CTU e também a outros sindicatos não filiados; b) elaboração de um programa de saída da crise; c) a realização de uma paralisação geral, em 6 de abril de 1965, em protesto contra a crise; d) convocatória destinada a todos os setores populares para um *Congreso del Pueblo*.

Entre 1964 e 1966, a CNT passou de mecanismo de coordenação a uma organização unificada, adotando o programa aprovado pelo *Congreso del Pueblo*, em 1965. Este congresso teria

reunido os setores operários mais atingidos pela crise econômica, política e social, além de aprovar o *Programa de Soluciones*, que continha como conteúdos a reforma agrária, industrial, do comércio, com influência da CEPAL. A CNT se transformaria na única central sindical dos trabalhadores uruguaios. Em maio de 1966, em seu 2º Congresso, a CTU resolve se dissolver em favor da nova central sindical e a unificação do movimento. Conforme os dados fornecidos por Salsamendi e Zapirain (2013), entre 28 de setembro e 1º de outubro, no Palácio Peñarol, e com representantes de mais 400 organizações sindicais, foi celebrado o Congresso de Unificação Sindical. Neste congresso foram aprovados os Estatutos, a Declaração de princípios e o mencionado Programa de Soluções à crise.

Dentro deste cenário de unificação do movimento sindical, o contexto histórico interno do Uruguai passava por uma reforma constitucional aprovada em 1967, que reimplantou o presidencialismo, pondo fim ao Conselho Nacional de Governo. Com a morte do presidente Oscar Gestido, assume Jorge Pacheco Areco que, ao final de 1967, demonstrava um claro caráter antipopular, marcado pela sua atitude repressiva com a esquerda desse país, a qual, por sua vez, sofria frente à inflação e à deterioração dos salários, neste período.

Ademais, ao longo do governo de Pacheco Areco foi aprovada, segundo os dados trazidos por Porrini (2013, 2014, p. 20), uma forte repressão contra os grêmios sindicais, com uma política de controle salarial, suspendendo o funcionamento dos Conselhos de Salários, os quais foram substituídos pela criação da *Comisión de Productividad, Precios e Ingresos* (COPRIN). Nos lembra, ainda, que as eleições de novembro de 1971 foram vencidas pelo Partido Colorado com as figuras de Juan María Bordaberry e Jorge Sapelle, registrando-se o enfrentamento ao *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN -T), seu desbaratamento em 1972 e o golpe de Estado de 1973.

O conjunto de lutas sindicais e políticas que marcaram o Uruguai, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, em especial a formação da *Frente de Izquierda de Liberación* e o *Comité Universitario*, com a unificação do movimento sindical aliado ao Partido Comunista, estruturou os caminhos para a formação da Frente Ampla. Ou seja, este processo histórico não está marcado somente pela unificação dos sindicatos em uma única central sindical, mas também pela unificação dos partidos de esquerda em uma única legenda.

Em 1971, surge a Frente Ampla (FA). Em sua origem, encontramos as seguintes organizações: *Frente Izquierda de Liberación*, o Partido Democrata Cristão, a *Unión Popular* e

outros grupos menores que eram liderados por Erro, o Partido Socialista e a ala de centro esquerda do batllismo. Clericetti (1984) aponta que a FIDEL girava em torno do Partido Comunista, mas existiam também outros setores que aderiram à FA, como o movimento *Avanzar*, de origem batllista, e o grupo *Movimiento Blanco Popular y Progresista*. O Partido Democrata Cristão aderiu à Frente Ampla após uma declaração que apontava o partido situado à esquerda uruguaia. A *Unión Popular* surgiu em 1962 (*Lista 4190*) por meio de uma aliança com os socialistas e de um grupo que acompanhava Herrera. Os socialistas aderiram rapidamente à FA. Por fim, Clericetti (1984, p. 88) demonstra que os setores que acompanharam a Frente Ampla foram os “intelectuais, professores, estudantes, bancários, artistas e uma porcentagem indeterminada de operários... e a CNT”.

A estratégia traçada, conforme a influência das teses vinculadas à Internacional Comunista, pelos sindicatos e partidos foi a da necessidade de unificar o movimento e avançar na disputa por meio do jogo institucional, a despeito da impossibilidade de uma revolução de caráter democrática-burguesa e anti-agrária para a superação das relações feudais e semif feudais presentes no latifúndio uruguaio. Como veremos mais adiante, a unificação da esquerda “facilitaria” a introdução de práticas de negociação coletiva e de controle do Estado sobre suas organizações representativas dos trabalhadores. Por outro lado, esse processo de unificação traria mais força às lutas operárias, sua unidade estaria representada na construção da CNT e se consagraria um alto poder de negociação e barganha com os patrões, demonstrado pela forte resistência operária encontrada no Uruguai e à adesão de setores médios à Frente Ampla, por exemplo. A Revolução Cubana e a *Unidad Popular*, no Chile, seriam as expressões revolucionárias que dariam forças e inspiração a estes trabalhadores que, neste momento, viviam uma grande crise do modo de produção capitalista e o esgotamento da política de substituição de importação.

As políticas trabalhistas impulsionadas pelos neobatllistas visavam ao consenso e à conciliação de classes. A experiência vivida pela incorporação da política de negociação coletiva tripartite, estabelecida entre patrões e empregados com a mediação do Estado, foi a fórmula encontrada na tentativa de trazer estabilidade ao país. Neste período, o Uruguai estava convulsionado pela crise estrutural do capitalismo e as diversas greves, ocupações de fábricas e paralisações gerais. Isso colaborou para que os trabalhadores, por meio de suas entidades representativas, pudessem participar e decidir os destinos de sua categoria laboral e os salários. As transformações vividas no seio da organização do trabalho resultaram na mutação do trabalhador

artesanal em operário vinculado à indústria. Os sindicatos também passaram por mudanças significativas, se apresentado, à época, como um sindicalismo de transição. A necessidade de transformação radical da sociedade passa a ser agora vinculada quase que exclusivamente aos salários. Por fim, vamos analisar a maneira pela qual os Conselhos de Salários foram implantados no Uruguai.

2.3. A centralidade do trabalho e a negociação coletiva

A compreensão do sentido dado à concepção da categoria trabalho, examinada até este momento, está sendo apresentada a partir da dinâmica do subdesenvolvimento e dependência externa que o Uruguai apresenta ao longo de sua história. Inicialmente, observamos em Ruy Mauro Marini (2005) sua apresentação sobre a América Latina como uma região construída a partir da subordinação econômica aos países desenvolvidos, que por meio da superexploração do trabalho e da extração de mais-valia, ou seja, daquilo que ele chama de troca desigual, aparece como uma de suas conclusões, portanto, nos revela o mecanismo pelo qual os países imperialistas, aliados às burguesias nacionais, conseguem garantir o desenvolvimento e a riqueza dos países chamados de desenvolvidos e os privilégios das oligarquias nacionais dos países subdesenvolvidos.

Encontramos no Uruguai autores como Hugo Cores (1989), Arismendi (2010) e Vivían Trias (1990), que analisaram em profundidade a questão do imperialismo na América Latina e, especialmente, no Uruguai, por meio da referência teórica de Lenin (1987), e identificaram uma relação de dependência econômica, política, social e tecnológica dos países desenvolvidos, desvendando-nos o mecanismo de incorporação do imperialismo à economia nacional uruguaia e a anexação dos capitais nacionais aos bancos estrangeiros, além do entrelaçamento de suas burguesias, ou seja, o abandono de uma tentativa de um desenvolvimento autônomo por parte da burguesia em troca de privilégios e enriquecimento pessoal.

Todavia, em um breve exame aos escritos de Marx e Engels sobre a questão da categoria trabalho, compreendemos que a dinâmica do trabalho assumida pela América Latina pode ser interpretada, inicialmente, como uma condição de estranhamento em que os trabalhadores são colocados diante da questão do surgimento de uma economia nacional, com a produção de mercadorias que, segundo Marx (2004, p. 79), em consequência da valorização das mercadorias, do mundo das coisas, sucede ao empobrecimento da condição humana, ou seja, à desvalorização

de suas relações. O trabalhador é rebaixado à situação de mercadoria, possibilitando a acumulação de capital em poucas mãos, diante do aparecimento de grandes monopólios; e a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, da “classe dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade”³⁹.

Diante do processo histórico que levou a esquerda à sua unificação, tanto em nível sindical como partidário, verificaremos a maneira pela qual os trabalhadores se comportaram diante da implementação da negociação coletiva no Uruguai, com os Conselhos de Salários; e se realmente este mecanismo representaria uma forma de resistência para inverter a balança a favor da classe operária, possibilitando alcançarem maiores salários, melhores condições de trabalho e de vida. Queremos verificar se a introdução de negociação coletiva, plasmada nos CS, foi capaz de impulsionar um equilíbrio com a dinâmica assumida entre equidade e acumulação, ou seja, buscamos compreender se este mecanismo laboral possibilitaria uma maior justiça social e igualdade entre trabalhadores e patrões.

Muitos fatores contribuiriam para a introdução de políticas compensatórias no Uruguai. Após a crise de 1929, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, as próprias mutações ocorridas nos países hegemônicos fariam com que eles necessitassem de maiores quantidades de matérias-primas que, conforme Fernandes (1975, p. 253), converteria os países subdesenvolvidos em “fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais”. Argumenta ainda que, a partir do fim da Segunda Guerra, delimitar-se-ia o início de uma nova era, com a transferência do padrão de capitalismo monopolista das economias hegemônicas para as economias subdesenvolvidas e dependentes, além do enfrentamento com o campo socialista e a expansão de um programa anticapitalista. Assim, este projeto de expansão de um padrão de desenvolvimento aos países pobres consistiria em projeto político. O critério estabelecido pelos organismos internacionais era de “desenvolvimento com segurança”. Para alcançar tal objetivo era requerido dos países periféricos, assim como observamos no Uruguai, o princípio da estabilidade política, requisitando das burguesias e governos nacionais “ajustes” aos seus países.

³⁹ “[...] o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sacheich), é a objetivação (vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desafetivação (entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (entfremdung), como alienação (Entäusserung)” (MARX, 2004, p. 80).

Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc. A fundação de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas (FERNANDES, 1975, p. 254).

Com as hipóteses levantadas a partir do debate entre os referidos autores, e com o propósito central em demonstrarmos nossa hipótese, nos cabe, neste momento, analisar especificamente o processo de implantação da negociação coletiva no Uruguai. Frente à condição de subdesenvolvimento e dependência, a superexploração do trabalho e a violência policial, por um lado, e como sustentamos na introdução desta tese, também verificamos que, por outro lado, existe a presença de elementos nas políticas redistributivas do país, que visaria à melhora da condição de vida dos trabalhadores, em termos de salários e direitos. Logo, a proposição de implementação dos Conselhos de Salários surge na fase de expansão industrial, com a transição do capitalismo competitivo para a fase monopolista.

2.4. A negociação coletiva no Uruguai

Considerando as questões apresentadas até esse momento, ou seja, nossa preocupação de entendermos a condição em que se estabelecem as relações laborais no Uruguai e, de maneira geral, na América Latina, tentaremos responder ao nosso questionamento inicial: se, realmente, com a implementação dos Conselhos de Salários (2005 – 2010) – por meio do chamado trabalho decente –, houve a superação da pobreza e diminuição das desigualdades em contraposição à conjuntura de subdesenvolvimento econômico e tecnológico. Conjuntura esta, com uma marcada situação de precarização e desregulamentação laboral impostas pela dinâmica do capital, principalmente em períodos de crises.

Nossa hipótese inicial é a inexistência de uma compatibilidade estrutural entre capital e trabalho, entre acumulação e distribuição de riquezas e, portanto, a impossibilidade de superação da miserabilidade humana sem a superação das formas estruturais dadas pelo capitalismo vigente. Para buscarmos uma compreensão dos elementos constitutivos de nossa questão, que geraram esta

investigação de doutoramento, nos perguntamos: o que é negociação coletiva e qual seu caráter no Uruguai? Quais são suas origens? O que são os Conselhos de Salários e como foram aplicados?

Em 14 de junho de 1930, o Uruguai assinou o Convênio 26, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁰, sobre salários mínimos, que foi regulamentado pelo decreto lei 8.950 de 5 de abril de 1933, obrigando o país a estabelecer métodos para fixação de salários mínimos⁴¹. Portanto, a negociação coletiva também foi estabelecida no Uruguai a partir do Convênio 26 da OIT, considerado como uma instância obrigatória de negociação salarial tripartite entre empresários e trabalhadores com a mediação do Estado.

Em 1943, quando se realizavam as primeiras convocatórias para os Conselhos de Salários⁴², Notaro (2012, p. 16-17) aponta que o parlamento aprovaria uma série de leis aumentando os salários de todas as atividades privadas, excetuando os trabalhadores rurais, cujo salário era determinado pelo Estado. Seu funcionamento foi suspenso em 1968 pelo governo, com a introdução de uma política de estabilização baseada no congelamento de preços e salários. Foram restabelecidos, em 1984, pelo regime democrático pós-ditadura, mas voltaram a ser suspensos em 1991, com uma política de desindexação da economia e de desregulamentação de mercado de trabalho. A lei nunca foi revogada. Assim, o Poder Executivo se limitou a estabelecer, via decreto, o salário mínimo nacional, o salário mínimo do setor doméstico, assim como o do setor rural.

A esquerda uruguaia, composta por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, esteve ligada diretamente à construção dos Conselhos de Salários, ou seja, a introdução da negociação coletiva no Uruguai advém das diversas greves e protestos organizados pelos sindicatos de trabalhadores à época, sendo também decorrente de convênios estabelecidos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entretanto, ao longo de nossa pesquisa, percebemos que o debate sobre negociação coletiva pode ser encontrado primeiramente em estudos jurídicos. Encontramos o debate feito por Morin (2005), em seu trabalho fruto do XVII Congresso da Associação

⁴⁰ Compartilhamos link com a resolução na íntegra. Favor acessar: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C029 Data de acesso: 11 de novembro de 2019.

⁴¹ Existiam três mecanismos anteriores aos Conselhos de Salários para fixação de salários mínimos. O primeiro dizia respeito à realização de convênios coletivos, conforme a lei 9675 de 4 de agosto de 1937. O segundo, através de comissões tripartites para os trabalhadores em domicílio e fixavam as condições de trabalho e os salários, diferenciando a situação de operários e aprendizes. Estas comissões eram formadas por trabalhadores e empresários, em igual número de representantes, mediados por um representante do Poder Executivo. O terceiro mecanismo de fixação de salários mínimos era determinado pelo Estado, somente em casos extremos, em casos de conflitos.

⁴² Os Conselhos de Salários foram introduzidos através da lei 10.449, de 12 de novembro de 1943.

Internacional de Direito do Trabalho, realizado em Montevideu, em 25 de setembro de 2003, que, por meio de uma análise das transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas causas jurídicas, no âmbito da França e da União Europeia, sustenta que as novas exigências para o trabalho são decorrentes de uma economia cada vez mais globalizada, e também das exigências de competitividade e flexibilização promovidas pelas empresas. Analisa que, fundamentalmente após os anos 1980, ocorreram modificações substanciais no direito internacional do trabalho, em consequência da experiência de estabelecimento da prática de salário mínimo nacional e da geração de conflitos laborais, sobretudo na Europa, Canadá e EUA. Tais fatos levaram os especialistas à proposição de uma negociação coletiva entre empregados e patrões, por meio de suas entidades representativas, como solução para as sucessivas greves e conflitos gerados no âmbito do trabalho, o que se tornou a pedra angular do direito internacional do trabalho.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1998), a promoção de práticas de negociação coletivas tem como base três elementos essenciais, que constituem seu compromisso estratégico: *a promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho decente*. Em seus documentos e publicações, o direito efetivo à negociação coletiva e à liberdade sindical e de associação aparece como ferramenta basilar para a consecução de seus compromissos e parte integrante da **Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho**, aprovada pela OIT, em 1998. Para a OIT, o trabalho se apresenta como a via fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social. Em suas concepções, aspira-se a implementação daquilo que denominam trabalho decente, entendido por eles como uma ocupação produtiva, remunerada, praticada em condições de liberdade, equidade, segurança e que seja capaz de garantir uma vida digna aos trabalhadores.

No Brasil, conforme é apresentado por Abramo e Rangel (2005, p. 16), a estrutura sindical e o sistema de negociação coletiva estavam organizados a partir de sindicatos únicos, organizados por base territorial e por setores de atividade, além de negociação coletiva realizada predominantemente nesse âmbito. Constatam que, em 1967, o Decreto-Lei nº 229 passava a reconhecer outro instrumento, o acordo coletivo, que é produto da negociação realizada no âmbito da empresa ou de grupos de empresas. A partir desse ano, o âmbito da negociação deixa de ser exclusivamente a categoria econômica em seu conjunto e o seu alcance pode se limitar aos trabalhadores das empresas envolvidas. Houve uma outra tentativa de implementação de negociação coletiva no Brasil, com a experiência das chamadas Câmaras Setoriais para os

metalúrgicos do ABC paulista, e também sob a forma de representação de trabalhadores em local de trabalho. Estas experiências geraram diversos debates no país, nos quais surgiram teses distintas sobre o papel do sindicalismo e sua nova configuração frente ao processo de reestruturação produtiva, iniciada nos anos 1970, marcada pela crise internacional do petróleo.

O novo sindicalismo, como ficaram conhecidos os sindicatos que surgiram a partir desta trama, estavam, em sua maioria, filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Uma das teses que despontaram afirma que os sindicatos substituíram suas ações de enfrentamento aos patrões por meio das greves e da construção de um projeto político socialista de sociedade e, também, por meio de práticas de negociação e ações parlamentares e setoriais, como é o caso do exposto por Antunes e Silva (2015)⁴³.

Por outro lado, existe a tese⁴⁴ de que a greve é uma ação sindical destinada a alterar a correlação de forças entre capital e trabalho, no sentido de fortalecimento da posição dos sindicatos na negociação coletiva, quando os seus resultados não satisfazem as expectativas dos trabalhadores. Assim, em posse dessas duas teses fazemos as seguintes questões:

- 1) Não há relação antitética entre greves (conflito/confronto) e negociação coletiva, senão uma relação de complementaridade dialética, em que conflito, confronto, greve e negociação são momentos de um mesmo processo de ação coletiva sindical, embora seja possível identificar diferenças de ênfase em momentos históricos diferentes e em correntes sindicais distintas?
- 2) A greve é uma ação sindical destinada a alterar a correlação de forças entre capital e trabalho, no sentido de fortalecimento da posição dos sindicatos na negociação coletiva, quando seus resultados não satisfazem as expectativas dos trabalhadores. Nesse sentido, greve e negociação fazem parte de uma mesma estratégia sindical?

No Uruguai, o debate sobre negociação coletiva também pode ser encontrado inicialmente em trabalhos jurídicos, como é o caso de Rodriguez (1956), que analisa os salários por intermédio das decisões legislativas. Segundo Abramo e Rangel (2005), a negociação coletiva não está regulamentada de maneira sistemática, fundamentando-se no direito de sindicalização previsto pela Constituição. O regime estabelecido é de ampla autonomia das partes.

Outros trabalhos encontrados no Uruguai sobre negociação coletiva foram desenvolvidos

⁴³ ANTUNES, Ricardo & SILVA, Jair B. da. **Para onde foram os sindicatos?** Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. In: Cadernos CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set/dez 2015.

⁴⁴ COSTA, Hermes A. **O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação.** Estudos Sociológicos, Araraquara, v.16, n.31, p.447-474, 2011.

por economistas ligados ao Instituto de Economia (IECON)⁴⁵, como é o caso de Notaro, Caetano e Fernandez (2012) sobre a origem dos conselhos de salários de 1940-1950, que é a forma jurídica, econômica, política e social que as elites uruguaias encontraram para estabelecer a negociação coletiva no país. Conjuntamente a esta investigação foi organizada anteriormente cinco monografias que também foram originadas por meio dos estudos do IECON, que são: Magdalena Viera (2009); Chevalier, Fernández e Motta (2009); Di Meo e Orrico (2009); Gastambide, Ortiz e Ubilla (2009); e Castro, Gariazzo e Nunez (2009). Nestas investigações, orientadas por Notaro, os autores identificam o surgimento de um *Sistema de Relaciones Laborais*, cujo cenário de análise compreende as instituições, as normas legais que definem suas funções e competências, e seus respectivos temas ou conteúdos discutidos a cada rodada de negociação. Entendem que este procedimento de negociação coletiva apresenta como conteúdos a fixação de salários, as condições de trabalho e os procedimentos de prevenção e resolução de conflitos.

Em busca de regularidades dos métodos de fixação de salários no Uruguai, o trabalho de Rodriguez (1956) nos informa que, desde o final do século XIX, encontram-se registros de acordos contratuais entre operários e patrões, muitas vezes os valores destes salários ou pagamentos são fixados por meio dos costumes, como nos mostra em suas análises. O autor realiza uma ampla pesquisa nos arquivos parlamentares, atas e registros das discussões e resoluções legislativas na primeira metade do século XX. Com base nestes documentos, nos mostra que a primeira proposta feita à Câmara dos Deputados para criação de Conselhos de Salários data de março de 1912, apresentada por Dr. Emilio Frugoni, líder do Partido Socialista (PS). Rodriguez (1956) recorda que as fontes utilizadas para elaboração de tal proposta podem ser encontradas no inciso 1 de artigo da lei inglesa de 20 de outubro de 1909, que estabelece os conselhos de indústrias.

A proposta girava em torno de um método para fixar salários mínimos, abarcando a incipiente indústria uruguiaia⁴⁶. No entanto, este projeto não foi aprovado pela Câmara dos

⁴⁵ O Plan de Estudios 1944, da Facultad de Ciencias Económicas y de Administración da UDELAR, estabeleceu a criação de cinco institutos de investigação, entre eles se encontrava o IECON, cuja designação inicial foi de Instituto de Economía Bancaria y Monetaria. Começou efetivamente a funcionar em 1949, sob a direção de Luis Faroppa. Em 1963, o Instituto de Economía Bancaria y Monetaria e o Instituto de la Coyuntura Económica Nacional fundiram-se, passando a se denominar como Instituto de Economía. Disponível em: <http://www.iecon.ccee.edu.uy/historia/contenido/14/es/>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

⁴⁶ Frugoni faz referência aos seguintes setores industriais: espartilhos, chapéus para senhoras, vestidos, trajes para crianças, fabricação de roupa branca, fábrica de tecidos, fábrica de bolsa, fábrica de tabacos, fábrica de fósforos, etc. RODRIGUEZ, Americo Pla. **El salario em el Uruguay. Su regimen jurídico**. Montevideo: Facultad de derecho y ciencias sociales, 1956, p. 47.

Deputados. Frugoni proporia o projeto novamente em 1920, 1929 e 1941, englobando a ele as propostas realizadas por outros deputados de diferentes partidos, em uma tentativa de conciliar variados interesses à sua formulação. Os Conselhos, conforme constavam no projeto apresentado, poderiam ser convocados pelo Poder Executivo (PE) a qualquer momento. Este corresponde a um direito à formação sempre que forem solicitados por um sindicato de trabalhadores ou pela maioria dos trabalhadores. Deveriam ser compostos por igual número, não podendo ser inferior a dois – trabalhadores empregados e patrões submetidos à jurisdição –, além de um representante da Oficina de Trabalho, que poderia ser o diretor ou outra pessoa designada pelo Ministro. Os representantes dos trabalhadores e dos patrões deveriam ser eleitos por seus segmentos. Caso uma das partes se negasse a eleger representantes, o Ministro do Trabalho os designaria.

Todavia, outros elementos constitutivos para a formação dos Conselhos de Salários são colocados no projeto apresentado pelos deputados socialistas, como nos ressalta Rodriguez (1956, p. 44). A Oficina de Trabalho na capital e as prefeituras teriam como tarefa elaborar uma lista das pessoas de cada profissão indicada. Esta lista seria dividida em três partes: com os nomes e endereços dos empresários; com os nomes e endereços dos trabalhadores em domicílio; e, por fim, com nomes e endereços dos trabalhadores que atuavam no local do empresário. Estas listas seriam levadas ao conhecimento do PE que, por sua vez, ao tomar conhecimento, deveria determinar com uma antecedência de quinze dias a data da eleição de representantes dos trabalhadores e dos patrões, junto ao número de membros que comporiam cada Conselho.

Em 1914, os deputados uruguaios, Juan Antonio Buero e Héctor Miranda, apresentariam um projeto sobre convênios coletivos. Este projeto era uma tentativa de implementar uma lei que permitisse que patrões e operários, por meio de suas organizações representativas, realizassem contratos coletivos, de salário, horário, jornada de trabalho, regulamentos, etc., no entanto, sem sucesso, acabou não sendo discutido amplamente pelos deputados. O projeto de constituição de Conselhos de Salários é apresentado mais uma vez em 18 de fevereiro de 1920, pelos deputados socialistas Emilio Frugoni e Celestino Mibeli. Este não se difere muito daquele apresentado em 1912. Substancialmente, como tentativa de acordo com os demais deputados, dessa vez propõem um salário base, entendendo que os setores batllista, blancos e demais correntes políticas propunham a criação de um salário mínimo nacional. O salário base era de \$ 1,50 por dia ou

\$35.000⁴⁷ mensais para os maiores de 18 anos de idade, mas propunha-se também, que os Conselhos fixassem salários divididos por categorias laborais para os trabalhadores da indústria. Como demonstra Rodriguez (1956), mais uma vez, o projeto não foi aceito pela maioria.

O projeto apresentado, em 1929, à Comissão de Trabalho, Assistência e Previsão Social, pelos deputados Oribe Coronel, Carlos Quijano e Emilio Frugoni, foi aprovado em 30 de maio do mesmo ano. Em uma tentativa de conciliação com as demais forças políticas, este projeto continha alterações, ou melhor dizendo, trazia definições a respeito de salários bases, para servirem de parâmetros aos Conselhos. Assim, como afirmam seus autores, representariam valores compatíveis com a economia uruguaia, os valores referentes à reprodução do trabalhador para se manter no trabalho. Encontramos os seguintes valores: de 15 a 17 anos, \$ 25,00 por mês ou \$ 1,10 por dia; de 17 a 19 anos, \$ 35,00 por mês ou \$ 1,40 por dia; de 19 a 21 anos, \$ 50,00 por mês ou \$ 2,20 por dia. O trabalho para os menores de 17 anos não poderia exceder quatro horas diárias, nem seis horas aos menores de 19 anos. Vale ressaltar que os trabalhadores rurais que trabalhavam com a exploração da terra não estavam contemplados neste projeto, no entanto, têm seus rendimentos elevados a \$ 30,00 mensais. Os debates na Câmara dos Deputados se iniciaram em 3 de junho de 1929 e terminaram somente em 11 de agosto de 1930, como ressalta Rodriguez (1956). Ele destaca alguns pontos nos quais se focalizariam a discussão:

1. – A procedência da intervenção do Estado em matéria de salários, ou seja, o princípio mesmo da legislação sobre salário mínimo.
2. – Os métodos utilizados para a fixação desse salário: a determinação na lei ou sistema dos conselhos paritários.
3. – O montante fixado pela lei: se é o adequado para satisfazer as necessidades do trabalhador e se o pode resistir nossa economia.
4. – Alcance do projeto: Se deve se estender a todos os funcionários de públicos inclusive militares e policiais, ou somente aos operários; e especialmente se há de incluir ao trabalhador rural.
5. – Medidas protetoras dos produtores prejudicados pelo salário mínimo, como a elevação das tarifas aduaneiras.
6. – Eficácia das normas contidas no projeto e disposições que garantam ao operário o gozo efetivo das mesmas (RODRIGUEZ, 1956, p. 160).

O autor em destaque transcreve, em sua pesquisa, os 30 artigos aprovados da nova lei que aprova a criação dos Conselhos de Salários. Notamos, contudo, que não existem mudanças significativas no projeto comparado àquele apresentado em 1912. Podemos ressaltar como

⁴⁷ Os valores estão em moeda nacional uruguaia, peso uruguaio.

principal mudança a fixação de salários base. O artigo 4 estabelece um salário mínimo de \$ 340 anuais para trabalhadores maiores de 18 anos que dependem do governo nacional e dos Entes Autônomos; os empregados maiores de 18 anos dependentes do governo nacional e dos Entes Autônomos e os empregados e operários maiores de 18 anos dependentes dos governos locais. Destacamos também a fixação de um salário de \$ 70.000 para os empregados e operários maiores de 18 anos que prestem serviços públicos. Os trabalhadores rurais não foram contemplados com esta lei, aprovando-se um salário de \$ 30,00 mensais para aqueles que trabalham com a exploração da terra e de \$ 50.000 para os empregados do comércio rural. Seguindo ainda os dados expostos por Rodriguez (1956), estes apontam que o Deputado socialista Frugoni apresentaria, mais uma vez, em 18 de março de 1941, um novo projeto sobre Conselho de Salários. Este pretendia ampliar os direitos aos trabalhadores rurais, que não estavam contemplados na lei, e dos frigoríficos. Ressaltamos, contudo, que a proposta enviada pelo deputado socialista tinha como meta não só a fixação de salários, mas também funcionaria como instrumento de conciliação permanente entre capital e trabalho. Por fim, com a aprovação da lei de Conselhos de Salários e a fixação de grupos e subgrupos de trabalhos, nos perguntamos quais são estes 20 grupos e 189 subgrupos?⁴⁸

A constituição dos grupos de trabalho para os Conselhos de Salários levou à criação de vinte grupos em 1943, que se modificaram em 1985. Segundo Notaro (2009), foi proposta uma nova mudança considerando que o número de grupos deveria ser reduzido para o seu funcionamento. Este enfoque, proposto pela CNT, aspirava que os grupos se constituíssem como critério de cadeias produtivas e não só de afinidade de atividade econômica. O setor empresarial preferia um maior número de grupos. Substituíram-se os 48 grupos e mais de 200 subgrupos, por 20 grupos e 189 subgrupos. Com a implementação dos Conselhos de Salários, cria-se também um sistema de relações laborais. Conforme indica Notaro (2012, p. 13) em sua pesquisa⁴⁹, define-se

⁴⁸ O conjunto dos grupos e subgrupos estão disponibilizados no **Apêndice I**, localizados ao fim desta presente pesquisa.

⁴⁹ Jorge Notaro, professor da Universidad de la República Uruguay (UDELAR), organiza junto a estudantes um conjunto de cinco monografias, em que analisam os 20 grupos de trabalhos estipulados para os primeiros Conselhos de Salários. As monografias são: VIERA, Magdalena. **Los Consejos de Salarios em el Uruguay, 1943-1950. Panorama general y los casos de los grupos metalúrgica y têxtil, 2009**; CHEVALIER, Mariángeles. FERNANDEZ, Claudio. MOTTA, Virginia. **Los Consejos de salários en el Uruguay, 1943-1950. El caso de los grupos 7. Industria de la carne; 8. Industria del cuero y fabricación de calzado; 9. Industria química; 14. Industria del caucho; 17. Graficos, papel y imprenta**; BRITTEN, Natalia. DI MELO, Germán. ORRICO, Adriana. **Los Consejos de Salarios em el Uruguay, 1943-1950. Los casos de los grupos transporte, banca, cofección e afines, vidrios, madeira y tabaco**; GASTAMBIDE, Luisa. ORTIZ, Martin. UBILLA, Faustina. **Los Consejos de Salarios em el Uruguay 1943-1952**. CASTRO, Lucía. GARIAZZO, Florencia. NUÑEZ, Santiago. **Los Consejos de Salarios em el Uruguay 1943-1952**.

sistema de relações laborais (SRLL): “como um conjunto articulado de relações surgidas do trabalho, individuais ou coletivas, entre trabalhadores, empregadores e governo ou seus representantes”.

Os Conselhos de Salários implicariam, desde o ponto de vista sindical, em uma poderosa ferramenta de fortalecimento e um fator de ação unitária por ramo ou setor de atividade. Para Salsamendi e Zapirain (2013), a partir da criação destes Conselhos – de composição tripartite (três delegados pelo governo, dois delegados pelos trabalhadores e dois delegados pelos empresários) – a estruturação da organização do movimento sindical teria como coluna vertebral o ramo ou setor de atividade. A organização por ramo se converteu na característica essencial do sindicalismo.

Como observamos anteriormente, a crise de 1929 e a implantação de uma política de substituição de importações, em conjunção à estratégia agroexportadora, demonstrariam o esgotamento do modelo econômico causado pela deterioração dos termos de troca. O Uruguai, totalmente dependente de moeda estrangeira, usava exclusivamente as exportações de carne e lã para poder importar petróleo, matérias-primas e maquinarias para a indústria. Os setores agroexportadores, como resposta, reteriam sua produção, provocando escassez de divisas, que limitava as importações e gerava a incapacidade de pagamentos externos. O governo desvalorizava o setor industrial urbano para poder exportar e obter moeda estrangeira e, também, para ter a capacidade de importar, aumentando, assim, a lucratividade do setor agroexportador. A economia uruguaia viveu esses embates ao longo da construção de sua democracia. Alguns períodos, com a valorização da indústria e dos setores urbanos, os salários médios apresentaram um aumento real, no entanto, quando havia sua desvalorização e um aumento dos investimentos nos setores ligados à pecuária e à agricultura, observava-se o rebaixamento dos salários reais. Esta conclusão parcial de Jorge Notaro (2012) se dá perante a consideração de que os setores rurais não participavam dos conselhos de salários, ou mesmo ao longo da história uruguaia, jamais haviam usufruído de direitos trabalhistas até a posse de Tabaré Vázquez, em 2005. Continua a sua argumentação afirmando que o Índice Médio de Salários (IMS)⁵⁰, do Instituto Nacional de Estatística (INE), leva em consideração, para o cálculo do salário mínimo no Uruguai, os descontos com a Seguridade Social (FONASA, Fondo de Reversión Laboral) e o Imposto de Renda.

O autor em relevo considera que, a não contabilização dos Conselhos de Salários, na

⁵⁰ Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/ims-indice-medio-de-salarios> Acesso em: 29 de março de 2018.

metodologia elaborada pelo INE, como critério para fixação dos salários mínimos, é a causa da ausência de qualidade em seus índices, cujos critérios são os mesmos desde 1968. Notaro (2012) justifica seu questionamento indicando que a Oficina de Planejamento y Presupuesto (OPP)⁵¹ utilizou os dados dos Conselhos de Salários de 1945-1969 para calcular o índice de salários para a indústria manufatureira. Indica, ainda, que os conselhos de salários provocaram um alto grau de sindicalização, forçando o setor patronal a negociar aumento de salários.

Adverte, todavia, que o setor patronal, representado pelas Câmaras Empresariais, se posicionavam contra a existência dos Conselhos de Salários, sempre registrando muitas observações nos laudos elaborados a cada rodada de negociação. Os empresários destacavam que, com o aumento relativo dos salários, a lucratividade das empresas teria diminuído, causando o fechamento das mesmas. É indicado que, nos períodos nos quais os Conselhos de Salários não funcionaram (1968-1984, 1992-2004), os empresários baixaram os valores dos salários dos trabalhadores. Ainda nos dias atuais, continuam reivindicando a negociação voluntária e por empresa – com isso, muitos empresários não cumprem o estabelecido nas negociações, ou seja, não aplicam os aumentos de salários, as condições laborais, etc. (NOTARO, 2012, p. 25).

Por fim, em conformidade com as ideias expostas por Trías (1990, p. 173-174), a “norte-americanização” das finanças internacionais se deve às seguintes causas:

- a) A extensão do poder militar norte-americano a todos os rincões do orbe.
- b) A hegemonia industrial e tecnológica da União a escala universal.
- c) A vigência do padrão dólar no sistema monetário internacional.
- d) O desenvolvimento das corporações `multinacionais` na esfera bancária.
- e) A crise do dólar que obrigou banqueiros de Wall Street a rastrear a poupança local em diversos lugares, para manter em funcionamento seu formidável aparato industrial fora de fronteiras (TRÍAS, 1990, p. 173-174).

Assim, nos perguntamos: qual é o papel da esquerda na proposição da criação de negociação coletiva no Uruguai? Conforme analisamos, as lutas de classes no Uruguai eram representadas, por um lado, pelas sucessivas greves, paralisações gerais, ocupações dos lugares de trabalho, como nos indica a literatura especializada. Nos anos 1950, que compreendem o período denominado de neobatllismo, as lutas sindicais tinham como pano de fundo a questão salarial. Ademais, é

⁵¹ Disponível em: <https://www.opp.gub.uy/> O Gabinete de Planejamento e Orçamento (OPP) é uma unidade executora da Presidência da República. Uma de suas principais tarefas consiste em assessorar o Poder Executivo. Acesso em: 29 de março de 2018.

necessário pontuar que as greves solidárias, como Hugo Cores (1989) demonstra em sua obra⁵², sempre ocorriam mediante solidariedade de uma categoria com a outra. Com o estamento das negociações coletivas, motivado pela crise econômica do fim do período, foram provocadas sucessivas greves. Cores (1989) traz o exemplo da greve de 1952, dos *Gremios Autonomos del Transporte*, que reclamavam o pagamento de salários e as retroatividades. Aponta também que essa greve exigia a readmissão dos funcionários da F.U.N.S.A., demitidos por participarem do movimento grevista de sua categoria.

Em consulta aos arquivos históricos da esquerda uruguaia e do movimento sindical⁵³, encontramos nos documentos (atas) e resoluções sindicais, diversas reclamações de operários sobre salários e o não cumprimento de acordos por parte do setor patronal. Nos arquivos de Héctor Rodríguez⁵⁴, mais precisamente o escrito em 22 de agosto de 1960, Comunicado número 14, informa que o Ministro Gianola negou-se a receber representantes da COT. Os trabalhadores reivindicavam um esclarecimento sobre a fórmula de solução ao problema de salários. Nas pastas de Hugo Cores, sucessivamente, encontramos documentos sobre as greves dos *Gremios Solidarios* e os questionamentos sobre o cumprimento das determinações dos conselhos de salários.

Por outro lado, o governo teria decretado as chamadas *Medidas Prontas de Seguridad*, que se baseavam em medidas repressivas contra os trabalhadores, com o uso de violência policial e militar, demissões, prisões e perseguição às lideranças sindicais. A atitude repressiva também estava presente em medidas econômicas. Considerando que os trabalhadores logravam aumentos salariais, a burguesia, por sua vez, aumentava os preços dos produtos de primeira necessidade. A partir da situação de estancamento da economia nacional, de subida da inflação e achatamento do mercado interno, o Uruguai começa a viver um processo de latino-americanização, ou seja, sua economia, que vinha apresentando, ao logo de muitas décadas, uma ascensão superior aos demais países latino-americanos e uma prosperidade social, neste momento histórico, começa a viver uma realidade totalmente diferente.

⁵² CORES, Hugo. **Las luchas de los gremios solidarios (1947-1952)**. Neo-batllismo, protesta social y fuerzas armadas. Uruguay: Editorial Compañero, Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

⁵³ Os referidos arquivos históricos da esquerda, principalmente do movimento sindical, encontram-se disponíveis no Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU), localizado na Facultad de Educación y Humanidades de la Universidad de la República Uruguaya. Disponível em: <http://www.fhuce.edu.uy/index.php/estudios-interdisciplinarios/centro-de-estudios-interdisciplinarios-uruguayos> Acesso em: 11 de dezembro de 2018.

⁵⁴ Militante comunista e eleito Deputado, em 1946, pelo PCU. Em 1955, participou ativamente da construção do Congreso Obrero Textil (COT). Foi fundador da CNT e uma das principais lideranças ao longo do processo de unificação da esquerda uruguaia.

Por fim, frente à questão colocada inicialmente por Lenin (1987), acerca da autorreprodução do capital e sua imposição às colônias e semicolônias, ou seja, o problema do imperialismo, todo seu poder de absorção da riqueza dos países subdesenvolvidos e de controle total sobre o trabalho, podemos ressaltar a hipótese de Ibarra (2010, p. 3), na qual afirma que os Conselhos de Salários procuraram disciplinar a classe trabalhadora: organizá-la como força de trabalho, sobrepujar suas lideranças e respectivas formas de organização, além de subordinar suas necessidades ao capital.

Justifica a argumentação abordando três hipóteses. Em primeiro lugar, a norma se refere exclusivamente ao comércio, à indústria e aos serviços privados. Em segundo lugar, a lei organiza os Conselhos de Salários como instituições descentralizadas. Dessa forma, indica ao Poder Executivo que classifique essas atividades por grupos e em cada grupo instale um Conselho de sete membros: três designados pelo governo, dois eleitos pelos patrões e dois eleitos pelos operários. Por último, seu objetivo é fixar salários mínimos⁵⁵. Cada Conselho deveria determinar as categorias de trabalhadores existentes em seu ramo de atividade e estabelecer a renda mínima por categoria. As decisões se tomavam por maioria e são obrigatórias em todo grupo definido.

Os Conselhos de Salários compreendem exclusivamente os operários urbanos e os separam de outros trabalhadores vinculados por formas distintas de exploração da mão de obra. Reproduzem as formas de organização por ramos de atividade, criadas pelos trabalhadores, com o propósito de substituir suas expressões autônomas por instituições representativas. Não estabelecem uma relação paritária entre operários e patrões nem impõem o predomínio do Estado. Seu peculiar desenho procura subordinar as necessidades dos trabalhadores ao capital, introduzindo o governo como mediador dos conflitos.

⁵⁵ A lei define o salário como “aquele que se considera necessário, com relação às condições econômicas que imperam no lugar, para assegurar ao trabalhador um nível de vida suficiente, a fim de prover a satisfação das necessidades físicas, intelectuais e morais” (IBARRA, 2010, p. 04).

CAPÍTULO III – IMPLANTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO URUGUAI

3.1. A ditadura civil-militar e o processo de liberalização econômica

A crise estrutural do capitalismo dependente uruguaio e a falência do projeto da burguesia em desenvolver uma indústria nacional fundamentada na política de substituição de importação, desdobrou-se, em 1973, em mais um Golpe de Estado no Uruguai, com o fechamento do parlamento liderado pelo presidente da República, eleito por meio do Partido Colorado, Juan María Bordaberry, em conjunto com as Forças Armadas. Este Golpe de Estado duraria até 1985, com a restauração democrática.

Na década de 1970, o mundo capitalista atravessava uma aguda crise econômica causada pelo aumento do preço do petróleo e pela redução nas taxas de exportação de produtos primários dos países subdesenvolvidos. A política de Conselhos de Salários e de intervenção do Estado nos conflitos trabalhistas, introduzidas a partir da prática de negociação coletiva, não conseguiu frear a situação de crise social, econômica e política, marcada pela ascendente inflação e estancamento da economia. A prioridade dos governos, que era a busca do pleno emprego e a construção de uma indústria nacional, passou a ser o controle dos preços, dos salários e do *déficit* público. Na sequência, vieram os processos de desregulamentação da economia, as privatizações das empresas e serviços públicos e o desmantelamento do Estado.

A forte mudança nas políticas econômicas foi produto de uma crise estrutural do capitalismo associada à redução da produtividade e à taxa de lucros desde o fim da década de 1970. As mudanças tecnológicas aumentaram a capacidade produtiva reduzindo o ciclo de vida útil de máquinas e produtos. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com um mundo fragmentado em mercados nacionais e sua resolução transitória se realiza promovendo acordos baixos aos ditames dos organismos internacionais: FMI, BM, GATT. Nesse processo, constrói-se uma nova ordem mundial, que tem como um de seus eixos a liberalização comercial e a desregulamentação do trabalho. Com o estabelecimento de políticas de abertura econômica presenciou-se, à época, a penetração das transnacionais nos mercados globais e a “eliminação” das fronteiras econômicas nacionais.

Nosso objeto de estudo está apoiado no questionamento da concepção da OIT (1998), em que encontramos a ideia de que, com a promoção de prática de negociação coletiva é possível alcançar três elementos básicos, os quais constituem seu compromisso estratégico: *a promoção da*

justiça social, da igualdade e do trabalho decente. Entendemos, todavia, que os Conselhos de Salários se converteram no principal instrumento legal para que os trabalhadores possam conquistar aumentos salariais e, como acredita a OIT, se constitui em um mecanismo de soluções de conflitos e diálogo social. Por outro lado, temos a análise do caráter do subdesenvolvimento nacional uruguaio e latino-americano, da superexploração do trabalho e das desigualdades sociais presentes nestas sociedades. Assim, para compreendermos melhor como o trabalho se manifesta ao longo da história uruguaia, com o objetivo de responder de forma mais completa se realmente com a introdução da receita trabalhista aos moldes da OIT (1998) seus objetivos estratégicos podem ser alcançados frente à situação de dependência histórica do Uruguai, neste capítulo, dando prosseguimento à busca das regularidades sobre a negociação coletiva uruguaia, nos perguntamos, neste momento: quais são as características históricas, econômicas, políticas e sociais que se inauguram a partir do golpe de Estado de 1973?

Iniciamos afirmando que este período histórico está marcado pela desregulamentação e liberalização da economia, a retirada de direitos dos trabalhadores e a violência policial e militar. As origens do golpe de Estado uruguaio de 1973, na opinião de Finch (2014, p. 271), tem seu preâmbulo na crise política de longo prazo, que se seguiu ao esgotamento do modelo de industrialização de substituição de importações, e na incapacidade do sistema político de implementar um novo modelo econômico capaz de assegurar sua aceitação em um momento de severa tensão política e social. A crise foi contida durante uma década pelo uso de políticas redistributivas neobatllistas, que frustraram a renovação do processo de acumulação, mas asseguraram um grau de consenso social. Ao final dos anos 1960, contudo, estas políticas deixaram de ser viáveis e a crise entrou em uma nova fase com o intento de Pacheco de reduzir a autoridade das frações dos partidos tradicionais, para fortalecer a representação direta da classe capitalista dentro de sua administração e atacar o trabalho organizado.

Por outro lado, nos propomos a indicar que o esgotamento da política de substituição de importação não aconteceu somente pela má administração ou má aplicação da política, como supõem os teóricos desenvolvimentistas. Entendemos, todavia, face a esta investigação de doutorado, a existência de uma relação de dependência entre o Uruguai e os países desenvolvidos. Em posse dos dados que Vivían Trías nos traz, observamos que seus estudos sobre o fenômeno da dependência e subdesenvolvimento partem da análise do sistema bancário. Trías afirma que o *crack* bancário de 1965 e a investigação do *Banco Transatlántico del Uruguay* colocaram à vista o novo

rol do sistema bancário na estrutura do subdesenvolvimento uruguaio.

Explica a sua concepção utilizando a ideia de satélites, da ligação de uma instituição com outra, instituições que se entrelaçam criando uma ampla rede de contatos e negócios, com o processo de surgimento de monopólios, cartéis e trustes, ou seja, do capital financeiro. Esse mecanismo favorece os bancos estrangeiros, como afirma o autor, pois cada banco importante tende a se transformar no centro de uma micro constelação econômico-financeira, assim, sob o seu controle direto possui uma série de empresas colaterais. Dessa maneira, os seus principais acionistas controlam ou participam, cada um deles, de séries de empresas de diferentes ramos que se vinculam financeiramente ao banco. Este atua como uma bomba de sucção da poupança pública, que logo desvia por vários, mas contados, canais em sentido às suas próprias empresas colaterais e às empresas de seus principais acionistas, que são seus mais conspícuos clientes.

Indica que, por outro lado, mediante financeiras instaladas em outros países ou vinculações com bancos internacionais, articula o giro de todos seus negócios com a arquitetura imperialista dominante. Ele explica que esse punhado de micro constelações constitui a medula da estrutura do subdesenvolvimento na fase atual da história uruguaia que, em sua urdidura se articula à oligarquia nacional com as engrenagens do capital estrangeiro e subordinante. A oligarquia – associada ao imperialismo, peça do sistema oligarca-imperialista – acumula, aproximadamente, 50% da terra explorável, 74% do capital investido na indústria e mais de 80% do investido no sistema bancário (TRÍAS, 1990, p. 235).

O autor levanta uma série de perguntas: 1) Por que no Uruguai, dito fenômeno, discorre por canais bancários? 2) Por que assume as pautas da estrangeirização e concentração do sistema bancário? Responde indicando que as nações mais desenvolvidas, relativamente e dentro da dependência do continente, são o novo eixo do subdesenvolvimento e, portanto, filiais da grande corporação multinacional norte-americana. No Uruguai, o investimento de Wall Street na indústria supera o 40% do total da mesma no país, mas se trata de um parque industrial débil, sem mercado suficiente, com trabalhadores envelhecidos. Evidentemente, esse é um fator para que os novos fluxos de penetração imperialista busquem outros segmentos da economia.

Assim, Trías (1990) pergunta-se: por que o sistema bancário? Primeiramente, afirma que a política norte-americana para a América Latina, na década dos 1960, está designada pelo integracionismo, ou seja, voltada para a organização de um grande mercado latino-americano (Mercado Comum Latino-Americano) e a racionalização da dependência em dimensão continental.

Em segundo lugar, aponta que a causa deriva do aprofundamento da crise estrutural e do feito de que, praticamente, toda a economia uruguaia tenha passado a se mover com um mecanismo de circulação simples e tal conjuntura converteu a especulação financeira e comercial e a colocação de capitais no estrangeiro nos negócios mais lucrativos do país. Em terceiro lugar, a partir da política de estabilização iniciada com o decreto congelacionista de 28 de junho de 1968, uma nova causa entra em cena. Em quarto lugar, a crise do dólar. Conclui Trías (1990, p. 251), apontando que 100 empresas acumulam 31,1% do crédito total concedido pelo sistema bancário privado referente ao 31 de dezembro de 1970 e desse montante, 23,4% corresponde à moeda estrangeira (dólares, substancialmente). Por fim, o sistema bancário é o centro de ditas atividades e, afinal, se apresenta como a receptora do investimento oligárquico e imperialista.

Diante de um quadro em que o processo de reprodução e autorreprodução do capital em escala mundial se processa por meio dos bancos, a integração dos países em blocos econômicos fez com que a disputa interimperialista se comportasse de maneira mais agressiva sobre os países subdesenvolvidos. Assim, nos perguntamos: como se apresenta a economia uruguaia frente a este processo histórico? Os dados apresentados pelo *Centro de Investigaciones Económicas (CINVE)*⁵⁶ (1984) apontam que o governo, o qual se instalou em 1 de março de 1967, pressionado por uma inflação descontrolada, importantes fugas de capitais, especulação cambial, dificuldades de equilíbrio fiscal e o agravamento dos conflitos sociais, procura uma saída negociada. Entretanto, este período de transição chega ao seu fim quando, em outubro de 1967, e frente à incapacidade para arbitrar soluções aos conflitos, greve bancária e mobilizações estudantis, decretam-se as *Medidas Prontas de Seguridad*, provocando a desintegração do gabinete ministerial por renúncia de vários integrantes.

O documento também apresenta que, em novembro de 1967, se reestrutura o gabinete ministerial do presidente da República e evidencia uma guinada na política econômica, representada pela unificação do mercado cambial, pela liberalização da compra e da venda de moedas estrangeiras e pelo alinhamento do governo aos ditames do FMI. Conclui que, com este direcionamento político, e o uso da força policial sobre os trabalhadores e suas organizações, além da limitação do Estado de direito, se produz, então, a ruptura de uma modalidade de relações

⁵⁶ CINVE foi criado em 1975 como uma instituição privada de pesquisas acadêmicas e na atualidade realiza trabalhos essencialmente para as Câmaras Empresariais do Uruguai, organizações não governamentais e organismos internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo.

sociais, ou seja, com o Estado exercendo a função de árbitro. Com a criação da COPRIN e o congelamento de preços e salários, em um momento no qual a estrutura de preços relativos mostrava um evidente atraso dos salários. O congelamento é determinado dias antes que a maioria das retribuições salariais fossem aumentadas, enquanto a maioria dos preços havia experimentado, no período prévio, um importante remarque antecipando os incrementos salariais a reger desde 1º de julho de 1968. Esta política, dirigida à contenção de salários e acompanhada de uma dura repressão às atividades sindicais, é levada adiante por uma aliança das frações capitalistas que intentam manter seus níveis de rentabilidade extraordinária de junho de 1968 à custa do descenso da participação salarial (CINVE, 1984, p. 160-161).

Portanto, como parte das conclusões apresentadas, nos indica ainda o trabalho da CINVE (1984, p. 163) que, neste contexto de inflação e distúrbios sociais e políticos e de maior incidência do FMI, este projeto, iniciado em 1968 em regime de *Medidas Prontas de Seguridad*, é a forma ‘*a la uruguaya*’ de aplicar uma política que, no Brasil (1964) e Argentina (1966), se levou a cabo mediante golpes de Estado. Em direção a 1971, o projeto estabilizador mostrava sinais claros de seu fracasso: a inflação dos primeiros anos retoma o caráter explosivo anterior; o *déficit* fiscal aumenta; a dívida externa cresce significativamente; os capitais fogem; e os conflitos sociais não só não puderam ser controlados como adquiriram maior virulência.

Neste quadro apresentado, de estrangeirização da economia, esgotamento da política de substituição de importação, greves, *Medidas Prontas de Seguridad*, ou seja, de desmantelamento do Estado uruguaio construído até aqui, como o fim da função de árbitro dos conflitos sociais, é o cenário no qual, em 1971, o Partido Colorado triunfou na eleição para Presidência da República. Os dados apresentados pelo *Centro de Investigaciones Económicas* (1984, p. 164) nos informam que se modificou substancialmente o esquema político partidário: o Partido Colorado, tradicionalmente progressista, representava agora a opção conservadora; o Partido Nacional estava no centro, com uma proposta reformista, e a esquerda, unificada na Frente Ampla, incrementa notoriamente sua participação eleitoral, obtendo 18% do total de votos e quase 30% na capital. Aqui, ressaltamos que, pela primeira vez na historiografia política tradicional uruguaia, a esquerda é apresentada como fator eleitoral, ou seja, até o momento somente eram considerados os Partidos Colorado e o Nacional. A partir da unificação da esquerda e a formação da Frente Ampla, verificaremos o início da interrupção do esquema bipartidário deste país.

Observamos também, na bibliografia consultada (SALSAMENDI; ZAPIRAIN;

ZUBILLAGA, 2013), ainda no final de 1972, que o *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* (MLN-T) havia sido derrotado. Por outra parte, outras organizações guerrilheiras, como foi o caso do POR 33, duramente reprimidas, seguem em retirada. A derrota do movimento guerrilheiro permitirá aos militares o assalto final às instituições democráticas. Os acontecimentos começaram a se desencadear em fevereiro de 1973 e culminaram na consumação do golpe de Estado em junho desse ano. Constituíra a sequência final de um longo processo marcado pela lenta e persistente deterioração das instituições democráticas e o avanço das forças golpistas. Frente a uma série de denúncias de corrupção na Junta Departamental de Montevideu, os Comandantes em Chefe, durante um pronunciamento público, questionaram a parcimônia do Poder Executivo frente a esses fatos de corrupção.

Em 1973, sob as bandeiras de *Unidad, solidaridad y lucha* e *Salario, libertades y soluciones*, a CNT celebra o Dia Internacional dos Trabalhadores com um ato massivo no qual o presidente da CNT, José D'Elia, estaria presente na tribuna junto aos máximos dirigentes da organização. A crise de fevereiro culminará no *Pacto de Boiso Lanza*. Pelo dito Pacto (SALSAMENDI; ZAPIRAIN; ZUBILLAGA, 2013, p. 140), o presidente Bordaberry acordou com os militares a criação do chamado *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA). Com a criação deste Conselho, será institucionalizada a presença militar no governo e na vida política do país. Em 27 de junho de 1973, o Presidente da República decretará a dissolução das Câmaras e sua substituição por um Conselho de Estado; a dissolução das Juntas Departamentais; a intervenção das Intendências Municipais e demais organismos estatais, além de limitar o direito de reunião e censurar a imprensa.

Portanto, diante das informações levantadas, entendemos que o processo de estrangeirização da economia uruguaia, acompanhado do abandono da burguesia em continuar o projeto de desenvolvimento nacional, apontam que a oligarquia se constitui como classe dominante e associada ao imperialismo, por intermédio de uma complexa rede de vínculos: econômico-financeiros, familiares, políticos, sociais, culturais e ideológicos, conforme nos indica Trías (1990 p, 250). Assim, não concordamos que foi simplesmente a má aplicação de políticas de longo, médio e curto prazo, ou simplesmente por causas internas que, diga-se de passagem, são fundamentais para compreendermos as causas do Golpe de Estado.

Entretanto, no que se refere ao debate sobre o imperialismo e a relação de dependência criada com o Uruguai – ou seja, a estrangeirização da economia, a vinculação da burguesia

antinacional a este setor estrangeiro por completo, bem como a ruptura com o Estado como mediador dos conflitos –, pode-se dizer que o investimento imperialista se tornou, sem dúvida, um dos mais poderosos fatores aglutinantes. Assim, neste quadro de crise, se tratou de um golpe de Estado executado pelo próprio Presidente da República com o respaldo das Forças Armadas – um golpe palaciano. A diferença de outros golpes de Estado que haviam sucedido no contexto americano, não constituirá um golpe militar típico, mas o regime que se instaurava, se assentava no poder dos militares e contaria com uma base de apoio social que se manifestaria por meio da atuação explícita de civis em cargos de relevância. O regime que se instalou no Uruguai foi uma ditadura civil-militar.

Por outro lado, no que se refere ao movimento sindical, diante do anúncio da dissolução do Parlamento, conforme seus documentos oficiais, o Secretariado da CNT, na madrugada de 27 de junho – ao mesmo tempo em que se produzia a tomada do Palácio Legislativo pelos militares –, reunido no local da *Federación del Vidrio*, emite uma declaração na qual traz um balanço da conjuntura, convoca a ocupação das fábricas; a manutenção do estado de assembleia; o alerta em todo o movimento sindical e o cumprimento disciplinado de todas as decisões da CNT.

A Mesa representativa da CNT, reunida na fábrica ocupada *La Aurora*, aprova a resolução adotada pelo Secretariado Executivo e designa um comando para a condução da greve que ficará integrado com José D’Elia (Presidente da CNT, Independente), Gerardo Cuesta (secretário da CNT, Comunista), Wladimir Turiansky (UTE, Comunista), Luis Iguini (COFE, Comunista) Ignacio Huguet (COT, Socialista), Félix Díaz (SUANP, Comunista), ao que, posteriormente, se incorporara Hugo Carrión (FUS, 26 de Marzo, Corriente Combativa). Este comando coordenava ações e realizava consultas com León Duarte, Secretário Geral do grêmio da FUNSA e pertencente à *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE). Conforme nos indicam os documentos sindicais encontrados no CEIU, com o fracasso do diálogo, em 30 de junho, a ditadura civil-militar uruguaia empurra à ilegalidade a CNT, forçando sua dissolução e o fechamento de seus sindicatos, proibindo todos os seus atos, reuniões e manifestações e ordenando a prisão de seus dirigentes.

Os dados sobre o Plano de Desenvolvimento 1973-1977 (PND), elaborado em 1972, depois do Golpe de Estado, e as orientações do PND se agregaram às resoluções emanadas das reuniões da cúpula civil-militar, os chamados *cónclaves* – San Miguel e Colonia Suiza, em agosto e outubro de 1973, respectivamente. O levantamento realizado pelo CINVE (1984, p. 165), em seu balanço, indica que o PND consistia, primeiramente, no projeto de crescimento por meio das exportações,

em termos de objetivos de longo prazo, e a estratégia da política econômica buscava recuperar os mecanismos de mercado como elementos guias da alocação de recursos, no entendimento de que ele promoveria a eficiência produtiva. A abertura comercial aproximaria a estrutura de preços internos à estrutura de preços internacionais e, desse modo, os recursos se alocariam de acordo com o princípio da vantagem comparativa. Além disso, propunha-se a redução da intervenção do Estado na economia, ou como árbitro dos conflitos sociais, da atividade estatal, a contração do gasto público, de modo que o Estado só se apresentaria como orientador da atividade privada por meio da planificação indicativa e como agente produtivo em algumas atividades.

Percebemos, em virtude dos dados trazidos pelo CINVE (1984), que as políticas destinadas à exportação estiveram voltadas à liberalização da economia, iniciando um processo de abertura econômica, que se plasmará no neoliberalismo dos anos 1990. Com a tentativa de equiparar os preços internos aos internacionais, acreditava-se que, por meio das chamadas vantagens comparativas, as exportações uruguaias de produtos primários permitiriam a saída para a crise e a estabilização dos preços, no entanto, assistimos, neste período histórico, uma disparada inflacionária e mais crise.

Para permitir que as forças de mercado operassem mais livremente, na opinião de Finch (2014, p. 277-278), o grau de abertura da economia deveria aumentar. Isto era consistente com a estratégia principal de crescimento do Plano, focado em expandir e diversificar as exportações, particularmente das matérias-primas nacionais, mais processadas ou manufaturadas (exportações não tradicionais). O capital estrangeiro deveria receber o mesmo trato que o doméstico, exceto que se requereria uma “atitude dinâmica” para atrair capital estrangeiro em direção às indústrias de tecnologia avançadas ou àquelas, como a pesca e o turismo, para as quais um rápido desenvolvimento era visto como essencial.

Os dados relativos à política de estabilização de curto prazo, no balanço realizado pelo CINVE (1984, p. 165), apontam que a estratégia se propunha aos tradicionais objetivos de estabilização e equilíbrio externo. Para obter o primeiro objetivo se esboçava uma política anti-inflacionária gradualista, baseada no controle da oferta de dinheiro, na disciplina fiscal e na coordenação da política salarial com o controle de preços – no caso dos bens agrícolas, de primeira necessidade e de setores oligopólicos.

A política de curto prazo, portanto, em acordo com os dados mencionados, estaria voltada à política externa, de ajustes de preços internos aos valores internacionais, em dólares; enquanto a

política salarial passaria por um forte controle, com o rebaixamento dos salários, ilegalidade para os sindicatos e partidos de esquerda, presos políticos e o controle de preços nos produtos de primeira necessidade. Assim, percebemos que o padrão de vida do trabalhador é deteriorado por conta da própria deterioração da economia nacional, sendo a saída encontrada pela burguesia para manter seus privilégios e altas lucratividades.

Por fim, os dados do CINVE (1984, p. 166), sobre a política cambial, por exemplo, corrigiu a sobrevalorização a que se havia chegado, durante o ano de 1971, com uma desvalorização de 100%. Se estabeleceram dois mercados: comercial, com tipo de câmbio fixo corrigido por minidesvalorizações frequentes e aperiódicas; e financeiro, em que o tipo de câmbio era flutuante, mas no qual havia importantes restrições à demanda de divisas. Assim, percebemos que a tendência de câmbio do mercado comercial se aproximou progressivamente ao do mercado financeiro, ocorrendo a progressiva liberalização deste último, sobretudo desde meados de 1973. Como consequência, os exportadores obtiveram certa estabilidade em suas rendas reais na medida em que o tipo de câmbio real se manteve.

Outro elemento fundamental deste período são as exportações não tradicionais. Segundo os dados expostos por Henry Finch (2014, p. 283), elas aumentaram seu peso no total das exportações ao redor de 25%, em 1972-1973; para 55%, em 1976-1977; e 72%, em 1979. O autor aponta que, entre os principais bens exportados, estavam produtos como couro, arroz, peixe, têxteis, cimento, cevada maltada, cítricos, peças de veículos, além de motores e produtos de vidro e cerâmica. No entanto, em sua opinião, a diversificação de produtos exportados era uma característica notável do programa de reestruturação, mas este êxito claramente se devia mais ao intervencionismo do governo do que ao princípio das vantagens comparativas. A maioria das exportações, tanto tradicionais como não tradicionais, estava efetivamente ligada a uma fonte de abastecimento que o setor agropecuário havia mostrado que, historicamente, tinha uma taxa muito baixa de crescimento e que em todos os setores era vulnerável às condições climáticas.

Por fim, afirma ainda que a situação do setor agropecuário em particular era muito severa em 1977, sendo que a descapitalização era evidente na diminuição do número de cabeças de gado, apresentando uma redução de 20% da área com pastos melhorados em 1974 e 1977. O setor sofreu por conta dos preços internacionais baixos para seu produto diretamente exportado e, ademais, enfrentou controles de preços internos desenhados tanto para restringir a taxa de aumentos de preços dos alimentos como para assegurar provisões baratas de matérias-primas para as indústrias

manufatureiras exportadoras.

Portanto, de acordo com os dados levantados, as grandes mudanças que caracterizam o período são a política de promoção de exportações não tradicionais, a abertura e liberalização dos mercados cambial e financeiro. Com o golpe de Estado, as políticas salariais se tornam cada vez mais regressivas, uma vez que a estabilização dos preços passava pelo controle do poder de compra do trabalhador. A ruptura com o Estado como mediador de conflitos e a negociação coletiva mostram claramente que a busca por promoção *da justiça social, da igualdade e do trabalho decente*, embora esta última variável somente seja objeto de discussão a partir dos anos 1990, na América Latina, e implementada, no Uruguai, somente a partir de 2005, estão longe de serem alcançadas. Estes elementos em conjunto fizeram com que os preços e a inflação⁵⁷ disparassem e o governo, por sua vez, foi obrigado a mudar os rumos da política econômica, ou seja, a preocupação central deixaria de ser o mercado externo e passaria a ser o controle de preços.

Em dezembro de 1977, se realizou um novo cónclave governamental, o conclave de Solís, no qual ocorreu uma avaliação e se traçaram os principais delineamentos da política futura, o que mais adiante iriam compor o chamado *II Plan Nacional de Desarrollo 1978-1982*. Os dados do CINVE (1984, p. 178) indicam que, em termos de objetivos de longo prazo, se mantém o de crescimento econômico, mas se assinala que a promoção de exportações não tradicionais está próxima de se esgotar. O pilar da política de estabilização foi a política cambial baseada na adoção expressa do enfoque monetário da balança de pagamentos. Assim, em outubro de 1978, se estabeleceu um regime de tipo de câmbio fixo e único, como minidesvalorizações pré-anunciadas a ritmo inferior que o aumento prévio dos preços internos (a chamada *tablita*)⁵⁸. Os dados nos explicam ainda que, na avaliação do CINVE, a expectativa da ditadura cívica-militar era de que o pré-anúncio do tipo de câmbio influenciaria as expectativas inflacionárias e diminuiria o risco cambial, reduzindo, por esta via, as taxas de juros em moeda nacional. A meta era chegar a um tipo de câmbio fixo e constante que, supostamente, determinaria um crescimento dos preços internos

⁵⁷ “A inflação, que em final de 1972 havia alcançado 95%, era o mais severo disto. O plano declarou a incompatibilidade entre um nível de inflação superior ao 20% anual e um crescimento sustentado ao longo e ainda médio prazo, e a intenção era alcançar essa taxa reduzida em 1974 ou 1975. Os salários e o crédito do Banco Central foram identificados como os maiores fatores inflacionários autônomos, mas os instrumentos de política salarial, foi portanto defendido como instrumento de estabilização. Também o foi o regime de redução de impostos (reintegros) sobre as exportações não tradicionais, como uma medida transitória” (FINCH: 1984, p. 278).

⁵⁸ A “tablita”, ou seja, a tabela de preços dos produtos, consistiu em uma planificação diária de tipos de câmbio a ser aplicados até seis ou nove meses depois. Até o seu eventual abandono em novembro de 1982.

igual à inflação internacional.

O elemento chave da estratégia anti-inflacionária foi a nova política cambial. Ao anunciar o tipo de câmbio diariamente, o que implicava uma taxa de depreciação do peso menor que a taxa da inflação, os autores do plano acreditavam que reduziriam as expectativas de inflação futura. Por último, a taxa de inflação doméstica deveria convergir com a taxa de inflação internacional mais a de desvalorização do peso. Também se introduziram política similares no Chile e na Argentina, em 1978.

A teoria se centra em duas proposições básicas, conforme a demonstração de Finch (2014, p. 289): primeiramente, que o total da balança de pagamentos das contas corrente e de capital é, fundamentalmente, um reflexo das forças monetárias na economia; e, segundo, a oferta de dinheiro se determina não por uma autoridade monetária autônoma, mas sim pela demanda de dinheiro por parte do grande público. Como a liberalização de fluxos comerciais e financeiros fez com que a economia se parecesse cada vez mais a uma economia aberta, as mudanças nas reservas internacionais (“*moneda caliente*”) foram o principal determinante da oferta de dinheiro. Em 1978, uma operação de mercado aberto para reduzir a oferta de dinheiro com maiores taxas de juros foi anulada por uma renda (ingresso) de capital externo e um conseqüente aumento no nível de reservas. Isso incentivou que os preços continuassem aumentando, tanto como conseqüência de mecanismos formais de indexação como por expectativas informais por parte de produtores oligopólicos de bens competidores com as importações enquanto a futura taxa de desvalorização.

Assim, Finch (2014, p. 290) mostra que a inflação se acelerou em 1979 (67%) e 1980 (64%), antes de baixar a 34% e 19% nos dois anos seguintes. Houve um número de fatores que socavavam o intento de usar a política cambial para alcançar a estabilização. O mais importante foi que a sobrevalorização do Peso argentino, sob a versão argentina da *tablita*, foi significativamente maior que para a moeda uruguaia. Os turistas argentinos tiraram vantagem deste diferencial e seus gastos no Uruguai em bens de consumo aumentaram o nível de demanda e, portanto, aumentaram os preços.

Por fim, avalia que o controle sobre o crédito interno se consegue graças ao fato de que, entre o primeiro trimestre de 1979 e o terceiro trimestre de 1981, se elimina o *déficit* fiscal; ademais, no decorrer de 1979 são eliminados completamente os estímulos creditícios às exportações. Por outra parte, se prossegue com a liberalização financeira: as taxas de juros ficam totalmente livres em setembro de 1979; derruba-se o Imposto Único à Atividade Bancária; aumentam as margens de

receptividade de depósitos dos bancos, assim como os limites de crédito para pessoa física ou jurídica. Além disso, se regulamentam novos instrumentos financeiros – mercados de documentos privados a curto prazo, cartões de crédito, mercado de ouro a término, mercado de metais preciosos –, e, em setembro de 1981, permite-se o estabelecimento de novos bancos. Neste período, se produz uma grande entrada de casas bancárias, em sua totalidade de capital estrangeiro, as quais captam fundos de não residentes e, em sua maior proporção, os colocam no mercado de crédito local.

O principal beneficiário do novo projeto foi o setor financeiro – agora essencialmente nas mãos do capital estrangeiro. A liberalização do setor financeiro foi efetivamente completada e se permitiram as operações bancárias *offshore*⁵⁹. Nos primeiros meses de 1979, as taxas de juros foram completamente liberalizadas. Enquanto o número de bancos que operavam no Uruguai havia sido restringido, desde a crise bancária de 1965, houve um aumento no número de sucursais destes bancos e um incremento mais significativo ainda no número de casas bancárias. Assim, com este quadro de abertura e crise política, na qual a elite uruguaia plasmou seu projeto político, por meio da ditadura cívica-militar, foi possível garantir o sufocamento do movimento sindical que, por sua vez, apresentava a maior parte de seus militantes exilados ou na prisão. O *Movimiento de Liberación*, liderado pelos chamados Tupamaros, foi desbaratado, ainda em 1972, inclusive, esse foi um dos elementos chaves para que os militares encontrassem o “caminho livre” para o golpe de Estado. A negociação coletiva havia sido abandonada, em 1968, sob o governo conservador de Gestildo, além disso, as políticas de arrocho salarial e de controles de preço são, também, elementos da política deste período histórico.

Por fim, face a esta investigação de doutoramento, entendemos que o Uruguai está submetido a uma relação de dependência externa desde suas origens. Trías (1990, p. 180), ao citar André Gunder Frank, demonstra que, quando o imperialismo cura as feridas de suas contradições, cessa a conjuntura favorável ao desenvolvimento ocasional dos países dependentes. A metrópole retoma, firmemente, as rendas da submissão e da exploração e a tendência profunda ao subdesenvolvimento reaparece com todo vigor. É que, em rigor, o subdesenvolvimento nunca deixou de ser concebido como desenvolvimento limitado e deformado, a chave das sociedades colonizadas.

⁵⁹ *Offshore* é o nome comum dado às empresas e contas bancárias abertas em território onde há menor tributação para fins lícitos. Essas empresas *offshore* também são chamadas de sociedade extraterritorial ou empresa extraterritorial.

3.2. O processo de democratização, PIT-CNT e a negociação coletiva

Na análise dos chamados teóricos da teoria marxista da dependência, a compreensão do caráter da dependência está baseada na percepção da existência de uma economia mundial que integra as chamadas economias nacionais em um mercado mundial de mercadorias, capital e força de trabalho. Assim, observam que as relações produzidas por esse mercado são desiguais e combinadas.

Theotonio dos Santos (1971) justifica que estas relações são desiguais porque o desenvolvimento de algumas partes do sistema se produz às expensas de outras partes. As relações comerciais se baseiam no controle monopolístico do mercado, que conduz a transferência do excedente dos países dependentes em direção aos países dominantes. As relações financeiras se baseiam sobre empréstimos e exportação de capital realizados pelos poderes dominantes, o que permite a eles o recebimento juros e benefícios, incrementando, desta maneira, o seu excedente nacional, reforçando o controle sobre as economias dos outros países.

Assim, o processo de abertura econômica e política que o Uruguai passou durante a ditadura teve como objetivo específico aprofundar a dependência externa do país, em que se observou que os setores agroexportadores e rentistas obtiveram inúmeras vantagens ao longo do período de Estado de exceção.

Os Planos de Desenvolvimento I e II foram os instrumentos utilizados para o processo de liberalização e abertura do mercado uruguaio. A primeira tentativa foi a de equiparar os preços nacionais aos preços de mercados internacionais, dolarizando a economia que, com o congelamento dos salários e, principalmente dos preços das mercadorias agrícolas, teve como consequência uma hiperinflação que deteriorou o poder de compra da classe trabalhadora e permitiu a financeirização e dominação norte-americana sobre o país. O Plano de Desenvolvimento II vem com a tarefa de controlar a situação de hiperinflação e, a partir disso, criaram a chamada “*tablita*”, que consistia em uma tabela de preços com minidesvalorizações diárias do Peso uruguaio frente ao dólar. Sabemos que este projeto não pôde controlar o crescimento do processo inflacionário e de especulação capitalista, que viria a desgastar ainda mais a ditadura cívica-militar.

Durante um breve período, o Uruguai desfrutou de certa prosperidade, com o crescimento do PIB chegando a 5,8% durante 1978-80. Finch (2014, p. 290) traz dados interessantes a serem analisados: o desemprego em Montevideu caiu desde um pico de 12,8%, em 1976, para 7,3%, em

1980 (e mais baixo ainda em 1981), mas os salários reais continuaram decrescendo. O gasto com importações em dólares mais que se duplicou entre 1978 e 1980. Todas as categorias de importações mostraram aumentos, mas o crescimento de bens de consumo de longa duração e média duração atingiu o valor de 15 milhões de dólares (12%), em 1981. Apesar de parte do aumento se explicar pela crescente desigualdade na distribuição da renda, é claro que muitas importações foram de natureza especulativa. Os bens de consumo duráveis foram estocados enquanto o dólar estava barato.

No campo da política, o governo, desgastado pela crise instaurada no país, com a esquerda funcionando clandestinamente por meio de seus líderes exilados em outros países, e os sucessivos movimentos pró-democracia, sobretudo estudantis, convocou, em 1980, um plebiscito para consultar o povo sobre a reforma constitucional proposta pela ditadura. Em decorrência disso, a proposta elaborada pela *Comisión de Asuntos Políticos de las Fuerzas Armadas* (COMASPO) havia sido levada à *Junta de Comandantes em Chefe* e, daí, ao *Conselho da Nação*, integrado pelo *Conselho de Estado* e os oficiais gerais. De forma sucinta, o projeto de reforma constitucional buscava legitimar eleições com um único candidato, eleito pelos partidos tradicionais com o aval da cúpula das Forças Armadas; procurava institucionalizar a presença do COSENA; estabelecer um Tribunal de Controle Político e regulamentar o direito à greve. Na cédula de votação aparecia somente as duas opções: “sim” e “não”.

A partir da derrota no plebiscito convocado pelos militares, a cidadania uruguaia, por meio dos votos, demonstrou sua insatisfação com a ditadura. O fracassado projeto político ditatorial, demonstrado por meio da conjuntura econômica e pela derrota no plebiscito, aliados à insatisfação da cúpula militar em aceitar o resultado do pleito, desrespeitando a decisão das urnas, não convocou eleições diretas e indicou à presidência da República o Gral Gregorio Álvarez. Esse fato constituiu, na opinião de vários autores⁶⁰, um deslocamento da linha mais ortodoxa dentro das forças armadas, abrindo-se a um novo tempo político. Esses novos caminhos podem ser demonstrados através de ações que desembocaram em 1984 nas eleições diretas no país.

Em 1981, os militares convocaram alguns dirigentes políticos que apresentaram ‘certas bases para o diálogo’, como ressaltam Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013, p. 151-152): transição de três anos, incorporação durante esse lapso de representantes dos partidos políticos ao

⁶⁰ Consultar Salsamendi; Zapirain; Zubillaga (2013). Disponível em: <http://www.fder.edu.uy/material> Acesso em: 05 de março de 2019.

Conselho de Estado, anistia para alguns líderes, aprovação de Estatuto dos partidos políticos, reforma da constituição e eleições. E, em 1982, tendo como pano de fundo a crise econômica provocada pelo abandono da ‘tablita’, levaram a cabo as eleições internas dentro dos três partidos habilitados pelo governo a participar das eleições nacionais - Partido Colorado, Partido Nacional e Unión Cívica. No relato dos historiadores, nos primeiros meses do ano 1981, aprova-se a *Ley de Asociaciones Profesionales* (Lei 15.137). Esta norma permitia aos trabalhadores se associarem livremente, mudando, assim, as diretrizes impostas pelos militares. O documento, segundo apresentam os autores em destaque, nada dizia sobre outros aspectos que faziam parte da atividade sindical como greve, foro sindical, cota sindical, a possibilidade de se sindicalizar dos funcionários públicos, etc.

A situação havia mudado substancialmente em 1983. A reconstrução do movimento sindical em torno das *Asociaciones Profesionales* era um feito incontestável, a Coordenação de Sindicatos e Federações, criada no exterior por seus líderes, dará lugar ao nascimento do *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT), uma vez que a CNT encontrava-se na ilegalidade. O PIT era integrado por dois delegados de cada sindicato ou comitê de base de fábrica, organizados no Uruguai. O processo de abertura também favoreceu o ressurgimento dos movimentos sociais e estudantis, assim como também a aparição de organizações sociais cooperativas e comissões de bairros. Em novembro de 1983, o PIT convocou uma *Jornada Pacífica de Protesta Sindical por Libertad, Trabajo, Salario, Amnistía y Libre Sindicalización* dos trabalhadores estatais. A jornada, precedida de paralisações parciais e que culminou, em 9 de novembro, com uma manifestação pela Avenida 18 de Julio, localizada no centro da cidade de Montevidéu, foi duramente reprimida, de acordo com os comunicados e documentos encontrados do movimento sindical, como também em Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013). Os documentos abordam, ainda, enfatizando o ato do dia 27 de novembro de 1983, último domingo do mês, dia emblemático para os uruguaios por se tratar tradicionalmente da data em que celebram as eleições nacionais, a realização de um ato público no obelisco da capital do país, convocado pelo PIT, no qual se leu uma dura proclamação demandando a imediata redemocratização do país.

Assim, esse processo de transição à democracia foi lento e gradual. Com a Central Nacional de Trabajadores considerada ilegal, nos anos finais do dito período, os trabalhadores se nucleavam a partir de outra organização, o *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT). Como uma das consequências do ato do Obelisco de Montevidéu, em 1984, o movimento sindical se apresenta

com o nome PIT-CNT, unificado em uma única estrutura política, que os possibilitou mais expressão no campo de disputa por hegemonia na arena da política nacional. Dessa maneira, diante da correlação de forças, o Uruguai finalmente realiza suas eleições diretas em 25 de novembro de 1984.

Segundo as informações extraídas de Bayley (2007), a fórmula mais votada foi encabeçada por Julio María Sanguinetti e Enrique Tarigo, do Partido Colorado, que contou com 777.701 votos. A Frente Ampla se apresentou com o lema do *Partido Demócrata Cristiano*, como em 1971, alcançando 401.104 votos. Durante o período entre a restauração da democracia, em 1985, e o começo do novo século, a política no Uruguai sofreu mudanças importantes. Embora o governo e o Parlamento continuassem dominados pelos partidos Colorado e Nacional, o domínio tornou-se ameaçado pelos partidos de esquerda representados pela Frente Ampla (FA).

A política para o trabalho no primeiro governo de Sanguinetti (1985-1989) consistiu em reinstaurar os Conselhos de Salários. O governo eleito buscou, em primeiro lugar, eliminar as importantes diferenças salariais que haviam entre os trabalhadores privados, por meio de decretos⁶¹ que estabeleciam pautas de ajuste gerais e contemplavam setores considerados estratégicos à economia uruguaia, como são os casos dos setores do comércio e da construção. A metodologia estabelecida pelo governo para a escolha de delegados, tanto patronais como dos trabalhadores, consistiu na designação feita pelo próprio governo dos nomes dos representantes. De acordo com os trabalhos de Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013, p. 119-120), sobre o mecanismo da “nova lei de Conselhos de Salários”, para obter a aplicação geral dos ajustes, ou extensão, o Poder Executivo recorre ao mecanismo da homologação por meio de decreto e o fazia aplicável a todo o grupo ou subgrupo do Conselho de Salários. Afirmam que as pautas de aumentos salariais estavam estabelecidas de acordo com a inflação como medida de controle dos preços.

Os autores em relevo destacam ainda que, durante o ano de 1985, foram realizadas convocatórias para os Conselhos de Salários e celebrados convênios de aumentos salariais de quatro meses de duração. Posteriormente, em outras convocatórias, o Poder Executivo propôs a negociação de convênios salariais de maior duração, de um ano ou dois anos, sem prejuízo de manutenção dos ajustes quadrimestrais. A justificativa certamente residiria na resistência

⁶¹ Compartilhamos link sobre o caso de aumento de salários para o setor de indústria farmacêutica, grupo 28 dos Conselhos de Salários. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/288-1985> Acesso em: 17 de março de 2019.

organizada pelo PIT-CNT. Ante a cada convocatória, os trabalhadores realizavam mobilizações em apoio às suas reivindicações e às negociações. Em alguns casos, excediam este período ou terminavam muito pouco tempo antes da seguinte convocatória, o que determinava um estado de conflito quase permanente.

A respeito da política trabalhista encontramos, mais uma vez, em sua história, a instalação dos Conselhos de Salários, interrompidos, em 1968, pela criação da COPRIN, em seu novo formato em 1985. Os conselhos recompuseram os grupos criados em 1943 e o descumprimento das formalidades legais em sua integração foi compensado com a homologação dos convênios de salários. No trabalho de Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2001, p. 16) destaca-se que, no setor privado, os salários se ajustavam pelos convênios firmados entre empresários e trabalhadores, mas existia uma pressão governamental muito intensa. Os delegados do Ministério do Trabalho nos conselhos propunham a empresários e trabalhadores “pautas salariais” a serem recolhidas nos convênios. A homologação dos convênios foi, sobretudo a partir de 1998, um instrumento de pressão para impor ao setor privado a política salarial elaborada pelo governo. Ademais, como outra forma de intervenção, o governo decidia aumentos mínimos para os setores nos quais não existiam convênios.

Com Sanguinetti no poder, tentou-se estabelecer políticas denominadas como de inspiração batllistas, baseadas em políticas de acordos e consensos, configuradas, sobretudo, nos Conselhos de Salários e na negociação coletiva. Tendo o Estado como árbitro dos conflitos sociais, criou-se um clima de “coesão social”, em que trabalhadores e empresários sentiram-se representados pelo poder de Estado. Como vimos no capítulo anterior, a experiência da aplicação da política de negociação coletiva baseada nos Conselhos de Salários teve uma vida curta, quando se instaurou uma crise provocada pela disputa interimperialista, plasmada na reorientação da política econômica. Esta política econômica era focada na liberalização e na desregulação dos direitos, suas palavras-chaves, bem como na implementação do chamado neoliberalismo que, para muitos, tem seu marco na crise gerada pelo aumento do preço do petróleo, o qual causou um forte impacto na economia mundial. Naquele exato momento, os Conselhos de Salários foram substituídos por políticas de contenção dos salários. Agora, reinstalado e com a convocação dos empresários e trabalhadores para negociarem, teríamos o início de uma nova era no campo da negociação coletiva uruguaia?

No ano de 1984, o governo convoca aquela que ficou conhecida como a *Concertación*

Nacional Programática (CONAPRO). Esta seria integrada por representantes dos partidos políticos, Câmaras empresariais, o PIT-CNT e outras organizações sociais. Esta experiência de “Concertación Social”, que consiste na solicitação de um diálogo social entre as classes, representadas por meio de suas organizações, segundo Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013), não obteve grandes resultados concretos, contudo, é coincidente a opinião dos autores, a respeito de sua importância como ferramenta.

Entretanto, as estratégias construídas pelos empresários e trabalhadores contrastam drasticamente. No trabalho de Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2001, p. 16-17) é possível verificar que, por um lado, os empresários buscavam que os aumentos salariais não implicassem em aumentos de custos significativos, pois podiam prejudicar a difícil situação em que muitos se encontravam pela recessão que seguiu o desmonte da política cambial de 1982. Por isso, se apresentavam contrários à decisão governamental de aumentar salários e de reinstalar os Conselhos. A proposta era de que os salários mínimos fossem determinados pelo Poder Executivo. Por outro lado, os sindicatos apresentavam dois objetivos: a consolidação das liberdades democráticas, mediante o impulso das iniciativas que, nesse momento, se propuseram para saldar as feridas dos anos repressivos; e uma melhora muito significativa nos salários reais. A plataforma, neste terreno, foi recuperar os salários reais de 1968, ano em que haviam deixado de funcionar os Conselhos de Salários, propondo reajustes de 100% referentes à variação do IPC passado mais “pontos” de recuperação.

Levantamos mais alguns elementos do trabalho de Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2001), os quais afirmam que os conflitos por reivindicações salariais – greves, paralisações gerais e ocupações de local de trabalho – tiveram seu máximo em 1985. Foram ações dentro do setor privado, na indústria têxtil, cujas medidas incluíram uma greve geral por tempo indeterminado; além de conflitos na indústria papelreira, no transporte e na saúde, em que se destacavam as mobilizações conjuntas de Administração Central, Ensino e Entes autônomos. Concluem que, com o estabelecimento da prática de assinatura de convênios mais longos, a partir de 1988, o número de greves para esta causa se reduziria. Como expressão dos acordos assinados entre trabalhadores e empresários, Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2001, p. 18) escrevem que foram assinados 792 convênios, embora tenham ocorrido oscilações no número de convênios assinados por rodada. O período entre junho de 1985 e junho de 1987 foram as rodadas de menor negociação – 95 e 88 convênios, respectivamente. Nos advertem ainda, ao fato de que o nível de negociação

preponderante no período foi o de ramo de atividade, os Conselhos de Salários tiveram impacto na estrutura das organizações empresariais e sindicais. Por isso, quando as organizações se reconstituíram, depois do período de ausência de liberdades, retomaram sua estrutura prévia.

Concluem os autores em destaque que, no período, predominou amplamente o tratamento de temas salariais. De 792 convênios, todos menos um incluíram mecanismos de ajuste salarial. Dentro os convênios que trataram do tema salarial, 64,3% referem-se exclusivamente ao assunto e 35,6% incluem outras temáticas. Neste período, observa-se uma clara diferença: enquanto no ano de 1985 a preocupação central dos atores foi acordar mecanismos de ajuste salarial; em 1988, incorporaram-se novas temáticas, indicativas da conformação de novas tendências na evolução das relações laborais.

No governo de Sanguinetti (1985-1990), o tema da política econômica foi encarado dentro da *Concertación Nacional Programática* (CONAPRO). Na análise de Finch (2014), os objetivos básicos desta política de inspiração batllista eram a recuperação da produção; o crescimento do emprego; a recuperação gradual do nível de salários e aposentadorias; o controle da inflação e uma redistribuição progressiva da renda. Em sua análise, o governo, para alcançar uma política de redistribuição, decidiu reinstaurar o regime de Conselhos de Salários tripartites para o setor privado, inicialmente com ajustes quadrimestrais e limites impostos pelo governo na proporção em que seria possível transladar aos preços. Adicionalmente, se acordou um aumento geral de salários nas primeiras semanas da nova administração. Assim, o autor nos apresenta dados interessantes:

Como resultado os salários reais no setor privado aumentaram em 15% em 1985, 8% em 1986 (quando se introduziram os ajustes de um ano) e 1987, e 2% em 1988 e 1989. Os trabalhadores do setor público compartilharam os primeiros aumentos, mas quase não receberam aumento real depois de 1986. A parte dos salários na renda nacional (39,1% em 1970-73 e 27,3% em 1979-81) se elevou de 30,5% em 1985 a 32,9% em 1989. O desemprego aberto em Montevideu decaiu quase continuamente durante o período, de 13,7% a começo de 1985 a um 8,9% no terceiro quarto de 1987 e 8,5% em 1989. A recuperação econômica em 1986-87 `explica` a queda nesses anos, mas é menos claro em que contribuiu a modesta melhora posterior (Finch: 2014, p. 318).

O processo de redemocratização do Uruguai, portanto, esteve marcado pela política de *Concertación Social*, que representou uma tentativa de restabelecer a negociação coletiva tripartite e criar consensos entre as classes sociais, trabalhadores e empresários. Nesta fase histórica, os Conselhos de Salários foram estabelecidos por decretos do Poder Executivo. O grau de intervenção

do Estado era muito acentuado, os valores dos reajustes salariais sempre tiveram como meta o controle da inflação e os temas negociados eram essencialmente vinculados aos salários, não se debatiam, por exemplo, condições de trabalho, higiene, entre outros temas, como na atualidade.

Em termos de políticas voltadas ao trabalho, que representam os objetivos desta investigação de doutoramento, identificamos que elas vieram como uma tentativa de resposta à crise inaugurada pela disputa interimperialista e o processo de autorreprodução do capital, por meio do mecanismo de troca desigual e combinada, sugerido pelos autores do subdesenvolvimento como Trías (1990). Em contraposição, estão outros autores que identificam a possibilidade de um intercâmbio com os países chamados desenvolvidos, por meio de uma política de vantagens comparativas, com base nos trabalhos de David Ricardo (1831). Nesta perspectiva de pensamento, os países desenvolvidos por meio do sistema bancário, impulsionado pela liberalização e abertura da economia, assim como foi apresentado pelos dados, extraem do Uruguai o máximo de mais-valia, que garantirá sua riqueza e desenvolvimento.

A política de Conselhos de Salários, portanto, não teve como meta mudar a economia nem propor um desenvolvimento nacional e autônomo, mas sim restabelecer um equilíbrio da economia e um consenso social, garantindo, assim, uma classe trabalhadora preocupada exclusivamente com a questão salarial.

3.3. O neoliberalismo e a negociação coletiva (1990-2004)

O Uruguai, no início da década de 1990, contou com o advento de uma nova onda de ingresso de capitais, promovida pelo imperialismo norte-americano, e que prometia crescimento econômico para a América Latina. As políticas econômicas implementadas nesse período tomam como ponto de referência o chamado Consenso de Washington – modelo econômico guiado por fundamentos neoclássicos, que se expressa em uma clara orientação de mercado e abertura externa. Tal Consenso, no que se refere às finanças públicas, propõe disciplina fiscal para evitar que o *déficit* impulse “excessiva pressão da demanda”, ou que provocaria oscilações nos níveis de inflação comprometendo os pagamentos. Define que o *déficit* não deve ser maior que 2% do PIB e, para reduzi-lo, recomenda cortes com gastos públicos. A política de gastos se baseia, por um lado, no corte de subsídios, os gastos militares e de administração pública, por outro, as intervenções na infraestrutura, os gastos com saúde e educação, subsídios a camadas da sociedade em situação de

vulnerabilidade. Na política tributária, recomenda um sistema de base ampla, regras simples e com baixas taxas de impostos. Recomenda, também, a privatização das empresas públicas e a abertura de mercados, assim como a liberalização financeira com taxas de juros determinadas pelo mercado.

Mudanças históricas ocorridas desde 1970 fizeram com que a burguesia se desprendesse do desenvolvimentismo com base na teoria keynesiana, na qual o Estado intervinha diretamente na economia, e na política de bem-estar social. O capitalismo traz, até então, em face da ameaça socialista, a rigidez das propensões conciliatórias da burguesia que tendiam a inibir as exigências reformistas das massas pauperizadas das classes trabalhadoras e dos extratos assalariados das classes médias. Suzana de Brunoff (1991), Boron (1994), Trías (1990), demonstram, em seus devidos trabalhos, que a política liberal emprega, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a abertura de mercados para as corporações gigantes e o enlace do governo com o desenvolvimento capitalista, especialmente na transferência do máximo de riqueza pública nacional para o setor privado. A burguesia espelhou-se no neoliberalismo para suprimir os direitos dos trabalhadores no momento em que houve uma tendência decrescente na taxa de lucro das empresas. As condições históricas do período possibilitaram uma reviravolta da burguesia. Na década de 1980, a estagnação econômica e o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) já eram evidentes. Assistimos ao fim da bipolarização do mundo, representado pela Guerra Fria; às tentativas de reformulação dos regimes do “socialismo real” com a Perestroika e Glasnost; ao massacre dos estudantes chineses e ao avanço da ideologia neoliberal com a crescente hegemonia mundial e ao fim da URSS, que carregou consigo toda a carga mítica do socialismo.

Alguns países europeus elegeram candidatos socialistas ligados ao pensamento da social democracia na década de 1980, como François Mitterrand, na França; e Felipe Gonzáles, na Espanha, que aplicaram medidas semelhantes às de Thatcher na Inglaterra: a redução dos direitos dos trabalhadores e a garantia de rentabilidade às empresas capitalistas. De acordo com Armando Boito Jr. (1999), a União Soviética implantava a Perestroika com Gorbachev, em 1986, que resultou no desmantelamento da superpotência, sem forças para combater os EUA. Devido à desarticulação da URSS, neste período, a crise do movimento operário acirrou-se, fora extinto o confronto bélico contra o imperialismo. O campo capitalista tornava-se cada vez mais coeso. A burguesia mundial encontrou um caminho aberto para implantar a política de supressão dos direitos sociais e deixar os países da periferia do capitalismo em uma grande recessão. O pano de fundo desta fase histórica é a catastrófica crise econômica que evidencia o caráter da atual ordem

econômica e política internacional, hegemônica pelo imperialismo norte-americano.

O processo de modificações organizacionais e tecnológicas ocorria de maneira lenta na década de 1980, intensificando-se, no final desta década, com os primeiros governos da década de 1990 (Lacalle, Sanguinetti e Jorge Batlle). Neste período, ocorreram repercussões importantes na organização operária. O solo favorável à proliferação dos movimentos sociais de massa se desfaz. Acontece um aumento do subproletariado, trabalhadores empregados no setor de serviços, subempregados, além do desemprego estrutural. Ocorre uma fragmentação da classe trabalhadora, que torna suas organizações de luta também fragmentadas e, por isso, enfraquecidas. Deixam de existir reivindicações próprias à necessidade de consubstanciação de um projeto de infraestrutura para o bem coletivo e passa-se a buscar garantias para um suporte mínimo de satisfação (alimentação) pessoal. A sociedade civil passa a desacreditar no Estado e tenta, independentemente, viabilizar a execução de suas próprias necessidades por meio de movimentos como, por exemplo, as ONGs (Organizações não Governamentais). Nesse sentido, as lutas defendidas pela esquerda observadas são substituídas pelas lutas cívicas⁶² que, diferentemente daquelas, não se constituem de reivindicações estruturais, ligadas a um projeto político. As questões da democracia e da cidadania ganham maior importância e a própria esquerda a coloca como bandeira principal, perdendo seu caráter classista, assim como na década de 1970 ocorrera nos países desenvolvidos e periféricos.

Compreendemos, todavia, que se trata de uma crise estrutural do capitalismo monopolista de Estado, que se manifesta ora numa recessão aberta ora numa inflação descontrolada ou no problema cambial, mas que reflete, no fundo, o esgotamento de um determinado padrão de acumulação capitalista e a incapacidade de encontrar um novo caminho de crescimento unicamente nos marcos da economia uruguaia.

Com o processo de transição no Uruguai, realizado no marco da *Concertación Social*, o governo de Sanguinetti conseguiu aprovar leis que favoreceram aos militares e tornaram impunes os crimes cometidos ao longo da ditadura. A lei de *Caducidad*, que prescreveu os crimes de tortura,

⁶² Para uma melhor compreensão sobre os movimentos sociais no Uruguai, favor consultar: FILGUERA, Carlos H. **Movimientos sociales en la restauración del orden democrático: Uruguay 1985**. In *Movimientos Sociales en el Uruguay de Hoy*, editado por Carlos H. Filgueira. Uruguay: Clacso/Ciesu/Ediciones de la Banda Oriental, 1985. MIDAGLIA, Carmen. **Las formas de acción colectiva en Uruguay. Movimientos de Derechos Humanos y el cooperativismo de vivienda por ayuda mutua**. Montevideo, Uruguay: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay – CIESU, 1992.

assassinato, perseguição, por exemplo, obteve apoio dos setores conservadores e nacionalistas. Finch (2014) discute que a fração de centro-esquerda majoritária do Partido Nacional recorreu à noção de “governabilidade” para justificar seu apoio à lei de *Caducidad* do governo, a qual garantiu imunidade de julgamentos aos militares em dezembro de 1986.

Lacalle, líder da ala à direita – Herrerista – dos Blancos, propôs, sem êxito, um governo inteiramente de coalizão de Blancos e Colorados, enquanto a FA era isolada por sua posição à lei. Nestes anos, Blancos e Colorados realizaram acordos intrapartidários baseados na colaboração mútua com a tentativa de exclusão da Frente Ampla, por se tratar de um partido de esquerda. Entretanto, a FA conquistou a Intendência⁶³ de Montevidéu, inaugurando, segundo Yaffé (2001), a experiência chamada de “coabitação”, ou seja, com a vitória em 1989 e anos seguintes nas eleições municipais de Montevidéu, os chamados partidos tradicionais foram obrigados a conviver com a presença da esquerda no poder. Assim, em sua opinião, esta esquerda governante abandonou progressivamente seu tradicional caráter contestatório e opositor e passou a se apresentar como alternativa eleitoral ao país.

As eleições de novembro de 1989 resultaram na última vitória para a presidência da República do Partido Nacional no século XX, lembrando as vitórias eleitorais nos anos de 1952, 1958 e 1962. Sanguinetti, não reelegível para um segundo governo, apoiou seu vice-presidente Enrique Tarigo como o candidato do *Foro Batllista*, fração dominante do Partido Colorado, mas este foi derrotado por Jorge Batlle nas eleições internas de seu partido. Nas eleições gerais, Luis Alberto Lacalle, da fração herrerista dos Blancos, foi o candidato mais votado do partido mais votado, com 21,7% do total de votos. Lembramos que o Uruguai, ainda neste período, contava com o voto duplo simultâneo, ou seja, a legislação eleitoral ainda trabalhava com a chamada lei de Lemas, que permitia a cada partido político apresentar mais de um candidato a cargos do executivo. O programa eleitoral, de caráter neoliberal, proposto por Lacalle, apontava para a realização de reformas no setor público, segurança social, educação, sistema de impostos, descenso nas tarifas de importação, além da regulamentação do direito de greve dos trabalhadores.

Lacalle foi eleito com um programa de reforma estrutural, a tarefa imediata para sua administração foi a de reverter, a curto prazo, uma situação financeira em rápido deterioro. Os dados apresentados por Finch (2014, p. 321-322) demonstram que, em fins de 1989, o *déficit* de

⁶³ A Intendência corresponde ao Poder Municipal.

governo central era 3,5% do PIB, o nível mais alto alcançado desde o último ano da ditadura, e o *déficit* global no setor público era de 6,4%. Um forte pacote fiscal, introduzido em abril de 1990, reduziu o *déficit* global a 2,5%, em meados de 1990. Contudo, a taxa de inflação continuou acelerando-se, em parte por causa de condições regionais fortemente favoráveis, que resultaram em significativos excedentes na conta corrente em 1989 e 1990. O aumento da taxa mensal de preços alcançou 9,6% em junho de 1990, ajudado pelo preço do petróleo em crescimento, e o governo começou a considerar o elemento da inflação inercial surgido da indexação de valores nominais, especialmente salários. A administração de Lacalle não constituiu em uma coalizão plena com os Colorados. Segundo Finch (2014), esta “aliança” foi construída sobre a base de uma “*Coincidencia Nacional*” com a maioria das frações Blancas e Coloradas representadas no gabinete ministerial. Isto foi suficiente para lhe dar maioria no parlamento sobre a Frente Ampla e a esquerda moderada do Nuevo Espacio⁶⁴, mas a unidade da administração não se sustentou facilmente. Esta aliança não foi constituída de maneira oficial, era um acordo interno entre os partidos, cujas bases se pareciam muito frágeis devido às divergências históricas entre os dois partidos.

Por outro lado, uma das principais táticas da esquerda para o período pós-ditatorial foi a de convocar *referenduns*, baseados no artigo 79 da Constituição de 1966, que permitissem a eles realizar derrogação de uma lei, mediante apresentação de uma petição assinada por 25% dos votantes do país. Em dezembro de 1992, a esquerda fez valer esse mecanismo e conseguiu, por meio de documento com as assinaturas suficientes, a convocação oficial pelo governo para decidir sobre a privatização de empresas públicas importantes. Finch (2014, p. 325) apresenta que o resultado do pleito foi o rechaço à proposta de privatizações de algumas empresas públicas por 72,5% dos votantes. Na análise do autor em destaque, a derrota foi um retrocesso para a administração Lacalle. Contudo, nos adverte que isto não deteve, na prática, o processo de privatizações. Os serviços no porto de Montevideu (ANP) foram matéria de uma legislação separada em 1992. A venda da PLUNA⁶⁵ não estava afetada pelo *referendum* – embora não tenha sido efetuada até 1995. O *Banco de Seguros del Estado* (BSE) perdeu, em 1993, seu monopólio de seguros para todo risco, exceto acidentes de trabalho e os requerimentos de seguros do setor público. A *Compañia del Gas* foi eventualmente vendida para a companhia francesa *Gaseba*, em

⁶⁴ O *Nuevo Espacio* é um setor político que surgiu como alternativa ao setor majoritário da Frente Ampla, em 1989, que resolve disputar os espaços internos da FA como força política autônoma, por discordâncias com o programa eleitoral e a derrota na disputa presidencial.

⁶⁵ Companhia aérea do Uruguai.

1994. A *Administración de Ferrocarriles del Estado* (AFE) convidou o capital privado a operar serviços ferroviários, o sistema de telefonia móvel passou à propriedade privada e alguns serviços menores (limpeza, etc.) das empresas do setor público. Mas as principais empresas públicas, como as companhias de geração de energia elétrica, de fornecimento de água potável e a ANCAP permaneceram operando, embora não intactas.

Assistimos, na década de 1990, ao processo de eliminação da proteção da indústria nacional, assim como à estrutura de incentivos às exportações de certos produtos. Em conjunto, a abertura comercial regional no Mercosul. Outro elemento chave da política macroeconômica tem a ver com a política anti-inflacionária. A partir de 1990, ano em que a inflação superou com crescimento de 100%, segundo dados disponibilizados pela PIT-CNT⁶⁶, se implementa um plano de estabilização baseado em uma âncora cambial. Em concreto, se estabeleceu uma banda de flutuação para o tipo de câmbio, pelo qual o preço da moeda estrangeira cresceu progressivamente, mas a uma taxa inferior que a dos preços internos. O objetivo era baratear, de forma paulatina, os preços dos produtos importados como mecanismo para baixar a inflação. A política de tipos de câmbio foi transformada, em setembro de 1990, para se converter no principal componente da política de estabilização, seguindo ao abandono da dependência da política salarial, conforme os preceitos estabelecidos pelo FMI.

O governo de Luis Alberto Lacalle definiu uma nova política trabalhista e aspirou ao objetivo de reduzir a inflação – mediante um forte ajuste fiscal e a desindexação da economia –, sendo respaldado pelos setores sociais, para os quais convocou um *Diálogo Social*. Com uma quantidade de acordos salariais finalizando no princípio da década 1990, o governo tratou de reduzir a taxa de aumento de preços por meio de uma política de renda que afetou negativamente o nível de salários reais.

Segundo Finch (2014, p. 321), primeiro foi planejada a interrupção da política de Conselhos de Salários, prometendo uma legislação que regulamentava o direito de greve. Mas, apesar da linha dura sobre salários, inerente à nova política, anunciou, em setembro de 1990, um “*diálogo social*” ou “*coincidência social*” entre o governo e o PIT-CNT. Neste processo, foi acordado que era desejável a desindexação, mas não à custa do salário real, o qual deveria recobrar o nível do último quarto de 1989, tão pronto como fosse possível. Isso favoreceu acordos de longa duração, com

⁶⁶ PIT-CNT. *Las relaciones Laborales en Uruguay. 10 años de cambios*. Uruguay: Instituto Cuesta Duarte/OIT, 2015.

ajustes sobre a base de 75% da taxa de inflação dos quatro meses prévios. O governo daria prioridade no futuro às negociações salariais com acordos bilaterais e haveria autorregulação por parte dos sindicatos do direito de greve. Esta reafirmação da preferência tradicional pelo consenso sobre a confrontação propôs a aprovação do FMI ao programa econômico do governo e a um empréstimo. Mas a intenção de finalizar, com o sistema de Conselhos de Salários, para o setor privado, se concretizou em 1993.

No entanto, ambas políticas, a fiscal e a desindexação com âncora salarial, foram rechaçadas pelo PIT-CNT, que se retirou do diálogo. Segundo Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2001), o governo então decretou, em junho de 1990, o primeiro aumento de salários para o setor privado e convocou uma nova rodada de Conselhos de Salários nos setores que assinaram convênios, cuja vigência havia começado em setembro daquele ano.

Os referidos autores nos apresentam a informação de que, em agosto de 1991, o ministro da Economia anunciou uma nova política trabalhista para o setor privado, na qual o governo não convocaria mais os Conselhos de Salários. O abandono da negociação centralizada retirava o sindicalismo do principal âmbito que havia canalizado suas demandas desde cinquenta anos atrás. A mudança na política trabalhista de Lacalle implicaria no fato de que a negociação coletiva passaria a ser por empresas o que, em sua avaliação, acarretava mudanças muito profundas, impossíveis de serem resolvidas no curto e médio prazo – como a organização de sindicatos nas empresas e a formação de dirigentes sindicais capazes de conduzir em novos âmbitos, muito descentralizados, sobre novos temas. Esta nova situação fez com que só se assinassem convênios em poucas empresas, médias e grandes, nas quais os salários se ajustavam de acordo com o estabelecido nesses convênios. Os trabalhadores do resto das empresas não tinham convênio e o governo não decretava aumentos mínimos, pelo que os salários se ajustariam ou não, dependendo de decisões das patronais.

As greves e protestos dos trabalhadores deste período estiveram centradas no rechaço às medidas econômicas propostas pelo novo governo, em particular o ajuste fiscal e as novas pautas em matéria salarial. Os conflitos se centraram em reivindicações salariais, houve uma série de paralisações gerais em descontento às novas políticas voltadas ao trabalho e em solidariedade aos conflitos pontuais por esta causa, como o apoio à greve na educação e à greve no setor da construção, em 1993.

Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2000, p. 23) afirmam que, entre 1990 e 1994, se assinaram

401 convênios coletivos de aumentos salariais. O ano de 1990 marcou o recorde, pois foram negociados 148 convênios. No ano seguinte, o nível de negociação foi muito baixo (11 convênios), dados que permaneciam vigentes nos celebrados 1990. Entre 1992 e 1994, se constatou uma desaceleração da negociação, cuja média passou a ser de 80 convênios por ano, número sensivelmente inferior ao do período 1985-1989, que compreendeu de 120 a 130 convênios.

Por fim, apresentam que os conteúdos dos documentos sobre os convênios acordados entre trabalhadores e empresários traziam a discussão sobre a necessidade de aplicação da flexibilidade numérica. Ou seja, seria uma norma que permitia adaptar o número de trabalhadores às necessidades do ciclo produtivo, sendo que sua avaliação foi a mais usada sob distintas modalidades – basicamente rotação de pessoal enviadas para o seguro-desemprego e reduções da força de trabalho por meio de demissões incentivadas ou terceirizações (em geral formando microempresas com os próprios trabalhadores). Finalmente, ainda percebem que começaram a aparecer também outras mudanças, tanto a flexibilidade funcional (polifuncionalidade) como a flexibilidade salarial (produtividade ou desempenho), assim como os convênios de moderação salarial.

O governo de Lacalle ficou marcado pela série de medidas políticas, econômicas e sociais derivadas do acordo realizado com o Fundo Monetário Internacional. Seu governo completou o processo de liberalização iniciado ainda com a falência do modelo de substituição de importação, a partir da abertura total da economia às empresas estrangeiras, uma vez que o sistema bancário privado já havia sido superado pelo número de bancos e depósitos. As privatizações, assim como encontramos relatadas nos trabalhos da época, representam o maior exemplo de abertura econômica e política. O acordo com o FMI também visava conter a inflação por meio do rebaixamento dos salários e a redução do poder de compra dos trabalhadores. Logo, o governo suspendeu a prática de negociação coletiva realizada por meio dos Conselhos de Salários, a exemplo de 1968, quando todos os preços e salários foram congelados pelo governo autoritário de Gestildo.

O rebaixamento dos salários médios e a abertura dos mercados às economias dos países desenvolvidos causaram mudanças estruturais significativas ao Uruguai, que estão representadas pelo crescente endividamento do país com os empréstimos feitos do FMI; a equiparação dos preços nacionais aos dos mercados internacionais; a dolarização constante da economia; o dismantelamento das relações trabalhistas construídas pelos anos de governos batllistas e de lutas

operárias; a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores em detrimento do enriquecimento de poucos e o aprofundamento do subdesenvolvimento e dependência externa. Portanto, as palavras-chaves deste processo se traduzem à abertura total da economia e desregulamentação do sistema de trabalho.

Diferentemente do governo de Lacalle, o período 1995-1999 se caracterizou por uma coalizão formal de governo. Nas eleições realizadas em novembro de 1994 triunfou o lema Partido Colorado, com 31% dos votos, seguido pelo Partido Nacional (29,9%) e a Frente Ampla (29,3%). A votação alcançada por esta terceira força motivou que os partidos Colorado e Nacional constituíssem a mencionada coalizão. Um fato destacável foi a reforma constitucional, que introduziu mudanças substanciais no sistema eleitoral: candidatura única por lema à Presidência da República (definida em eleições internas simultâneas), ou seja, o fim do voto duplo simultâneo; a restrição das candidaturas municipais e da possibilidade de acumular votos com distintas listas dentro do mesmo lema; e o segundo turno, ou *balotaje*, entre os dois candidatos mais votados para a presidência.

A política trabalhista do segundo governo de Sanguinetti foi uma continuação dos delineamentos estabelecidos durante o governo do partido Nacional enquanto a não intervenção governamental na negociação coletiva. De acordo com Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2000, p. 25), a esta posição geral agregaram-se duas iniciativas: a proposta de flexibilização de alguns aspectos dos contratos de trabalho e a iniciativa do ministro do Trabalho de convocar um *Diálogo Social*. Esta proposta materializou-se em 1998, sob o argumento de buscar consensos em temas de interesse comum. O diálogo foi convocado pelo governo, no entendimento de que só com a participação razoável e construtiva de todos os setores se poderia construir um caminho que permitiria a transformação produtiva com justiça social. Os autores em destaque nos alertam, ainda, que as bases para este Diálogo Social tiveram como antecedentes imediatos duas comissões tripartites: uma de agenda aberta e outra para elaborar um marco normativo para a negociação coletiva. Por fim, conclui-se que estas experiências desenvolvidas no Ministério de Trabalho finalizaram-se sem nenhuma concretização.

As relações trabalhistas entre empresários e trabalhadores, neste período histórico marcado pelo neoliberalismo no Uruguai, passam a ser estabelecidas por relações bilaterais (bipartites), sem a intervenção do estado nas negociações realizadas entre sindicatos e empresários. Assim, em posse dos dados disponibilizados por Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2000, p. 28), nos deparamos com

a quantidade de convênios registrados nesta ocasião, que correspondeu a 444, e, na opinião deles, isso foi demonstrativo das dificuldades para negociação, que começaram a surgir no final do governo anterior (1990 a 1994) e se confirmaram no atual. Em comparação ao primeiro governo Sanguinetti (1985 a 1989), não se alcançou a quantidade de convênios coletivos que foram assinados no seio dos Conselhos de Salários. Em todo o período, os convênios coletivos celebrados se mantiveram em cifras bastantes similares, sem gerar nenhum incremento significativo ao serem analisados em forma global, em todos os níveis de negociação e com qualquer conteúdo.

A negociação coletiva analisada até aqui apresenta uma clara política neoliberal e alinhamento ao FMI e aos interesses do imperialismo norte-americano, percebida por meio do enfraquecimento da negociação centralizada em substituição à política de negociação por nível de empresa. Os dados de Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2000, p. 28-29) demonstram que, somente no ano de 1995, se manteve o predomínio da negociação por setor de atividade (75% do total de negociação). Entre 1996 e 1999, este índice manteve-se em queda, com um máximo de redução no ano de 1999, em que representou apenas 10%. Por sua parte, 1995 foi o ano de baixa na negociação por empresa, que começou a crescer somente em 1996, chegando ao máximo em 1999: representou o 90% da negociação global do período. Por fim, alertam ainda para a mudança nos prazos de vigências para os convênios, que passaram a ter uma longa duração, com períodos de mais de um ano, como tentativa de diminuir o número de greves e protestos dos trabalhadores.

A diferença em relação ao governo anterior é que Jorge Batlle (2000-2005) não anunciou novas transformações estruturais e o debate trabalhista, no período, ficou limitado a três temas: o conteúdo do orçamento quinquenal; os setores em que se mantinham uma negociação centralizada e tem convênio vencido, como é o caso do setor da construção; e os problemas laborais dos setores em crise, particularmente da saúde. A ele se agregam as demandas de criação de postos de trabalho, que vêm de anos anteriores. Os delineamentos de sua gestão se anunciam por meio da convocatória de um novo Diálogo Social, embora sobre bases diferentes das do governo anterior: centrado em níveis setoriais e não no nível nacional, mas ainda foram anunciados os seus conteúdos. Os dados de Cozzano, Mazzuchi e Rodríguez (2000, p. 32) demonstram que, no primeiro semestre de 2000, registraram-se 22 convênios, três deles negociados em nível de ramo de atividade e 19 nas unidades produtivas. Isso significou uma diminuição de 27% em relação ao mesmo período do ano anterior, convertida na fase de menor negociação produtiva desde 1996. O número de convênios registrados por empresa é indicativo de que, ou as empresas impõem mudanças sem negociação, ou existem

negociadores com os sindicatos que não recorrem à convênios coletivos, ou estes convênios não se registram.

Para compreendermos melhor o processo de desregulamentação da economia e do trabalho Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013, p. 124) trazem à tona algumas modificações jurídicas deste período, afirmando que a sanção de duas leis fundamentais indica o caráter flexibilizador e, inclusive, desregulamentador das ditas normas jurídicas, com a prescrição dos créditos trabalhistas, e o artigo 176 da lei 16.713, referente às empresas unipessoais. A respeito da prescrição dos créditos trabalhistas, em 7 de janeiro de 1998, sanciona-se a lei 16.906, de proteção de investimentos e promoção industrial. Na referida lei, no artigo 29, estabelece-se que as ações originadas nas relações de trabalho, prescrevem no ano em que se finaliza a relação trabalhista e que, em nenhum caso, seria possível reclamar créditos, além de dois anos da data em que se apresente a demanda judicial correspondente. Posteriormente, interpretou-se que os dois anos não poderiam ir além da data de notificação da demanda, o que encurtou ainda mais os prazos. Concluem os autores, indicando que a norma está inclusa dentro de uma lei de investimentos e promoção industrial, demonstrando a ideia do papel de subordinação às políticas econômicas que se assignava ao direito do trabalho.

A aprovação da lei 16.713, de setembro de 1995, estipulava outras formas de contratação no Uruguai. O requisito era a formalização de um contrato escrito em que constassem as obrigações das partes, a ausência de subordinação trabalhista e o registro frente ao *Banco de Previsión Social* do mencionado contrato. A contratação por esta via implicava desviar as regulações laborais e a geração de outros benefícios, caso de licença, salário de férias, 13º salário⁶⁷, horas extras e constituía uma relação sem nenhuma estabilidade, porque não gerava direito à indenização por demissão nem ao seguro-desemprego. Foi uma norma claramente desreguladora e muito utilizada desde o momento de sua sanção até a derrogação, ocorrida no ano de 2010. Salsamendi, Zapirain e Zubillaga (2013, p. 125) destacam ainda a crescente utilização das “novas formas de organização empresarial”, que incluíam a utilização de figuras como a subcontratação, a terceirização de atividades e o fornecimento de mão de obra.

3.4. Balanço das políticas neoliberais

⁶⁷ O décimo terceiro salário no Uruguai é conhecido pelo nome de Aguinaldo.

No balanço dos três governos da era neoliberal no Uruguai, os processos eleitorais coincidiram com as consequências de crises externas: preços mais elevados do petróleo em 1990; a crise no México, conhecida como o efeito tequila de 1995; e a desvalorização brasileira do real em 1999. Finch (2014), em sua análise, afirma que, para voltar a ter o balanço fiscal sob controle, os governos se viram obrigados a impor uma carga impositiva mais alta, com a cobrança de impostos. Em 1990 e 1995, as recessões estiveram confinadas a um ano. O governo que assumiu em 2000 herdou uma economia já em recessão profunda, e a economia continuou registrando taxas interanuais negativas de crescimento até o terceiro trimestre de 2003. Em sua opinião, Finch (2014, p. 304) acredita que, apesar dessas três recessões, o desempenho da economia nos anos 1990 foi forte: o crescimento do PIB chegou a 3,0% anual nos dez anos, sendo 1991-1994 e 1996-98 particularmente dinâmicos. O crescimento alcançou um pico de 7,9%, em 1992, e 6,3%, em 1994, mas uma característica positiva do período foi que a economia se expandiu. A política de tipos de câmbio, introduzida em 1990, teve seu efeito inverso sobre as exportações, as quais se deprimiram até 1994, entretanto, cresceram fortemente durante 1994-1997, antes de se contrair agudamente durante os cinco anos seguintes. O investimento bruto fixo aumentou 13,8%, em proporção no PIB, em 1990-1994; e 14,3%, em 1995-1999. Estas taxas de investimento são comparáveis à taxa de crescimento dos anos 1975-79, porém, são muito baixas em comparação ao desempenho de investimentos da América Latina como um todo.

Ainda em posse dos dados sobre a economia extraídos da pesquisa de Henry Finch (2014, p. 305), detectamos que sua análise nos leva a perceber as mudanças na estrutura da economia durante 1985-1999, quando os dados são analisados em termos das participações relativas no PIB, correspondentes aos setores primário (principalmente agropecuário), secundário (principalmente indústria manufatureira) e terciário (serviços), além do desempenho das indústrias produtoras de bens e serviços comercializáveis ou não comercializáveis. Isso demonstra que, medidos em preços atuais, a importância relativa no PIB de serviços como um todo ascendeu de 56,4%, em 1985-1999, para 64,5%, em 1995-1999. Nos mesmos dois períodos, o setor agropecuário declinou de 11,6% para 7,3% e a indústria manufatureira de 27,8% para 18,7%. Dentro do valor de serviços, transporte e comunicações; finanças e seguros; e serviços governamentais, estes apenas acompanharam o ritmo do PIB durante os 15 anos, enquanto os serviços sociais e pessoais, assim como as propriedades imobiliárias e serviços a companhias cresciam fortemente – no último caso, refletindo a política de terceirização dos anos 1990. Comércio, restaurantes e hotéis incrementaram a sua

participação no PIB em 1990-1994, mas caíram no período de 1985-1989 e durante os anos mais difíceis para o turismo da segunda metade dos 1990. O grupo de serviços públicos – eletricidade, gás e água – cresceu mais rápido que o PIB durante os 15 anos.

Portanto, percebemos que, no pensamento do autor em destaque, em termos gerais, os fatores que influenciaram no desempenho de bens e serviços comercializáveis e não comercializáveis incluíram o crescimento da renda nacional; a política sobre taxas as importações; o estado das economias internacional e regional; e a política de tipos de câmbio.

Com o intuito de entendermos com mais profundidade a relação de dependência externa do Uruguai, bem como as políticas neoliberais de desregulamentação da economia e do trabalho com a processo de abertura econômica, segundo as recomendações do FMI, no começo de 1991, a posição externa esteve dominada pela pesada carga da dívida contraída pela ditadura cívica-militar. Finch (2014, p. 307) traz dados interessantes, apontando que os pagamentos de juros chegaram ao equivalente de 4,5% do PIB. Eles foram realizados durante 1985-1989, ajudados por acordos de refinanciamento para a dívida no setor público em 1986 e 1988. O serviço da dívida foi financiado por meio de excedentes comerciais e do crescimento de depósitos bancários de não residentes – sobretudo argentinos –, houve também um lucro modesto na posição de reserva bruta. A situação foi dirigida fundamentalmente mediante uma forte demanda das exportações de mercadoria uruguaia na sub-região, como resultado de condições temporalmente favoráveis nesses mercados, mas a incerteza se refletiu na contínua emigração de capitais.

A relação que o Uruguai apresenta de economia dependente está muito clara por meio dos dados trazidos pelo referido autor. Em sua análise, a natureza do fluxo de renda de capital e do endividamento em moeda estrangeira nos 1990 mostraram um conjunto de características importantes. Primeiro, o investimento estrangeiro direto, por exemplo, capital de risco, fez uma pequena contribuição ao total da renda de capital. Segundo, a maior parte da dívida externa, a médio e longo prazo, do setor público era requerida para financiar os *déficits* fiscais do governo central, em formas de bônus, letras e empréstimos. Na maior parte dos anos, os empréstimos a empresas do setor público foram menores do que os 10% dos pagamentos da dívida do setor público. Terceiro, os depósitos de não residentes, majoritariamente em bancos privados, cresceram rapidamente, essencialmente durante 1995-1997 e se elevaram de 30% da dívida bruta, no início da década, até 38%, em direção a 1999. Estes fundos foram atraídos desde a Argentina, tanto por razões de segurança como pelas taxas de juros e impostos diferenciais, e os feitos de 2002

mostraram que eles poderiam desaparecer ainda mais sigilosamente do que haviam chegado, com sérias consequências para a estabilidade do sistema financeiro. As fontes de rendas nos anos 1990 se inclinaram fortemente aos impostos sobre o consumo (IVA e Imesi), no entanto, os impostos sobre o comércio exterior decaíram porque as tarifas das importações foram rebaixadas. A possibilidade de incrementar o produzido pelo IVA, o qual constituía aproximadamente a metade das rendas do governo central, foi limitada pelas altas taxas – 23% taxa básica e 14% taxa mínima – já alcançadas em 1995.

O outro eixo fundamental desta pesquisa de doutoramento são os efeitos sociais sobre o trabalho das políticas neoliberais. Tentamos entender se, com a implementação do trabalho decente é possível alcançar os objetivos estratégicos da OIT (1998). Logo, na investigação sobre suas regularidades, encontramos, por meio de Finch (2014, p. 310-314) que, na análise do desemprego, desde 1985, está inevitavelmente afetado pelo extraordinário e chamativo aumento que começou na recessão de 1999 e alcançou seu clímax na crise econômica e financeira de 2003: durante esse período de quatro anos, a taxa de desemprego subiu de 11,3% para 17%. É importante recordar, contudo, que a taxa de emprego causava preocupação antes do descenso de atividade cíclica em 1999. De 13,1%, em 1985, a taxa caiu rapidamente para 8%, em 1989. Cresceu, então, modestamente, para 9%, em 1992, mas voltou a cair para 8,3%, em 1993. O seguinte ciclo alcançou um pico de 11,9%, em 1996, e caiu somente para 10,1%, em 1998. Parece, portanto, que por meio do ciclo houve uma tendência da taxa de desemprego subjacente ou estrutural a aumentar, ainda quando o PIB cresceu a uma taxa média de 3,1% durante 1990-1999, esta tendência se fez mais forte na segunda metade da década. O emprego informal – desprotegido pela segurança social – em Montevideu, que havia caído rapidamente de um 16,6% do emprego total, em 1984, a 12,9% (1990) e 12,8% (1993), aumentou para 16,7%, em 1998, um posterior 12,1% dos empregados de 1998 estavam subempregados ou em empregos instáveis ou não remunerados.

Desde o ponto de vista dos objetivos, como modelo de acumulação capitalista, podemos afirmar que o mesmo foi exitoso: alcançaram-se taxas de crescimento econômico altas em comparação com a histórica do país; o PIB expandiu-se 37% na década de 1990 e a inflação foi reduzida significativamente – do pico de 129% anual, em 1990, passou a ser abaixo de 10%, em 1998. Não obstante, do ponto de vista social, as consequências da aplicação deste conjunto de políticas foram nefastas. O crescimento econômico foi muito concentrado, a ponto de os salários reais, em média, apenas se incrementarem na década. O combate à inflação implicou a destruição

de boa parte do aparato industrial do país. O desemprego aberto aumentou, apesar da expansão econômica, aumentando também as formas distintas de precariedade laboral. Um dos efeitos mais significativos da aplicação deste modelo foi a diminuição substancial do peso da indústria manufatureira na estrutura econômica nacional, operada durante a década de 1990.

O peso da indústria no produto total caiu 10% em apenas uma década – de 26,6%, em 1989, a 16,7%, em 1999 –, o que implicou uma perda de cerca de 90 mil postos de trabalho nas indústrias, segundo os dados da PIT-CNT (2015). Na análise da Central Sindical uruguaia, estes resultados explicam-se pela aplicação combinada da abertura comercial externa, que expôs todos os ramos da indústria à concorrência com o resto do mundo, junto a uma política anti-inflacionária que conduziu a um claro atraso cambial, provocando uma drástica perda de competitividade. A redução do emprego foi generalizada em todos os ramos da indústria manufatureira, embora alguns deles tenham sido menos afetados, como o ramo da alimentação. Outros setores, no entanto, sofreram as quedas mais significativas, como os do metal, têxtil e vestuário. Na década de 1990, a economia sofreu um processo de significativa transnacionalização. O fluxo anual de investimento estrangeiro foi um contínuo ascenso, a ponto de o *shock* de investimento estrangeiro direto acumulado passar de 510 milhões de dólares, em 1990, para 2 bilhões e 369 milhões, em 1998.

De acordo com os dados levantados até o momento, identificamos que outra das consequências do modelo foi o importante crescimento das importações realizadas no país, fruto do privilégio das empresas estrangeiras em solo uruguaio e, fundamentalmente, do barateamento dos produtos importados, em virtude do atraso cambial. Um efeito claro do modelo neoliberal aplicado nos anos 1990 foi a consolidação do chamado emprego estrutural, somado a um crescimento significativo da precariedade no trabalho. Os dados do PIT-CNT (2015, p. 32) demonstram que, em 1991, a taxa de desemprego aberto era de 8,9%, enquanto em 1998 era de 10,1%. O aumento da desocupação afetou em maior medida os indivíduos de menor nível educativo. A crise do modelo não se inicia com o colapso financeiro em meados do ano de 2002. A crise de 1999-2002 foi o corolário inevitável de um modelo concentrador da riqueza e excluyente desde o ponto de vista econômico e social.

Assim, a crise se gesta com o próprio desenvolvimento do modelo, que gerou perda de competitividade da produção nacional; aumento de desemprego; desequilíbrios comerciais profundos; e exclusão social e econômica de milhões de uruguaios. A desvalorização do real, levada adiante pelo governo do Brasil – sócio comercial relevante para o Uruguai –, em princípios

de 1999, teve um impacto enorme na economia uruguaia, prejudicando particularmente as atividades exportadoras. A ela se somou o início da recessão na Argentina e, posteriormente, a aparição de um foco de febre aftosa no país, que intensificou as dificuldades para as exportações. Com a crise de 2001-2002, a instabilidade econômica e o desemprego voltam à cena, como nos anos 1980. Segundo o Instituto Nacional de Estatística do Uruguai⁶⁸, em 2003, a pobreza no Uruguai aumentou de 30,9%, para 32,1% em 2004. A renda *per capita* fornecia menos de 1/3 das necessidades básicas das famílias. Em 2003, a taxa de desemprego já era de 16,8%⁶⁹.

A crise tem, ao menos, cinco dimensões que se inter-relacionam entre si, de acordo com a análise apresentada pela PIT-CNT (2015): produtiva, laboral, distributiva social, fiscal e financeira. Segundo o seu diagnóstico, a crise distributiva social, que se expressa em um deterioro das condições de vida da população, logo que esgotada a etapa de “crédito fácil” ao consumo, consegue gerar uma queda nas vendas do mercado interno e, com ela, uma redução no emprego, além de um desequilíbrio nas contas públicas; redução das rendas fiscais por IVA e aportes da segurança social; e incremento dos gastos de seguro-desemprego. A crise produtiva vincula-se à crise trabalhista, considerando que o modelo produtivo gera desemprego e precariedade estruturais. Outro elemento importante para explicar a crise tem a ver com o fato de que a regulação do sistema financeiro apresentava numerosos problemas e imperfeições, vinculados à chamada garantia implícita do setor público e do risco moral. Boa parte das instituições financeiras que atuavam na praça uruguaia antes da eclosão da crise bancária em 2002, arrastavam problemas significativos, alguns deles desde a década de 1980.

Como parte dos resultados parciais desta pesquisa, concluímos que, depois da reinstalação dos Conselhos de Salários por ramo de atividade durante o primeiro governo posterior à ditadura (1985-1990), o Poder Executivo, encabeçado por Luis Alberto Lacalle (1990-1995), resolveu pela retirada da negociação coletiva, política que continuou nos governos de Julio María Sanguinetti (1995-2000) e Jorge Batlle (2000-2005). A desregulamentação é o conceito central da política neoliberal deste período. A relação existente entre equidade e acumulação, que motivou a realização desta tese de doutoramento, está sendo evidenciada a partir da comprovação de sua

⁶⁸ www.ine.gub.uy

⁶⁹ Atestando sua incapacidade de uma *universalidade globalizante* e de harmonizar o desenvolvimento das forças produtivas com o desenvolvimento dos sujeitos livremente associados, por sua própria essência contraditória, que se nutre do *trabalho subordinado, estranhado e fetichizado* (Antunes, 1999), o sistema capitalista inaugurou “novos” parâmetros de exploração e manipulação da classe trabalhadora, a partir dos anos 1980, quando, mais uma vez, a crise global do capital deu sinais de limitação e esgotamento.

incompatibilidade estrutural. Descrevemos que as elites dominantes se organizam a qualquer custo, de diversas formas, provocando muitas vezes a ruptura da ordem democrática, para assegurarem o poder em suas mãos. Observamos, todavia, que a escolha feita por estas classes dominantes foi a entrega do país aos interesses internacionais, para garantirem o máximo de riquezas pessoais, uma vez que não conseguiram concorrer com as empresas forâneas. Para assegurarem o poder em suas mãos, tais classes estabeleceram condições de subdesenvolvimento para o país, permitindo a existência de uma grande desigualdade social, expondo a maior parte da população à pobreza. A dominação imperialista foi demonstrada a partir da política integracionista dos EUA, com a dominação dos bancos frente às relações políticas, econômicas e sociais, que nesta fase da história neoliberal contam com abertura total da economia voltada aos interesses norte-americanos. Os trabalhadores, por sua vez, tiveram algumas garantias nas épocas em que os Conselhos de Salários estiveram em funcionamento, porém, qualquer garantia à classe trabalhadora viria como consequência de acordos internacionais e da imposição de políticas derivadas de convênios estabelecidos a partir destes acordos, como é o caso dos Conselhos de Salários, provenientes de longos períodos marcados por greves, paralisações gerais e ocupações de fábricas. Portanto, em ocasiões de crise do capitalismo, os direitos dos trabalhadores sempre foram suprimidos, nos levando a compreender que a balança sempre esteve voltada aos interesses de maior lucratividade possível às classes dominantes, desnudando a relação de incompatibilidade estrutural entre os princípios de equidade e acumulação.

Neste momento, resta somente analisarmos a vitória eleitoral da Frente Ampla em 2004, com a conquista da Presidência da República, com Tabaré Vázquez e as políticas de regulamentação para o trabalho, para respondermos à pergunta inicial, se é possível, de fato, superar a *injustiça social*, a *desigualdade* e implementar o chamado *trabalho decente*, com a prática denominada como *negociação coletiva* inserida no Uruguai, conforme indica os objetivos estratégicos da OIT (1998). A segunda parte desta pesquisa será dedicada a esta análise.

Contudo, neste instante gostaríamos de realizar uma advertência em relação ao caráter das publicações recentes relacionadas ao movimento operário e à esquerda uruguaia. A maior parte das publicações encontradas, de maneira geral, apontam para a falta de uma adequada contextualização do fenômeno sindical em seu devir histórico-nacional, interpretado fora de seu processo global, não integrando ambas as dimensões dos acontecimentos, o que empobrece a compreensão dos fatos estudados. Faltam a estes trabalhos, em nossa observação, aspectos que contemplem não somente

os partidos que concorram às eleições, mas sim uma análise sobre a sua história, propostas e, mais amplamente, aspectos referentes às condições de vida dos trabalhadores e às formas de atuação de suas organizações políticas. Estamos de acordo com a opinião Jorge Balbis (1989, p. 171-172), quando afirma, em sua revisão teórica dos trabalhos acadêmicos referentes ao movimento sindical uruguaio, que a estes faltam exatamente uma análise sobre as condições de vida e de trabalho dos setores populares, da vivência cotidiana de sua exploração. Para o autor em destaque, se trata de forma definitiva, de trabalhos sobre a história sindical preocupados somente em registrar as “querelas” ideológicas e o papel dos líderes, em detrimento da presença da classe trabalhadora e de suas lutas e organizações e, sobretudo, as transformações sociais protagonizadas pelos trabalhadores. Por fim, para Balbis (1989), essa preocupação excessiva por um enfoque teórico institucionalista e personalista da história da esquerda uruguaia e latino-americana, identificado com uma modalidade descritiva, em sua opinião, é a característica principal destes trabalhos acadêmicos de caráter tradicionalista.

Nos parâmetros estabelecidos pelos trabalhos acadêmicos de caráter tradicionalistas e, dessa maneira, descritivos, ressaltamos o acervo bibliográfico utilizado por esses autores. Nele, destacam-se Max Weber, Robert Dahl, Arendt Lijphart, Giovanni Sartori; as ideias de democracias “pluralistas” daqueles que possuem um aporte “populistas” ou “plebiscitário”, as que operam com a chave de “maioria” e as que se ajustam a uma dinâmica dita mais “consensual”; as que operam em apelações de “hegemonia” e as que se preocupam com as concepções corporativas, segundo uma concepção de “competividade” aberta ou fechada. Os materiais e métodos utilizados pelos trabalhos recentes encontrados no Uruguai foram organizados por meio da leitura de alguns autores referenciais: Wolintez (2007); Hinich e Munger (2003); Katz e Mair (2007); Pinto (2003); e Freidenberg e Sáez (2009). Logo, nosso método está circunscrito a uma ciência política empírica, em que a preocupação está voltada, sobretudo, nas funções apresentadas pelos partidos políticos e pelos respectivos governos. Para podermos compreender um pouco sobre a maneira que esses autores descrevem as transformações dos partidos políticos, analisaremos a forma pela qual realizam uma tipologia dos partidos políticos nas sociedades democráticas contemporâneas, a herança dos teóricos positivistas. Assim, levantamos a seguinte questão: Quais são as novas bases para a classificação?

Encontramos em Wolintez (2007, p. 145) o debate realizado para a existência de *partidos orientados às políticas*. Em sua tese, abarcam desde os antigos *partidos de integração de massas*

e alguns de seus descendentes modernos até partidos que articulam temas meio ambientalistas. A característica principal seria então que, com maior frequência, o partido dá mais prioridade à articulação ou defesa de suas políticas do que à maximização de votos ou à garantia de cadeiras parlamentares. Aponta também para os *partidos orientados aos votos*, que se referem a um partido downsiano clássico. Se estivesse operando tanto em uma sociedade heterogênea como sob um sistema eleitoral majoritário, o partido buscador de votos teria, com toda probabilidade, uma estrutura de coalizão ou, pelo menos, suficientemente ampla para aglutinar diferentes grupos sociais e proporcionar ao partido a oportunidade de obter uma maioria. Em um sistema multipartidário, o equivalente seria um *partido catch-all* ou *profissional eleitoral*, tentando maximizar seus apoios a partir de uma ampla, embora não necessariamente indiscriminada, porção do eleitorado. E um terceiro e último tipo de partido, os *partidos orientados aos cargos*, que podem tomar distintas formas. Uma seria a de um partido, grande ou pequeno, criado sobre a base de redes clientelares, cujo financiamento requereria manter um fluxo constante de benefícios. Outra poderia ser a de um partido pequeno em um sistema multipartidário, desejoso de ser incluído nas coalizões pelo prestígio que poderia resultar dele. Como seus homólogos, é mais provável que um *partido buscador de cargos* se organize para competir eleitoralmente a diferentes níveis de governo.

A segunda fonte teórica considerada nesta pesquisa, para abordarmos um pouco das concepções trazidas pelas investigações da ciência política uruguaia atual, são as considerações feitas por Hinich e Munger (2003, p. 17) ao defenderem que o poder político reside no *meio* ou no *centro* da distribuição dos cidadãos com direito a voto. Para dar precisão a esta ideia do *meio*, consideraram a ideia do *votante mediano*, sob a suposição de que não existe uma política que o governo deva escolher. Esta definição do *meio* logo se amplia, para dar conta do fato de que o governo deve fazer muitas eleições ao mesmo tempo. Fato do qual se depreende que o *meio* pode não existir, ou que há muitos *meios*, se as eleições políticas implicam várias questões simultâneas. Ao se perguntarem: como um grupo deveria escolher a maneira de eleger? Respondem incluindo a natureza do desenho, como se somam os desejos ou juízos dos indivíduos e a complexidade das alternativas entre as quais as pessoas estão tratando de optar, a qual significa que as premissas de um argumento farão se enunciar com clareza.

Ao questionarem a validade da dicotomia esquerda-direita, eles propõem uma teoria espacial. Hinich e Munger (2003, p. 28-29) afirmam que a teoria espacial simplifica a eleição política começando com um modelo abstrato da decisão de um votante (eleitor) representativo

sobre aquele que terá de apoiar. Este eleitor mítico não “representa” a ninguém, em um sentido político, antes é uma construção matemática. Especificadamente: 1) o votante percebe cada plataforma como um conjunto de questões individuais, logo, avalia cada plataforma comparando-a com seu próprio conjunto ideal de posições sobre estas questões ou assuntos; 2) na mente do votante, a importância de cada questão está representada por um conjunto de pesos ou medidas. Um peso considerável significa que o votante pensa que a questão é mais importante que outras com menor peso. Se para o votante uma questão não é significativa, esta tem uma ponderação nula ou zero.

Expõem Hinich e Munger (2003, p. 39) que as ideias da disputa espacial provêm de Hotelling (1929) e de Smithies (1941), estes utilizaram o “espaço” para descrever a necessidade das companhias de estarem perto dos mercados. A teoria espacial foi adaptada para a política analítica por dois precursores: Anthony Downs, em **Economic Theory of Democracy** (1957) e Duncan Black, em **The Theory of Committees and Elections** (1958). Destacam que ambos descobriram duas das mais importantes contribuições teóricas da teoria política analítica. Suas afirmativas consistem em defender que “o poder político se encontra no ‘meio’ da distribuição de cidadãos efetivamente habilitados para votar pelas instituições políticas da sociedade”.

Outra hipótese que Hinich e Munger (2003, p. 44-45) expõem é a da “*dimensão ordenada*”, que nos permite conceber espacialmente as preferências. A hipótese mais simples sobre os juízos emitidos pelos membros é a da *distância*. Os membros se sentem menos satisfeitos quando as mudanças estão longe de seu ideal. Os membros sentem-se mais satisfeitos quando as mudanças tendem para o orçamento ideal. Ao abordarem como os membros são eleitos, indicam as questões relativas entre *preferências* e a *representação*. Afirmam que existe um aspecto, como se na atribuição de uma função de preferência, os membros pudessem não fazer os cálculos implicados em uma função específica. As funções de preferência simulam ou representam as preferências de cada membro. Hinich e Munger (2003, p. 45) apresentam, assim, a *função de preferência*. Definiram uma função de preferência U da seguinte maneira: “utilidade da proposta $y = U(y) =$ (Nível de satisfação)”.

Os autores em destaque explicam que uma função “ U ” representa as preferências de um membro e se reflete de modo fidedigno às reações desse membro frente às propostas. Em suma, estas reações usaram duas relações chave: a *preferência* e a *indiferença*. Para eles, em política analítica, geralmente interessa um tipo particular de função para representar a preferência. Hinich

e Munger (2003, p. 46-47) demonstram que se denominam funções “espaciais” de preferência, nas quais a “*satisfação é maior quanto mais próxima está a proposta do ideal do membro*”. As únicas propriedades das funções espaciais de preferência que adotam em sua pesquisa são: a) unidimensionalidade: somente há uma questão e alguns membros que preferem seus próprios orçamentos ideais. Trata-se da premissa da *dimensão ordenada*; b) as preferências são de um só tipo: a cada membro lhe agradam os novos orçamentos propostos quanto mais próximo está o ideal de dito membro; c) a votação é sincera: se $U(y) > U(Z)$, o membro vota a favor de y , independente das propostas que possam surgir mais tarde se (y) passa a ser o novo status quo. A votação sincera significa que o membro toma em conta só duas alternativas submetidas à votação e se despreocupa da agenda de votações futuras; d) a simetria: uma função de preferência é simétrica se os desvios iguais do ideal em direções opostas correspondem declinações iguais na satisfação.

Portanto, de maneira sintética, concluem: o poder político se encontra no meio da distribuição de votantes. Isto constitui um resultado teórico chave para as decisões sobre uma só questão, segundo a regra da maioria. A este resultado se denomina comumente o teorema do *votante mediano* (TVM) de Hinich e Munger (2003, p. 50). O teorema do *votante mediano*, por fim, na visão de Hinich e Munger (2003, p. 55), consiste que uma *posição mediana* não perderá nunca em uma disputa na qual se aplica a regra da maioria. Pode empatar com outras alternativas quando há um intervalo fechado de medianas, pois, dados dois pontos medianos quaisquer, cada um receberá, por definição, $N/2$ votos, mais não pode perder.

Face a esta tese de doutoramento, diferentemente dos referenciais teóricos caracterizados como neoinstitucionalistas, descritivos que, por sua vez, pretendem realizar uma tipologia dos fenômenos sociais, encontrados nos trabalhos recentes uruguaios, nossa opção metodológica está baseada no materialismo histórico de Marx.

O referencial marxiano, enquanto método das ciências sociais, refere-se sempre às condições sociais de existência. Em Gramsci (2000), é presente a preocupação com o partido político, afirmando que ele deve assumir uma postura que contenham ideias sobre a importância das concepções democráticas, guiadas pela vontade de transformação social, em que deve ser demonstrada a ação por meio da vontade coletiva. Segundo Lowy (1987), as concepções da política social supõem sempre uma perspectiva teórico-metodológica, o que por seu turno têm relações com perspectivas políticas e visões sociais de mundo.

Toda análise de processos e relações sociais, na verdade, é impregnada de política e disputa

de projetos societários, apesar de algumas perspectivas analíticas, como Durkheim (1987), proporem o mito da neutralidade científica ou da neutralidade axiológica, como propôs Weber (2000). Esses procedimentos despolitizam a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, esvaziando-a das tensões políticas e econômicas, que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais. Entretanto, no contexto da crise contemporânea e do neoliberalismo, que afeta também as formas de pensar, a influência do funcionalismo é presente. Um exemplo disso é o resgate da ideia durkheimiana de anomia para a explicação das transformações contemporâneas. A anomia seria uma espécie de condição mórbida e patológica geral da sociedade – marcada pela desagregação e pelo desequilíbrio social –, manifestada pela sua incapacidade de exercer ação sobre os indivíduos, ocasionando, assim, disfunções e conflitos.

Nesta investigação, portanto, a abordagem se dará a partir da perspectiva marxiana. Esta tem a potencialidade de evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas. Trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e da luta de classes, que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação. Ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades.

PARTE II – AS DIMENSÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL URUGUAIA

CAPÍTULO IV – A CHEGADA AO PODER DA FRENTE AMPLA – ENCONTRO PROGRESSISTA – NOVA MAIORIA, AS POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHISTAS (2005-2010)

4.1. O problema

Nesta segunda parte de nosso trabalho, pretendemos realizar uma investigação sobre o primeiro governo da Frente Ampla – Encontro Progressista – Nova Maioria e as políticas sociais e do trabalho. A hipótese secundária desta pesquisa, para analisar as políticas sociais para o trabalho da Frente Ampla no Uruguai, especificamente os Conselhos de Salários de 2005 a 2010, consiste em considerar que, na linha de frente das contradições do capital, na América Latina⁷⁰, está a expansão do processo de informalidade do trabalho e, por outro lado, a proposição e formulação de políticas públicas e sociais que intencionam promover o trabalho decente. Tais medidas contêm em sua própria dinâmica as contradições do capital, como as formas de trabalho precárias, ainda que, dentro dos parâmetros do trabalho decente, as diretrizes de programas, projetos e políticas se adequem ao máximo às exigências do grande capital e das premissas neoliberais. Isso revela uma tentativa de resposta às reivindicações sociais, de modo a minimizar a exploração que sofre a classe trabalhadora, no entanto, sem prejudicar as exigências do capital.

O esforço no combate à informalidade⁷¹ pelos organismos multilaterais, em consonância com governo da Frente Ampla, apesar dos avanços nas conquistas e estabelecimento de direitos para setores mais desfavorecidos de trabalhadores, está circunscrito no processo global de informalização do trabalho, no qual a terceirização, as subcontratações e a efervescência do

⁷⁰ Florestan Fernandes (1973) analisa o atual padrão de dominação externa na América Latina como herdeiro do *sistema colonial*, do *neocolonialismo* e do *imperialismo* (padrões anteriores), fruto da expansão das grandes empresas corporativas na região, que representam, também, a era do capital monopolista. Assim, para o autor, o maior desafio latino-americano não seria a produção de riquezas, mas sim a sua retenção e distribuição. Isso porque os países latino-americanos têm estruturas econômicas, socioculturais e políticas que absorvem as transformações do capitalismo, mas inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo, e também porque a dominação externa, que estimula a modernização e o crescimento nos estágios mais avançados do capitalismo, impede a revolução nacional e uma autonomia real.

⁷¹ No Uruguai, o trabalho informal atinge 60,7% da população, segundo dados oficiais da OIT (2014), sendo um dos maiores problemas sociais do trabalho no país, a não cobertura ampla pelo sistema de previdência social, devido ao nível de informalidade.

empreendedorismo individual têm voz de comando. Encontram no empreendedorismo o alibi para a reconceituação de suas maiores e mais devastadoras consequências: a *precarização do homem que trabalha* – e da classe que vive do trabalho, conforme expressão usada por Antunes (2009) e Alves (2011). Precarização que está presente principalmente nos bolsões de desemprego e na informalidade, de modo a camuflar o *empobrecimento subjetivo e material* da classe trabalhadora e as novas relações de trabalho que surgem com a reestruturação produtiva, tendo no espaço de formulação de políticas sociais, sobretudo na política de trabalho, o campo propício para a implementação e legitimação dessa perspectiva.

Nosso objeto de estudo está baseado na concepção da OIT (1998), da promoção de práticas de negociação coletiva e da possibilidade de alcançar seus compromissos estratégicos: *a promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho decente*. Entendemos, todavia, que os Conselhos de Salários se converteram no principal instrumento legal para que os trabalhadores possam conquistar aumentos salariais. Isso representa, conforme o conjunto de nossos entrevistados e entrevistadas, um instrumento histórico que permite ao trabalhador ter algum direito dentro de uma sociedade altamente conservadora e, também, como acredita a OIT, se constituiu em um mecanismo de soluções de conflitos e diálogo social. Por outro lado, na primeira parte deste trabalho, analisamos o caráter da democracia uruguaia, em que verificamos a incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade, além de seu caráter subdesenvolvido e dependente, igualmente marcados pelo intercâmbio desigual, pela superexploração do trabalho e pela violência policial e militar.

Em nossa apreciação sobre o caráter do capitalismo uruguaio, identificamos que os traços fundamentais de sua história estiveram marcados pelo o que o marxismo-leninismo chama de desenvolvimento desigual. A desregulamentação das relações trabalhistas; a liberalização do Estado e sua abertura aos mercados internacionais; a flexibilização do trabalho; a retirada de direitos dos trabalhadores; e as terceirizações fazem parte do “novo” receituário societal, imprescindível para a compreensão desse início de século XXI e para o entendimento do processo reprodução do capital imperialista. Todavia, somado a isso, entendemos que o capitalismo moderno apresenta um poder autodestrutivo, representado pela competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas. A formação de blocos econômicos entre os países capitalistas, como o NAFTA, capitaneado pelos Estados Unidos; a União Europeia, com a liderança da Alemanha e do Japão – representando a Ásia –; e as economias em grande ciclo de expansão, como China e Índia; formariam as principais economias imperialistas em disputa pela

partilha do mundo, sabendo que, quando um desses se fortalece e se expande, as outras nações empobrecem e se debilitam, podendo causar a destruição e a precarização das relações econômicas, políticas e sociais em proporção global.

O esforço teórico é o de compreender os efeitos sociais da luta interimperialista entre as nações hegemônicas do capital e o seu processo de expansão capitalista, demonstrando os principais fatores internos das questões nacional e social, representada por meio das relações laborais. Em uma síntese das principais características do processo de liberalização vivenciado, sobretudo, na década de 1990, podemos ressaltar: as políticas direcionadas aos processos de estabilização do processo inflacionário; uma forte entrada de capitais estrangeiros com o advento do Consenso de Washington; e o protagonismo das organizações multilaterais.

Destacamos, também, um aumento considerável da pobreza e da indigência, ocasionados pelos altos índices de desemprego e da informalidade, além da desigualdade social, solapada pela quase ausência de distribuição de renda. Ademais, cabe ressaltar os baixos níveis de sindicalização motivados pelo desemprego estrutural e a fragmentação social impulsionada pela nova onda de reestruturação produtiva imposta ao Uruguai e à América Latina. Portanto, tentamos explicar a atual situação por meio do processo de expansão do capital imperialista e ações dos países desenvolvidos; das causas internas derivadas do modelo econômico; das instituições políticas; do funcionamento do Estado; e dos fatores sociais representados pelas políticas trabalhistas e a luta sindical.

Entre as principais causas internacionais encontramos, por meio da leitura de Alberto Couriel (2004, p. 39), “que a evolução internacional marca com nitidez a presença de um forte processo de transnacionalização combinado com um processo de globalização financeira, comunicacional e tecnológica”. Esse processo de expansão, explica o autor, tornou inevitável o isolamento político-econômico da América Latina. Explica-nos que a globalização tecnológica derivaria da própria revolução técnico-científica que avança rapidamente, com destaque às áreas de informática e biotecnologia. A globalização financeira e a liberalização apareceriam, em seu pensamento, como consequências da revolução tecnológica, que se realizariam sem nenhum tipo de regulação. Outrossim, expõe que, quanto ao plano interno, houve uma preferência pelas políticas de controle cambial e do sistema financeiro. Essas preferências, do especulativo sobre o produtivo e sobre o social, seriam as causas apresentadas pelas novas políticas chamadas de neoliberais. Em

formulações realizadas a partir do Fundo Monetário Internacional, pela Cepal⁷² e organismos multilaterais, observamos uma crítica aos resultados sociais dos anos 1990, no que se refere aos altos índices de pobreza e subdesenvolvimento, que apareceriam como causas conjunturais do insucesso das políticas neoliberais. Beatriz Stolowicz (2011, p. 7-8), sustenta a hipótese de que estamos assistindo a um ponto de chegada de realização exitosa, da estratégia dominante executada há 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação do capitalismo na América Latina, proposta pelos seus impulsores como “pós-neoliberalismo”.

A apelação ao Estado e esta dimensão “social” são os signos distintivos do “pós-neoliberalismo” para que ele seja considerado como progressista e até mesmo de esquerda. A estratégia proposta de que, em curto prazo, se implementasse o assistencialismo focalizado na supressão da extrema pobreza para absorver tensões sociais, compreende uma gradativa aniquilação da cultura de direitos, substituindo-a por uma degradada e agradecida cultura mendicante. Para Stolowicz (2011), o pós-neoliberalismo se propunha alcançar, no mais longo prazo, uma reestruturação social profunda, que fosse o substrato para gestar consensos sociais em torno da reestruturação capitalista. Essa proposta de aprofundamento de investimentos na área de políticas sociais de combate à extrema pobreza e à indigência fazem parte do novo receituário do FMI e demais organismos internacionais como parte integrante do processo de reestruturação capitalista do início do século XXI.

A ideia de que a esquerda teria que fazer uma escolha racional aparece em Przeworski (1989, p. 19), quando este escreve que escolha crucial da esquerda foi entre participar ou não das regras democráticas e eleitorais. Argumenta que o tema do movimento socialista, desde então, tem sido essa noção de “estender” o princípio democrático da esfera política para a social, que, na verdade, é principalmente econômica. O autor em destaque insiste na complexidade de interesses da classe trabalhadora e em que, ao menos em curto prazo, essa complexidade poderia trazer um resultado benéfico para ela atuar em busca de mudanças na esfera distributiva sem promover a socialização dos meios de produção.

Por fim, para nós, o problema redistributivo aparece como problema central para os marxistas, que consideram produção, distribuição e troca como momentos distintos, e para quem as contradições entre forças produtivas e relações de produção se manifestam com a problemática

⁷² José Antonio Ocampo. **Más allá del Consenso de Washington: una agenda de desarrollo para América Latina.** México: Cepal, 2005.

de que as relações de produção são determinadas pelas forças produtivas. A acumulação capitalista, em sua fase imperialista, tem como características o monopólio, a financeirização por meio dos bancos e o especulativo sobre o capital produtivo. O problema central, colocado a respeito da produção de valor, exposto nesta pesquisa como a problemática da troca desigual, pode ser encontrado fundamentalmente nos trabalhos de Marx e Engels, em suas análises sobre o caráter desigual do capitalismo, em suas descrições do capitalismo britânico e seu desenvolvimento industrial para a sociedade europeia de sua época. Encontramos, em Vivían Trías, o debate em torno da troca desigual, preocupada em compreender o imperialismo no Uruguai e América Latina. Portanto, compreendemos que as principais manifestações do desenvolvimento desigual, explicam, primeiramente, o desenvolvimento desigual dentro dos países capitalistas industrializados, o processo de expansão imperialista, as guerras de redivisão e recolonização mundial.

Assim, para entendermos melhor os efeitos sociais do imperialismo no Uruguai, descreveremos e analisaremos a questão do trabalho e a maneira pela qual ele se manifesta ao longo do primeiro governo de esquerda da história uruguaia. Tal descrição e análise serão realizadas com o objetivo de responder, de forma mais completa, se realmente, com a introdução da negociação coletiva e do trabalho decente da OIT (1998), foi possível cumprir com seus objetivos estratégicos. Neste capítulo, dando prosseguimento à busca aos problemas elencados, nos perguntamos: quais são as características históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais que se inauguram a partir da implantação do neoliberalismo iniciada após 1990?

4.2. As transformações programáticas e a chegada ao poder da Frente Ampla- Encontro Progressista-Nova Maioria

Com o fim da ditadura militar no Uruguai em 1985, o período de 1985 a 1990 representaria uma transição nas políticas econômicas e sociais. A partir disso, a inserção internacional do país seria marcada por um forte subdesenvolvimento e dependência externa que, junto às práticas de *Concertación Nacional*, estabelecidas entre as principais forças políticas e sociais de esquerda, caracterizariam o período de transição democrática. O Uruguai, no início da década de 1990, contou com o advento de uma nova onda de ingresso de capitais, promovida pelo imperialismo estadunidense que prometia crescimento econômico para a América Latina. As políticas econômicas implementadas nesse período tomariam como ponto de referência o chamado

Consenso de Washington⁷³ – modelo econômico guiado por fundamentos neoclássicos, o que se expressaria por uma clara orientação de mercado e abertura externa. Em síntese, no que se refere às finanças públicas, propunha disciplina fiscal para evitar que o déficit impulsionasse “excessiva pressão da demanda”, ou que provocasse oscilações nos níveis de inflação comprometendo os pagamentos.

Essa é uma clara proposição que aponta o funcionamento do mercado por meio da desregulamentação da economia e dos direitos dos trabalhadores. Com a crise de 2001-2002 a instabilidade econômica e o desemprego voltam à cena novamente, como nos anos 1980. Diante de um quadro de desregulamentação do Estado como árbitro das relações trabalhistas, com a liberalização da economia; a incorporação norte-americana aos setores estratégicos da produção, distribuição e comercialização; e o impacto da queda da URSS, logo, nos perguntamos: quais foram as razões que levaram a esquerda ao poder no Uruguai em 2004? Quais foram as propostas programáticas da esquerda uruguaia e suas mudanças diante desta conjuntura pós-golpe? Para cumprirmos nossos objetivos, específico e geral, respondendo às questões elencadas inicialmente, realizaremos uma busca nas publicações existentes.

A princípio encontramos trabalhos acadêmicos da ciência política uruguaia, cujo método está circunscrito em uma ciência política empírica, na qual a preocupação está voltada, sobretudo, à análise da burocracia; da representatividade parlamentar dos partidos; de suas ações como governo; e da participação cidadã nas instituições políticas e decisórias uruguaias, e o grau de democracia decorrente dessa perspectiva conhecida como neoinstitucionalista. Dentro dessa perspectiva, as razões enunciadas por Aldo Solari⁷⁴ (2001, p 159-160) sobre as variações dos partidos e frações em relação às eleições de 1954 e 1958, levantam a seguinte questão: o problema que se apresenta no terreno de hipótese é o de saber se a candidatura do senhor Luis Batlle ao Conselho Nacional de Governo foi ou não responsável pela derrota do Partido Colorado nessa eleição. Assim, propõe duas possíveis direções para se pensar: a primeira pondera se a candidatura do senhor Luis Batlle levou, depois da *Lista 15*, um número muito grande de votos que, de não se

⁷³ Alberto Couriel (2004, p. 38), nota de rodapé n. 2, resalta dez principais pontos do Consenso de Washington: “1. estabelecer uma disciplina fiscal; 2. priorizar o gasto público em educação e saúde; 3. levar a cabo uma reforma tributária; 4. estabelecer taxas de juros positivas determinadas pelo mercado; 5. alcançar tipos de câmbio competitivo; 6. Desenvolver políticas comerciais liberais; 7. uma maior abertura ao investimento estrangeiro; 8. privatizar as empresas públicas; 9. levar a cabo uma profunda desregulamentação; 10. garantir a proteção da propriedade privada.”

⁷⁴ SOLARI, Aldo. Requien para la izquierda.. In: SOLARI, Aldo. **Uruguay: partidos políticos y sistema electoral**. Uruguay: Fundacion de Cultura Universitaria, 1991.

contar com sua presença, não tinham ido sequer ao Partido Colorado (PC). A segunda resposta, traz o argumento que o senhor Luis Batlle não havia sido candidato, mas havia prestado um apoio claro e franco à *Lista 15*, limitando as resistências de muitos votantes, já para votar em Michelini, e que muitos votos mais se somaram ao Partido Colorado.

Analisa, dentro do Partido Nacional (PN), que os votos destinados ao nacionalismo decorriam do que ele denominou como *eixo*. Nesse sentido, o resultado eleitoral é a consequência do pacto do senhor Haedo e a *Unión Blanca Democrática (U.B.D.)*⁷⁵ e, em definitivo, é uma jogada de mestre daquele. Converte seu grupo no pivô do Partido Nacional. Afirma, que se Haedo continuasse com o *herrerismo-ruralismo* a U.B.D. teria sido derrotada e por uma diferença muito superior à de 1958. Logo, questiona, que fica pendente o problema em determinar com exatidão quais são os votos que aportam o senhor Nardone e quais são os votos que proveem do *herrerismo*.

Seguindo com Solari (2001, p. 163), ao abordar as razões pelas quais a esquerda obteve uma diminuição eleitoral, o autor afirma: “o mais notável da derrota para as esquerdas é sem dúvida é o fracasso da *Unión Popular*”. Argumenta que Erro é, um pouco, o exemplo inverso ao do senhor Michelini. Mostra que um líder de certo prestígio, dentro de um partido que sem dúvida levaria muitos votos se tivesse se apresentado dentro do Partido Nacional, quando está fora do lema perde absolutamente todo peso eleitoral. Um segundo elemento constitui a tese sobre o *Socialismo*, essencial à *Unión Popular*, que perdeu votos, tanto à direita como à esquerda. Apresenta que as razões para as perdas de votos à esquerda resultam, por um lado, por indicar um programa que, em muitos aspectos, tendia a se parecer consideravelmente ao do Partido Comunista e à aliança denominada *Fidel*. Analisa ainda, que a base eleitoral do Partido Socialista foi sempre, muito mais que a classe operária, uma classe média para a qual os valores da democracia liberal eram sumamente importantes.

A partir da identificação de que o eleitorado do Partido Socialista, por representar um setor além da classe operária e trabalhadora, identificado de certa maneira com um liberalismo social, Solari pergunta se o fracasso da *Unión Popular* prova que uma esquerda não comunista é praticamente impossível fora do esquema dos partidos tradicionais. Responde seu próprio questionamento, afirmando que o resultado da eleição parece indicar que é:

⁷⁵ Na aliança formada para essas eleições, o Partido Nacional contou com amplo apoio de seu setor majoritário; do *herrerismo*; de grupos de origem no *nacionalismo independiente*; e setores destacados do *herrerismo*, *Unión Blanca Democrática (U.B.D.)*, e se organizaram por meio do lema *Reconstrucción Blanca* (ARTEAGA, 2000, p. 240).

muito difícil aqui, como, por outra parte, ocorreu em quase todas as partes, lhe dar a uma esquerda não comunista um sentido verdadeiramente de esquerda sem perder votos, tanto a direita como à esquerda propriamente dita (SOLARI, 2001, p. 164-165).

Por fim, observa mais duas hipóteses possíveis: qualifica suas bases iniciais como errôneas e que, portanto, se essas bases fossem modificadas poderiam vir a triunfar no futuro. Assim, a segunda hipótese constitui a coalizão intitulada *Fidel*, dominada essencialmente pelo Partido Comunista. Obteve um crescimento consideravelmente em relação às eleições de 1958 mas não tanto como o esperava a maioria de seus partidos. Por outro lado, esse crescimento não apresenta tal magnitude para que se possa atribuir a existência mesma da coalizão.

Ao tratar do tema “*preferência pelos partidos tradicionais*”, Solari (2001) afirma que, mesmo ao se falar de uma crise dos partidos tradicionais, 91% de quase todos os sufrágios emitidos e, atualmente, examinados se destinaram ao PC e ao PN. Uma segunda razão identificada pelo autor, consiste em sua análise de que uma boa parte da esquerda uruguaia se nega a abandonar um princípio conflitivo para explicar a sobrevivência dos partidos tradicionais. Segundo as suas próprias palavras: “os partidos tradicionais estão inseridos na estrutura da sociedade uruguaia de uma maneira tal que por um lado e, desde o ângulo puramente político, a representam e por outro lado, a dominam” (SOLARI: 2001, p. 168). Para ele, o outro aspecto que explica a manutenção dos partidos tradicionais é a natureza especial do problema eleitoral.

Em seu trabalho, Aldo Solari (2001) realizou uma previsão, afirmando que era impossível a chegada de uma esquerda não comunista ao poder e que as preferências dos votantes se dirigiam aos partidos tradicionais no Uruguai. Entretanto, em sua resposta à Solari, Yaffé (2005, p. 43)⁷⁶ alega que isso se trataria de um epílogo de uma tendência estrutural do comportamento eleitoral dos uruguaios ao longo de mais de três décadas: desde 1971, afirma, em que se introduziu uma brecha ao bipartidarismo tradicional, a FA reteve seu caudal eleitoral – em 1984 e 1989 – e aumentou – entre 1994 e 2004. Conclui que não foi unicamente produto de uma situação conjuntural nem de uma campanha eleitoral exitosa.

⁷⁶ YAFFÉ, Jaime. “Réquien para el “réquien para la izquierda”. El triunfo del FA: de la competencia intrapartidaria al desempeño electoral”. In: **Las claves del cambio. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. BUQUET, Daniel (coord.). Montevideo: Colecciones de la Banda Oriental, 2005.

Em sua argumentação Yaffé (2005), sustenta, em primeiro lugar, que o triunfo da esquerda é inexplicável sem considerar sua capacidade de se adaptar às mudanças do contexto e formular uma estratégia que permitiu aproveitar as oportunidades que esse entorno gerou. Tratava-se de um enfoque que, localizado ao lado da oferta política, reconheceria o protagonismo dos partidos políticos – entendidos como atores racionais, maximizadores de votos e de cargos de governo que impulsionavam políticas. Nas palavras do autor, encontramos a seguinte passagem:

Logo, sua forma explicativa proposta é a seguinte: 1) como resultado da disputa intrapartidária os partidos adotam certas estratégias para disputar a concorrência intrapartidária, orientadas a maximização eleitoral; 2) o desempenho eleitoral dos partidos é o resultado da implementação e confrontação dessas estratégias e 3) uma estratégia será ótima quando consiga adaptar-se aos desafios e aproveitar as oportunidades emergentes do contexto; pelo contrário, quando não consiga, resultara sub-ótima (YAFFÉ, 2005, p. 45).

Em seu trabalho, o autor em destaque considera os anos 1990 como período decisivo, isto é, quando aconteceram importantes transformações na conjuntura internacional. Para ele, todas elas tiveram um forte impacto para a esquerda, gerando um novo entorno, pois afetava elementos básicos de seus fundamentos ideológicos e suas margens de ação, em especial, na perspectiva de triunfar eleitoralmente e ascender ao governo – seu principal objetivo. Cita a derrubada dos regimes comunistas na Europa e a dissolução da URSS: a crise do socialismo real teve um evidente impacto ideológico. Em seu pensamento também aparece a questão do avanço da globalização da economia internacional, que caracterizou as relações financeiras e comerciais depois da crise dos anos 1970 e 1980, incrementando a abertura da economia mundial e a vulnerabilidade das economias nacionais, em particular, as subdesenvolvidas. Propõe, igualmente, que os processos de integração regional e a formação de blocos econômicos à escala supranacional foram, em parte, uma resposta a esse debilitamento do Estado nacional, na busca de plataformas mais potentes a começar das que se posicionam nessa economia internacional globalizada. Conclui, afirmando que esses processos foram promovidos e fundamentados desde o renovado impulso ideológico neoliberal, que emergiu na década de 1970 como resposta à crise capitalista da época.

Já em sua análise sobre a transição uruguaia, Yaffé (2005, p. 47) diz que, quando concluída, em 1989, o reformismo democrático de inspiração neoliberal, protagonizado pelos governos Blancos e Colorados, caracterizou a segunda etapa da reestrutura econômica e social iniciada durante o regime autoritário. Argumenta que os impactos das reformas levantaram um grande

desafio para a esquerda: foram mudados elementos relevantes da realidade para a qual o seu programa havia sido formulado, além disso, as margens de manobra dos governos nacionais teriam estreitado muito diante do peso dos fatores externos. Frente a ele, a esquerda podia insistir em seu velho programa formulado para outra realidade, adaptando-o levemente sem demasiada atenção dos novos desafios, ou modificá-lo substancialmente para se adaptar à nova situação e enfrentá-los com êxito.

Reconhece, em sua análise, que as reformas também contribuiriam para a abertura de oportunidades ao crescimento da esquerda. Afirma que, por um lado, a reforma do Estado privou recursos para os próprios partidos tradicionais que as impulsionaram – recursos que, durante décadas, haviam assegurado sua continuidade política. Nesse ponto, o autor baseia-se em Katz e Mair (2007), ao abordar a questão da cartelização do sistema político pelos partidos tradicionais e o uso quase exclusivo dos recursos estatais. Entretanto, por outro lado, as reformas incrementaram o mal-estar cidadão para os partidos tradicionais, ambientando a transferência de votos para a esquerda.

Assim, Yaffé (2005, p. 48) afirma que o sistema de partidos uruguaio culminou na transição, iniciada em 1971, de um bipartidarismo tradicional para um multipartidarismo moderado, basicamente tri-partidário. Essa trajetória mostra a passagem de um formato dominado por três partidos relevantes, que foi característico do período 1984-1999, a um formato de dois partidos grandes (FA e PN) e um pequeno (PC). Ao final do período, sem voltar ao bipartidarismo puro, a fragmentação política se localiza em um valor inferior ao tri-partidarismo que dominou a cena eleitoral até 1999.

Avalia que o desempenho eleitoral do *Nuevo Espacio*, em 1989, evidenciaria sua impossibilidade de se colocar como um desafiante à FA. A lógica da confrontação entre governo e oposição no seio de um sistema multipartidário alavancou uma reconfiguração bipolar, que colocou a FA na condição de principal partido da oposição frente aos governos de coalizão mais ou menos explícitos entre blancos e colorados. Portanto, em seu trabalho Yaffé (2005) mostra que o maior desafio da Frente Ampla era construir uma estratégia que fosse capaz de alcançar dois objetivos: captar o descontentamento crescente com os governos dos partidos tradicionais e, ao mesmo tempo, conquistar a adesão dos eleitores localizados no centro da linha esquerda-direita, onde se produzia a maior concentração da distribuição ideológica dos cidadãos.

Para o autor, oposição, moderação e alianças foram os três requisitos da estratégia para que a FA aproveitasse a possibilidade que se foi configurando nesta conjuntura. Para ele, “a estratégia ótima seria aquela que conseguisse combinar os três componentes: a oposição, a moderação e a ampliação das alianças” (YAFFÉ, 2005, p. 52). Por fim, seus argumentos mostram que, desde 1994 em diante, em primeiro lugar, exerceu uma oposição, sem pausa mais flexível, por momentos radical e por momentos moderada, frente aos governos dos partidos tradicionais e, em particular, frente às reformas liberais promovidas e implementadas por eles. Em segundo lugar, avançou em uma política de alianças que lhe permitiu ampliar as fronteiras da esquerda, incorporando o *Encuentro Progresista* (EP) em 1994, a *Nova Mayoría* (NM) em 2002.

Com base nos estudos de Atkeson (1998), Buquet (2005) apresenta a ideia de que os estudos acadêmicos sobre primárias presidenciais nos EUA demonstram os efeitos nocivos de uma primária conflitiva para a sorte do partido na eleição nacional. Assim, em seu trabalho, nos apresenta de partida sobre as primárias no Uruguai. Aponta que, no Partido Colorado, o ex-Presidente Julio M. Sanguinetti, líder de sua fração – Foro Batllista (FB) –, decidiu apresentar um candidato comum junto à *Lista 15*. Dessa forma, o PC ficou praticamente sem disputa interna já que a FB e a *Lista 15*, que acordaram a postulação presidencial do Esc. Guillermo Stirlino, acumulando mais de 90% do partido. Por outra parte, na interna do Frente Ampla (EPFANM), o Cr. Danilo Astori que, em 1999 havia sido postulado e recebido uma escassa votação, também decidiu não competir contra Tabaré Vázquez, porque esta força política compareceu à eleição primária com candidato único. Por fim, esclarece-nos que no Partido Nacional foi o único partido que nas eleições internas ofereceu uma verdadeira disputa pela nomeação presidencial entre o ex-Presidente Luis A. Lacalle e o Dr. Jorge Larrañaga.

Como explica a vitória da FA, Buquet (2005)? Para ele, o tema da transferência de votos de um partido ao outro assume significativa relevância. Em outras palavras, a volatilidade intereleitoral é considerada como um indicador explicativo relevante para a institucionalização do sistema de partidos. Argumenta que, desde 1971 em diante, o significado da volatilidade mudou. Portanto, conclui Buquet (2005, p. 17), o processo de transferência de votos consistiria essencialmente em uma volatilidade, em um fluxo de votos dos partidos tradicionais para a esquerda. Indica-nos dois elementos básicos para a compreensão da vitória eleitoral da esquerda uruguaia: primeiramente, pelo processo de longo prazo que foi beneficiando eleitoralmente a FA até sua chegada ao governo com maioria absoluta e, em segundo lugar, um processo de curto prazo

que transferiu votos do PC ao PN. Para o autor em destaque, esse último processo é explicado por dois conjuntos de fatores diferenciados. Por um lado, aponta que durante a administração Batlle, o Uruguai sofreu uma aguda crise econômica, provocada pela crise financeira do ano de 2002. Por outro lado, o rompimento do PN com o governo em 2002.

Por fim, em sua análise a respeito do bipartidarismo uruguaio e suas transformações, busca em Main Waring (1993) a explicação para entendermos as dificuldades apresentadas em sistemas presidencialistas com esquema multipartidário para se obter maiorias parlamentares. Entretanto, com o resultado da eleição presidencial de 2004, observamos o fenômeno contrário. A Frente Ampla obteve maioria própria em ambas as Câmaras do Poder Legislativo. Buquet (2005, p. 21) nos lembra, ainda, que o formato do sistema de partidos retornou à estrutura bipartidária que havia antes da formação da FA. Conclui, portanto, com a afirmativa de que a literatura teórica, como a evidência empírica, assinala que os sistemas de eleições por maiorias relativas estimulam formatos bipartidários – contudo, no Uruguai, com um sistema eleitoral de maioria relativa, o sistema de partidos foi incrementando sua fragmentação até se converter em um tri-partidarismo estrito.

Outras explicações para a esquerda uruguaia ter chegado ao poder, se direcionam para os grandes movimentos sociais que floresceram contrários aos impactos do modelo neoliberal empregado nos países da América Latina, como a Revolta Zapatista em 1994; a aparição dos piqueteiros argentinos; as grandes greves na França e Coreia do Sul, no final da década de 1990; assim como os protestos de Seattle e Porto Alegre. A afirmação de Boron (2004) consiste em confirmar que a presença da esquerda no poder na América Latina foi impulsionada por esses movimentos e pelo esgotamento do neoliberalismo na região. Adverte que, mesmo que esses partidos tenham abrandado seu discurso ao longo dos anos, as conquistas alcançadas no plano das políticas sociais trouxeram uma mudança significativa para a América Latina. Com a ascensão da FA no Uruguai em 2004, os olhares dos especialistas, cientistas políticos e diversos outros analistas, se voltaram para o fenômeno que estava acontecendo na América do Sul. Hugo Chávez havia vencido as eleições presidenciais na Venezuela, em 1999; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003. Tais eleições possibilitaram que muitos indagassem se os governos eleitos na América Latina eram socialistas, ou até mesmo se havia ocorrido um giro à esquerda na América do Sul.

Na opinião de Moreira (2009, p. 169): “hoje em dia é habitual escutar do ‘giro a esquerda’ na América Latina, dos ‘novos populismos’. Ainda não há um corpo teórico consolidado. São

vários os esforços que são feitos para avançar na compreensão deste fenômeno.” A autora em destaque, afirma que algumas teses vinculam esse “giro à esquerda” ao esgotamento do ciclo neoliberal e, em especial, com os resultados sociais – aumento da pobreza, desemprego e desigualdade, em fins dos anos 1990. Outras o consideram parte do ciclo de consolidação da democracia na região. Observa, ainda, que o surgimento dos partidos de esquerda pode ser concebido como parte do processo de modernização e institucionalização do sistema de partidos. Na realidade, essa tese é aplicável à passagem dos partidos políticos de quadros a partidos de massas e, especialmente, ao surgimento dos partidos socialistas na Europa. Porém, a América Latina parece haver seguido um caminho distinto. Descreve sua tese, distinguindo três ondas de democracia no século XX. A primeira onda de democracia se daria nas primeiras décadas do século XX, antes do ciclo autoritário que se inicia nos anos 1930. A segunda onda de democracia aconteceria depois da Segunda Guerra (1938-1945). Já a terceira onda surge com o fim das ditaduras latino-americanas, a partir dos anos 1980.

Sua principal hipótese discorre sobre o caráter do processo democrático na América Latina e, em particular, sua constante interrupção por golpes de Estado militares ao longo de todo século XX, que impediram a construção de um processo linear de consolidação política. Assim, argumenta que este giro à esquerda representaria uma instância que, igual ao populismo, se revelaria como uma oportunidade de inclusão social para milhões de cidadãos que não estariam se incorporando plenamente ao processo democrático. Moreira (2009) conclui, defendendo a hipótese de que os movimentos que se iniciaram na segunda onda da democracia, mutilados pelos processos militares, no marco da política dominante da Guerra Fria, ressurgem na terceira onda de democracia.

No nosso modo de entender, como foi exposto ao final do terceiro capítulo, nossa crítica ao método empregado pela ciência política descritiva, quando apresentamos que este trabalho, segue por meio da metodologia marxiana, na qual a luta de classes é a expressão que nos leva à busca do esclarecimento da problemática do imperialismo e seus efeitos sociais, que estão singularizados na política de negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários, como manifestação da reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. Portanto, para compreendermos como a FA chegou ao poder em 2004, recorreremos à uma investigação dos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais pelos quais essa frente de partidos e movimentos teve que atravessar.

Para nós, a problemática da questão nacional uruguaia está fundamentalmente descrita nas obras de autores da esquerda uruguaia, como Rodney Arismendi e Vivían Trías, que nos

apresentam que o subdesenvolvimento não somente implica um agudo e crescente desnível de desenvolvimento com as potências industrializadas, ou seja, não é só a resultante de uma comparação entre magnitudes. O subdesenvolvimento é inseparável da situação que ocupa uma sociedade na complexa e contraditória constelação da economia mundial. Para eles, o processo de integração da economia internacional estaria o suficientemente maduro, como para afirmar que existe uma única estrutura econômica à escala planetária na qual cada peça, cada engrenagem, cada membro desempenha um papel organicamente vinculado ao funcionamento do todo.

Aprendemos ao longo da obra de Vivían Trias, que a lei do desenvolvimento desigual e combinado regeria os movimentos daquela estrutura única e, como uma de suas consequências, poderíamos distinguir nela os países-centros e os países-periféricos. Apresenta-nos que as metrópoles desenvolvidas são os centros autoequilibrados, onde reinariam o modo de produção capitalista e que tenderiam à expansão. As sociedades subdesenvolvidas são periféricas, dependentes, complementares das primeiras. São economias abertas, projetadas em direção ao mercado mundial, exógenas, articuladas intimamente à estrutura determinada pelos centros imperialistas. Conclui que a exposição da ideia da relação dialética centro-periferia encobre outra mais brutal: nações opressoras e nações oprimidas. Adverte-nos, Trías (1991, p. 131-132), que não se deve crer que as segundas são só uma fase anterior das primeiras. Ou seja, explica-nos que “não se deve confundir subdesenvolvimento com atraso; embora aquele signifique, por certo, deformação e limitação do desenvolvimento”.

O sistema que rege a economia mundial é o imperialismo. Sua arquitetura e seus modos de operar têm variado ao longo da evolução histórica. Contudo, com base na teoria do valor em Marx, descrita na teoria do imperialismo de Lenin, observamos sua continuidade com base na lei do desenvolvimento desigual e combinado – contudo, em sua fase monopolista, que é aquela alcança todo seu poder determinante. Então o desenvolvimento desigual não só é o triunfo do simples fluir da história, mas também da política internacional dos centros imperialistas. O subdesenvolvimento é a manifestação, ou expressão, do imperialismo na periferia dependente. Não se pode desligar dependência de subdesenvolvimento, de acordo com as observações de Trías (1991).

No período conhecido como neoliberalismo, a indústria manufatureira se viu enormemente prejudicada com o fechamento de diversas fábricas, ocasionado pela abertura econômica às empresas estrangeiras e pela impossibilidade de oferecer concorrência à elas. Por outro lado, o peso uruguaio – moeda nacional –, passaria a ser equiparado ao padrão dólar, correspondente à política

de estabilidade de preços, que visaria igualar o valor dos produtos nacionais aos importados. Em um contexto de declínio da indústria manufatureira, os setores bancário, financeiro e de serviços, assumem papel preponderante na nova estrutura produtiva do país. O movimento sindical, por fim, também sofreria as consequências das políticas dos anos 1990 e o colapso da União Soviética. A desregulamentação das relações trabalhistas, o congelamento dos preços e o rebaixamento dos salários, somados ao desemprego estrutural, acarretaram no fechamento de muitos sindicatos. O setor terciário, de serviços, incorporaria o contingente da classe trabalhadora, que por sua vez, não apresentaria ao longo do período neoliberal uma organização e sindicalização semelhante aos anos prévios ao golpe civil-militar. Tais movimentos são dificultados pelas relações precarizadas e flexibilizadas de trabalho, como as terceirizações e contratos flexíveis, por exemplo. Tudo isso ajudaria a dismantelar a estrutura sindical e organizativa dos trabalhadores, com a formação de uma nova classe trabalhadora.

Considerando esse quadro de submissão do Uruguai ao capital estrangeiro, expresso pelo seu subdesenvolvimento e dependência externa, do dismantelamento do movimento operário e sua fragmentação, qual foi o comportamento da esquerda unificada em torno da FA? Como se processou a particularidade da esquerda uruguaia diante dos desafios de superar o subdesenvolvimento, a dependência, a superexploração do trabalho, a violência policial e militar, reorganizando, ainda, o movimento operário no país? Analisaremos os documentos partidários da FA para compreendermos os direcionamentos aprovados pelos congressos e deliberações de seus organismos internos.

Com a redemocratização uruguaia e a libertação dos presos políticos, houve o processo de reorganização da esquerda, além da legalização de seus partidos e sindicatos, como a formação de uma grande gama de organizações políticas. Como exemplo do surgimento dessas novas correntes políticas, podemos citar inicialmente que, em 1984, os cristãos representados pelo *Partido Demócrata Cristiano*, se reintegrariam à Frente Ampla e aos organismos de direção. O lema eleitoral utilizado para a campanha presidencial daquele ano foi o do PDC, como em 1971, na tentativa de aumentar o leque de possibilidades eleitorais e “escapar” da perseguição opositora da direita. O professor Juan José Crottogini e o presidente do PIT-CNT José D’ Elía seriam os candidatos à presidência pela FA. Ao final do pleito foram eleitos seis senadores e 21 deputados. Neste mesmo período, da legislatura de 1985-1990, foram debatidas e aprovadas, em âmbito nacional, leis concernentes aos processos de abertura política, como a lei de *Caducidad de las*

Pretonces Punitivas, em 1986, que representaria uma espécie de anistia, ou seja, o perdão para os militares aos crimes de tortura, retirada e violação dos direitos humanos e assassinato.

Em 1989, Raúl Sendic, militante e dirigente do Partido Socialista, volta do exílio em Paris. Sendic, nos anos 1950, teria organizado a primeira greve dos trabalhadores rurais do país, com a criação da *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA). Foi também fundador e dirigente histórico do *Movimiento de Liberación Nacional* (Tupamaros). Segundo Bayley (2007, p. 130-131), neste ano de 1989 formar-se-ia o *Movimiento de Participación Popular* (MPP), oriundo de uma aliança dos Tupamaros, com o *Partido por la Victoria del Pueblo*, o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Partido Socialista de los Trabajadores* e a *Unión Popular*. Outra organização criada nesse mesmo ano, que também se tornaria protagonista dentro da FA, é a *Vertiente Artiguista*. Contudo, os cristãos representados pelo PDC e o *Partido Por el Gobierno del Pueblo*, se afastariam da FA e iniciariam uma disputa política e eleitoral independente, com uma nova denominação: *Nuevo Espacio* (NE).

Por fim, em 1989 se dá a terceira participação eleitoral da Frente Ampla, o general Líber Seregni, liderança histórica do processo de unificação da esquerda e da construção da FA, foi o candidato à presidência. Seu vice foi o contador Danilo Astori, juntos os dois utilizariam o lema Partido *Frente Amplio*. Tabaré Vázquez foi o candidato à Intendência de Montevideu e o primeiro representante da esquerda a ganhar eleições na capital uruguaia. Aqui, possivelmente, podemos indicar outro aspecto que contribuiria para as mudanças programáticas e de atuação política da esquerda do país.

A estrutura da Frente Ampla se consolidaria na década de 1990, com a reforma estatutária de 1993. A base da pirâmide está constituída pelos comitês de base – existem 500 em todo país, divididos entre Montevideu e o interior –, que por sua vez, enviam delegados às coordenadorias – zonais e departamentais. O órgão máximo da FA é o Plenário, que se compõe de maneira mista pela militância e os setores políticos da FA: 82 delegados pelas bases – 41 por Montevideu e 41 pelas 18 coordenadorias departamentais do interior do país – e 82 delegados pelos grupos políticos. A integração dos grupos políticos é proporcional à votação obtida nas eleições internas – a cada 30 meses –, e todo grupo possui o direito a ter pelo menos um representante no Plenário. Finalmente, está a Mesa Política, que é o organismo Executivo do Plenário Nacional que exerce a condução política da FA, e está integrado por: Presidente e Vice-Presidente (quando há), 15 membros do Plenário e 12 delegados das bases. Segundo as informações apresentadas por Moreira (2009 p. 16-

17), de acordo com a modificação do estatuto da FA em 1996, a Mesa pode nomear um Secretário que estará integrado pelos setores políticos que têm representação parlamentar: quatro delegados pelas bases e o presidente da FA. Dada à última “crise” na presidência da FA, o Secretariado se colocou em funcionamento durante 2008. Por último, o Congresso é o órgão de maior representação da militância e se reúne de maneira ordinária – ele está integrado ao Plenário Nacional, que o preside, e aos delegados das bases.

Tabaré Vázquez, atual Presidente da República Oriental do Uruguai⁷⁷, em 1994, quando ainda Intendente de Montevideu, foi proclamado candidato à presidência pela FA pela primeira vez. Líder histórico, com grande poder de convencimento e aglutinação, nesse mesmo ano fundaria o *Encuentro Progresista*⁷⁸, trazendo, conforme indica Bayley (2007, p. 139-140), ideias de renovação partidária e organizativa, com propostas como o aprofundamento da democracia e da defesa nacional; transformação da estrutura econômica; políticas sociais e lutas contra a pobreza; em defesa da educação; de políticas econômicas específicas; reforma política e do Estado; descentralização; política ambiental; integração regional; e política exterior.

O II Congresso Extraordinário da Frente Ampla ocorreu em 1994. Nesse evento houve o apoio para corrida presidencial, por ampla maioria, do que ficou conhecido como o *Gran Acuerdo Progresista*, em que há a composição da chapa Tabaré Vázquez e Rodolfo Novoa. Para nós, é exatamente a partir desse momento que aparece a primeira grande ruptura de pensamento que mudaria os rumos da FA. Ainda em 1971, foi aprovado o documento *30 Primeiras Medidas de Gobierno*, com forte inspiração no documento da Frente Popular do Chile e as 30 medidas de governo adotadas por Allende. Nele, colocava-se a necessidade da realização da “reforma agrária, nacionalização do sistema bancário, nacionalização dos principais rumos do comércio exterior, enérgica ação do Estado, incluindo a nacionalização da indústria frigorífica” (30 PRIMEIRAS MEDIDAS DE GOBIERNO, p. 1). O contraste colocado neste momento, do ponto de vista do socialismo, é a mudança de rumos e a ampliação do leque de alianças aprovados em Congresso. Portanto, em nossa concepção, essa aliança da FA com o EP indica que o termo democracia viria a ser o substituto para socialismo, o termo reforma seria o substituto à revolução e à um programa de superação do subdesenvolvimento e da dependência externa do país. A questão social, de

⁷⁷ Tabaré Vázquez foi presidente da República Oriental do Uruguay, por duas vezes até os dias atuais, a primeira gestão de 2005-2010 e a segunda 2015-2020.

⁷⁸ O *Encuentro Progresista* foi fundado a partir de uma aliança política eleitoral entre o *Partido Demócrata Cristiano*, *Corriente 78* e *Batllismo Progresista*.

aplicação de políticas públicas e a crítica ao desmantelamento do Estado, sobretudo à sua época neoliberal, apareceriam como objetivos centrais desta nova expressão política da FA desde o período de redemocratização até os dias atuais.

O III Congresso da Frente Ampla aconteceu em 1996, no Palácio Peñarol. O documento, aprovado pelo Plenário Nacional, segundo Bayley (2007), foi intitulado: *Todos juntos construyendo*. Ainda na opinião do autor, esse congresso discutiu sobre a reforma da Constituição de 1996 que, como vimos, modificou a legislação eleitoral e acabaria com a lei de Lemas⁷⁹. Bayley afirma que as resoluções aprovadas alcançariam a realidade nacional no fundamental aos objetivos traçados. Indica-nos que esse congresso analisou a situação internacional, com relação à evolução dos principais blocos econômicos no mundo, a Integração Latino-Americana, o Foro de São Paulo e o Cone Sul frente ao processo de integração do Mercosul. Realizou um balanço da atividade desenvolvida pela aliança EP-FA e da atuação no governo no Departamento de Montevidéu. Tabaré Vázquez foi eleito presidente da Frente Ampla nesse III Congresso e iniciou uma campanha nacional viajando todo o país. Para que possamos compreender um pouco mais da composição interna da estrutura da FA, em 1997 – quando ocorreu as eleições internas para eleger os membros do Plenário Nacional, decidindo a representação de cada um dos setores na Mesa Política –, encontramos a formação de oito listas:

A lista 90 (Aliança do *Partido Socialista, Corriente Popular e Movimiento Socialista* com representantes de *CONFA*); 2121 (Aliança de *Asemblea Uruguay* e o *Movimiento Popular Frenteamplista* com representantes de *CONFA*); 77 (*Vertiente Artiguista* com *Izquierda de Liberación*); CI (*Corriente de Izquierda: Aliança do Movimiento de los Trabajadores, Unión Popular, Corriente de Unidad Frenteamplista, Movimiento 20 de Mayo, Izquierda Frenteamplista Independiente e Tendencia Marxista*); 343 (*Partido por la Victoria del Pueblo*); 3040 (*Izquierda Abierta*); e POR (*Partido Obrero Revolucionario*). (BAYLEY, 2007, p. 153).

A lista 90 saiu vitoriosa em Montevidéu e em todos os Departamentos no interior do país. Essa eleição aconteceu sob o impacto da renúncia de Tabaré Vázquez à presidência da Frente

⁷⁹ Na argumentação de Buquet (2005, p. 12), as normativas aprovadas em 1996 foram as que regeram as regras para as eleições de 2004. Explica-nos que, até 1994, as eleições eram realizadas simultaneamente a cada cinco anos. Nelas elegia-se o Presidente da República por maioria relativa e Duplo Voto Simultâneo (DVS), ambas Câmaras do Poder Legislativo e os cargos de governo municipal. Aponta que a reforma estabeleceu eleição presidencial por maioria absoluta e segundo turno (*balotaje*) com candidatos únicos por partido. Adicionalmente estabeleceu eleições primárias para selecionar os candidatos presidenciais de cada partido e separou as eleições municipais no tempo.

Ampla, motivado por discordâncias nos rumos políticos. Assim, em 1998, apresentou o seguinte documento: *Frente Amplio-Encuentro Progresista, Algunas ideas para su actualización*. Tabaré exibiu sua proposta de reformulação política, ao final, ficaria decidido que esse documento não se trataria de uma “refundação” da FA, mas sim uma “atualização”, que ficou conhecida na história uruguaia, como a *Actualización del Acuerdo Político del EP*. De maneira simultânea a esse fato, em 1998 ocorreu o III Congresso Extraordinário para escolha dos representantes para as eleições presidenciais.

O documento, ao abordar o tema de seu projeto político, se apresenta como uma:

aliança política de caráter permanente que, no marco do sistema democrático representativo pretende mediante uma ampla participação dos cidadãos, introduzir transformações profundas no país, tendentes à construção de uma sociedade democrática, progressista e solidária, através do impulso de um desenvolvimento socialmente justo e economicamente autossustentável (BAYLEY, 2007, p. 155 *apud* Encuentro Progresista).

A fração partidária que se encontra representada por essa nova corrente política é, sobretudo, vinculada à um pensamento social de caráter cristão, com perspectivas de realização de reformas políticas, e aplicação de políticas públicas por meio dos diferentes mecanismos criados pelas administrações municipais que participaram. Em contraste, temos outras organizações políticas vinculadas ao pensamento socialista e comunista, com teorias voltadas à transformação dos meios de produção. Percebemos que nesta nova fase da esquerda uruguaia, marcada, sobretudo, pelo período pós-ditatorial, a opção política feita foi pela disputa institucional da condução dos assuntos políticos e dos rumos do país, muito diferente da esquerda que apresentamos na primeira parte deste trabalho, que propunha uma revolução democrática-burguesa para a superação do imperialismo. Esta esquerda se apresenta diante de nós com uma nova fraseologia, com novas preocupações, guiada por novas pautas. Os próprios movimentos que surgiram nesta fase neoliberal eram vinculados à projetos identitários, de garantia de direitos, e não mais voltados à um projeto de classe. Como exemplos destes movimentos é possível citar: movimentos ambientalistas diversos; movimentos negros; movimentos feministas; movimentos pela educação; além da presença de ONGs.

Por fim, o IV Congresso da Frente Ampla ocorreu entre os dias 22 e 23 de setembro de 2001, conhecido como *Tota Quinteros*, em homenagem à professora do setor rural, militante do

Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Os documentos aprovados neste Congresso foram: *Nuestras Señas*; *Pautas para el Desarrollo Ideológico y la Elaboración Programática*; e por fim, *Grandes Líneas de Acción Política*. Os documentos abordam, fundamentalmente, que a igualdade e a justiça social seriam as grandes metas da FA, e que a luta se baseia por uma sociedade de homens e mulheres livres e solidários. Agrega que a FA é uma ferramenta política em constante construção para o povo uruguaio, ferramenta na qual os Comitês de Base funcionam como a maior expressão de sua identidade. A tese que a democracia e a participação cidadã representariam a coluna vertebral da novas Pautas para o Desenvolvimento Ideológico e a Elaboração Programática – documento aprovado nesse Congresso, traduzindo a nova face da Frente Ampla –, apresenta também as ideias de mundialização das oportunidades e problemas; globalização e integração regional; e a proposta de um acordo social pelo crescimento econômico e o desenvolvimento humano, a partir de uma perspectiva progressista e democrática.

Em 19 de dezembro de 2002, ficou institucionalizado o acordo político entre o *Encuentro Progresista-Frente Amplio* e o *Nuevo Espacio*. Assim, no ano seguinte, convoca-se o IV Congresso Extraordinário Hector Rodríguez, realizado em homenagem ao grande líder sindical do setor têxtil, jornalista e fundador histórico da Frente Ampla, que aprovaria a fórmula presidencial Tabaré Vázquez-Rodolfo Nin Novoa. O documento elaborado por esta coalização de forças políticas intitula-se *Grandes Lineamientos Programáticos para el Gobierno 2005-2010. Porque entre todos otro Uruguay es posible*. Nesse documento, aparece a questão das políticas sociais, revelando que a preocupação dessa coalizão era a justiça social; qualidade de vida aos trabalhadores; trabalho digno; equidade e inclusão; distribuição solidária; saúde e educação em alcance universal; segurança social; e política de casas populares.

Por fim, levantamos algumas questões que permearão a sequência de nosso debate: uma vez constatado que a dominação da burguesia é de caráter autocrático, ou seja, sua consolidação no poder se construiu à base de golpes de Estado, por meio da política de cooptação de dirigentes e forças políticas com cargos públicos, além da superexploração do trabalho, como bem se verificou neste período neoliberal, nos questionamos se essa mesma burguesia iria respeitar o resultado das urnas e como ela viria a se comportar? Outra questão advém do programa apresentado pela FA para as eleições de 2004, no qual as políticas sociais se apresentam como ferramenta para o desenvolvimento nacional e como resposta ao desmantelamento das relações trabalhistas provocadas pelo neoliberalismo, portanto, nos questionamos se realmente essas políticas foram

capazes de superar o subdesenvolvimento e a dependência externa do Uruguai. As políticas sociais conseguiram implementar o trabalho decente no país, conforme o acordo com a OIT (1998), cumprindo, assim, com seus objetivos estratégicos?

4.3. O primeiro governo da Frente Ampla-Encontro Progressista-Nova Maioria e as políticas sociais de combate à pobreza e a indigência 2005-2010

A política no Uruguai esteve dominada de 1836 a 2004 pelos partidos Colorado e Blanco, ano em que a Frente Ampla rompeu o bipartidarismo ao ganhar as eleições gerais para a Presidência da República e os cargos legislativos nacional, regional e municipal. A aliança realizada entre a Frente Ampla, Encontro Progressista e Nova Maioria foi o corolário para a vitória eleitoral, pois juntos alcançaram 50,45% dos votos válidos, ganhando as eleições em primeiro turno, com a chapa composta por Tabaré Vázquez e Rodolfo Nin Novoa. Além dessa vitória, também conquistariam sete Departamentos do país: Montevideu, Canelones, Florida, Maldonado, Rocha, Salto e Soriano. Bayley (2007) nos apresenta que o MPP de José Mujica e o Espacio 609 de Eleuterio Fernández Huidobro, ambos ex-Tupamaros, em aliança para estas eleições, representariam as forças políticas com mais votos obtidos para o Senado uruguaio.

Quando assumiu a presidência, Tabaré Vázquez formou um governo de notáveis, com uma clara orientação centrista: 11 dos 13 ministros era dirigentes dos setores moderados da Frente Ampla ou independentes que aderiram ao centro político frenteamplista – somente dois pertenciam à ala radical. O Partido Comunista (PCU) (Ministério do Desenvolvimento Social); a Vertente Artiguista (VA) (Ministério da Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente); o Movimento de Participação Popular (MPP) (Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca); o Partido Socialista (PS) (Ministério das Relações Exteriores), e com Assembleia Uruguai (AU) (Ministério da Economia e Finanças)⁸⁰.

O líder da tendência moderada, Danilo Astori, foi designado oficialmente Ministro de Economia e Finanças pelo presidente Tabaré Vázquez. Trinta dias antes de assumir o cargo, seu

⁸⁰ Conforme os documentos políticos da Frente Ampla, percebemos que sua estrutura é altamente fracionada. Nas eleições internas da FA de novembro de 2006, existiam 23 grupos políticos com representação na estrutura, dos quais somente sete tem representação parlamentar Movimento de Participação Popular (MPP), Assembleia Uruguai (AU), Partido Socialista (OS), Partido Comunista (PCU), Aliança Progressista (CONFA – PDC – PAIS, CP), Vertente Artiguista (VA) e Novo Espaço (NE).

primeiro ato de governo foi a assinatura de uma carta de intenções com o FMI, em Washington, na saída de uma reunião com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assim, os representantes da esquerda uruguaia iniciariam seu governo, comprometendo-se a darem continuidade às políticas macroeconômicas impostas pelos centros imperialistas, por meio de seus organismos internacionais. Por outro lado, nos três primeiros anos de governo, ocorreram uma série de medidas e mudanças: a Reforma Tributária, o Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS); o Plano de Emergência e sua continuidade, o Plano de Equidade; a reinstitucionalização da Negociação Coletiva, plasmada nos Conselhos de Salários. Esse governo também esteve marcado pela sua nova inserção internacional, provocando o crescimento do PIB, diminuição relativa da pobreza, da indigência, do desemprego e da mortalidade infantil.

Na conjuntura internacional temos como elementos principais neste período histórico, o processo de reaceleração da economia mundial no final de 2003, com a expansão econômica dos Estados Unidos e China. Dessa forma, presenciáramos a inauguração de um novo período de crescimento dos investimentos e de crédito imperialista na busca de matérias-primas, em que os países dependentes e subdesenvolvidos, submetidos à lei do desenvolvimento desigual e combinado, se destacariam como os principais destinos desses recursos financeiros e especulativos, o que possibilitaria o registro do crescimento econômico do PIB do Uruguai por mais de dez anos ininterruptos.

O latifúndio, representado pelo setor agroexportador em particular, registraria um aumento nos preços dos grãos, carnes e produtos lácteos, motivados pelo aumento do preço do petróleo e seus derivados. Outro elemento que possibilitaria a disparada dos preços internacionais de matérias-primas e alimentos, podem também ser apontados por meio das guerras do Golfo Pérsico e do Iraque, os furacões Katrina e Rita, além das medidas da OPEP para controlar a oferta, que somadas à alta do dólar, fariam com que o custo de vida aumentasse consideravelmente. Este desenvolvimento derivaria de um processo de concentração e estrangeirização das empresas agropecuária e traria novas modalidades de gestão para as empresas nacionais.

As taxas de juros internacionais diminuiriam em 2003, provocando um fluxo de capital imperialista para a América Latina. Segundo Durán (2011)⁸¹, em 2003 e 2004 o dólar sofreria uma

⁸¹ DURÁN, Verónica. Cap. 2. Contexto Macroeconómico. In: VASALLO, Miguel (editor). **Dinámica y competencia intrasectorial en el agro. Uruguai 2000-2010**. Universidad de la República. Facultad de Agronomía. Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC), bibliotecaplural, 2011.

depreciação de seu valor em relação ao euro, constituindo um elemento favorável para o Uruguai, e os países sob o domínio do padrão dólar. Salienta que o impacto econômico esteve refletido na inserção sobre os mercados europeus, na diminuição real das dívidas em dólares do setor privado e do Estado, como também sobre os preços internacionais de alimentos e matérias-primas. Com a diminuição da taxa de juros internacionais há uma contribuição para que os investidores e especuladores financeiros internacionais aumentassem seu interesse nas chamadas *commodities* (derivados), interconectando os mercados financeiros com os de matérias-primas. Essa seria uma característica determinante da evolução dos preços internacionais do setor primário exportador deste período, que compreende o primeiro governo de esquerda uruguaio.

Portanto, ao analisarmos o contexto externo, o processo de expansão das economias capitalistas e sua luta para conquistarem novos mercados – que viria a favorecer o Uruguai, por ser um país de caráter agroexportador, onde suas indústrias estão vinculadas às necessidades do agronegócio –, no ano de 2007 é possível perceber um sinal de esgotamento desse modelo de acumulação capitalista. Uma crise no setor imobiliário se inicia nos Estados Unidos, o que ocasiona uma diminuição nos investimentos voltados para a construção residencial e para retração do consumo interno. Na opinião de Durán (2011, p. 27), as taxas de crescimento das economias europeias e do Japão se moderariam, contudo, o dinamismo da China, Índia e Rússia permitiria que a economia mundial seguisse crescendo nesse mesmo ano, enquanto os preços internacionais do petróleo e dos demais produtos de origem primários continuaram aumentando – resultado da especulação financeira internacional, o que pressionaria a disparada da inflação internacional.

Dentro de uma perspectiva da economia mundial e da integração do Uruguai a ela, analisamos que o contexto internacional foi favorável aos mais de dez anos de crescimento ininterruptos do PIB nacional. Por outro lado, não foram somente as medidas voltadas ao tripé macroeconômico neoliberal de controle fiscal, as metas de inflação, e o câmbio flutuante que marcaram este primeiro governo da FA. Logo, nos perguntamos: quais são as políticas sociais – compensatórias – do Uruguai de 2005 a 2010? Por meio de uma pesquisa em dissertações e artigos no site do MIDES⁸², encontramos dados importantes a respeito das principais políticas sociais de Tabaré Vázquez. Conforme verificamos, o governo primeiramente aplicou o *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (PANES), nos dois primeiros anos de governo, com o intuito de

⁸²Ministério do Desenvolvimento Social da República Oriental do Uruguai. Disponível em: <http://www.mides.gub.uy/>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

beneficiar os setores mais pobres da população. Nos três últimos anos de governo aplicaria o *Plan de Equidad*, com o objetivo de atender os setores da população em condições de vulnerabilidade e falta de proteção social.

As principais ações do Plano de Atenção Nacional à Emergência Nacional governo Vázquez (2005-2007) foram: *Ingreso Ciudadano*: Transferência monetária a chefes e chefas de família, mediante compromissos como controles médicos e permanência das crianças no sistema educacional; *Construyendo rutas de salida* (Programa sócio educativo): Oportunidade de primeira experiência de trabalho a jovens que se encontrassem em situação de risco social, vulnerabilidade e/ou pobreza e que tivessem entre 18 e 29 anos de idade; *Trabajo por Uruguay*: Trabalho transitório para desenvolver habilidades sociais e qualificação profissional; *Plan alimentario*: Cartão magnético para compra que funcionaria a partir de julho de 2006, de modo a incorporar lares de forma progressiva; *Atención a los sin techo*: Refúgios noturnos, diurnos e equipe móvel de rua; *Mejoramiento del habitat*: Fornecimento de materiais e assistência técnica; *Educación en contextos críticos*: Transferências aos Ministérios da Educação e Cultura para programas de inclusão cultural e alfabetização.

Os Programas do *Plan de Equidad* foram os seguintes: *Consejos Sociales*: Espaços de participação social que promovem formas de articulação social e intercâmbio entre a sociedade civil organizada e o Estado; *Em el país de Varela: Yo, sí puedo*: Programa socioeducativo de alfabetização básica para ampliar o horizonte cultural de seus participantes e desenvolver sua autoestima; *Tarjeta Alimentaria*: Seu objetivo principal é permitir que as pessoas mais desprotegidas tenham acesso aos produtos da cesta básica e a possibilidade de seleccioná-los de acordo com suas necessidades e as características de seu núcleo familiar; *Programa de Políticas de Integración de Frontera*: Contribuir para a construção de uma estratégia de intervenção territorial nas áreas de fronteira do país, para promover o desenvolvimento humano nesse espaço; *Programa Aulas para Crecer*: Programa de emprego temporário com dois objetivos: a construção de escolas destinadas a crianças pré-escolares e o desenvolvimento de um programa socioeducativo dirigido a egressos do Programa *Trabajo por Uruguay*; *Uruguay Clasifica*: O programa visa a inclusão laboral, social e cultural das pessoas que vivem da classificação informal de resíduos sólidos urbanos; *Emprendimientos Locales*: Programa que tem como finalidade apoiar cidadãos que estejam trabalhando em grupo, desenvolvendo uma atividade produtiva (empreendimento) no bairro ou em pequenas cidades, que permita as suas inserções sociolaborais; *Programa de Atención*

a los Sin Techo: Programa tem como objetivo a reinserção sociocultural e laboral das pessoas e famílias em situação de rua. Refúgios, jantar, café da manhã, cama, roupa e banho; *Programa de Aulas Comunitarias*: Espaço onde os adolescentes podem retomar ou iniciar os estudos secundários, cursando matérias do primeiro ano do Ciclo Básico em dois módulos semestrais; *Uruguay Trabaja*: Programa executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que promove acessos de inserção social por meio de estratégias socioeducativas e de melhora do nível de empregabilidade das pessoas em condição de vulnerabilidade social e persistente desemprego; *Uruguay Integra*: Programa socioeducativo que aponta e promove geração de vínculos, habilidades e ferramentas que fomentem a inclusão e integração social.

Principais ações do Plano de Equidade (2008-2010): *Uruguay Trabaja*: Trabalho transitório por 9 meses para desenvolver habilidades profissionais; *Asistencia a la vejez*: Assistência a idosos com mais de 65 anos e menos de 70 anos em situação de vulnerabilidade; *Tarjeta Alimentación*: Cartão para compra; *Otras medidas de Inclusión*: Deficientes, *Uruguay integra*, e outros programas realizados com INJU e INAMU; *Apoyos a población en extrema pobreza*: Refúgios para indivíduos em situação de rua, casas de meio caminho; *Unidad de seguimiento del Plan de Equidad*: Trabalho de campo para o prosseguimento e a implementação dos programas, coleta e processamento de informação.

O Plano de Equidade, aprovado pelo governo em abril de 2007, levantou a necessidade de revisar as políticas de emprego do país. Na opinião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁸³, por um lado o plano afirma a indispensabilidade de consolidar uma estratégia que leve a aumentar a quantidade de emprego, melhorar a sua qualidade, apoiar a reinserção da população desocupada e promover os microemprendimentos, procurando maior inclusão social, maior formalização e aumento da capacidade exportadora, e a dinamização do mercado interno. Por outro lado, no que se refere às políticas ativas de emprego, o plano de equidade expressa que se deve fortalecer a estratégia de redefinição das mesmas, ampliando os serviços prestados pelo Estado em três grandes áreas de política: (i) os serviços públicos de emprego; (ii) o apoio aos empreendimentos produtivos; (iii) a diversificação e ajustes das iniciativas de formação profissional. Nesse sentido, afirma-se “que é necessário considerar – sendo este um objetivo

⁸³ BID. **Retos y oportunidades para la política laboral en Uruguay**. New York: BID, 2009. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35541294>. Acesso em: 25 de Setembro de 2015.

estratégico do Plano de Equidade – a articulação das políticas de emprego com as políticas de proteção social centradas no trabalho” (BID, 2009, p. 44).

Na bibliografia especializada encontramos algumas avaliações sobre este primeiro governo da Frente Ampla. Castiglioni (2010) conta-nos que os planos e programas visaram responder à crise de 2001-2002, buscando minimizar seus efeitos: a pobreza e a indigência. O PANES teria sido um plano focalizado e de natureza transitória que funcionou de 2005 a 2007, convertido em sete programas destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em condição de extrema pobreza. Em sua opinião, o principal programa que integrou o plano foi o Programa *Ingreso Ciudadano*, que começou a funcionar em maio de 2005 e consistiu na transferência de renda com condicionalidades, cada lar participante receberia mensalmente 1360 pesos uruguaios, reajustados a cada quatro meses, pelo Índice de Preços de Consumo (IPC). Tal Programa foi muito criticado pela oposição, acusados de criarem políticas clientelistas e perpetuarem o Estado paternalista. Terminado o prazo legal de 2 anos de duração, tomou lugar o Plano e Equidade, que teve como prioridade a correção das brechas integracionais, privilegiando a atenção às crianças e adolescentes em situação de risco e se apoiando em programas já existentes, como o *Asignaciones Familiares*.

Procurando responder à nossa hipótese inicial, na opinião da PIT-CNT (2015) a grande reforma projetada, mas que se levou à frente com menor grau de conclusão que as anteriores, foi a reforma do Estado. Os princípios norteadores eram a redefinição dos conteúdos dos postos de trabalho e perfil de concorrência para a sua ascensão: o acesso por concurso à função pública, com critérios transparentes e de livre concorrência; a capacitação permanente dos funcionários e da definição de sistemas de objetivos de desempenho, tanto individuais como coletivos, que logo se vinculariam as remunerações. Contudo os avanços foram mais lentos. Em sua avaliação, na prática, as mudanças mais significativas estiveram associadas à incorporação do Imposto para a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), em substituição ao Imposto as Retribuições Pessoais (IRP) e o rebaixamento do Imposto ao Valor Agregado (IVA), o que representaria uma redução importante dos impostos indiretos.

Conclui a PIT-CNT (2015, p. 41) que, no caso do IRPF, o mesmo a ser um imposto à renda pessoal, passava a gravar não somente aos assalariados como gravava o imposto aos soldos, senão ao resto das rendas dos domicílios. O imposto admitia uma série de deduções que, entre outros, incluía os gastos de saúde e as contribuições à segurança social, além do número de filhos menores dependentes e se esperava que fossem ampliando. A outra novidade em relação ao imposto de

renda é que o mesmo propunha taxas de contribuições progressivas (crescentes) por faixa de renda, com exceção das rendas do capital que se gravavam a uma única taxa, de maneira que as rendas mais elevadas tributavam uma taxa maior, visto que existia uma primeira faixa de rendas que estava exonerada de contribuições.

Os principais resultados alcançados, em matéria econômica e social, foi que o Uruguai experimentou um período de dinâmico crescimento econômico em termos históricos. Com os dados disponibilizados pela PIT-CNT (2015, p, 41), entre 2004 e 2013, o PIB se expandiu 64,7%, o que equivale a um crescimento médio anual de 5,7%. Isso foi possível pela conjunção de um contexto externo favorável aos produtos exportados pelo Uruguai, com um contexto interno dinâmico impulsionado pelo investimento – que passou a representar o 15% do produto em 2004 ao 23% em 2013 – e o consumo interno sustentado pela melhora das rendas familiares, tanto pela via do crescimento do emprego como pelas rendas dos assalariados e demais rendas dos domicílios. O crescimento muito dinâmico de países como China e Índia, permitiram um crescimento da demanda internacional de produtos básicos e matérias-primas, parte dos quais Uruguai é exportador.

Entre 2004 e 2013, o valor das exportações de bens se multiplicou por 3,9 e o de serviços exportados por 4,3. No que se refere aos mercados de destino das exportações uruguaias, os mesmos vão se diversificando visto que a dependência do Mercosul foi reduzida, em particular com a Argentina e também com os Estados Unidos. Pelo contrário, ganharam presença no comércio exterior uruguaio sócios comerciais como China que, em 2013 explicou o 16% das exportações, ficando como segundo destino comercial de bens. Ademais, também operou certa diversificação da cesta exportadora de bens, sendo incorporados, com um peso muito significativo, produtos como a soja ou a celulose – embora mantendo o caráter primário exportador da inserção internacional uruguaia.

A inflação no período 2004-2013 ficou em média 7,5% anual. Avaliam que o manejo do endividamento externo foi vitorioso. Ao assumir o governo em 2005, a dívida pública, uma vez descontadas as reservas internacionais, pode-se dizer que aquilo que é conhecido como dívida bruta estava em aproximadamente 70% do PIB. Considerando que a dívida está majoritariamente nominada em dólares, esse panorama constituía uma enorme vulnerabilidade para a economia. Em 2013, o endividamento bruto se localizou abaixo dos 60% do produto e os níveis recorde de reservas internacionais permitiram que a dívida bruta representasse apenas 23% do PIB, estando

38% nominada em moeda estrangeira e 83% colocada em taxas fixas, conforme os dados da PIT-CNT (2009, p. 43).

Por fim, concluem que esses aspectos, somados com as melhores condições do mercado de trabalho – tanto no que diz respeito ao crescimento do emprego como dos salários –, impulsionados pela negociação coletiva e as políticas de aumento do SMN, foram determinantes para reduzir significativamente os níveis de pobreza e indigência e alcançar melhorias na distribuição de renda. A pobreza passou a afetar um em cada dez uruguaios, média que antes era de quatro em cada dez. Enquanto isso, a indigência foi reduzida a níveis próximos da erradicação. A desigualdade de rendas, por sua parte, aproximada por meio do índice Gini, começou um importante processo de diminuição desde 2008.

Na avaliação de outros autores, encontramos em Duarte (2011), que a Reforma Tributária teve três objetivos: a promoção de maior equidade ao relacionar o imposto com a renda, fazer um sistema fiscal mais eficiente e gerar incentivos adicionais aos investimentos e a expansão do emprego. Uma das principais medidas da Reforma foi a eliminação do *Impuesto de las Retribuciones Personales* (IRP), substituindo-o pelo *Impuesto de la Renta de las Personas Físicas* (IRPF), que diferencia as rendas advindas do trabalho e as do capital, com aplicação de taxas progressivas para os salários e pensões e taxa fixa para as rendas de capital. Adicionalmente, foram eliminados quinze impostos menores, além da diminuição da tributação para os empresários e redução do imposto sobre o valor agregado de 23% para 22%. Afirma que um problema da reforma foi que o IRPF incidiu sobre as aposentadorias e os aposentados, com grande capacidade mobilizadora e acesso aos tomadores de decisão, entraram com um processo de inconstitucionalidade contra o IRPF, apoiados pela oposição. Assim, o governo criou um Imposto de Assistência à Seguridade Social (IAAS), que passou a substituir o IRPF para os aposentados e pensionistas.

Portanto, percebemos que no governo da FA, a política estaria inclinada em direção aos pobres, como é o exemplo do Plano de Emergência Social (PANES). Logo depois da crise econômica de 2002, na opinião de Carlos Moreira (2010, p. 74-75), o PIB do Uruguai diminuiu 19,2%; o desemprego alcançou 20% da população economicamente ativa; o número de pobres duplicou; um em cada três uruguaios adultos (32,6% da população), e dois em cada três crianças (60% da população infantil menor que cinco anos) passaram a estar em situação de pobreza; foram consolidadas as porcentagens de população em pobreza estrutural vulneráveis à indigência (dois

de cada três deles menores de trinta anos), e inclusive, em indigência direta (3,5% da população); os níveis de saúde e educação mostraram um estancamento definitivo e os níveis de desigualdade alcançaram os seus máximos históricos com uma distribuição da renda visivelmente mais desigual que três décadas atrás.

Esses dados, conforme o autor em destaque, levaram o governo progressista a aplicar, em curto prazo, um programa social de assistência aos setores mais vulneráveis, denominado PANES. Esse programa teve uma duração de dois anos, um custo de 200 milhões de dólares e foi dirigido à porção da população em situação de extrema pobreza, contemplando, assim, cerca de 400.000 pessoas. O eixo do programa foi a outorga de aproximadamente US\$ 50,00 a cada beneficiário, em troca de tarefas no mercado de trabalho, eixo que teve importantes pontos de contato com experiências similares na maioria dos países da América Latina. Em sua análise sobre a implementação do PANES, Moreira (2010) observa que diversas razões afetaram o cumprimento das metas, concluindo que, se a pobreza foi reduzida, tal redução foi realizada em um ritmo inferior ao esperado, e os objetivos de desenvolvimento e justiça social se fizeram francamente inalcançáveis – ao menos em um período de governo.

As razões desse fracasso também são diversas. Afirma que, em primeiro lugar, o PANES sofreu problemas de coordenação que ocasionaram a criação do novo Ministério, no qual se somou o despreparo para enfrentar a gestão pública. Em segundo lugar, duas décadas de reforma econômica introduziram um contexto de encolhimento dos recursos públicos, fato que provocou nos novos governantes uma visão fortemente limitada e condicionada a respeito de suas possibilidades de ação. Esse cenário teve como consequência a obrigação da Frente Ampla em ensaiar novas estratégias políticas para atender às demandas sociais e não perder posições para as mãos da oposição, e por ele, se seguiram processos de adjudicação sob os conhecidos padrões clientelistas. Em terceiro lugar, a implementação do PANES encontrou obstáculos importantes nas contradições ideológicas do progressismo governante. Se para alguns era prioridade atender aos setores marginais, o resultado foi que a Frente Ampla encontrou enormes dificuldades para superar os conflitos internos, comprometendo suas possibilidades de contar com uma política social eficiente. Em síntese, a criação do MIDES em um contexto de escassez de recursos, provocou que o PANES fosse implementado em precárias condições da administração pública, “o que explica a (evidente) desconexão de seus subprogramas e a impossibilidade de alcançar resultados avaliáveis em termos positivos das políticas de redução da pobreza” (MOREIRA, 2010, p. 77).

No Informe de Conjuntura Número 6, do Instituto de Ciência Política Uruguaio (ICP), publicado anualmente, a avaliação realizada para o ano de 2006, sobre a implementação do PANES, nos leva à análise dos dados organizados: a meta de inclusão estabelecida no plano girava em torno de 45.000 famílias desabrigadas, o que supunha uma cobertura de 190.00 cidadãos. O programa até o ano analisado teria beneficiado 76.991 famílias, o que se estima em 337.240 pessoas beneficiadas com a nova política e a criação do Mides. O documento também nos informa que 56,7% dos beneficiários são menores de 18 anos, e que 27,7% desses jovens não teriam terminado o ciclo primário de formação escolar.

O que significa o PANES na visão do ICP? Como avalia esse plano de governo? Responde que significa uma nova era nas políticas sociais do país:

[...] não somente pela natureza focalizada e relativamente integral de suas prestações, mas também porque tenta erradicar as clássicas práticas partidárias, aquelas qualificadas de clientelistas, que caracterizaram a dinâmica da política uruguaia – e em parte a latino-americana – com relação à distribuição de bens públicos. A comprovação de necessidades sociais não parece se propor, dada a magnitude que tem adquirido através deste Plano, como uma simples tarefa técnico-administrativa mas como uma decisão política, que si se mantém no tempo, pode chegar a modificar certas tradições uruguaias [...] (INFORME DE CONJUNTURA, 2006, p. 131).

Portanto, nas conclusões expostas no documento, o PANES aparece como uma política social de conjuntura, avalia-se que ela é insuficiente para reverter os graves problemas sociais e, menos ainda, para contornar o conflito distributivo da sociedade uruguaia e os altos níveis de desigualdade social instalados. No entanto, adverte-nos para a importância desse Plano, na medida em que propôs medidas concretas e imediatas para combater a miséria e o trabalho precário, e “redirecionou a problemática da pobreza como um tema de responsabilidade estatal em lugar de uma ‘simples consequência da dinâmica de mercado’, corrigível através de uma ‘da vontade e o esforço individual’” (INFORME DE CONJUNTURA, 2006, p. 132).

Contudo, na avaliação referente aos anos seguintes, no documento elaborado pelos intelectuais do ICP, por meio de seu Informe de Conjuntura, encontramos uma avaliação do governo e das políticas sociais dos anos de 2007 e 2008. Nela, consta a informação de que a proposta colocada pelo governo de esquerda era a promoção de uma Reforma do Estado, que consistiria em um projeto de descentralização política e participação cidadã. O documento aponta

que essa proposta de transformação estatal está circunscrita dentro de um espectro mais amplo de reformas estruturais como o Plano de Emergência e o Plano de Equidade, o novo sistema tributário, o sistema integrado de saúde, as políticas para emprego, a negociação coletiva e a criação dos novos ministérios.

Estas mudanças institucionais teriam por objetivo, “a transformação dos organismos locais de representação política, fortalecendo desta forma a descentralização territorial e política na tomada de decisões, com maior envolvimento cidadão” (MILANESI; ZURBRIGGEN, 2009, p. 255). Assim, nos mostra que a proposta era a criação de um terceiro tipo de governo no Uruguai, com a representatividade dos municípios. Nos explica, que esses municípios seriam considerados a partir das regiões com menos de dois mil habitantes e passaria a contar com a figura do Alcade, que teria como função a representação e a administração do município e figuraria como uma das autoridades do país. Os princípios do projeto de descentralização aparecem por meio da participação cidadã na administração; da prestação eficiente dos serviços estatais que aproximam o Estado aos cidadãos; e da cooperação entre os municípios para a exploração de determinados serviços públicos.

Sabemos que o projeto de Descentralização Política e Participação Cidadã foi aprovado pelo Parlamento uruguaio em 2009, após ser proposto no ano de 2007. Esse projeto se apoiava na justificativa de que os governos locais estavam mais próximos dos problemas e das preferências dos cidadãos, possuindo, assim, melhores condições de processar soluções rápidas e práticas. O documento assinala, igualmente, que este representaria uma maneira de promover a transparência e a participação democrática dos cidadãos nos assuntos públicos e governamentais.

A reflexão proposta por nós, caminha no sentido de discutir o papel redistributivo das políticas sociais para o trabalho da Frente Ampla em seu primeiro governo nacional, tentando compreender se essas políticas estiveram voltadas para superar o subdesenvolvimento do país e sua dependência externa, apresentada por meio da submissão da economia nacional aos interesses capitalistas internacionais. A crise de 2002, que ocasionaria a desvalorização do peso uruguaio, permitiu ao país a retomar a competitividade e apresentar um crescimento nos anos de 2003 e 2004. Para Traversa (2009), a fórmula aplicada pelo governo consistiu em políticas de redistribuição de renda sem arriscar as condições de estabilidade econômica. Afirma que a FA teve que enfrentar os desafios provenientes de práticas socialdemocratas, com uma economia pequena e com baixos índices de desenvolvimento.

As formas da estratégia econômica nacional identificadas foram impulsionadas pelas reformas do Estado e a aplicação de políticas sociais. Os Conselhos de Salários, que serão objeto de análise do próximo capítulo, somados a Reforma Tributária, o Sistema Nacional de Saúde, o Plano de Emergência e o Plano de Equidade, com as leis de segurança trabalhistas, representariam as novas formas de dominação e consenso nacional. As políticas sociais têm um peso fundamental na melhoria da vida das classes trabalhadoras e a reintrodução do diálogo social, com a negociação coletiva e a prática dos Conselhos de Salários, permitiram o crescimento do PIT-CNT e o aumento do número de filiações. O crescimento da economia medido por meio da evolução do PIB e o aumento dos salários estão relacionados diretamente com as fontes de arrecadação internas, promovidas pelo *Banco de Previsión Social* (BPS), que cuidaria das aposentadorias, caixas populares, e outros benefícios; e a *Dirección General Impositiva* (DGI), responsável pelos impostos, somados aos investimentos do setor privado nacional e estrangeiro – seriam estes os sustentáculos da boa fase da economia nacional e da criação de mais de 200.000 postos de trabalho.

Os dados apresentados no trabalho de Traversa (2009, p. 274) nos mostram que a pobreza e a indigência não se reduziram ao ritmo esperado, e isso estaria ligado com o aumento dos preços dos alimentos – aumento associado ao dos preços nos mercados internacionais. Indica que o IPC que aumentou em 8,5% o índice de preços de alimentos e bebidas, o fez a 18%, e nos mercados internacionais teria sucedido algo similar com os preços agrícolas. Ao analisar o panorama em seu conjunto, como propõe o autor em destaque, o aumento da desigualdade e dos preços dos alimentos poderiam ser sintomas de um mesmo processo.

As mudanças ocorridas na política macroeconômica estão comprovadas por meio da política social, que instrumentaliza uma bateria de medidas e programas, com o objetivo de reduzir a enorme dívida social com os mais pobres, em resposta aos anos de repressão e retiradas de direitos. Com essa finalidade cria-se o MIDES, que em uma primeira instância esteve à frente do PANES, e mais tarde passou a ser o encarregado de coordenar o desenho, além da instrumentalização e avaliação de um conjunto de políticas públicas destinadas à proteção e superação de condições de vulnerabilidade socioeconômica. O governo instrumentalizaria distintos mecanismos e incentivos de modo a promover o investimento, tanto nacional como estrangeiro. Dentro dessas políticas de estímulo de investimento, se destacam um conjunto de medidas de corte transversal, que em boa medida descansam em renúncias fiscais: redução da taxa de imposto de

renda, exonerações temporais, devoluções de impostos indiretos, redução de taxas de contribuições patronais à segurança social, entre outras.

No entanto, com o objetivo de responder nossa hipótese inicial, do questionamento se essas políticas foram capazes de cumprir com os objetivos estratégicos da OIT (1998), ou seja, se, de fato, houve a superação da injustiça social, da desigualdade e a implementação do chamado trabalho decente, observamos que as transformações capitalistas promovidas pelo governo de esquerda no Uruguai, visaram reverter o papel do Estado e convertê-lo em uma espécie de árbitro dos conflitos sociais, com a reintrodução da negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários, mudando a política macroeconômica à moda da tradição batllista da primeira época. Os salários sofreriam um aumento significativo com a política de Salário Mínimo Nacional (SMN) e com a redistribuição de renda promovidas pelas políticas sociais.

A disputa interimperialista entre as potências hegemônicas do capital, bem como o fluxo de capital que daí se deslocaria, seriam fundamentais para o aumento da procura por matérias-primas e produtos primários e o impulso das economias dos países subdesenvolvidos como o Uruguai. Contudo, não somente a conjuntura internacional favoreceu a ascensão da economia uruguaia por mais de dez anos consecutivos. Como já assinalamos anteriormente, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social I, imposto pela ditadura civil-militar, em 1974, trazia consigo a Lei 14.178 de Promoção Industrial, com a finalidade de desenvolver atividades industriais. Tal lei, previa a outorga de amplas isenções creditícias e tributárias ao capital internacional, na medida em que ele fosse declarado de interesse nacional.

A partir de 1987, sob o primeiro civil após a ditadura, o regime de exoneração por investimentos seria implementado no âmbito do IRIC⁸⁴, regime por meio do qual os contribuintes do imposto poderiam deduzir até 40% da renda fiscal do exercício à compra de bens de capital, tais como: maquinaria, instalações industriais e agropecuárias e equipes para o processamento de dados. Segundo os dados do Instituto de Economia da Udelar (IECON), a exoneração se estenderia à atividades específicas, incluindo o benefício a outros investimentos realizados no setor hoteleiro e de entretenimento. A dedução chegaria a 20% da renda fiscal quando fossem realizadas construções ou ampliações de edifícios.

⁸⁴ IRIC é a sigla usada para designar: Imposto sobre as Rendas da Indústria e Comércio.

Em 2007, o governo da FA regulamentaria a Lei de Investimentos de 1988 por meio do decreto 455/007⁸⁵. O decreto regulamentava os benefícios de metas específicas, como as reduções no Imposto de Renda das Atividades Econômicas (IRAE) e a exoneração dos tributos sobre bens de capital, inclusive o imposto ao patrimônio. Segundo o IECON (2014, p. 12)⁸⁶, dentro do conceito de investimento, a norma identificava os bens corporais destinados diretamente à atividade da empresa – exceto veículos não utilitários –, às melhoras físicas, assim como a certos bens incorporáveis determinados pelo poder executivo. Em 2010, o conceito de investimento ampliaria, incluindo as mudas e os custos de plantação de árvores e arbustos. O documento segue revelando a intenção do governo de incidir no perfil dos investimentos, isto é, o decreto estabelecia que a quantia das exonerações estivesse determinada por pontos computáveis para cada projeto de investimento, derivados de uma matriz de critérios e alcances de desempenho antecipado. A norma determinava que fossem segmentados os projetos de acordo a sua magnitude e fosse estabelecido um regime simplificado para os projetos pequenos, favorecendo o benefício às pequenas e médias empresas.

Em relação à política cambial, no que se refere ao regime de flutuação imposto pelo FMI, o Banco Central Uruguaio (BCU) realizaria intervenções diretas para minimizar a fuga de capitais do país. Assim, em 2006 a economia apresentaria certa estabilidade motivada pela conjuntura internacional, seguindo dessa forma até o ano de 2008. Com a depreciação no valor do dólar, o peso uruguaio ganharia em competitividade internacional devido ao barateamento do custo dos produtos industrializados e da dívida pública – o que resultaria em uma política de câmbio de controle inflacionário. As medidas de controle fiscal, inflacionárias e câmbio flutuante estariam na ordem do dia desse governo de esquerda, respeitando ditames internacionais impostos pelo FMI e agravando ainda mais o caráter de subdesenvolvimento e dependência do Uruguai.

A política comercial implementada seria plasmada na assinatura de vários acordos segundo o levantamento realizado por Durán (2011, p. 29): em 2003 seria assinado o Acordo Bilateral de Proteção de Investimentos com Estados Unidos e, em 2006, o Acordo Marco de Comércio de Investimentos EEUU (TIFA), além de subscrever o Protocolo de Adesão ao Mercosul. Em 2004

⁸⁵ Para maiores informações sobre a lei de investimentos, favor consultar: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/455-2007>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

⁸⁶ CARBAJAL, Fedora. CARRASCO, Paula. CAZULO, Paola. LLAMBÍ, Cecilia. RIUS, Andrés. **Una evaluación económica de los incentivos fiscales a la inversión en Uruguay**. Uruguay: Universidad de la República. Instituto de Economía (IECON), Facultad de Ciencias Económicas y Administración. Serie Documentos de Trabajo, DT 20/2014.

entraria em vigor o Tratado de Livre Comércio Uruguai-México e, em 2006, o mercado mexicano passou a comprar carne uruguaia. A Rússia também passaria a comprar carne uruguaia e a China retiraria as barreiras sanitárias aos produtos agropecuários.

Assim, a agricultura conheceria mudanças significativas em sua dinâmica produtiva. Nos aspectos físicos produtivos, ressaltamos o aumento da superfície de cultivos, volumes de produção, produtividade da terra e do trabalho, trazendo aumentos significativos no PIB setorial e no volume de exportações. Este período seria diferenciado por envolver vários setores ou cadeias produtivas, diferentemente dos anos 1990, no qual predominou a pecuária, acompanhada de seus subprodutos. Outra mudança substancial está circunscrita nas modificações na forma social de organizar a produção, na quantidade e tipos de agentes que participam, na tecnologia de produção agrária e na inserção internacional. Logo, diante dessas transformações na economia uruguaia e, mais precisamente, no setor agroexportador, perguntamos: quais foram os fatores e como se explicam as mudanças na economia agrária do Uruguai?

Iniciamos nossa resposta apontando para a depreciação do preço do dólar que, por sua vez, geraria uma profusão de capitais financeiros especulativos. A demanda do mercado internacional e os altos preços das *commodities* tiveram um protagonismo na dinâmica do setor. Além disso, o aumento do preço do petróleo, que ocorreria entre 2006 e 2008, também constituiria uma dupla pressão para os preços sobre as matérias-primas. Por um lado, o petróleo é a base imprescindível para a produção de insumos, portanto, o preço internacional do petróleo incide diretamente nos custos de produção e, conseqüentemente, nos preços das *commodities*. Vasallo (2011), aponta para o fato de que o mercado da agricultura de sequeiro, isto é, uma plantação em solo firme, se constituiu em um fator explosivo no agronegócio uruguaio, tanto em expansão como em valoração. O autor indica que o preço do trigo recebido pelos produtores nacionais foi o mais incrementado, a uma taxa média de 14,6% a.a. ao longo da primeira década do século XXI, seguido pelo girassol que cresceu 13% a.a. O preço da soja seria incrementado a uma taxa de 11,5% a.a. Os preços que cresceram relativamente menos foram os de milho e sorgo, a taxas médias próximas aos 9% a.a. (VASALLO, 2011, p. 148).

Em sua análise setorial das cadeias produtivas do setor agroexportador do Uruguai, os dados nos têm demonstrado uma grande acumulação de capitais provenientes do setor especulativo. Outras áreas foram destacadas por Vasallo (2011, p. 149) e os pesquisadores da *Facultad de Agronomía da Udelar*, por exemplo, eles constatarem que, entre 2002-2006, os preços internacionais

para o setor lácteo apresentariam importantes melhoras. Ademais, o complexo agroindustrial da cadeia produtiva do leite, como consequência da abertura econômica internacional do país e sua incapacidade de concorrer com o capital imperialista, apresentou uma estratégia voltada ao mercado externo. Nos informa que, no setor produtivo ligado à carne, os preços obtidos pelo Uruguai passaram de US\$ 1.530,00 por tonelada peso carcaça em 2000 a US\$ 3.300,00 em 2008, o que refletiria em importantes mudanças no mercado internacional de carne bovina. No período analisado, 68% da produção nacional de carne obteve como destino as exportações. Nos revela que, em 2009, o país contaria com mais de 120 mercados para as exportações da cadeia produtiva da carne.

Portanto, esses elementos foram os responsáveis pelas transformações ocorridas na economia agrária. Com a entrada de uma nova onda de capitais imperialistas, somados à incapacidade da incipiente indústria nacional em concorrer com o setor internacional, além da inserção de novas tecnologias e técnicas produtivas, com produtos mais baratos e de melhor qualidade, a solução para a sobrevivência foi o acatamento das imposições externas à economia nacional: a desregulamentação e a flexibilização. O pacote tecnológico, como observamos nas análises de Vasallo (2011), na questão do plantio e manejo do cultivo, estiveram presentes desde a década de 1990. A este respeito, o autor ressalta que as grandes modificações foram:

i) uso cada vez maior da plantação direta, encurtando os tempos de preparação do solo e permite realizar mais de um cultivo ao ano; ii) aumento do uso de cultivos transgênicos, que aumentaram sua incidência logo da queda do herbicida glifosato, que produzira uma baixa nos custos; iii) junto à incorporação do plantio direto, se produz uma ‘veranização’ da agricultura, pelo predomínio da soja (VASALLO, 2011, p. 152).

Essas mudanças tecnológicas constituíram modificações relevantes na produção agroexportadora. Elas transformariam os sistemas de produção, a intensidade de capital aplicado, a organização da produção e a especialização para a utilização das novas tecnologias, da produção e da gestão.

4.4. Pós-neoliberalismo no Uruguai? As novas diretrizes internacionais para políticas sociais e a flexibilização do trabalho

O conceito de pós-neoliberalismo foi captado por nós a partir da discussão realizada pela CEPAL⁸⁷, dos resultados das políticas neoliberais e da crítica construída por representantes dos organismos internacionais, em relação à sua preferência institucional, aos eixos de política cambial e especulativa que, por sua vez, obtiveram relevo superior em comparação às questões sociais – o que apareceria como fonte das causas do insucesso do processo de implementação do chamado neoliberalismo. Esse reconhecimento, por outro lado, não acompanhou a crítica de que as reformas do Estado produziram os problemas surgidos. O documento sustenta que os problemas fundamentais do Consenso de Washington radicariam em quatro áreas: a) conceito de estabilidade econômica; b) papel que podem cumprir as intervenções de política no setor produtivo para induzir o investimento e acelerar o crescimento; c) inclinação a sustentar uma visão hierárquica entre as políticas econômicas e sociais; d) tendência em esquecer que são os cidadãos quem devem escolher as instituições econômicas e sociais que preferem.

A integração à economia mundial da América Latina, conforme Ocampo (2005, p. 10), seria acompanhada por três padrões básicos: 1) o caso do México e nações da América Central e Caribe, os países se integraram aos fluxos verticais de comércio de manufaturas característicos dos sistemas internacionais de produção integrada, concentrando suas exportações para os Estados Unidos; 2) América do Sul, as economias se integrariam por meio de redes horizontais de produção e comercialização, principalmente de matérias-primas e manufaturas baseadas em recursos naturais; 3) estaria baseado na exportação de serviços, sobretudo de turismo, mas também financeiros, de transporte e energia, predominante em alguns países do Caribe, Panamá e Paraguai.

A crise sofrida pela América Latina, conforme à apreciação realizada pelo autor em destaque, estaria fundamentada primeiramente pelo declínio das atividades de substituição por exportações; pela elevada demanda nos setores dinâmicos de bens intermediários e de capital, que somada ao elemento anterior, debilitariam os encadeamentos produtivos; e, por fim, o enfraquecimento dos sistemas nacionais de inovação herdados da fase de desenvolvimento precedente, uma vez que as funções técnicas, de pesquisa e desenvolvimento, que ficavam em posse de empresas locais, foram transferidas, em grande medida, para fora da região.

Assim, com os péssimos resultados apresentados, a mudança proposta consistiria em políticas pró-cíclicas, que foram marcadas singularmente pelo mundo em desenvolvimento. Em

⁸⁷ OCAMPO, José Antonio. **Más allá del Consenso de Washington: una agenda de desarrollo para América Latina**. México: CEPAL. Serie Estudios y perspectivas – Sede Subregional de la CEPAL, n. 26, janeiro de 2005.

particular, o mercado internacional de capitais e a liberalização financeira interna expuseram os países em desenvolvimento às bruscas flutuações financeiras, de caráter pró-cíclico, daqueles ativos que o mercado percebe como arriscados. Ao mesmo tempo, adverte-nos Ocampo (2005, p. 16), a administração das políticas monetária e fiscal se tornou cada vez mais pró-cíclica. Isso se daria durante as fases descendentes do ciclo econômico, quando os mercados esperavam e o FMI exigia que as autoridades empreendessem políticas monetárias e fiscais de austeridade; já durante as fases ascendentes, os mercados financeiros deveriam realizar políticas expansionistas. Conclui que, dessa maneira, o tipo de câmbio ficaria como instrumento principal para manejar o balanço de pagamentos. Contudo, embora as variações do tipo de câmbio tenham um efeito anticíclico na balança comercial, a instabilidade do tipo cambial gera incentivos pouco sustentáveis para a especialização internacional.

Em continuidade à análise do documento e da compreensão do significado da proposta da existência de um pós-neoliberalismo – considerando a falência do projeto neoliberal e sua incapacidade estrutural para garantir as condições macroeconômicas adequadas –, encontramos, em sua análise, duas interpretações das razões do porquê as reformas de mercado não tinham conseguido alcançar um crescimento rápido, colocando em ênfase as deficiências institucionais e o caráter incompleto do processo de liberalização.

A primeira resposta, sublinharia o fato de que os mercados livres requerem esquemas regulatórios que garantam seu funcionamento eficiente, com políticas de concorrência, regulação de mercados não competitivos e a correção de falhas de mercado, sobretudo, nos mercados de capitais de longo prazo, tecnologia, capacitação de mão-de-obra e terra. A segunda interpretação, conforme a apresentação do autor, faz tripé nos laços entre a dinâmica estrutural, o investimento, a mudança técnica e o crescimento econômico. Classifica esta visão como estruturalista, uma vez que, o crescimento econômico é um processo persistente de transformação estrutural, no qual alguns setores crescem e outros contraem. Afirma, que uma dinâmica estrutural exitosa pode ser descrita em três processos básicos: 1) o desenvolvimento de novas atividades; 2) a capacidade que possuem as inovações de transformar a estrutura econômica, os processos de aprendizagem e; 3) a redução da heterogeneidade estrutural que caracteriza os países em desenvolvimento. Estas características, conforme expõe o autor, determinariam a eficiência dinâmica de um sistema econômico. Por fim, aborda que o subemprego e a heterogeneidade estrutural dos países em desenvolvimento, garantiriam uma oferta elástica de mão-de-obra facilitando o crescimento. O êxito de uma inovação em termos de sua capacidade para transformar uma estrutura determina se refletirá em sua aptidão para reduzir dita heterogeneidade, pelo contrário, seu fracasso se faria evidente na expansão da heterogeneidade estrutural (OCAMPO, 2005, p. 20).

Diante das constatações realizadas ao longo do documento da CEPAL, Ocampo (2005) sugere que a formulação inicial, proposta pelo Consenso de Washington, incluía somente uma ênfase limitada na política social e direcionava suas políticas para a distribuição de renda e da riqueza produzida. Contudo, assinala que o gasto social crescente foi um dos principais fatores de endividamento dos países latino-americanos. Na visão estabelecida neste momento histórico, a preocupação institucional seria inclinada para a distribuição de renda e riqueza, formulação de políticas de proteção social e atenção aos setores mais pobres da população. Aponta para o fato de que a CEPAL guia seus princípios sobre as bases de universalidade, solidariedade, eficiência e integridade; enquanto a ênfase dos programas foram focalização, estabelecimento de critérios de equivalência entre contribuições e benefícios e descentralização do setor privado. Por fim, ressalta que isso se tornaria problemático quando, por exemplo, a participação privada nos sistemas de proteção social não incluísse em suas políticas empresariais princípios de solidariedade, sobretudo, quando o foco fosse a redução dos gastos públicos.

Além disso, existem mais dois problemas na formulação de políticas sociais, conforme exposto no documento:

a) o reconhecimento inadequado da necessidade de incluir os objetivos sociais no desenho da política econômica e; b) no feito de que as instituições econômicas e sociais obedecem muito mais que a pura racionalidade econômica e que, portanto, sua eleição deve ser uma decisão explícita dos cidadãos através de instituições democráticas (OCAMPO, 2005, p. 24).

Por fim, nessas considerações extraídas do documento da CEPAL, o “novo” desenho estabelecido para a formulação de políticas sociais e trabalhistas nos traz à tona seus múltiplos objetivos, incluindo os que vão além de seu papel econômico. A preocupação com a qualidade do emprego, da criação do emprego formal e da cooperação entre os trabalhadores e as empresas são os objetivos principais. Encontramos a afirmação de que a liberalização do mercado de trabalho foi uma das principais forças por detrás do deterioramento dos níveis de distribuição de renda, dessa forma, a negociação coletiva, estabelecida entre patrões e sindicatos, surge como uma reação contra essa tendência, constituindo-se como a principal fonte de participação social.

Assim, encontramos a formulação de que o direcionamento institucional das diretrizes internacionais para o trabalho assumiram a necessidade de incluir a expressão “solidariedade” em seu receituário. As políticas sociais e o combate à extrema pobreza seriam os objetivos máximos

dessas novas políticas de flexibilização do trabalho. A essa “nova” etapa do processo de reestruturação produtiva, encontramos o termo pós-neoliberalismo. Como apresentamos acima, a CEPAL (2005) traria essa formulação à tona e, esses novos direcionamentos tornar-se-iam expressões das políticas de esquerda no Uruguai. A Frente Ampla, na aplicação de políticas sociais assumiriam essas teses, aprofundando a intervenção imperialista no país.

O novo é que, também onde governa a esquerda ou a centro-esquerda, o capital transnacional encontrou condições perfeitas de estabilização na crise capitalista, pois teria alcançado ela com legitimação política.

[...] é novo, ademais, que em vários desses países este padrão de acumulação, com as mudanças institucionais, políticas e sociais, seja promovido a nome de um ‘novo desenvolvimento’, com uma retórica ‘neodesenvolvimentista’ que explora as reminiscências simbólicas do velho desenvolvimentismo redistribuidor latino-americano, que em nada é similar. Diz, que onde governa a direita se executam essas mesmas linhas estratégicas e suas políticas embora não se destine a eles o rótulo de ‘neodesenvolvimentista’. O novo, contudo, não surgiu por geração espontânea. Pelo contrário, sustento a tese de que estamos assistindo a um ponto de chegada de realização exitosa da estratégia dominante executada desde a 20 anos para estabilizar e legitimar a reestruturação do capitalismo na América Latina, proposta pelos seus impulsores como ‘pós-neoliberalismo’ (STOLOWICZ: 2014, p. 7-8).

Em consonância à nossa visão, a autora também verifica que as políticas sociais das esquerdas latino-americanas, em realidade, seriam formulações propostas pelos organismos internacionais, por exemplo, a OIT, BID, FMI, como maneira de garantir consensos sociais e maior lucratividade possível, com a ideia de uma participação cidadã. Certamente, cada país tem suas especificidades históricas, jurídicas, sociais e culturais, com realidades próprias. Portanto, a aplicação dessas políticas internacionais foi feita de maneira diferente em cada país sul-americano. O Uruguai, inicialmente, criaria o PANES como a primeira medida de implementação desse modelo de acumulação, seguido por uma série de planos e programas.

Para compreendermos melhor o significado dessas políticas chamadas de pós-neoliberais, também conhecidas como políticas neodesenvolvimentistas, de caráter progressista e de “esquerda”, Stollowicz (2014) trabalha com a tese de que, desde o início da década de 1990, a estratégia para estabilizar a reestruturação capitalista neoliberal na América Latina foi proposta oficialmente em três etapas sucessivas: 1) ajuste, estabilização e início; 2) aprofundamento das reformas estruturais; 3) consolidação das reformas e restauração dos níveis de investimento.

De acordo com nossas apreciações, a autora em relevo afirma que essa estratégia multidimensional foi impulsionada desde 1990 pela “nova” CEPAL neoestruturalista, pelo BID presidido pelo ex-cepalino Enrique Iglesias e, na segunda metade dos anos 1990, também pelo Banco Mundial, com Joseph Stiglitz como Economista Chefe e com o colombiano Guillermo Perry como Economista Chefe para América Latina e o Caribe. Por encarar aquelas esferas de ação que o economicismo de mercado neoclássico não contemplava discursivamente, desde o começo se apresentou como “pós-neoliberal”, isto é, definiu a si mesmo como a “superação do neoliberalismo”, ao mesmo tempo em que contrariava a esquerda governante. Ressalta que seus intelectuais e ideólogos questionariam alguns postulados doutrinários do liberalismo econômico, que no parecer deles deviam ser corrigidos, porém nunca negados ou superados no que se refere aos postulados ultraliberais sobre o Estado e do ultra-individualismo sociopolítico.

Deve-se aclarar, mais uma vez, que o termo pós-neoliberal foi formulado a partir dos organismos institucionais e empresariais, ou seja, proposta pelo sistema, e que é utilizado neste trabalho conforme a sua origem. O interessante é que o termo pós-neoliberalismo foi “oficializado” como sendo atributo da esquerda governante. Stolowicz (2014, p. 10), indica-nos que o termo pós-neoliberal é uma concepção estratégica lúcida e complexa:

as democracias são vistas como uma oportunidade para construir consensos moderados a favor das chamadas reformas econômicas, para o qual a política e a democracia deviam ser instrumentos de governabilidade.

Em seu trabalho⁸⁸, a questão sobre a necessidade de apelação ao Estado e a dimensão social são os significados oferecidos ao termo pós-neoliberalismo, e o entendimento do porquê podemos pensá-lo como progressista e até de esquerda. Em sua visão, a estratégia proposta era de que fosse implementado, em curto prazo, o assistencialismo focalizado no sentido da extrema pobreza, com o intuito de absorver tensões sociais. Mas o pós-neoliberalismo, segundo sua hipótese, se propunha a alcançar uma reestruturação social profunda em longo prazo, que fosse o substrato para gerar consensos sociais em torno da reestruturação capitalista.

Ao debater a reestruturação social pós-neoliberal, Stolowicz (2014, p. 13) apresenta que esse processo se dá a partir do desmonte do padrão de acumulação anterior e de suas relações

⁸⁸ STOLOWICZ, Beatriz. El “posneoliberalismo” y la reconfiguración del capitalismo en América Latina (2011). In: **Revista Ensaíos**. ano 1, n. 2, maio/junho, Uruguai, 2014.

sociais e institucionais. O desemprego e o empobrecimento são concebidos como a “oportunidade” para empreender essa reestruturação e alcançar sua legitimação. Ela tem objetivo central dissolver os sujeitos coletivos da pugna distributiva, desde logo os populares. Mas diferentemente do discurso neoliberal ortodoxo sobre a liberdade individual, o pós-neoliberal aponta que a flexibilização e a precarização trabalhistas, a terceirização mediante pequenas e médias empresas (Pymes) e o autoemprego sejam aceitos como meios legítimos para aceder à equidade.

Logo, em sua concepção, o pós-neoliberalismo busca legitimar a “democracia de proprietários” neoliberal. Uma sociedade de indivíduos “proprietários” de algo que trocam no mercado “como se fossem livres e iguais”, isto é, sem impedimentos formais para aceder aos bens, serviços, atividades ou profissões exceto pelo que acreditem possuir – recursos monetários ou “capital humano”. O tema da supressão dos direitos jurídicos individuais e coletivos, bem como as regulações surge como elemento de conversão dos trabalhadores em “empresários que gerenciam individualmente sua reprodução”, indivíduos responsáveis pelo seu destino que investem em sua segurança, com recursos de seu fundo de consumo salarial o que está em mãos do Estado via impostos, e que vai parar ao capital privado que gerencia esses fundos de poupança e seguros (STOLOWICZ, 2014, p. 13-14).

Portanto, nas observações realizadas em seu trabalho, afirma-se que até aqui, o pós-neoliberalismo não se distancia em termos práticos da ortodoxia neoliberal, o que inclui expressamente políticas focalizadas de atenção à pobreza. Contudo, o discurso da equidade social se apresenta com o assistencialismo, as políticas redistributivas e o diálogo social, bem como com a prática de negociação coletiva para o trabalho, de caráter tripartite, como veículos para a afirmação da autonomia e a criatividade individuais intercambiáveis no mercado. Por fim, essa reestruturação da sociedade seria complementada e legitimada mediante a gestação de um microcorporativismo conservador de múltiplas funções, segundo as apreciações de Stolowicz (2014, p. 15): a) mantém dispersos os sujeitos populares da pugna distributiva, não questionando a distribuição da riqueza, mas permitindo administrar limitados recursos para a sobrevivência ou para a conveniência; b) obscureceria a desigualdade sob a imagem da diversidade pluralista, disfarçada pelo multiculturalismo; c) não incidiria nas decisões do sistema político nem do Estado mas é percebido como “participação” e “empoderamento”. Assim, é possível concluir que o pós-neoliberalismo tornar-se-ia instrumento para uma coesão social.

A flexibilização e precarização do trabalho, por fim, adotariam novas formas comunitárias que as encobririam e as legitimariam, por exemplo, com a constituição de cooperativas que, na realidade, descentralizariam a produção da empresa-mãe, fazendo com que a relação trabalhista e de exploração fique encoberta pela ilusão da propriedade comum, facilitando a exploração dos trabalhadores e a economia de gastos sociais ou extensões fiscais ao capital⁸⁹. Empresas capitalistas registradas como cooperativas que na realidade terceirizam a produção de outras, ou como nos sugere Stolowicz (2014), cooperativas que são empresas capitalistas para a contratação precária de trabalho.

O Programa de Competitividade de Conglomerados e Cadeias Produtivas (PACC), foi oficializado por meio da *Oficina de Planeamiento y Presupuestos* (OPP), órgão ligado à presidência da república e responsável pelo planejamento e orçamento da receita nacional, em conjunto com o BID que disponibilizaria um empréstimo de nove milhões de dólares. A tarefa desse programa era criar redes do setor privado em parceria com o público, para impulsionar setores produtivos no Uruguai. O documento nos traz informações sobre a criação de conglomerados, com a concentração de empresas e instituições de um setor ou cadeia de valor.

Portanto, as cadeias produtivas escolhidas para este programa foram: apicultura, na região do litoral, centro e sul do país; mirtilos, norte e sul; vitivinicultura, sul do país; pedras preciosas, Artigas – departamento na região norte do país; calçado e artigos de couro, região metropolitana de Montevidéu; vestimenta e indústria têxtil, região metropolitana de Montevidéu; turismo, cidade de Colônia do Sacramento; *software*, Montevidéu e área metropolitana; e audiovisuais, área metropolitana e costa.

Esse financiamento internacional de setores estratégicos da economia uruguaia é possível a partir das reformas estruturais do Estado, com a abertura comercial e a liberalização da economia. Com esse processo, as empresas uruguaias não conseguiam concorrer com os produtos provenientes de outras nações, que chegavam ao país com preços menores e com qualidade superior a dos produtos nacionais – fato que provocou uma abrupta reestruturação da indústria local. Segundo dados levantados por Supervielle e Rojido (2009, p. 355), no estudo sobre a indústria têxtil sob o financiamento do PACC, o processo de desmantelamento do Estado gerou a

⁸⁹ Aqui, gostaríamos de citar o Programa de Competitividade de Conglomerados e Cadeias Produtivas (PACC), implementado com o financiamento do BID. Para maiores informações, consultar em: http://www.sela.org/media/1876580/articulo_uruguay_y_el_programa_de_competitividad_de_conglomerados_-_alejandro_ferrari.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

“desintegração vertical das cadeias produtivas têxtil-vestimenta, que implicou que uma maior parte das matérias-primas, insumos e produtos finais fossem fornecidos por outros países”.

Com esse quadro desfavorável à indústria nacional uruguaia, a pergunta que fazemos é: qual foi a reação e as estratégias da indústria nacional uruguaia para sobreviver a esse novo panorama? Até o momento, estamos constatando que a Frente Ampla, no conjunto das políticas econômicas neoliberais, têm favorecido as práticas de flexibilização laboral e a aplicação de normas internacionais, como garantia da continuidade do processo de reprodução do capital imperialista. Na apreciação feita por Supervielle e Rojido (2009), uma das estratégias utilizadas pelos empresários é a que eles intitulam “mediações mercantis”, ou seja, a criação de vínculos particularistas, como relações de família, de amizade, etc., com os compradores internacionais que, segundo os autores, radicaria como elemento chave à estratégia utilizada para a conformação de transações econômicas.

A indústria têxtil uruguaia é o objeto de estudo de Supervielle e Rojido (2009), e para nós, representa um caso empírico das novas políticas neoliberais e o PACC, da maneira pela qual o capital imperialista encontrou para continuar seu processo de expansão e apropriação da riqueza nacional. Como vimos, esses novos direcionamentos internacionais implicam, necessariamente, na flexibilização do trabalho e terceirizações. Assim, os autores em destaque indicam que o êxito relativo à adaptação das empresas artesanais à forte concorrência comercial deste início de século XXI, está associado a um significativo processo de ajuste nas atividades de organização, realização, mediações mercantis e relações políticas. O perfil do trabalhador da indústria têxtil é composto marcadamente por mulheres adultas, em geral moradoras de cidades do interior do Uruguai. No estudo dos autores, entendemos que se trata da exploração do trabalho feminino oriundo do meio rural, tendo em vista que a atividade de manejo com tecidos pode funcionar nas residências das famílias e descentralizar as oficinas, caracterizando, assim, uma forma de terceirização e informalização do trabalho. Vejamos, como Supervielle e Rojido (2009) desenvolvem as questões ao longo de sua pesquisa.

A reestruturação do setor artesanal se deu a partir de sua orientação ao mercado externo, com o qual, segundo os autores, rearticularam sua cadeia de valor e integraram ligações produtivas em seu interior. Respondem que a reestruturação organizacional das empresas, marcada pelo seu caráter exportador, tem empreendido projetos de capacitação e regime de trabalho e implementação de sistemas de controle sobre os processos produtivos. Supervielle e Rojido (2009) nos revela que

as empresas, tomando em conta seu caráter exportador, do setor têxtil-vestimenta, realiza dois tipos de contratações trabalhistas: 1) um conjunto de trabalhadoras sempre prontas para produzir; 2) conjunto de trabalhadoras contratadas de modo flexível para acompanhar as flutuações da demanda estrangeira.

Logo, percebemos que no Uruguai as contratações trabalhistas acompanham as orientações internacionais, fato constatado pela introdução de padrões internacionais de produção e também evidenciado com as formas de trabalho precárias, como é o caso relatado no setor têxtil do país. Como vimos na discussão sobre o pós-neoliberalismo, o que há de novo além do fato de a esquerda governante aplicar o receituário imperialista, a superexploração do trabalho feminino, a contratação por meio de cooperativas, as terceirizações, a flexibilização laboral são marcas neste novo cenário pós-neoliberal desse país. Como evidência histórica de que as formas de organização para o trabalho do início do século XXI são direcionadas pelo que identificamos por meio dos documentos da CEPAL e FMI, e da discussão teórica a respeito dos pós-neoliberais, existe uma entrevista, realizada por Supervielle e Rojido (2009), sobre as formas de organização e contratação:

[a empresa] tem 17 cooperativas de produção repartidas no interior; que nucleiam a umas 350 artesãs sócias. Mais ou menos anda aí. Essa cifra se triplica em momentos de safra de exportações, como agora, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, sobretudo desde maio há 1000 pessoas trabalhando bem, para as exportações. Ou seja, grupos que as próprias cooperativas conseguem afora que as ajudem, que se incorporem as cooperativas. [...] Então a esta altura, há grupos que, sabendo como vai pintando o ano produtivo, porque nós já manejamos tudo o que é essa informação, já vamos dizendo ‘vão se preparando, vão juntando gente, este vem com muito trabalho a mão’. A mão que dizemos ao trabalho de mão, ao de agulhas, ao tecido. Se não vem muito forte a máquina, e vai para o lado fino ou vai para o lado grosso, então as pessoas vai como se mentalizando que tem que conseguir recursos humanos na zona como para ir no possível rearmando sua planta produtiva, e selecionando as pessoas (Entrevistado *apud* SUPERVIELLE; ROJIDO, 2009, p. 367).

Assim, na conclusão dos autores em destaque, a departamentalização funcional dos processos e a flexibilização das relações trabalhistas por meio de contratações esporádicas, possuem como contrapartida altos custos em controle de qualidade. Destacam, ainda, que a reestruturação organizacional do setor têxtil e o progressivo deslocamento em direção à produtos de primeira linha tem situado algumas empresas artesanais como provedoras de firmas internacionais.

Dessa forma, podemos perceber que o PACC é uma política de governo em parceria com o BID, que está situada dentro de um universo neoliberal, no qual as políticas de proteção e segurança no trabalho dão o tom de governo de esquerda. No entanto, esse mesmo receituário, cria, concomitantemente, formas de contratação precárias, terceirizadas e de maneira flexibilizada, de modo que a lucratividade do capital imperialista esteja garantida. Como evidenciamos na entrevista, uma rede de trabalhadoras é contratada de forma sazonal e com custos baixos para a demanda internacional, constando nossas hipóteses da incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação e, também, do caráter de expansão de formas de flexibilização do trabalho. Logo, entendemos que o subdesenvolvimento, a dependência internacional e a superexploração do trabalho continuam sendo expressão do caráter do capitalismo uruguaio. A abertura comercial e a liberalização econômica impuseram uma nova dinâmica às formas de organização e contratação, como maneira de adequar-se às novas exigências internacionais e poder sobreviver no mercado. Para tentarmos entender melhor o novo contexto histórico deste início de século XXI, a pergunta é: o que há de novo?

Entendemos que essas novas políticas inseridas no Uruguai pela FA correspondem ao que vem sendo chamado de pós-neoliberalismo, como decorrentes do processo de disputa entre as nações imperialistas pela partilha do mundo e o processo de autorreprodução do capital. As políticas sociais de combate à extrema pobreza e à indigência, de negociação coletiva e flexibilização do trabalho, com as reformas do Estado configuram o receituário do FMI, BID, OIT, ou seja, dos interesses internacionais e setores exportadores. Para nós, o pós-neoliberalismo se apresenta como um processo de reestruturação produtivo, uma resposta do capital à crise estrutural vivenciada nesse início de século XXI. Particularmente, após a falência da política de substituição de importações, se intensificaram os processos de transformações no processo produtivo, evidenciados pelo progresso tecnológico, das formas de acumulação flexíveis e, como nos sugere, Antunes (2011, p. 195), a substituição dos modelos fordista e taylorista pelo toyotismo.

O autor em evidência nos exhibe que o modelo toyotista possui as seguintes características: a ideia de possuir uma produção muito vinculada à demanda, de ser variada e heterogênea e fundamentada no trabalho em equipe, com o trabalhador exercendo várias funções, ou seja, operário polivalente. Afirma também que esse modelo de organização fabril tem como princípio o “*just in time*”, que seria o melhor aproveitamento do tempo de produção. Outra característica é a transferência da produção para empresas terceirizadas. Assim, os impactos no mundo trabalho são

devastadores e tem consequências que levam a “criação de um novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado” (ANTUNES, 2011, p. 197).

Assim como constatamos ao longo deste capítulo, se por um lado os esforços pós-neoliberais caminham no sentido de combater a extrema pobreza e a indigência, com a implementação de planos e programas; por outro lado, as políticas sociais provocam a introdução de um trabalho precarizado no Uruguai, com a terceirização como norma de flexibilização e as subcontratações. Evidenciamos um aumento do trabalho feminino, sobretudo no setor de serviços. Portanto, desregulamentação, flexibilização, terceirizações representam o vocabulário nesse início de século XXI, período em que o capital imperialista está acima da força humana e, em concordância com Ricardo Antunes (2011, p. 199), essas mudanças criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e complexa, dividida entre trabalhadores formais e informais, qualificados e desqualificados, estáveis e precários, expressões que sintetizam o novo cenário do modo de produção capitalista em sua fase monopolista.

No entanto, ressaltamos que quando iniciamos esta pesquisa, nossa preocupação esteve voltada à compreensão do imperialismo e à questão nacional uruguaia. Vivían Trías ao longo de sua obra, tem sustentado que uma das características definidoras da história contemporânea é a desigualdade manifestada em seu desenvolvimento. O problema do desenvolvimento desigual e combinado é que ele se manifesta, em sua opinião, nas diferenças das sociedades desenvolvidas em comparação às asiáticas e africanas, por exemplo, ou até mesmo dentro da mesma sociedade, nas disparidades entre a indústria e a agricultura, entre ramos industriais, entre as seções que trabalham com as mais avançadas técnicas e as que não conhecem nenhum tipo de técnica. A propriedade privada e os meios de produção, e o caráter progressivamente social da produção assumiria a transcendência do desenvolvimento desigual do capitalismo. Portanto, em posse do método utilizado e concebido por meio do marxismo-leninismo, fundamentado ao longo dos livros de Trías, destacamos as principais características definidoras do problema da troca desigual, para compreendermos a atual fase do imperialismo e o papel do Uruguai no contexto de uma economia internacional.

O capitalismo monopolista tem como tendência, ao observarmos principalmente às obras de Lenin (1987) e Trías (1990), a trustificação realizada de um modo desigual e incompleto. Na economia uruguaia, encontramos setores nos quais a trustificação não produziu, ou que dentro da

mesma estrutura monopolistas lutam grupos por setores específicos. O mercado da carne, do leite e dos grãos nos parecem evidências históricas concretas, conforme descrevemos mais acima, de cadeias produtivas do país que encontrariam um maior grau de disputas por investimentos imperialistas. A conjuntura internacional e regional com o Mercosul, a disputa interimperialista, somadas à ascensão das economias da China e Índia, com a “nova” política cambial norte-americana, favoreceriam a demanda por produtos primários e cresceriam conforme à necessidade de crescimento das potências imperialistas em luta. Logo, o Uruguai, possuindo o latifúndio como organismo de representação da origem colonial e do atraso, que, por sua vez, tem o status de principal fonte de capitais para o desenvolvimento nacional, com seus produtos e subprodutos de exportação, pressionado pela abertura comercial e política e sua incapacidade de concorrer com as empresas estrangeiras, seus principais setores seriam dominados pelos interesses imperialistas, como Trías nos apontou ao longo de sua obra.

Dessa forma, e ainda de acordo com as ideias expostas por Lenin (1987, p. 61), temos presente que a necessidade da exportação de capital se encontra determinada pelo feito de que em alguns países o capitalismo “se tem madurado excessivamente e (em condições criadas pelo desenvolvimento insuficiente da agricultura e pela miséria das massas) não dispõe de um terreno para a colocação lucrativa do capital”. Portanto, encontramos em Marx, Engels e Lenin os germes do desenvolvimento da concepção de desenvolvimento desigual, que no Uruguai está presente, fundamentalmente, na obra de Vivían Trías. A exportação de capitais imperialistas e os impactos sobre as economias subdesenvolvidas uruguaias e o alto grau de concentração de renda provocados por esse processo de autoexpansão do capital, comprovados pelo ascenso nos números do PIB do país, são impulsionados exatamente por essa nova onda de ingresso de capitais forâneos.

Uma segunda apreciação decorrente do processo de desenvolvimento desigual, se manifesta por meio da compreensão de Trías (1989), de que o imperialismo organiza e promove a desigualdade entre as metrópoles e as colônias e semicolônias e vive dela.

Em efeito, as desigualdades entre as metrópoles e as colônias e semicolônias, não só derivam do maior desenvolvimento relativo do capitalismo nas primeiras, com respeito, às segundas: mas sim que o imperialismo requer `organizar` e manter o atraso – hoje chamado de subdesenvolvimento – das sociedades dependentes, lhes impondo uma ortopedia mutilante, para nutrir sua prosperidade. (TRÍAS, 1989, p. 144).

Assim, em nossa compreensão o desenvolvimento desigual é imposto pelo próprio processo de expansão capitalista, no qual o Uruguai aparece em uma situação de país atrasado, fornecedor de produtos de origem primários e seus derivados. Entre o desenvolvimento das nações imperialistas e opressoras, na concepção de Trías, e o subdesenvolvimento das nações oprimidas, existe uma vinculação íntima e dialética, que pode ser ilustrada pela afirmação de Marini (2004, p. 47), de que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial”. Portanto, compreendemos que o conceito de troca desigual representa a maneira pela qual as economias uruguiaia e latino-americanas estão submetidas ao imperialismo dos países desenvolvidos, e a maneira pela qual desenvolveram suas economias dependentes e atrasadas.

As evidências históricas dessas afirmações encontram na descrição realizada sobre o processo de entrada de capitais – constatados no dinamismo assumido pela economia no período analisado pelo crescimento do PIB –, o processo de flexibilização do trabalho com a introdução de novas técnicas e tecnologias. Essa expansão de capitais imperialistas se realizaria exatamente sobre os países subdesenvolvidos. As nações imperialistas penetram, subjagam e deformam suas estruturas de acordo às suas próprias conveniências e interesses. Consideramos que essa penetração injeta, nos países pobres, formas capitalistas modernas e facilitam o crescimento da economia de mercado, determinadas industrias, obras de infraestrutura, transportes, ou seja, contribuem para o alavancamento de setores estratégicos, porém, esse mesmo imperialismo congela o desenvolvimento desses países e revitalizam a existência do latifúndio, da sujeição dos trabalhadores rurais, como um tipo de manifestação da herança colonial.

Outra constatação a que chegamos em decorrência das ideias expostas por Trías (1989), sobre o desenvolvimento desigual e combinado, são as contradições entre as próprias potências capitalistas entre si. As guerras de expansão capitalistas, de redivisão do mundo, como exclamava Lenin (1987) ao expor as causas das guerras mundiais de 1914-1918 e a de 1939-1945. As guerras do Golfo Pérsico, Iraque, Afeganistão, aparecem no trabalho de Harvey (2004)⁹⁰ como fruto dessa necessidade de expansão e busca de novas fontes de energia, como é o caso do petróleo. Esses exemplos, e como verificamos em nossa pesquisa, essas guerras atuais foram responsáveis pelas

⁹⁰ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

disparadas nos preços internacionais de *commodities*, motivadas pelo aumento do preço do dólar e a mudança nas políticas de câmbio dos EUA.

Por fim, trazemos como resultados, específico e geral, esse conjunto de elementos que nos fazem pensar na esquerda uruguaia e no processo de reestruturação capitalista desta primeira década do século XXI. No entanto, no próximo capítulo, analisaremos as lutas sindicais ao longo deste primeiro governo da Frente Ampla, o trabalho decente e os Conselhos de Salários, para concluirmos as respostas às hipóteses elencadas no início desta pesquisa de doutoramento.

CAPÍTULO V – A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E OS CONSELHOS DE SALÁRIOS

5.1 A sociedade salarial e a superexploração do trabalho

No capítulo anterior, por um lado, evidenciamos que a Frente Ampla vivera um processo de oligarquização em sua estrutura interna, composta por uma elite convencida de que a vitória eleitoral chegaria por intermédio da moderação programática e ideológica. As políticas macroeconômicas desse primeiro governo da esquerda uruguaia se basearam em um processo de crescimento econômico dependente de investimentos externos, bem como da exportação de produtos primários e seus derivados – que cresceu devido ao aumento dos preços internacionais das chamadas *commodities*, especialmente às produções voltadas aos cultivos da soja e à florestação, com a instalação da indústria da celulose. Tal capital imperialista foi atraído pela manutenção da liberalização econômica, em acordo aos parâmetros do Consenso de Washington e o mercado internacional, por meio da não cobrança de impostos às grandes corporações, com a criação de zonas francas, incentivos fiscais às gigantes multinacionais e o financiamento do BID. Por outro lado, também apresentamos setores de esquerda que faziam oposição às políticas neoliberais, apoiados pelo movimento sindical e popular, sobretudo os trabalhadores das empresas do Estado contrários aos processos de privatizações e desmantelamento dos direitos trabalhistas, que levariam a cabo a implementação das políticas sociais de combate à extrema pobreza e a indigência, como modo de reparação às injustiças sociais e à superexploração do trabalho.

O processo de reorganização da esquerda uruguaia após a abertura política e o retorno à democracia desencadeou uma ação política destinada à defesa intransigente dos direitos e conquistas da classe trabalhadora, sobretudo dos direitos trabalhistas, como os Conselhos de Salários, através do surgimento de novas organizações políticas e movimentos sociais espelhados nas lutas de defesa à democracia e aos direitos humanos. Este processo esteve marcado pelo nascimento de novos movimentos sociais, como as organizações feministas⁹¹ e de direitos humanos, as frações antiditatoriais dos partidos Colorado e Nacional que ingressariam às fileiras da FA e movimento sindical.

⁹¹ *Las Ovejas Negras* é um movimento feminista, de defesa dos direitos das mulheres, LGBT, negros e setores considerados minoritários na sociedade uruguaia. Esse movimento teve muita importância para a aprovação da lei *trans*, de legalização do aborto entre outras conquistas. Para uma pesquisa mais aprofundada, favor consultar em: <https://ovejasnegras.org/>. Data de acesso: 24 de setembro de 2019.

O primeiro governo da Frente Ampla com o propósito de promover reparação social aos trabalhadores e, principalmente, aos setores mais pobres da sociedade uruguaia, ao longo de seu primeiro governo esteve preocupado com a implementação do chamado trabalho decente. A pauperização, a indigência e a questão dos trabalhadores rurais que, até 2008 não possuíam sua jornada de trabalho de oito horas regulamentada por lei, foram algumas das principais preocupações desse governo. A crise instaurada junto à falência do processo de industrialização, por meio da política de substituição de importações; a suspensão dos Conselhos de Salários; a violência militar e policial, caracterizadas pelos longos anos de ditadura civil-militar; e, por fim, o desmantelamento final do Estado, patrocinado pelo neoliberalismo dos anos 1990, com a liberalização econômica, abertura comercial e privatizações, marcaram a herança e o compromisso dessa esquerda em reaver o direito dos trabalhadores e o nível de vida através do padrão de consumo. Em relação às questões em torno do tema trabalho, observamos que a reestruturação produtiva e o emprego de novas tecnologias lançariam a população uruguaia à extrema miséria, ao desemprego e ao subemprego – as terceirizações se tornariam a regra em matéria de contratações e subcontratações trabalhistas.

A resposta da Frente Ampla foi exatamente atacar a indigência e a extrema pobreza. Esse primeiro governo inclinou o debate da sociedade uruguaia para as condições do trabalho do país. De fato, não podemos deixar de reconhecer que a reimplantação da negociação coletiva com os Conselhos de Salários foi significativa, tendo em vista que, ao longo da história do Uruguai, ela se caracterizou como o principal instrumento para a conquista de aumentos salariais e de diálogo com os setores patronais – com exceção das greves e ocupações de local de trabalho, em períodos de reajuste salarial e crise que, por sua vez, “obrigavam” a abertura de diálogo e negociação. Os sindicatos se fortalecem, suas lutas são reconhecidas pelo Estado, e um exemplo disso é a lei que protege os trabalhadores que ocupam os lugares de trabalho como forma de protesto. A lei⁹² torna ilegal a ação policial, assim como a criminalização dos sindicatos e trabalhadores que ocuparem fábricas ou qualquer outro lugar de trabalho do setor privado. A ocupação de locais públicos continuaria sendo proibida, conforme o decreto.

Encontramos, a partir da leitura de Braga (2012, p. 15), a ideia de uma sociedade salarial, ou seja, a construção de uma cidadania salarial, em seus termos, aparece junto à combinação da

⁹² Para maiores informações, favor consultar: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/165-2006> Data de acesso: 04 de setembro de 2019.

proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, que serviria de instrumento para amainar a luta de classes. Em sua leitura, no período após a Segunda Guerra, pode-se perceber o crescimento do chamado “salariado”, quer dizer, “da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, ao menos apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal”.

Observando a história e as regularidades em torno da implementação dessas ideias, encontramos em Robert Castel⁹³ (2010, p. 125) a informação de que, na França, o emprego estável e protegido constituiu-se como o principal embasamento da construção da solidariedade na sociedade salarial. Na sua visão, por meio dessa base, do pertencimento profissional, montaram-se os sistemas de proteção para cobertura dos riscos sociais. Em seus termos, avalia existir uma redução ao tema vinculado às desigualdades, ao entender que não basta somente propor a extinção de uma divisão antagônica entre classes sociais que, em sua opinião, seria proposta por meio do enfrentamento radical da situação. Além disso, torna pública sua insatisfação com as acusações de reformismo às tentativas de melhorar a vida econômica dos trabalhadores e trabalhadoras. Pleitear a questão das desigualdades, em sua concepção, supõe a superação desse ponto de vista do enfrentamento de classe contra classe.

O autor em destaque propõe, para o enfrentamento dessas desigualdades, a chamada sociedade salarial. Argumenta, alegando que esta sociedade salarial funciona na ideia de distinção. Esta diferenciação estaria representada pelas grandes categorias socioprofissionais homogêneas. Discute que, qualquer lugar que o indivíduo ocupasse na divisão do trabalho produziria a distinção. Portanto, rebate a ideia da explicação de uma diferenciação social por meio das classes sociais, e direciona seu pensamento à concepção de que esta oposição existente, agora seria explicada através de uma concorrência entre grupos profissionais. Assim, esta sociedade salarial emergida após 1945 nos países desenvolvidos, segundo a concepção do autor:

[...] opera através da negociação coletiva entre os ‘interlocutores sociais’. O primeiro objetivo perseguido é a ‘distribuição dos benefícios’ do crescimento. Cada categoria socioprofissional ganha certa melhoria em sua situação, ao tempo que pelo geral estima que não obteve o suficiente. Mas também pode pensar que dentro de seis meses ou um ano voltará a por as cartas sobre a mesa e conseguirá mais porque ‘há pano para cortar’ (CASTEL, 2010, p. 20).

⁹³ CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

Por fim, as desigualdades estariam estabelecidas pela posição hierárquica, salarial, que cada um ocupa na sociedade. A negociação coletiva, como uma de suas tarefas, retiraria toda radicalidade das greves e conflitos. Em sua apreciação sobre o pensamento do cidadão médio francês desse período de prosperidade do capital para os países desenvolvidos, Castel (2010) diz que a mentalidade das famílias se fundamentava na ideia de que “amanhã será melhor que hoje”. Isso representaria uma superação da concepção da necessidade de uma luta final, revolucionária e, com a instalação dessa sociedade salarial de inspiração keynesiana, cada categoria social poderia ter uma situação de vida melhor e suas reivindicações conquistadas: um salário igual ao Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento (SMIC), indexado segundo o crescimento; um direito ao trabalho que reduz progressivamente a arbitrariedade patronal; proteções sociais eficazes contra os principais avatares da existência humana: a doença, o acidente, a aposentadoria. Conclui, afirmando que essa é a lógica do compromisso social do capitalismo industrial.

A ideia de regulação dos direitos não é exclusividade da Europa ocidental. Assim, de maneira análoga à França de Robert Castel, presenciamos a organização de uma sociedade baseada no emprego, com políticas fortemente marcadas pelos princípios da garantia de direitos e da participação cidadã nas esferas de governo, para a implementação do trabalho decente no Uruguai. Em oposição à leitura estabelecida pelos regulacionistas, de que a desigualdade seria superada pela regulação de direitos e a transformação do operário em assalariado, entendemos que essas desigualdades, conforme estamos evidenciando ao longo desta pesquisa, provêm do intercâmbio desigual, do subdesenvolvimento, da dependência e da superexploração do trabalho. A temática da superexploração do trabalho foi captada por nós por meio da pesquisa de Marini (2005, p. 154-155), que afirma que o problema colocado pela troca desigual é o de compensar a mais-valia extraída dos países subdesenvolvidos e dependentes.

O aumento da exploração do trabalhador, conforme as ideias de Marini (2005), se manifestaria primeiramente sob a exploração da mão-de-obra e não da melhoria técnica e tecnológica dos meios de produção. Demonstra, igualmente, que com a prolongação da jornada de trabalho, ou seja, com o aumento da mais-valia absoluta, tratava-se de aumentar o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar valor equivalente ao dos meios de subsistência para o seu próprio consumo. Destaca como terceiro elemento, um procedimento que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu

limite normal, isto é, o consumo do operário se converte, de fato, em um fundo de acumulação de capital, implicando, assim, um modo específico de aumentar o tempo do mais-trabalho.

A teoria do valor trabalhada por Karl Marx é o ponto de partida escolhido para a análise da superexploração do trabalho. O processo de extração de mais-valia relativa e absoluta estão representadas pelo excedente do trabalho despendido no processo produtivo, sendo que, no primeiro caso, está concebida pelo aumento da produtividade por meio do incremento técnico e tecnológico; e em sua segunda manifestação, é notada por meio do aumento da intensidade da força de trabalho⁹⁴. No pensamento de Marini (2005, p. 155), a vinculação de uma economia nacional ao mercado mundial e a transformação de valores de uso em valores de troca, tem como resultado a busca por lucro, que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção. Portanto, conforme suas ideias, esse mecanismo configura a exploração do trabalhador e não o avanço tecnológico e o bem-estar operário.

Iniciamos com a análise de **O Capital**⁹⁵, trazendo a contribuição de Marx, ao nos indicar que a força de trabalho é a responsável por gerar valor ao mundo material. Mas, como o autor nos explica esse processo de geração de valor? Demonstrando que o trabalhador cria valor por meio do trabalho produtivo. Aponta que fiandeiro só agrega tempo de trabalho, fiando; o tecelão, tecendo; o ferreiro, forjando. Com uma atividade voltada para um fim determinado, agrega-se novo valor, desaparecendo as formas antigas, ou seja, cria-se novos valores de uso. Portanto, observamos que o processo de formação de valores é determinado pelo tempo de trabalho, isto é, o trabalho vivo. Marx (1985, p. 165-166) expõe que, como atividade produtiva, “fiar, tecer, forjar, o trabalho, através de seu mero contato, ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos”. Apresenta ainda, que por esse processo de agregação quantitativa de trabalho, valor novo é agregado. O efeito duplo

⁹⁴ “Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado.” Para uma análise mais aprofundada sobre a mais-valia, consultar: MARX, Karl. Capítulo VII. A Taxa de Mais-Valia. In: Marx, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, p. 176-177, 1985.

⁹⁵ MARX, Karl. Capítulo VI. Capital Constante e Capital Variável. In: Marx, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

existente na produção de valor, por fim, apresenta-se pelo fato de que a quantidade do trabalho, acrescentada aos antigos valores dos meios de produção, é conservada no produto.

Ao captarmos a ideia de que o trabalho vivo, produtivo, é o único capaz de gerar novos valores às mercadorias, em conformidade às ideias expostas por Marx (1985), o capitalista aprofunda cada vez mais seus ganhos em decorrência dos excedentes gerados no processo produtivo. A mais-valia é derivada do capital variável, do trabalho vivo empregado na produção de mercadorias. O que ocorre é que parte da jornada de trabalho é voltada para a própria reprodução do trabalhador, e a outra parte, o trabalho excedente, destina-se ao capitalista. Sendo assim, a mais-valia é a parte excedente do trabalho vivo da qual os capitalistas se apropriam.

Consonante às ideias expostas por Amaral e Carcanholo (2012)⁹⁶, o que Marx pretendia ao discutir a lógica desse processo era esclarecer que o modo de produção capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente. A tendência é que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, a massa de capital constante com relação à massa de capital variável também aumente, levando à formação de um exército industrial de reserva com o impacto da própria acumulação capitalista. No Uruguai, Traversa (2010)⁹⁷ aponta que produção, distribuição, troca e consumo são momentos distintos. Em sua opinião, ao analisar o primeiro governo da FA, as políticas sociais foram incapazes de frear o mecanismo de exportação de mais-valia aos centros capitalistas mais avançados.

O processo de formação de valor exposto por Marx (1985), nos leva a refletir sobre o fato de que o conceito de superexploração do trabalho se dá em acordo ao uso extensivo e intensivo da força de trabalho, que segundo Marini (2005, p. 156-157), faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro, com a redução da composição do valor do capital aliada à intensificação do grau de exploração do trabalho. Assinala, além disso, o fato de que a característica principal é evidenciada em virtude de que são negadas condições dignas aos trabalhadores. Conclui

⁹⁶ AMARAL, Marisa Silva. CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos de reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla. OSÓRIO, Jaime. LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁹⁷ TRAVERSA, Federico. La izquierda uruguaya frente al dilema redistributivo. La experiencia del Frente Amplio, de la oposición al gobierno, 1971-2008. IN: ALEGRE, Pablo. ANNUNZIATA, Rocío. ANTÍA, Florencia. COSTA, Marcelo Marchesini. MAURO, Sebastián G. ANT'ANNA, Julia. SLIPAK, Daniela. TRAVERSA, Federico. **Las izquierdas latinoamericanas. De la oposición al gobierno**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

esta passagem apontando que o “direcionando desses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”.

No modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, as economias subdesenvolvidas e dependentes destinam quase a totalidade de sua produção para os mercados exteriores. Assim, com a introdução de novas tecnologias e técnicas para garantir uma significativa elevação da produtividade e da intensidade, elas têm como contrapartida a manutenção e o aumento do poder de consumo da população assalariada, sustentando essa capacidade em uma queda dos salários e do consumo dos trabalhadores no mercado interno, em uma tendência à ampliação da superexploração do trabalho e a uma deterioração geral das condições de vida, o que estabelece um limite real ao compromisso do capital no Uruguai.

Estamos sustentando, diante da apreciação das mudanças ocorridas no capitalismo e na organização trabalhista a partir dos anos 1960, conforme a indicação de Ricardo Antunes (1999), Braga (2012), Osorio (2012), o que temos no Uruguai são novas formas de organização produtiva, uma reestruturação produtiva, que consolidam as velhas formas de dominação encontradas, o subdesenvolvimento, a dependência e a superexploração do trabalho. A transferência de valores realizadas aos centros imperialistas é o mecanismo e o suporte encontrado pelo capital para enfrentar a concorrência na lógica do desenvolvimento desigual.

Como ressaltamos ao longo do trabalho, fundamentalmente pela leitura dos trabalhos de Vivián Trías, encontramos a informação de que o latifúndio é a expressão do atraso presente nas sociedades agrária-exportadoras subdesenvolvidas. Em conhecimento da problemática do latifúndio, no capítulo IV, apresentamos que a agricultura passaria por transformações. Observamos que o setor agrário, em seus aspectos físicos produtivos, apresentaria o aumento da superfície de cultivos, volumes de produção, produtividade da terra e do trabalho, trazendo aumentos significativos no PIB setorial e no volume de exportações. É importante frisar mais uma vez, que esse período se diferenciaria por envolver vários setores ou cadeias produtivas, diferentemente dos anos 1990, em que predominou a pecuária, acompanhada de seus subprodutos. Outra mudança foi identificada juntos às modificações na forma social de organizar a produção, na quantidade e tipos de agentes que participam, na tecnologia de produção agrária e na inserção internacional.

No norte de Montevideu localiza-se a cidade de Bella Unión, que faz parte do Departamento de Artigas, a 630 quilômetros da capital. Esta cidade faz fronteira com o Brasil e a Argentina, e é

conhecida por sua produção de cana-de-açúcar. Com o início da produção em 1940, o trabalhador rural, cortador de cana que ali se instalou, ficou historicamente conhecido como “peludo” – apelido que, segundo Oyhançabal (2012, p. 22), pejorativamente alude a um animal que se encontra nas plantações: o tatu peludo. Trabalhadores superexplorados, em 1961 eles organizariam a União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas (UTAA), sendo responsáveis pela primeira marcha dos trabalhadores da cana, que reivindicavam melhores condições de vida e reforma agrária. Em 2005, a Frente Ampla retoma a produção de cana-de-açúcar na região vinculada ao projeto suco-alcooleiro sob a propriedade do Estado, mas na égide do direito privado. Segundo o autor, a empresa estatal de combustíveis, ANCAP, cria a sociedade anônima ALUR (Alcoholes del Uruguay SA)⁹⁸ que arrenda o engenho de CALNU e relança a produção de açúcar, etanol e energia em Bella Unión.

Como estamos analisando especificadamente os temas vinculados ao mundo do trabalho, as questões que surgem são: o trabalhador rural de Bella Unión, o “peludo”, foi contemplado com as políticas sociais e o trabalho decente? Quais são as bases da regulação social para a sociedade uruguaia? O Uruguai constitui-se aos moldes da sociedade salarial? O enfrentamento das desigualdades junto à implementação do trabalho decente e os Conselhos de Salários foram capazes de superar a superexploração do trabalho? Para podermos responder a esses questionamentos, analisaremos mais de perto a implementação do chamado trabalho decente, a negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários, entre 2005 a 2010, e a situação dos trabalhadores por meio das formas de contratação e nível de vida.

5.2 O trabalho decente a as políticas sociais para o trabalho

A concepção de regulação dos direitos no Uruguai é por nós percebida a partir da implementação das políticas da OIT. Em matéria de legislação trabalhista e seguridade social, os principais órgãos são o Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e o Banco de Previdência Social (BPS), respectivamente. O MTSS está vinculado ao poder executivo e suas tarefas incluem o desenho, execução, controle e avaliação de políticas em matéria trabalhista e prestações sociais e alimentares, a dizer, de segurança social e nutricionais. Também se encarrega

⁹⁸ Para mais informações sobre a ALUR e sua produção, favor consultar: <http://www.alur.com.uy/agroindustrias/bella-union/> data de acesso: 10 de setembro de 2019.

da promoção de políticas de emprego e da legislação trabalhista no que diz respeito aos direitos e obrigações das distintas partes. Segundo os dados disponibilizados pelo BID (2009, p. 41), para alcançar os seus diversos objetivos, o MTSS está composto por várias direções: Direção Nacional do Trabalho (DINATRA), Direção Nacional de Emprego (DINAE), Direção Nacional de Coordenação com o Interior (DINACOIN), Direção Nacional de Segurança Social (DNSS), Instituto Nacional de Alimentação (INDA), e Inspeção Geral do Trabalho e a Segurança Social (IGTSS).

O BPS tem suas tarefas, a administração dos diferentes programas de seguridade social, sejam estes contributivos ou não contributivos, monetários ou não monetários. Cumpre também a função de arrecadador das contribuições que estão abaixo de sua responsabilidade. Enquanto estrutura, é um organismo público autônomo com uma Junta quadripartite (Estado, trabalhadores, empresários e pensionistas). As transferências contributivas em geral, e as pensões em particular, tem representado grande parte das despesas do governo central através do BPS. As informações do BID (2009, p. 42), apontam que, aproximadamente 60% do gasto público social (GPS) corresponde à seguridade social, o que revela não só o amplo peso das transferências contributivas no GPS.

É possível afirmar que se produziu uma reversão das políticas sociais no Uruguai e os resultados apresentados são a constatação desse processo de transformações sociais, evidenciados pela institucionalização de direitos aos trabalhadores. Para a implementação do chamado trabalho decente, fundamentalmente durante a primeira administração da Frente Ampla, foram aprovadas importantes leis que regulamentam as relações do trabalho. As mudanças introduzidas, embora carentes de sistematização, como nos adverte o PIT-CNT (2015), cristalizam uma autêntica reforma jurídica. Entre as normas aprovadas de origem legislativa mais relevantes, no que se refere à relação individual de trabalho, destacamos algumas seguintes leis:

- 1-) A lei que modifica o regime de prescrição dos créditos trabalhistas (Lei 18091 de 7/I/2007). Amplia o prazo de prescrição a cinco anos e estende o espectro de possibilidades para interromper os prazos de prescrição;
- 2-) As leis que regulam a descentralização empresarial (Lei 18099 de 24/I/2007 e Lei 18251 de 6/I/2008). Se estabelece um regime pelo qual todo patrono ou empresário que utilize subcontratistas, intermediários ou fornecedores de mão de obra responderá de forma subsidiária – ou solidariamente se não se cumprem certos requisitos fixados por lei – das obrigações trabalhistas geradas, das contribuições à segurança social, por acidente de trabalho e enfermidades trabalhistas. Estas normas têm sido importantes por contribuírem a reduzir a precarização laboral e o trabalho negro ou informal;
- 3-) Regulação do trabalho no serviço doméstico (Lei 18065 de

27/XI/2007); 4-) Limitação legal da jornada de trabalho e regime de descansos no setor rural (Lei 18441 de 22/XII/2008). Uma norma emblemática já que vem a saldar uma velha dívida que o sistema tinha com os trabalhadores do campo. Excluídos da lei de 1915 que consagrou a jornada laboral máxima de oito horas, a duração diária de trabalho destes ficava a vontade do patrão, 5-) Abreviação dos processos trabalhistas (Lei 18572 de 13/IX/ 2009 e Lei 18887 de 25/XI/2011). Restabelece a autonomia do processo trabalhista com referência ao Código Geral do Processo e reduz sensivelmente os planos dos procedimentos. Uma mudança que tem reportado uma redução dos processos trabalhistas com os conseguintes benefícios para os trabalhadores que já não devem esperar anos para perceber seus direitos e benefícios trabalhistas. A brevidade dos prazos tem levado a acalmar as práticas que causam atraso e favorecer os acordos em sede administrativa (*Centro de Conciliación del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social*); 6-) Regime de licenças especiais (Lei 18345 de 11/IX/2008). Todos os trabalhadores da atividade privada têm direito a licenças especiais (por estudo, paternidade, adoção e legitimação adotiva, e por duelo) com gozo de soldo; 7-) Prevenção e sanção do assédio sexual (Lei 18561 de 11/IX/2009); 8-) Criação do Instituto de Empleo y Formación Profesional (Lei 18406 de 24/X/2008); 9-) Emprego juvenil (Lei 19133 de 20/IX/2013). Norma de promoção do trabalho decente juvenil; institui modalidades contratuais com o objeto de facilitar a incorporação dos jovens ao trabalho (contratos de primeira experiência de trabalho, de prática para graduados, trabalho protegido jovem, prática formativa em empresas e de primeira experiência laboral no Estado e em Pessoas Públicas não Estatais); 10-) Responsabilidade penal empresarial (Lei 19196 de 25/III/2014). Faz responsável permanente ao empregador que não adotando os meios de resguardos e segurança do trabalho previstos na lei ponha em perigo a vida, a saúde ou a integridade física do trabalhador; 11-) Lei 18104 de 15/III/2007, pela qual se declara de interesse geral as atividades orientadas a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, e se encomenda o *Instituto Nacional de Mujeres* o desenho do *Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos*; criando assim o *Consejo Nacional Coordinador de Políticas Públicas de Igualdad de Género* sob a responsabilidade do *Ministerio de Desarrollo Social*; 12-) Outra norma importante é a Lei 19122 de 21/VIII/2013, pela qual se prevê um conjunto de medidas tendentes a reparar os efeitos da discriminação histórica sofrida pela população afrodescendente (PIT-CNT, INSTITUTO CUESTA DUARTE /OIT, 2015, p. 45-47).

Com a constatação do caráter subdesenvolvido e dependente do capitalismo implementado no Uruguai, com uma economia dominada pelo setor estrangeiro, configurada por meio de sua incapacidade de concorrer com os capitais internacionais; da subserviência dos donos de meios de produção uruguayos aos ditames internacionais e seu caráter autocrático de dominação, ressaltamos que as decisões políticas do primeiro governo da Frente Ampla, sob a presidência de Tabaré Vázquez (2005-2010), vão de encontro às propostas elaboradas por organismos internacionais como o FMI e o BID, assim como às políticas relacionadas ao trabalho, impostas pela Organização Internacional do Trabalho. Essas políticas sociais para o trabalho estão voltadas para a busca do

que se tem denominado trabalho decente, o reconhecimento da existência de direitos trabalhistas universais e a promoção do diálogo social como um objetivo estratégico.

Segundo a OIT, o trabalho decente é o ponto de convergência objetivos estratégicos, em especial aqueles definidos como fundamentais pela **Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho** e seu seguimento adotado em 1998:

- 1) Oportunidades de emprego; 2) Rendas adequadas e trabalho produtivo; 3) Trabalho que deveria se abolir; 4) Horas de trabalho decente; 5) Estabilidade e segurança no trabalho; 6) Diálogo social y representação dos trabalhadores; 7) Conciliação do trabalho e a vida familiar e pessoal; 8) Entorno de trabalho seguro; 9) Segurança social; e 10) Igualdade de oportunidades e de trato no emprego (MTSS, 2013, p. 11)⁹⁹.

Nossa preocupação, nesta segunda parte da investigação, está voltada aos efeitos sociais decorrentes do processo de desmantelamento do Estado uruguaio e seu processo de liberalização, constatados por meio das sucessivas disputas políticas travadas entre os setores agroexportadores contra os setores vinculados às concepções voltadas ao desenvolvimento industrial e aos setores populares e sindicais. O trabalho decente e sua implementação como bandeira social do governo de Tabaré Vázquez, em nossa concepção, apresenta-se como uma maneira de resistência aos setores conservadores da sociedade uruguaia, sobretudo, àqueles identificados com as políticas neoliberais. Como resultado das lutas sindicais e populares marcadas nesse período de redemocratização, porém, essa concepção de trabalho decente – e não podemos negligenciar esse fato – surgiu de debates oriundos da OIT.

O documento elaborado pelo *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social* (MTSS), nos traz dados interessantes a serem analisados. No ponto destinado à análise das oportunidades de emprego, destaca que a taxa de emprego apresentaria uma evolução favorável entre 2006 e 2011, caindo 0,8% em 2012, em comparação à 2011. Em observância à Tabela 1, ele nos apresenta a grande desigualdade existente entre homens e mulheres em relação às oportunidades de trabalho.

⁹⁹ MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL. **Panorama del Trabajo Decente en Uruguay, con perspectiva sectorial**. Uruguay: Unidad de Evaluación y Monitoreo de las Relaciones Laborales y el Empleo – MTSS, 2013. Disponível em: <https://www.mtss.gub.uy/documents/11515/16c81da6-4366-4351-b501-2841aa23edb9>. Data de acesso: 20 de maio de 2017.

Tabela 1 - Taxa de emprego geral e por sexo (%).

Ano	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
2006	54,1	66,3	43,7
2007	56,7	69,1	46,1
2008	57,7	69,2	47,8
2009	58,5	70,0	48,7
2010	58,4	69,3	48,9
2011	60,7	71,0	51,3
2012	59,9	69,8	51,1

Fonte: INE – MTSS (2013).

Outros dados estão representados pelas desigualdades nas taxas de emprego em nível territorial: “Maldonado com 63.1%, Flores com 62.7%, seguido de Montevideo com 61.6% e Florida com 61.2%” (MTSS, 2013, p. 13). A zona sudoeste do país, somada ao Departamento de Maldonado, apresentariam as maiores oportunidades de emprego no país. No outro extremo, os Departamentos de Tacuarembó com 54.5%, Salto com 55,7% e Rocha com 55.8%, evidenciam os menores índices de oferta de trabalho e emprego.

Ainda na apreciação em relação às oportunidades de emprego, a outra variável analisada no documento, são as taxas referentes ao desemprego. O destaque está voltado à apresentação da Tabela 2, no qual se observa a diminuição dos índices de desemprego, ressaltado no ano de 2011, em que atingiu a menor marca histórica com 6%. O desemprego é maior entre as mulheres, demonstrando uma diferença de gênero no país. Os jovens, entre 15 e 17 anos, que se encontram em atividade escolar, também representam uma parcela significativa em meio aos desempregados uruguaios. Em constatação ao trabalho formal entre 2006 e 2012, o número de contribuintes com o sistema de segurança social localizados no *Banco de Previsión Social* (BPS) aumentaria para 34,5%, evidenciando o crescimento do emprego formal.

Tabela 2 - Taxa de desemprego geral e por sexo (%).

Ano	Ambos os sexos	Homem	Mulher
2006	10,9	8,2	14,2
2007	9,2	6,6	12,4
2008	7,7	5,4	10,4
2009	7,3	5,2	9,8
2010	6,8	5,0	9,0
2011	6,0	4,5	7,7
2012	6,1	4,6	7,9

Fonte: MTSS (2013).

O segundo elemento analisado na implementação do trabalho decente no Uruguai é a renda adequada e o trabalho produtivo. Como variável de análise, o MTSS demonstra a evolução do Salário Mínimo Nacional (SMN). A este item, agrega-se que, com a reintrodução da negociação coletiva, plasmada sobretudo nos Conselhos de Salários, os trabalhadores puderam conquistar salários maiores e desfrutar de uma melhoria das condições de vida. A Tabela 3, demonstra em valores da moeda nacional uruguaia, o Peso, a evolução do SMN.

Tabela 3 - Evolução do SMN mensal nominal e real (valores em moeda nacional do Uruguai).

Mês de ajuste	SMN	Evolução SMN Real (%)
Janeiro 2006	2.617,5	100,0
Julho 2006	3.000	110,9
Janeiro 2007	3.075	110,0
Julho 2007	3.244	111,0
Janeiro 2008	3.416	113,7
Julho 2008	4.150	131,5
Janeiro 2009	4.441	135,4
Janeiro 2010	4.799	137,9
Janeiro 2011	6.000	160,8
Janeiro 2012	7.200	178,6
Janeiro 2013	7.920	180,7

Fonte: MTSS (2013).

Os salários apresentam uma ascensão de 180,7%. Entretanto, o *Ministerio de Trabajo e Seguridad Social* adverte para o fato de que os trabalhadores em geral ganham menos de um salário mínimo. Justifica que essa condição está correlacionada à própria situação de formalidade. Argumenta, ainda, que esta disparidade está presente aos trabalhadores do setor privado, em sua maioria mulheres, jovens e à população negra. O outro destaque exposto é uma aproximação dos laudos fixados pelos Conselhos de Salários não cumpridos pelos patrões, entre 2007-2011, considerados salários mínimos estabelecidos pelos ramos de atividade. Observamos que o descumprimento de acordos para 2011 chegaria em 11%.

O combate ao trabalho infantil também é um dos elementos presentes na implementação do trabalho decente. Vale ressaltar que a idade mínima para o trabalho no Uruguai é de 15 anos, com jornada semanal de no máximo 36 horas. Dentro das conclusões apresentadas pelo documento, aparece que 85,3% das crianças e adolescentes, ou seja, em torno de 584,5 mil pessoas, não realizam nenhuma atividade remunerada. Contudo, constata-se que 11,6% do público infantil

desenvolve alguma atividade econômica. O MTSS nos indica ainda que 50% das crianças e adolescentes que desempenham alguma atividade laboral, pertencem aos setores mais pobres e menos remunerados do país. Destacamos também os números da zona rural que, segundo o Ministério, demonstram que 21% desempenhavam algum tipo de trabalho.

Por outro lado, ao analisarmos o documento¹⁰⁰, encontramos os dados referentes à diminuição da pobreza e da indigência no país que vão ao encontro das formações disponibilizadas pelo MTSS. Os cálculos correspondentes ao documento foram desenvolvidos segundo a metodologia baseada nas **Pesquisa Estatística Nacional de Gastos e Rendas das Residências** (ENGIH), de 2005-2006. Os dados estatísticos são apresentados e analisados por meio de quadros e gráficos, divididos em temas, a saber: indigência, pobreza, desigualdade.

Os dados que encontramos nesse documento extrapolam o período delimitado para a pesquisa e seguem até 2017. Os números demonstram claramente uma diminuição da indigência familiar segundo a renda ao longo dos anos. Conforme as informações, encontramos que, no total do país, a proporção de famílias abaixo da linha da pobreza era estimada a 1%, ou seja, a cada 1000 famílias, uma não possuía renda necessária para cobrir os gastos com as necessidades alimentares básicas, de acordo ao Quadro 2 do referido documento (INE, 2018, p. 21). Em relação à indigência de pessoas, no ano de 2006, o total de pessoas em situação de indigência no país era estimado em 2,5%, já em 2017 esta cifra encontrava-se em 1%, como nos apresenta as informações do Quadro 3. Quanto à localização de indigentes por área geográfica, encontramos no Quadro 4, que a maior parte se encontra na capital, Montevidéu.

A estimativa realizada para a incidência de pobreza entre as famílias em 2006 registrava que 24,2% se enquadravam dentro desse parâmetro, ou seja, a cada 1000 famílias, 242 encontravam-se abaixo da linha de pobreza. Em 2017 esse número caiu para 5,2%, porém, a diminuição de famílias consideradas pobres diminuiu ano após ano, posteriormente ao início dos Planos e Programas de governo. Outro dado interessante são os números relativos às pessoas em situação de pobreza. Os dados iniciais de 2006 demonstram que, no total do país, 32,5% encontravam-se em situação de extrema pobreza, e que esse número caiu para 7,9% em 2017.

¹⁰⁰ Nos referimos ao documento do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativo ao índice de pobreza em relação à renda. Para mais informações, compartilhamos o link de acesso: INE. **Estimación de la pobreza por el método del ingreso.** Uruguai: INE, 2018. <http://www.ine.gub.uy/documents/10181/364159/Estimación+de+la+pobreza+por+el+Método+del+Ingreso+2017/f990baaf-1c32-44c5-beda-59a20dd8325c>. Data de acesso: 19 de setembro de 2019.

As informações referentes às chamadas brechas causadas pela pobreza e seu grau de severidade indicam em que medida os indivíduos estão abaixo da linha de pobreza. A primeira variável, isto é, a ideia de brecha, está relacionada ao custo para eliminar a pobreza, ou seja, com a aplicação das políticas públicas e sociais. Por outro lado, a severidade, segundo o documento do INE, mediria o grau de desigualdade entre as famílias ou pessoas também abaixo da linha de pobreza. No Quadro 17 do documento, a informação apresentada mostra que, em 2006 as cifras para o número total do país giravam em torno de 7,8%, e em 2017, 1,2%. O outro indicador utilizado é o de Gini. Segundo esse indicador, que varia de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desigualdade. No Uruguai, em 2006, esse número estava em 0,455, e em 2017, 0,380.

Este é o quadro do Uruguai do primeiro mandato da Frente Ampla à presidência da república. Estamos observando uma série de mudanças no país decorrentes da aplicação das políticas públicas e sociais, como a diminuição da pobreza, da indigência e da desigualdade, que, como levantamos em nossa hipótese, representam parte dos compromissos programáticos para com as reivindicações e a preocupação voltada para o povo como forma de reparação social e de aprofundamento da participação cidadã nas esferas de governo, ou seja, na democracia. Com a implantação do trabalho decente, a qualidade de vida e de emprego sofreram uma elevação considerável. Em comparação aos anos 1990, em que aproximadamente 45% da população encontrava-se em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, a reimplantação da negociação coletiva, somada à liberdade sindical e às políticas de diminuição das desigualdades de gênero, demonstram terem sido políticas verdadeiramente afirmativas.

Portanto, entendemos que o trabalho decente implementado no Uruguai visa reparar as injustiças sociais decorrentes da dominação burguesa, por meio de uma legislação e orientação voltadas em garantir direitos sociais para o trabalho ao conjunto da classe trabalhadora que, por outro lado, afiança também a manutenção das políticas macroeconômicas de controle à inflação e de manutenção de um câmbio monetário vantajoso aos monopólios e setores especuladores estrangeiros, ao investirem em setores e cadeias produtivas específicas, absorvendo parte da mais-valia produzida, e também lucratividade aos setores agroexportadores. Com Vivían Trías entendemos que o latifúndio representa o setor do atraso e a peça chave para o impedimento de um desenvolvimento industrial e autônomo, por manter em suas estruturas, formas de produção e de trabalho herdadas da herança colonial. A superexploração do trabalho, conforme as ideias de

Marini, representariam marcas essenciais do cenário do subdesenvolvimento. Logo, a pergunta que realizamos neste momento da pesquisa é: com a implementação do chamado trabalho decente, a negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários e as liberdades sindicais, com a reconfiguração jurídica, foi possível superar a superexploração do trabalho?

5.3 Os Conselhos de Salários 2005-2010

Nossa questão inicial, que suscitou esta tese de doutoramento, é saber se estas políticas neoliberais implementadas pela Frente Ampla e suas determinações foram capazes de superar a injustiça social, a desigualdade e implementar o trabalho decente, com os Conselhos de Salários, conforme apontam os dados iniciais. Com a implantação dos Conselhos de Salários ainda em 1933, e seus primeiros resultados entre 1940-1950, Notaro (2012), em seus trabalhos, tenta entender se eles verdadeiramente trouxeram um aumento aos salários dos trabalhadores ao longo da história do funcionamento das ditas políticas de negociação coletiva. O autor verificou uma tendência ascendente, assim como também nos demonstram Senatore (2009)¹⁰¹ e os documentos do MTSS (2013). A partir dos dados levantados e, com o intuito de respondermos à nossa questão, perguntamos: qual é a relação entre salários, preços e lucro?

Para tentarmos responder à questão, nos debruçaremos no trabalho de Marx e Engels **Salário, Preço e Lucro** (1953). Os autores afirmam que o trabalho nas sociedades capitalistas é considerado como outra mercadoria qualquer. Em seu pensamento, demonstram que “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX e ENGELS, 1953, p. 359). Portanto, aquilo que o trabalhador recebe é o equivalente para poder se manter, isto é, para poder se alimentar e preservar a vida de seus filhos que, por sua vez, o substituirão no mercado de trabalho no futuro, tendo em vista que o aumento de salário representa uma diminuição dos lucros do capitalista.

Considerando os termos de Marx e Engels, que o salário dos trabalhadores é baseado essencialmente no valor dos artigos de primeira necessidade, reconhecendo também a existência da extração de mais-valia relativa e absoluta – ideias essenciais ao desenvolvimento do conceito

¹⁰¹ SENATORE, Luis. Uruguay: 1992-2009; las políticas laborales y el sujeto sindical. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, II Época, Año 14, N° 22: 53-76, 2009.

de superexploração do trabalho de Marini (1973) – e levando em conta que de acordo com problemática da existência de uma troca desigual, o aumento da mais-valia relativa e absoluta seria alcançado por meio do aumento da exploração da força de trabalho e não da modernização dos meios de produção, além da remuneração dos trabalhadores abaixo de seu valor real, nos perguntamos se os Conselhos de Salários puderam superar a superexploração do trabalho.

A nova orientação da política social para o trabalho, após a ascensão da Frente Ampla ao poder em 2005, segundo Senatore e Méndez (2009, p. 10) foi condensada em duas decisões: o fomento da investigação coletiva e o caráter tripartite, por um lado; e medidas que apontam ao equilíbrio dos negociadores, por outro, constituindo-se em uma forte mudança de rumo. A reinstalação da negociação coletiva¹⁰² ocorreu através de três iniciativas, quase simultaneamente: criação do Conselho Superior Tripartite e do Conselho Superior Rural, com competências originais para categorizar os setores da atividade e propor modificações na lei de Conselhos de Salários; criação de um Conselho Bipartite de diálogo e negociação com os funcionários públicos (Por via dos decretos nº 104/005 e 113/005); instalação dos Conselhos de Salários nos vinte grupos de atividade definidos pelo Conselho Superior, sob os decretos nº 105/005 de 07.03.2005.

Nessas instâncias, os representantes do Poder Executivo apresentavam pautas de negociação. A expectativa do governo era que se levassem adiante os convênios salariais propostos, ou seja, esses convênios representavam os aumentos de salários por cada categoria de trabalho, por meio das diretrizes elaboradas pelos representantes do Ministério do Trabalho em cada um dos grupos e subgrupos. Assim, empresários e trabalhadores levantaram, igualmente, seus objetivos centrais para cada etapa de negociação, os quais foram logicamente mudando com o transcorrer das rodadas, em função tanto do contexto econômico ao qual se desenvolveram as negociações como a partir dos resultados alcançados nas rodadas anteriores.

No caso das pautas de negociação do Poder Executivo em consonância aos padrões internacionais, isto é, as políticas de controle cambial e inflacionário, estas foram um reflexo dos

¹⁰² “Em outubro de 2007 o Poder Executivo remeteu ao Parlamento um projeto de lei que regula as negociações coletivas. Este projeto de lei introduz algumas modificações sobre a lei 10.449 de Conselhos de Salários e introduz novos temas. Desde que começou a discussão do projeto se há gerado uma forte polêmica com a oposição expressa das câmaras empresariais. Os partidos de oposição têm sido críticos da lei, embora finalmente na sessão de 18 de agosto de 2009 se aprovou o projeto em geral (com exceção de alguns artigos) com votos de todos os partidos. Por este motivo, a Lei voltou à Câmara de Deputados, onde foi aprovada no final de setembro de 2009.” (ALAIMO, Verónica. RUCCI, Graciana. **Retos y oportunidades para la política laboral em Uruguai**. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. 2009. Unidad de Mercados Laborales del Sector Social (SCL/LMK) Notas Técnicas #IDB-TN-109. p. 56).

objetivos governamentais em matéria de política salarial. Nesse sentido, segundo o PIT-CNT (2015, p. 65-66), captamos a informação de que as pautas propostas para negociação,

expressavam fundamentalmente a preocupação do governo pela inflação e também pelo alcance de objetivos em matéria distributiva, um aspecto particularmente claro nas últimas rodadas em que se propôs priorizar os incrementos dos salários mais submergidos, uma bandeira que desde o começo do governo vinha levantando o movimento sindical conjuntamente com aumentos do salário mínimo nacional.

A Central Sindical argumenta ainda que, enquanto as câmaras empresariais se mostraram majoritariamente céticas nas primeiras rodadas a respeito da consolidação do processo de negociação, na medida em que este avançava e se enraizava na cultura uruguaia como uma instituição, se mostraram contrários ao desenvolvimento dos Conselhos de Salários nos termos em que estavam propostos, buscando por diversas vias modificá-los, substituindo a negociação por ramo de atividade por uma negociação bipartite, entre patrões e empregados, sem participação do Estado.

O auge deste debate foi a apresentação de uma queixa à OIT¹⁰³, na busca de minar a aprovação da lei de negociação coletiva. No ano de 2009, os empresários uruguaiois, representados pelas Câmaras Empresariais que participam das negociações dos Conselhos de Salários como representantes do setor patronal, levaram adiante uma reclamação sobre o direito de greve e a lei de negociação coletiva. O decreto 165/006, ou, como é popularmente chamado no Uruguai, a lei de ocupações, proíbe a ocupação de locais públicos, embora para os locais privados de trabalho não exista nenhum tipo de restrição. Logo, a ocupação de fábricas, indústrias e demais locais passaram a ser instrumento de luta política do movimento sindical, como resultado da regulamentação do direito à greve. Sabemos, entretanto, que muitas dessas ocupações de indústrias foram proibidas e sofreram processos de desocupações por meio de ordens judiciais. Porém, ressaltamos que essa iniciativa dos empresários diante da OIT fracassou, assim, a nova lei de negociação coletiva (Lei 18566) foi aprovada no final de 2009 e as últimas rodadas de Conselhos de Salários foram regidas pela nova normativa.

¹⁰³ Para mais informações: <http://www.correodelosviernes.com.uy/OIT-insiste-con-que-Uruguay-debe-impedir-las-ocupaciones-de-empresas.asp>. Data de acesso: 08 de setembro de 2019.

Dessa forma, percebemos que o governo da Frente Ampla em seu primeiro mandato pôs em marcha o plano de implementar o trabalho decente e a negociação coletiva. Essa é a resposta encontrada pela esquerda, que no passado recente foi duramente torturada, assassinada, encarcerada e expulsa do país, como consequência do golpe de Estado de 1973. Encontraram nas políticas sociais uma forma de responder às mazelas sofridas pela classe trabalhadora uruguaia ao longo de sua história, uma maneira de trazer reparação às injustiças históricas e o abandono para com o proletariado. O Diálogo Social, ou *Concertación Nacional*, é uma prática utilizada no país desde a segunda metade do século XX. Além disso, não podemos nos esquecer que a lei de Conselhos de Salários foi proposta pela primeira vez no parlamento em 1912, por Emilio Frugoni, dirigente do Partido Socialista, sendo aprovada em 1933 e implementada em 1943.

Os Conselhos de Salários tiveram como elemento central a discussão de pautas salariais e de criação de uma participação operária, de trabalhadores, cidadã, por meio do diálogo social. A principal tarefa dessa política era criar consensos em torno das pautas salariais e diminuir o número de conflitos e greves. Os registros de greves eram impressionantes. A unidade apresentada pelos sindicatos de trabalhadores, conforme indica Hugo Cores (1952), estão simbolizadas por meio das greves solidárias, espírito de combatividade e solidariedade que, por sua vez, foram elementos necessários para a unificação da esquerda, tanto em âmbito partidário como sindical. Essa unidade não foi destruída por nenhuma força política e é exatamente esse elemento, conforme nossa opinião, que torna a Frente Ampla e o PIT-CNT fortes no contexto político, econômico, social e cultural uruguaio.

As greves e ocupações de locais de trabalho são alguns dos instrumentos de luta utilizados pelos trabalhadores. Segundo os dados apresentados por Notaro (2009, p. 11), entre 2005 e 2009 foram realizadas dez solicitações de desocupações pelos empresários uruguaiois, das quais seis foram aceitas pela justiça. Em sua pesquisa, o autor em destaque cita o caso da ocupação da empresa Henil Coltirev em setembro de 2006 que, ao conseguir na justiça liminar que determinava a desocupação do prédio, obteve resultado negativo na organização sindical, pois, mesmo com “garantias legais”, toda vez que a empresa realizava o pedido à justiça, os trabalhadores se retiravam antes da decisão judicial, restringindo, assim, o direito à greve.

O governo criou uma nova categoria de discussão entre empresários e trabalhadores denominado *Dialogo Nacional para o Emprego*, conforme nos aponta Notaro (2007, 2009). Nos anos que compreenderam o primeiro governo de Sanguinetti (1985-1990) – período marcado pelo

fim da ditadura civil-militar –, que culminaria na abertura política, na volta dos exilados do exterior e na aprovação da *Lei de Caducidad*, retirando qualquer possibilidade de julgar e prender os torturados militares, o então presidente da república convocaria a *Concertación Nacional Programática* (CONAPRO). Essa política de inspiração batllista, reformista, visava a recuperação da produção, o crescimento do emprego, a recuperação salarial e aposentadorias, o controle da inflação e a distribuição de renda. Nesses anos também foram reinstalados os Conselhos de Salários para o setor privado, com reajustes quadrimestrais.

Para compreendermos melhor do que se trata essa convocatória à um diálogo social, buscamos informações no documento elaborado pelo MTSS¹⁰⁴. Encontramos, primeiramente, a descrição de seus objetivos básicos. O primeiro consiste no aprofundamento do diálogo social e sua consolidação como prática política permanente. O governo entende que, através dessa concepção, é possível aumentar o respaldo político e social, como também o fomento de práticas que garantam a democracia no país. O segundo objetivo refere-se ao sucesso de acordos os mais amplos possíveis em torno da formulação de políticas de emprego, crescimento econômico e do trabalho decente. Outra informação importante sustentada no documento está traduzida pelas dificuldades de se implantar esta prática de diálogo social para o emprego. A primeira delas refere-se à observação das crises capitalistas ocorridas ao longo do século XX e da crise de 2002, marcada pela fuga de capitais do país, como sustentamos ao longo de toda a pesquisa. Em outras palavras, o caráter subdesenvolvido e dependente, as oscilações no câmbio evidenciadas pelas sucessivas desvalorizações do Peso uruguaio, a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores e a superexploração do trabalho, todos esses aspectos são fatores que dificultam a implantação de uma *Concertación Nacional*. Essas dificuldades resultam em restrições de acesso ao mercado de trabalho, à participação econômica cidadã da população, além de outros elementos vinculados ao aumento da produtividade das empresas, como as cadeias produtivas.

O objetivo da iniciativa era alcançar um *Compromisso Nacional* que operasse como marco regulador para as posteriores negociações coletivas. O Compromisso Nacional tratou de entrelaçar interesses antagônicos das organizações de trabalhadores e empresários em torno de um projeto

¹⁰⁴ O documento nominado, *Dialogo Nacional por el empleo*, publicado no site do MTSS, traz as informações governamentais sobre seus objetivos, possibilidades e alcances da aplicação de um diálogo social em busca de organizar o emprego e as iniciativas em torno dela. Para mais informações, favor consultar: MTSS. **Dialogo nacional por el empleo**. Uruguai: MTSS, 2011. <https://www.mtss.gub.uy/web/mtss/dialogo-nacional-por-el-empleo> Data de acesso: 11 de outubro de 2019.

estratégico nacional, um acordo de ampla base social e de longo prazo. Notaro (2009) levanta a hipótese que o governo buscava setores da burguesia uruguaia com interesse em se associar aos trabalhadores em um projeto nacional. O aumento dos investimentos e da produtividade promovido pelas políticas públicas permitiria um crescimento em um ritmo alto de modo a compatibilizar uma rentabilidade alta e uma melhora nos salários reais. Ressalta que, em manifestações públicas, o ministro da economia, Bonomi, criticaria os sindicatos que defendiam a palavra de ordem “*todos os operários contra todos os empresários*” por considerar esta uma falsa oposição, já que de acordo com seu ponto de vista, a nação se constitui de diversas classes sociais. Os empresários não perceberam assim, em particular, os que possuíam baixa possibilidade de investimento e que encontravam nos baixos salários uma das principais fontes de rentabilidade. As 24 agremiações empresariais se retiraram das negociações em outubro de 2007, mas os investimentos privados seguiram, aumentando em ritmos sem precedentes.

Na convocatória dos Conselhos de Salários, ao fim de cada rodada de negociação emite-se um laudo, isto é, um documento com os pontos acordados entre o PIT-CNT e as Câmaras Empresarias, com o Estado servindo como espécie de árbitro que, por sua vez, pode decidir os aumentos salariais, estipular os prazos e percentuais, em caso de desacordo entre as partes. O processo de convocatória para a concretização da negociação coletiva que, nos termos de Notaro (2009, p. 11), continuou com a prática estabelecida em 1985, pela qual o poder executivo designava aos representantes propostos pelas organizações empresariais e sindicais, tendo em conta os critérios de representatividade propostos pela OIT.

Na constituição dos grupos e dos subgrupos, o governo renunciou a essas faculdades para promover a participação, alcançou um acordo unânime e se formalizou no Decreto nº. 138/05 de 19/04/05, que designou os delegados e convocando-os aos Conselhos de Salários. Ambos procedimentos se incluíram na lei de criação do Sistema de Negociação Coletiva (nº 18.566 de 11/09/09, artigos 10 e 13). Ressalta, ainda, que as pautas definidas implicavam que o Ministério da Economia e Finanças (MEF) impusesse condições ao MTSS, minimizando a margem de negociação e invadindo um espaço que deveria ser respeitado. Notaro (2009), aponta que o MEF tem sido receptivo às demandas empresariais e todas suas propostas se dirigiram a baixar os salários manejados pelos representantes do poder executivo nos Conselhos.

No Uruguai foram realizadas três convocações para os Conselhos de Salários, que resultaram nas rodadas de negociações no período de 2005-2010. Em todos os casos, o governo

determinou a duração dos convênios, as porcentagens do aumento e os prazos de ajustes dos salários. Lembramos o fato de que, em caso de discordância entre empresários e trabalhadores, a palavra final compete ao Estado e, de acordo com as informações de Senatore e Méndez (2009), as decisões governamentais têm se direcionado na aprovação das propostas de aumentos salariais realizadas pelos trabalhadores, o que por sua vez representa também mais um elemento de descontentamento patronal.

No caso dos trabalhadores, PIT-CNT, Instituto Cuesta Duarte e OIT (2015) discutem que a central sindical enfrentava o desafio de assumir a representação de quase 200 capítulos de negociação assimilados a setores de atividades muito diversas, muitos dos quais não contavam com sindicatos de base e teriam escassa ou nula experiência no que diz respeito à negociação. Como primeiro mecanismo para paliar as importantes diferenças que existiam no âmbito salarial, com setores que tinham recebido aumentos recentemente e outros nos quais os salários não recebiam ajustes por anos, as pautas apresentadas pelo poder executivo propunham que todos os salários fossem ajustados de acordo com a inflação passada do último ano, de maneira a conduzir todos os salários ao poder de compra que teriam um ano antes de a negociação ter sido iniciada, podendo, inclusive, descontar esse aumento naqueles setores que já o tinham outorgado.

O segundo desafio importante dessa primeira rodada de Conselhos de Salários, assinalado no documento do PIT-CNT, Instituto Cuesta Duarte e OIT (2015), foi a definição das categorias de trabalho vigentes nos distintos setores de atividade e a determinação dos mínimos salariais destas. Naqueles setores que haviam negociado previamente foi retomada a classificação utilizada no último período de negociação, ainda frente ao reconhecimento das partes envolvidas, pois, em muitos casos as categorias existentes já se encontravam obsoletas, sendo necessário discuti-las novamente à luz das mudanças no campo da organização do trabalho.

Outra razão relatada no documento, que dificultaria a tarefa, está representada pelo debate sobre a determinação dos salários mínimos, mais especificamente no debate estabelecido pelo PIT-CNT, Instituto Cuesta Duarte e OIT em 2015. Esta dificuldade foi resultante da grande heterogeneidade e dispersão salarial que existia entre as empresas de cada um dos setores. A este respeito, as pautas do Poder Executivo estabeleciam que era necessário determinar os “mínimos imperantes no mercado”, mas esta definição, longe de aclarar o tema, tornava-o mais difuso. Não ficava claro se o mínimo imperante fazia referência aos salários existentes no setor, a uma média entre os mínimos pagos nas distintas empresas ou ao nível mínimo que predominava no mercado.

Ao fim, e, portanto, a primeira rodada estabeleceria acordos salariais por um ano, a partir de 1º de julho de 2005, com um aumento real situado entre um mínimo de 2% e um máximo de 4%, distribuídos em ajustes semestrais.

Já na segunda rodada, no ano de 2006, os convênios de aumentos salariais foram estendidos para um prazo de 18 meses, com um incremento salarial real entre 3,5% e 5,5%, repartido em reajustes semestrais. As pautas apresentadas pelo governo para a negociação, propunham reajustes semestrais, com aumentos entre 0% e 2% para o ajuste do primeiro semestre e menores nos ajustes seguintes, conforme os dados disponibilizados pelo governo nacional uruguaio. Do ponto de vista salarial, para o movimento sindical o objetivo desta segunda rodada era continuar com a recuperação do salário real e acelerar o ritmo dessa recuperação em um contexto econômico. Além da discussão salarial, os trabalhadores começaram a incorporar à negociação coletiva outros temas, como a atenção às condições de trabalho, isto é, termos quanto ao melhoramento de aspectos básicos de segurança e higiene nos locais de trabalho, bem como a regulação de horários e descansos, segundo Mendes e Senatore (2009).

A terceira rodada de Conselhos de Salários acontece em 2008. Trata-se da última rodada do primeiro governo da Frente Ampla (2005-2010) e também da última que se levaria adiante no marco da Lei 10.449 de Conselhos de Salários, aprovada em 1943. Essa foi também a última rodada na qual os convênios dos distintos grupos finalizaram praticamente ao mesmo tempo, já que, a partir dessa rodada, a duração dos acordos dos diferentes setores deixaria de ser a mesma e, portanto, a finalização, bem como o começo das próximas rodadas se iniciou prolongando o tempo. A rodada estava programada para começar em julho de 2008, mas como sabemos, seu começo atrasou e, na prática, ela iniciou quase um trimestre mais tarde, coincidindo com a eclosão da crise financeira internacional. Como em outras épocas de crise os Conselhos de Salários foram suspensos e a política de congelamento de salários posta em prática. Logo, o temor da classe trabalhadora uruguaia era de que, com esse governo de esquerda viesse a suceder o mesmo, segundo os dados levantados por meio do PIT-CNT (2015, p. 70).

A novidade para a terceira rodada foi a criação do grupo 21 de Conselhos de Salários, correspondente ao serviço doméstico. A constituição desse grupo foi de suma importância para o movimento sindical e para o governo, tratando-se de uma fundamental reparação social, pois as mulheres mais pobres que desempenham essas tarefas sempre esquecidas e brutalmente exploradas. Era a primeira vez na história do país que eram incorporadas à negociação coletiva tripartite as

trabalhadoras do serviço doméstico. Os documentos governamentais nos informam que, além da medida que tratava de um conjunto importante de trabalhadoras, a sua incorporação na negociação coletiva ampliava significativamente o número de trabalhadores cobertos pela negociação, levando esta cifra à 100% dos assalariados formais, tanto do setor público como privado.

Finalmente, o documento do PIT-CNT (2015, p. 71), nos apresenta que, quanto ao salário real, os convênios estabeleceram ajustes em um piso de 1%, podendo-se incrementá-los mais dois pontos percentuais, dependendo da negociação de cada setor. Adicionalmente, os acordos se negociam no marco dos delineamentos estabelecidos pelo Poder Executivo com uma duração de 30 meses e ajustes anuais, o crescimento do salário real poderia alcançar ao 5,5% anual. Dado que na terceira rodada alguns grupos optaram pela alternativa de acordar convênios por 24 meses, enquanto outros assinaram por 30 meses, a finalização dessa rodada e, por conseguinte, o começo da próxima ficou entre julho de 2010 para alguns grupos e janeiro de 2011 para outros.

Por último, a rodada de 2008 abriu duas possibilidades: uma de acordos por dois anos, aumentos entre 1% e 3% anuais e ajustes semestrais; a outra com aumentos de até 5%, por convênios de trinta meses e ajustes anuais. Senatore e Méndez (2009) nos trazem dados interessantes a serem analisados: em dezembro de 2006 a negociação coletiva produziria um primeiro acordo em torno do objetivo de criação de 35.000 postos de trabalho durante o ano de 2007. No ano de 2006 continuou vigente a orientação da política trabalhista do início da gestão: o poder executivo convocaria os Conselhos de Salários do setor privado e rural, mantiveram-se as reuniões do Conselho Superior Tripartite e seria relançada a convocatória do *Compromisso Nacional*. No âmbito público, continuou a negociação coletiva por meio do Conselho Superior da Negociação Coletiva.

A entrevista realizada com a professora Maribel Esperón Pintos, no dia 26 de março de 2019¹⁰⁵, nos traz informações importantíssimas para a compreensão da situação da classe trabalhadora uruguaia atualmente. Ela nos revela a conjuntura na qual vive uma professora e o papel que os Conselhos de Salários possuem para que seja possível obter algum tipo de aumento salarial. Ela trabalha em uma escola de espanhol para estrangeiros, cuja proprietária é de Holanda e, portanto, vive fora do Uruguai. O salário que recebe por seis horas de trabalhos diários é de vinte

¹⁰⁵ A entrevista cedida nos revela o cotidiano de uma professora de uma instituição privada e o papel fundamental em torno dos Conselhos de Salários, para que possa obter algum aumento salarial. Para mais informações, consultar ao fim deste trabalho, Apêndice C.

e três mil pesos. O salário mínimo em 2019 foi estabelecido em quinze mil seiscentos e cinquenta pesos, ou, quatrocentos e noventa e oito dólares, aproximadamente. Isso significa que Maribel recebe pouco mais de um salário mínimo, o que a força a realizar trabalhos e serviços muitas vezes não declarados. Por exemplo, aulas particulares, correção de livros e teses acadêmicas, segundo a informação a nós disponibilizada. Em relação à precariedade do trabalho, as subcontratações, terceirizações e a entrada do trabalho digital, discutiremos mais à frente. O que nos interessa neste momento é saber a importância da negociação coletiva na vida dos trabalhadores. Todos os nossos entrevistados declararam de maneira unânime que os Conselhos de Salários são imprescindíveis à classe trabalhadora uruguaia.

Para respondermos a uma de nossas questões, se a situação social da figura conhecida como “peludo”, o trabalhador rural do norte do Uruguai, da cidade de Bella Unión, mudou com essa conjuntura e implementação das políticas para o trabalho decente e a negociação coletiva, buscaremos conhecer um pouco de suas lutas nesse período histórico. Como ressaltamos nos capítulos iniciais, a classe operária uruguaia foi formada, inicialmente, por trabalhadores provenientes de vários países europeus, sobretudo espanhóis. O genocídio da nação indígena Charrua e Guarani, dizimada ainda ao fim 1831 por determinação das elites urbanas e rurais¹⁰⁶, bem como a ausência de trabalho negro, marcam a quase nulidade da presença de movimentos de trabalhadores rurais e indígenas no país. Logo, identificamos a existência União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas, a UTAA, organizada pelo ex-Tupamaro e vice-presidente da República na gestão 2015-2020, Raul Sendic.

Nesse contexto, os trabalhadores de Bella Unión reivindicavam o acesso à terra. Foram iniciadas negociações junto ao governo da FA, porém, como nos informa Oyhantçabal (2012), essas negociações não obtiveram sucesso. Como ressaltamos mais acima, a tática do movimento sindical durante essa primeira gestão da FA foi a de ocupar para poder negociar, ou seja, a ideia de mobilização de trabalhadores para demonstrar a força organizativa e política e a negociação para aceder à acordos que contemplassem suas reivindicações. Feita essa digressão, o autor em destaque nos oferece a informação de que as organizações UTAA, o *Sindicato de Obreros de Calnu* (SOCA) e a *Asociación de Pequeños Agricultores y Asalariados Rurales de Bella Unión* (Apaarbu), em

¹⁰⁶ Para a melhor compreensão do movimento indígena uruguaio, compartilhamos link para a página de internet, do Movimento charrua Artiguista e Originário. <https://chancharrua.wordpress.com/2015/06/03/el-genocidio-charrua/?blogsub=confirming#subscribe-blog>. Data de acesso: 12 de outubro de 2019.

janeiro de 2006, ocupariam 32 hectares do Instituto Nacional de Colonização (INC). Conta, ainda, que as reivindicações dos trabalhadores consistiam em uma política de terras que favorecesse os interesses dos trabalhadores e produtores familiares: prioridade para cooperativas de trabalhadores e premiação de terras e créditos; modelo diversificado orientado à segurança alimentar que evitasse o monocultivo de cana; subsídio para os trabalhadores e suas cooperativas, entre outras.

Com esse movimento, os trabalhadores rurais foram contemplados com uma série de iniciativas de acesso à terra. As terras conquistadas foram repassadas mediante a criação de um programa de formação para os trabalhadores, materializado no Centro de Formação Popular de Bella Unión e a criação de uma Comissão de Políticas de Terra (CPT). Por fim, nas próprias palavras do autor, as principais conquistas ao longo de 2005 a 2010 foram:

Em julho de 2006 ALUR arrenda 473 hectares no se conhece como ‘Campo de Placeres’ (Campo ALUR), que fracionou em 39 parcelas de 10 hectares, onde em cada uma delas realizavam contratos de subarrendamento individuais por 10 anos a trabalhadores das organizações Apaarbu, Gremial Granjera e UTAA.

Em janeiro de 2007 o Grupo Mandiyú (produtores rurais leiteiros) ocupa 400 hectares do INC na Colônia Eduardo Acevedo com o apoio da UTAA e militantes de outras organizações. Logo de um conflito de incluiu a premiação da causa, atualmente a fração está sob usufruto precário (pastoreio) do grupo.

Em fevereiro de 2008 junto à CPT se conquista ao Grupo Itacumbú, pertencentes a UTAA, uma área de 170 hectares do INC na Colônia Espanha para a formação de uma cooperativa para a produção de leite e cana. O grupo dissolveu-se após seis meses de severas dificuldades organizativas, produtivas e econômicas (OYHANTÇABAL, 2012, p. 21).

A temática da superexploração do trabalho, suscitada por nós a partir de Ruy Mauro Marini (2005), traz como elementos centrais ao debate a teoria do valor em Marx; o processo de extração de mais-valia relativa, absoluta e extraordinária, em consideração à existência de um mercado mundial; além da participação do Uruguai nesse âmbito como país subdesenvolvido e dependente que, para poder tentar concorrer diretamente com os mercados internacionais – que são os destinos finais das mercadorias produzidas –, aumenta a intensidade do trabalho e rebaixa o valor real do salário, diminuindo o valor final de cada mercadoria, sem devolver, portanto, ao trabalhador parte daquilo que ele mesmo produziu. É neste mecanismo baseado no princípio da troca desigual que a superexploração do trabalho se manifesta e possibilita a recomposição de valor do processo de produção de mercadorias.

Uma vez que o governo da FA implementou medidas, leis, planos e modificou a composição ministerial, levando sua atenção às políticas públicas de combate à desigualdade, a indigência e o trabalho decente, representados por meio da prática governamental de negociação coletiva e diálogo social para o emprego, no final do Capítulo 4 deste trabalho, junto aos documentos da CEPAL (2005), encontramos o debate em torno da concepção de pós-neoliberalismo que, por sua vez, destinaria sua atenção às mazelas sociais causadas pelos anos dessa política, à falta de atenção para com os mais pobres, à falta de implementação de medidas de combate à fome e à extrema pobreza. Neste âmbito das organizações internacionais, temos também a informação de que o tema sobre o trabalho decente surgiu dentro das discussões realizadas pela OIT.

Logo, a nossa hipótese de que as políticas públicas e sociais destinadas ao trabalho no Uruguai são procedentes de organismos internacionais e não propriamente propostas oriundas do seio da esquerda, como muitos acreditam e defendem, é comprovada ao longo deste trabalho. E mais, no nosso entendimento essas políticas não superam a conjuntura atual, ou seja, elas apenas representam mais uma etapa do padrão de reprodução do capital¹⁰⁷ e, portanto, são mecanismos criados nesta fase de reestruturação do capital, para que a lucratividade seja garantida sob a manifestação da superexploração do trabalho e da transferência de valor aos centros capitalistas avançados. Dessa forma, o processo de troca desigual e superexploração do trabalho não foi interrompido com as políticas públicas, o chamado trabalho decente e a negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários.

Na polêmica levantada por nós, através do debate empreendido por Robert Castel (2010, p. 23) sobre a sociedade salarial e a representação do processo de regulação, o capitalismo industrial estaria aprisionado em um sistema de regulações coletivas com a intenção de redistribuir renda, tendo a garantia de proteções estendidas à grande maioria dos cidadãos das democracias ocidentais. Considera que, embora as desigualdades permaneçam presentes, a cidadania social sobre a base do trabalho formaria parte de posições sociais, que se traduz na continuação dos direitos.

¹⁰⁷ Para um debate mais aprofundado sobre a temática do padrão de reprodução do capital, e a forma que Osorio (2012) e os representantes da escola da Teoria da Dependência Marxista (TDM) entendem a questão, favor consultar: OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla. OSORIO, Jaime. LUCE, Mathias. (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Na visão do autor, para entendermos a respeito da dinâmica que sustenta a transformação atual, assinala, em seus termos, que esta consistência da sociedade salarial dependia da inscrição de seus membros em coletivos: coletivos de trabalhadores com o peso da grande indústria, coletivos sindicais, convenções coletivas, regulações coletivas do direito do trabalho e da proteção social e, também, o manejo do Estado social, que é a instância do coletivo por excelência. Nessa configuração, é a ideia de pertencimento ao coletivo que traria proteção aos direitos laborais. No entanto, afirma que, ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial foi produzida uma *desindustrialização* progressiva das relações de trabalho, correspondente à promoção do “trabalho abstrato”, ou seja, ao reconhecimento da significação coletiva do valor trabalho. Portanto, conclui Castel (2010, p. 24):

[...] que o assalariado deixou de ser um indivíduo isolado, individualizado através de uma relação cara a cara com seu empregador como no ‘contrato de aluguel’ do início da industrialização através do qual sempre resultava enganado.

Com esta passagem, acreditamos ter reproduzido o pensamento de Castel (2010), o sentido e o alcance da chamada *grande transformação* que, segundo sua opinião, foi produzida pelo advento do novo regime do capitalismo pós-industrial. Parte da ideia é que esse processo representa uma dinâmica de descoletivização ou de reindividualização. Apresenta que, no plano da organização do trabalho, primeiro assistimos a uma individualização crescente das tarefas, que exigiria a mobilidade, a adaptabilidade, a assunção de responsabilidade por parte dos “operadores”. Justifica sua afirmação respondendo que, em seu ponto limite, o coletivo de trabalho poderia ser totalmente dissolvido, a exemplo do trabalho em rede, no qual alguns indivíduos se conectam durante o tempo de realização de um projeto e se desconectam quando está finalizado.

Assim, diante da interpretação da Teoria Marxista da Dependência (TMD), com a problemática sobre o processo de transferência de mais-valia aos países desenvolvidos por meio da superexploração do trabalho; além do problema levantado por Robert Castel, que no meio profissional, a ideia da criação de uma cidadania social através da regulação dos direitos seria a nova expressão de valor, a maneira pela qual isso incide sobre a realidade uruguaia é o ponto decisivo deste trabalho. Para nós, como anunciamos desde o início, o problema colocado para a compreensão do modo de produção capitalismo e do caráter assumido no Uruguai, bem como dos efeitos sociais em direção ao trabalho, surgem da compreensão da existência de um mecanismo

que, segundo a TMD e, sobretudo, com a contribuição de Vivián Trías, é chamado de troca desigual. Troca que, em linhas gerais, está expressa por meio do subdesenvolvimento, da dependência econômica, tecnológica e financeira, na superexploração do trabalho e a violência policial.

Que é o valor da força de trabalho? Marx e Engels (1953) responderam que aquilo que determina seu valor é a quantidade de trabalho necessária para sua produção. Constatamos em **O Capital**, que a força de trabalho consiste na individualidade própria de cada trabalhador, de sua destreza, de sua capacidade física, ou seja, do trabalho vivo. Esse trabalhador consome mercadorias de primeira necessidade para sua subsistência e de sua família. Portanto, no pensamento de Marx e Engels, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.

Ao percebemos, nessa afirmação de Marx e Engels, que o salário do trabalhador tem como base a cesta básica de produtos e serviços para a sua manutenção e de sua família, captamos os dados desse período no Uruguai, 2005-2010, em relação ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A partir de 2005 o aumento do emprego somou-se à recuperação do salário real, que acumulou um crescimento superior a 50% entre 2005 e 2015, conforme os dados disponibilizados pelo INE. O salário recuperaria, através dos Conselhos de Salários, poder de compra real medido pelo seu aumento acima da inflação. Os dados demonstram que o crescimento econômico, em conjunto às políticas públicas, sociais voltadas ao trabalho decente e à negociação coletiva, conforme as diretrizes internacionais do grande capital, resultariam em uma significativa melhoria no nível e na qualidade de vida do povo uruguaio.

Como vimos, melhorou a qualidade do emprego, diminuiu a pobreza e a indigência e, também, a desigualdade. No entanto, como sabemos, em consonância às apreciações de Marx e Engels, quanto maior o salário do trabalhador, menor os lucros do capitalista, dessa forma, observando que não é esse o caso do país. No exame de Mordecki (2017), o autor nos apresenta através de gráficos e dados disponibilizados pelo INE, que o incremento dos preços ao consumo se localizou, nos últimos anos do período de análise, acima do alcance da meta de inflação estabelecido pelo Banco Central Uruguaio (BCU). Aponta que a frente fiscal, o déficit que havia apresentado uma diminuição desde a crise de 2002, se manteve sob controle até final de 2011, embora com um leve incremento nos últimos meses de 2008 e no início de 2009, como consequência da crise econômica internacional.

Portanto, o consumo da vida do uruguaio apresentaria um crescimento contínuo ao longo dessa primeira gestão da esquerda, como mecanismo para garantir a lucratividade dos capitalistas. Os dados do INE, entre 2005 e 2010¹⁰⁸, nos demonstram que, conforme a elevação do salário dos trabalhadores, os preços dos alimentos, aluguel e serviços em geral, acompanharam esse incremento ao seu valor – como evidenciaram Marx e Engels, ao dizerem que o salário do trabalhador tem como medida o valor mínimo daquilo que necessita para sua reprodução e de sua família.

O problema da mais-valia, isto é, da parte do valor da mercadoria que não é paga ao trabalhador ou, nos termos de Marx e Engels (1953), sobretrabalho ou lucro, é evidenciado por meio do monopólio dos meios de produção que, por sua vez, permite ao proprietário receber uma parte da mais-valia. Por outro lado, advertem os autores, o fato de ter a posse dos meios de trabalho é o que possibilita ao empregador capitalista produzir mais-valia.

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual desta fonte e só desta fonte (MARX; ENGELS, 1953, p. 364).

Em um país subdesenvolvido e dependente, a relação com as formas de propriedade e de enriquecimento através da produção de mais-valia não poderia ocorrer de maneira diferente a que Marx e Engels se referem, ou seja, constatamos que no Uruguai o investimento e a mudança tecnológica são dependentes dos preços internacionais dos produtos e da sua inserção nos mercados e, por seu lado, as cadeias agroindustriais convertem-se nos novos fatores de dinamização e geração de novos excedentes. A incapacidade de concorrer diretamente com os mercados imperialistas; a inclinação da burguesia antinacional em perpetuar a vocação agrária-exportadora do país; e o não enfrentamento da Frente Ampla ao latifúndio e à questão do atraso uruguaio, são reflexos dessa incapacidade de construir um projeto de desenvolvimento nacional.

¹⁰⁸ A partir de uma busca na página da internet do Instituto Nacional de Estatística do Uruguai, podemos observar os dados do IPC de 2005 a 2010. Segue link para maiores informações: http://www.ine.gub.uy/web/guest/indicadores?p_auth=QoI17xXH&p_p_id=listarvaloresindicadoresjsf_WAR_valoresindicadoresportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&listarvaloresindicadoresjsf_WAR_valoresindicadoresportlet_facesViewIdRender=%2Fview_s%2Flistar-valores-indicadores-jsf%2Fview.xhtml. Data de acesso: 14 de setembro de 2019.

A partir da nova lógica de extração de mais-valia e com a propriedade rural em posse de estrangeiros e indústrias internacionais, a agricultura foi o setor que mais apresentaria mudanças técnicas, conforme apresentamos no Capítulo IV. Para recordar brevemente o que dissemos, aconteceram mudanças nos sistemas de plantios e semeaduras, com encurtamento de tempo e aumento de produtividade, cultivos transgênicos. Conforme Vassallo (2011), essas mudanças tecnológicas constituíram mudanças relevantes na produção agrícola. Elas modificaram os sistemas de produção, a intensidade de capital aplicado, a organização da produção e a exigências para o manejo da tecnologia, produtivo e da gestão. Afirma ainda que, essas transformações tecnológicas determinariam um uso mais intensivo e diferenciado da terra, incluindo a renda da terra.

Por outro lado, no setor industrial, conforme sua avaliação, Vassallo (2011), aponta para dois tipos de transformações: 1) as derivadas de investimentos industriais em plantas de processamento de madeira que não existiam no país, e 2) plantas industriais de celulose e plantas industriais de tábuas. Na conclusão apresentada pelo autor em destaque, é possível constatar que a mudança técnica constitui um fator no incremento dos volumes de produção, favorecendo a diminuição dos custos por unidade de produto. Em um contexto de demanda crescente, essas transformações alimentam o interesse por concorrência e uso da terra. Por fim, vale destacar o valor da terra no Uruguai. Ainda em posse dos dados trabalhados no documento de trabalho e, sob a avaliação de Vassallo (2011), o preço da terra com amplitude florestal correspondia, no início dos anos 1990 a US\$ 250 por hectare e, em 2011, o valor pago pela terra era dez vezes maior.

Logo, nossa compreensão sobre a extração de mais-valia em constatação de que a economia uruguaia é totalmente dependente de técnicas e tecnologias estrangeiras, sua incapacidade de concorrer dentro de um mecanismo de troca desigual, em que os países desenvolvidos produzem mercadorias manufaturas e industrializadas com alta tecnologia, enquanto os pobres produzem somente produtos de origem primária, ou seja, matérias-primas para grandes indústrias e produtos semiacabados. O trabalho está subordinado a estas formas de exploração, que visam única e exclusivamente o lucro. Portanto, a extração de mais-valia apresenta-se por meio desse processo de intensificação da produção, uma outra parte se destina a compra de maquinaria e insumos, que são destinados a grupos monopólicos internacionais, como é o caso da UPM¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Aqui compartilhamos link da página da internet referente à instalação da indústria de celulose UPM no Uruguai, no ano de 2007. Para mais informações, favor consultar: <https://www.upm.uy/planta/>. Data de acesso: 14 de setembro de 2019.

Percebemos também que os antigos setores mais lucrativos para o Uruguai até a renovação técnica e tecnológica, a cadeia do leite e dos produtos de carne, obtiveram uma baixa em seus investimentos e o preço médio da lucratividade diminuiu. Para tentar minimizar os impactos causados pelas novas cadeias produtivas, assim como pelas novas técnicas e tecnologias empregadas, o governo da Frente Ampla aprovou um pacote de leis de isenções fiscais para esses setores. Trabalhamos esses incentivos fiscais no Capítulo IV, por meio do decreto de 2007, o governo da FA regulamentaria a Lei de Investimentos de 1988 através do decreto 455/007. Portanto, outra parte da mais-valia acumulada sobre a forma de impostos foi destinada aos grandes grupos empresariais e monopolísticos, como nos comprova esse exemplo.

A dívida pública internacional contraída pelo Uruguai, representa igualmente a exportação de capitais para fora do país, conforme os delineamentos de Marx e Engels. O endividamento externo ao assumir o governo em 2005, descontadas as reservas internacionais, o que se conhece como dívida bruta, conforme os dados do PIT-CNT (2015, p. 43) era de aproximadamente 70% do PIB e, uma vez que a dívida está majoritariamente nominada em dólares, isso constituía uma enorme vulnerabilidade para a economia. Em 2013 o endividamento bruto se localizou abaixo do 60% do produto e os níveis recordes de reservas internacionais permitiram que a dívida neta representasse apenas 23% do PIB, estando 38% nominada em moeda estrangeira e 83% colocada em taxas fixas.

Portanto, para respondermos uma das questões elencadas no início da pesquisa, se as políticas públicas e sociais para o trabalho no Uruguai mudaram a vida do trabalhador rural, dos cortadores de cana-de-açúcar de Bella Unión, isto é, os “peludos”, em nossa compreensão, tendo em vista dialética entre a concepção de classe social e posição profissional, captamos que a posição da classe social na estrutura produtiva e sua atuação como sujeito político é a relação entre as determinações da base material, sua constituição e desenvolvimento como sujeito político na produção. Portanto, os “peludos” são os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar superexplorados e precarizados, que se organizam e mobilizam a partir de suas organizações sindicais e movimentos sociais.

Em posse ao trabalho de Oyhantçabal (2012), recordamos as lutas históricas que giram em torno desses trabalhadores rurais de Bella Unión e da UTAA, fundamentalmente. Esse sindicato constituído com a contribuição de Raul Sendic, e que teve fundamental importância no processo de unificação do movimento sindical, protagonizou cinco grandes marchas de Bella Unión até

Montevideo¹¹⁰, que tiveram grande impacto à sociedade uruguaia e à história do sindicato, pois a participação não se deu somente com a presença dos trabalhadores e trabalhadoras da associação, mas também contou com a presença dos familiares do conjunto de trabalhadores que, por sua vez, contaram com o apoio dos sindicatos ligados à PIT-CNT, camadas médias urbanas, intelectuais e estudantes.

O que queremos dizer aqui é que não é o meio profissional somente que explica a nova dinâmica da sociedade atual. A incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, ou seja, o problema das desigualdades sociais, no nosso entender, não são decorrentes da cidadania social, da reclamação dos direitos sociais, mas um problema de classe, representado historicamente pelo seu sindicato UTAA. Queremos afirmar que a pobreza do trabalhador uruguaio é decorrente da manutenção de uma estrutura subdesenvolvida e dependente, na qual a posse da propriedade ainda está baseada nos princípios da grande propriedade rural. São os sindicatos os veículos por meio dos quais os “peludos” conseguem atingir sua expressão nacional de defesa à luta pelo acesso à terra. As ocupações em terras da ALUR e do INC, como citamos acima, também foram instrumentos de lutas utilizados pelos cortadores de cana. Portanto, podemos perceber que a sociedade salarial do subdesenvolvimento se apresenta muito distante da realidade francesa de Robert Castel que, conforme sua expressão ao designar o imaginário do trabalhador de seu país, a França, “que amanhã será melhor que hoje” e “que meus filhos terão uma vida melhor à que pude proporcionar a eles”, não parece caber à realidade desses trabalhadores rurais do Uruguai.

No primeiro governo da FA foi colocado em prática diversos mecanismos redistributivos e, paralelamente, a economia uruguaia cresceu a taxas muito acima da média histórica do país. Como se explica esse fenômeno? Primeiramente, as mudanças na economia mundial dos últimos trinta anos e os investimentos estrangeiros se destacam em virtude do chamado Consenso de Washington, que tem imposto medidas econômicas e estruturais que modificam as políticas dos países pobres. No período 2005-2010, o PIB e as exportações marcaram então um crescimento altíssimo para os registros históricos do país. O desemprego caiu; o salário teve uma recuperação gradual, mas contínua; e a pobreza e a marginalidade abaixaram. Também caiu o peso relativo da dívida pública em relação ao PIB. Por outra parte, durante o período foi registrada uma importante tendência à formalização da economia, que é possível apreciar nas contínuas melhoras de

¹¹⁰ Para uma melhor compreensão dos detalhes do movimentos, favor consultar a página da internet da UTAA: <https://utaasindicato.wordpress.com/utaa/>. Data de acesso: 13 de setembro de 2019.

arrecadação da DGI e o BPS. Ambos os organismos públicos possuem um papel fundamental em uma trama institucional.

O governo uruguaio confia, conforme a apreciação de Traversa (2010), como o fizeram seus predecessores, no desenvolvimento exportador sobre a base das vantagens comparativas do país: a agroindústria alimentícia, o complexo florestal, os serviços, transporte, comunicação, turismo, portos e a produção de tecnologia da informação. Mas as premissas básicas para o crescimento levam em conta como um ponto prioritário estimular o investimento no setor privado, única maneira de sustentar um alto crescimento, para o qual se está trabalhando com o BID e o BM na melhoria do clima de investimentos, na expansão da participação do setor privado nos serviços públicos e na infraestrutura e promoção do desenvolvimento de mercados de capital internos. Protegeremos os direitos dos credores e devedores por meio de uma estrita adesão aos direitos de propriedade e aos contratos estabelecidos. Em síntese, que resultados trouxeram as políticas redistributivas da FA? Elas têm obtido um êxito relativo: o crescimento econômico foi importante durante o período e tem melhorado a renda média das famílias. Em matéria distributiva, o Uruguai tem se mantido como um dos países com melhor distribuição de renda na América Latina.

O capitalismo dependente desenvolvido no Uruguai não foi superado mediante as políticas públicas redistributivas, mas o outro lado da economia mundial capitalista em sua fase imperialista, com seus mecanismos próprios de dominação burguesa, que observamos ao longo do trabalho. Evidenciamos a dependência comercial, tecnológica e financeira desse país, suas próprias leis ao longo dos processos de transformações capitalistas, com a superexploração e a transferência de riqueza para os países centrais do capitalismo. Por fim, o trabalho precarizado parece ter sido a saída encontrada pela burguesia uruguaia para garantir a maior produtividade possível e “driblar” a proteção social estipulada pelo conjunto de leis aprovadas ao longo dessa primeira gestão da Frente Ampla.

Portanto, nesse primeiro governo da Frente Ampla encontramos pontos de continuidade e rupturas com as concepções de esquerda tradicional. O direcionamento macroeconômico, voltado ao equilíbrio fiscal e à contenção da inflação, marcado pela dependência do setor agroexportador à demanda internacional por produtos primários, representa o compromisso político-partidário com as políticas impostas pelo Consenso de Washington. Contudo, por outro lado, os setores ligados à esquerda, aos movimentos sociais e sindicais, com a implementação das políticas sociais de proteção ao emprego e ao salário, representariam a maneira que a esquerda uruguaia encontrou

para poder resistir aos ditames do mercado e reparar as injustiças sociais promovidas pela retirada dos direitos trabalhistas, desemprego estrutural, terceirizações, subcontratações, em suma, pela precarização das relações trabalhistas do país.

A precarização do trabalho no Uruguai está sendo mostrada por meio da situação do trabalhador frente à retirada de seus direitos, evidenciados ao longo da história desse país, destacando o fim da chamada “Suíça latino-americana”, a partir do governo Gestildo, em 1968, e sua política de congelamento de preços e salários, com a supressão dos Conselhos de Salários e a negociação coletiva, marcada pela deterioração dos salários, com a instauração da violência policial constatada pelas chamadas *Medidas Prontas de Seguridad*. Outro limite encontrado pela esquerda para a implementação do trabalho decente é decorrente dos longos anos de ataque aos trabalhadores que, segundo Delacoste (2015), em contradição à expansão do emprego formal, surgiriam formas de contratação que transformam os empregadores em clientes, minando a possibilidade de negociação coletiva e proteção social. O autor em destaque nos apresenta que esses mecanismos estão representados pelas terceirizações, o trabalho *freelancer*, o empreendedorismo e outras formas de trabalho individualizado, como o trabalho digital, por exemplo.

Por fim, para demonstrarmos que o processo de implantação do trabalho decente traz consigo as contradições capitalistas, ao passo que, as subcontratações, o trabalho precário, as formas atípicas de trabalho, a informalidade, fazem parte do receituário dessas políticas redistributivas, analisaremos as terceirizações laborais no Uruguai e a precarização do trabalho. Ou melhor, analisaremos de perto a maneira pela qual o capitalista, por meio da renovação técnica e tecnológica, insere novas formas de trabalho e recompõe as taxas de mais-valia. Essas formas de trabalho muitas vezes levam o trabalhador à informalidade, sendo contratados não mais por meio de mecanismos contratuais, mas para alguns setores produtivos, isto é, pelos chamados contratistas. Esses contratistas, que têm como tarefa selecionar trabalhadores e trabalhadoras para a execução de serviços temporários, sazonais, o fazem, na maioria das vezes, por meio de contrato verbal e pagando valores abaixo do recomendado.

5.4 A precarização do trabalho e as terceirizações

O processo de reestruturação produtiva e a acumulação flexível é o debate proposto por Ricardo Antunes (2014, p. 14). Ele fundamenta sua pesquisa com a constatação de que o modelo

japonês, o toyotismo, implementado após a Segunda Guerra Mundial, substituiria o padrão de acumulação norte-americano taylorista/fordista. Argumenta que, a partir de avanços tecnológicos e a introdução de novas técnicas de gestão da força de trabalho, como a incorporação de computadores no processo produtivo e de serviços, foi possível a criação de uma produção mais flexível. Essa flexibilidade é proveniente da desconcentração produtiva, com a terceirização das empresas e da subcontratação de trabalhadores, do trabalho em equipe, do salário flexível, das células de produção. O autor em relevo nos destaca ainda, que o trabalho polivalente, multifuncional, combinado com a estrutura de empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

Diante desse processo de reestruturação produtiva, com a aplicação de novas tecnologias e técnicas para o trabalho, Antunes (2014, p. 14-15), argumenta que os resultados encontrados são preocupantes: “Desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflituoso”. Consoante a essas apreciações realizadas pelo autor em destaque, observamos que, no Uruguai, entre fins de 2006 e durante 2007, foram aprovadas as Leis de Terceirizações, Leis 18.098 e 18.215, que regulamentam parte das contratações no país, adequando-se às exigências e padrões internacionais.

Para Robert Castel (2010, p. 125-126), a sociedade salarial está configurada por meio de políticas redistributivas e desiguais, ao passo que estas refletem a uma hierarquia salarial. A medida em que é posta em prática, nenhuma categoria trabalhista fica excluída do acesso a um mínimo de recursos necessários para a satisfação das necessidades pessoais. Para os assalariados da sociedade francesa, o emprego formaria a base da economia da solidariedade. A solidariedade, em seu pensamento, surge como componente da cidadania social dentro das categorias laborais. Entretanto, é possível observar uma transformação nas relações formais de emprego a partir da década de 1970, com a instalação de uma desocupação massiva e com a precarização das relações de trabalho.

Considerando as observações sobre as transformações sociais, Castel (2010, p. 128), em seus termos, diz assistirmos ao crescimento das formas chamadas *atípicas* de emprego, que se manifestam em formas de empregos de duração limitada, tarefas temporárias, trabalho em tempo parcial. Constata que, na França, mais de 27% dos novos contratos de trabalho realizados no ano são feitos em tais formas atípicas. Essa seria sua explicação para a multiplicação

das situações caracterizadas por indivíduos entre dois empregos, a sucessão de períodos de atividade e inatividade, sobretudo para os jovens que entram no mercado de trabalho. Portanto, em sua concepção, pode-se chamar de precariedade a essas relações mais efêmeras de trabalho, que contrastam com a ideia de estabilidade no emprego.

Segundo as ideias do autor em destaque, por um lado existe a relação entre emprego e desocupação; por outro, entre estabilidade e precariedade. No que diz respeito à desocupação, nos recorda que o sentido moderno da palavra foi definido pensado, de maneira explícita ou implícita, no horizonte do pleno emprego. Assim, conclui:

[...] que a desocupação é a consequência de um déficit entre a oferta e a demanda de emprego no marco estritamente definido do conjunto dos empregos, e o desocupado é um `solicitante` de emprego que espera encontrar um lugar na nomenclatura dos empregos que existem ou sejam criados. Quando a espera se prolonga, se havia de `crise`, entendida como um desajuste mais ou menos grave entre a oferta e a demanda de emprego no mercado de trabalho. Mas a gravidade destas situações de não emprego não põe em questão a complementariedade entre desocupação e emprego (CASTEL, 2010, p. 129).

As formas atípicas de trabalho, para Castel (2010), manifestam-se por meio de tipos de contratação temporária, trabalho parcial, diferentemente das formas que se configuraram na sociedade salarial francesa. Essas formas, segundo a hipótese levantada pelo autor, de que hoje poderia haver formas de ausência emprego que não sejam exatamente desocupação, no sentido de que haveria solicitantes de emprego que não conseguiriam encontrá-lo. Explica-nos, que estes que não conseguem encontrá-lo, estão classificados na categoria de ausência de emprego, mais que na categoria de desocupação, porque de acordo com a sua hipótese, havia uma falta de empregos que não seria suscetível de ser absorvida. Em efeito, tudo ocorre como se o novo regime do capitalismo resultasse incapaz de garantir o pleno emprego, como mostra a existência de uma desocupação massiva, em aparência, irreduzível.

Em relação à precariedade do emprego, nas ideias de Castel (2010), destacamos sua afirmativa de que ela é pensada com respeito à estabilidade do emprego, assim como na expressão “formas atípicas de emprego”, que destaca um contrato de trabalho de duração indeterminada. Essas formas chamadas de atípicas, em seu pensamento, não representam senão casos particulares, inclusive, de algum modo, alterações com respeito às formas de emprego clássicas. Por outra parte,

reconhece que essas formas atípicas são bem protegidas pelo direito do trabalho. Contudo, salienta que essa expansão de contratos de trabalho significam um distanciamento do emprego clássico.

Além disso, ao abordar sobre o tema da precariedade, nos revela que, como a constatação do ascenso de uma desocupação massiva foi interpretado como um momento de crise, do qual sairíamos em um longo prazo, e diz que sob as primeiras manifestações de precariedade, também seriam interpretadas como um mau momento passageiro. A precariedade se instala ao mesmo tempo em que se desenvolve. Converte-se em uma condição da organização do trabalho, com suas características próprias e seu próprio regime de existência. “Assim como se fala de ‘condição salarial’ (caracterizada pelo estatuto do emprego da sociedade salarial), haveria que falar de *condição precária*, entendida como um registro próprio de existência do salariado”. (CASTEL, 2010, p. 132).

A promessa da cidadania salarial, expressa na combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, na opinião de Braga (2012, p. 16), transformou-se em um poderoso amortecedor da luta de classes. O crescimento do “sariado”, isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal. Observa que os países europeus trouxeram de volta as políticas de eliminação de direitos e cortes orçamentários. No caso europeu, o autor em destaque sinaliza para o fato de que a “Troika”, ou seja, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, formularia essas políticas de desregulamentação de direitos às economias mais castigadas pela crise econômica: primeiro a Grécia, seguida de perto por Portugal, Espanha e Itália, recolocando a insegurança no coração da relação salarial.

Em sua avaliação, a crise da sociedade salarial europeia retiraria da posição de salariado aproximadamente um quarto da população adulta. Inclina seu pensamento ao pensar que, se não fosse pelo neoliberalismo e pela atual crise econômica mundial, a institucionalização dos direitos pela cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social. Dessa trama, para Braga (2012), surge o que ele chama de precariado. Guia-nos à interpretação de que este precariado não deve ser interpretado como a contradição do salariado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado:

Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto do lumpemproletariado quanto a população pauperizada. Marx chamou de `superpopulação relativa`. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel e Standing. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como uma amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho* (BRAGA, 2012, p. 18).

Ao diferenciar analiticamente o pauperismo (e o lumpemproletariado) do precariado, aponta para o fato de que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. Em síntese, Braga (2012, p. 19) identifica o precariado como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas – excluindo a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-los próprios da reprodução do capitalismo periférico.

Para podermos entender esse debate aplicado à realidade uruguaia, buscaremos entender de que maneira o trabalho precário, flexível, persiste entre as maneiras de contratação de trabalhadores, como, por exemplo, as terceirizações. A precariedade no trabalho está presente mesmo com os empresários tendo diversas obrigações legais para amparar os trabalhadores e registrá-los, conforme à ordenação legal. Para compreendermos a manifestação das formas de trabalho, nesse momento analisaremos o documento¹¹¹ cujo objetivo é apresentar dados estatísticos sobre as novas ocupações do país. A concepção apresentada pelo documento sobre o entendimento daquilo que se está denominando novos postos trabalho como criações de emprego, logo, os que possuem pouca antiguidade são uma aproximação, porque alguns deles correspondem a postos de trabalho já existentes que ficaram vacantes. O documento traz a advertência para esta limitação: os que se denominam novos empregos – pelo fato de as pessoas declararem poucos meses de antiguidade – são, em parte os recém-criados, e em outra parte, postos de trabalhos pré-existentes.

Dentro das hipóteses levantadas no documento em questão, por meio da análise do Quadro 1, (INE, 2006, p. 5-6) está a de que as remunerações são crescentes com a antiguidade no emprego,

¹¹¹ Nos referimos ao documento do Instituto Nacional de Estatística uruguaio: INE. **Encuesta Nacional de Hogares Ampliada**. Análisis de la Antigüedad en el Empleo. Uruguai: INE. Informe Temático, 2006.

ou seja, que os salários aumentam conforme o tempo de trabalho. A informação apresentada é que um em cada quatro ocupados tem uma antiguidade no emprego inferior a um ano. A remuneração média dos empregos com menor antiguidade, até três meses, é quase a terceira parte da remuneração dos trabalhadores com maior tempo de serviço, com dois anos ou mais, e isto vale tanto para a remuneração mensal como para pagamentos por hora. A segunda hipótese levantada no documento aponta que, nos empregos mais novos, a jornada semanal é de aproximadamente 163 horas, enquanto os com mais antiguidade é de 176 horas, uma diferença de 7%, o que representa que os empregos novos possuem uma carga horária menor do que os mais antigos.¹¹²

O item que discute sobre a precariedade no emprego, tenta responder se os novos empregos apresentam maiores índices de informalidade em relação aos já existentes. A análise realizada no Quadro 2 (INE, 2006, p. 6) mostra que a informalidade é decrescente com a antiguidade no emprego. Dos trabalhadores com menos de um trimestre no trabalho, seis de cada dez não realizam aportes à segurança social; dos que já possuem entre quatro e seis meses no emprego, a metade não realiza contribuições; já os que têm mais de dois anos, somente um de cada quatro não contribui com a segurança social. Aqui percebemos que precariedade, na visão estabelecida nesse documento, verifica se o trabalhador contribui ou não com a previdência social e se está coberto pelas políticas redistributivas.

O INE aborda a também sobre a idade média dos trabalhadores. Informam que somente um terço dos chamados novos empregos, aqui considerados com menos de seis meses de antiguidade, são ocupados por jovens entre 14 e 24 anos de idade. Contudo, a informação apresentada no Quadro 5a (INE, 2006, p. 11), demonstra que a metade dos ocupados atuais mais jovens, entre 14 e 19 anos, conseguiram empregos nos últimos seis meses, somente lembrando que os dados desse documento são referentes ao primeiro semestre de 2006. Os ocupados com idades superiores a 25 anos têm majoritariamente mais de dois anos no emprego.

No Quadro 7 (INE, 2006, p. 14), há a demonstração de que a participação feminina nos empregos com antiguidade inferior a três meses está na casa de 43,5%, enquanto nos empregos com antiguidade maior, há dois anos, a participação das mulheres cai para 41,1%. Na capital, Montevidéu, essas cifras estão situadas entre 49,2% para a primeira referência e de 45,7% para a

¹¹² Encontramos que os empregos mais recentes têm a menor remuneração, na ordem de \$ 4000 (quatro mil pesos uruguaios) por mês, enquanto a média geral é de \$ 8.687 (oito mil seiscientos e oitenta e sete pesos uruguaios), apesar de não haver muita diferença nas horas trabalhadas, 163 horas semanais contra 173 horas semanais. (INE, 2006, p. 31).

segunda. Verificam-se, também, as remunerações. A informação fornecida aponta que nos novos empregos a renda média por trabalho feminino é de 70% em relação a dos homens, e este resultado é similar ao registrado com os casos de mais antiguidade.

O Quadro 9 traz a informação de que 80% dos novos empregos são do tipo assalariado, e que de cada quatro empregos três são do setor privado. No Quadro 11, a informação encontrada mostra que quase 50% (26,8% + 21,8%) dos ocupados trabalha em uma microempresa, considerada aqui com até quatro trabalhadores, e essa proporção é maior no caso dos empregos recentes, decrescendo lentamente à medida em que aumenta a antiguidade no emprego. No caso das grandes e médias empresas, aqui consideradas com dez ou mais pessoas, 46,7% dos ocupados tem mais de dois anos de tempo de trabalho e somente 34% possuem menos de seis meses de antiguidade. Esse Quadro ainda nos brinda com a informação de que os salários do setor privado são inferiores aos do setor público e este resultado também é válido para qualquer antiguidade no emprego.

A informação encontrada no Quadro 13 (INE, 2006, p. 23-25) mostra que 63% dos novos empregos, aqueles com menos de três meses de antiguidade, estão situados no comércio e nos serviços. O Quadro aponta que os setores que estão gerando essas ofertas de emprego são: indústrias de alimentos, indústria da madeira e do papel, indústria da construção, comércio, hotéis, restaurantes e serviços domésticos.

Outra hipótese verificada pelos elaboradores do documento é a de que os novos empregos requerem menor nível educativo ou correspondem às ocupações com escassos requerimentos em matéria de qualificação. Na análise do Quadro 14, encontramos que nos empregos com menos de dois anos de antiguidade, os mais frequentes são os empregos sem qualificação, sendo que nos mais novos, ou seja, com menos de três meses, quase dois de cada cinco empregos são sem qualificação. Em contrapartida, nos empregos com mais de dois anos, os trabalhadores não qualificados não chegam a 20%. Ao classificar os ocupados com diferente tempo no serviço por nível educativo, constata-se que o maior número dos novos empregos corresponde a pessoas com poucos anos de escolaridade que, segundo os termos do documento em análise, condizem com as áreas que ofertam essas oportunidades laborais: agropecuária, construção, comércio e serviço doméstico. Por fim, em análise do Quadro 15 (INE, 2006, p. 28-30), os ocupados com educação que não alcançam o nível superior são 10% nos empregos com mais de dois anos, em comparação aos empregos mais antigos. Ao contrário, nos novos empregos somente um de cada dez ocupados

possuem alguma formação universitária, enquanto que para os mais antigos representam dois a cada dez.

A taxa de lucro do capitalista depende da taxa de mais-valia e da velocidade de rotatividade do capital. As transformações técnicas e tecnológicas introduzidas pelas grandes corporações no Uruguai, como vimos, são capazes de reduzir o tempo de produção e aumentar a produtividade por meio da intensidade do trabalho. O cultivo de hortaliças sobre coberturas plásticas, por exemplo, criando condições especiais de temperatura e umidade, encurta-se o tempo entre a sementeira e a colheita. Os processos de introdução de sementes transgênicas diminuem igualmente o tempo de produção, ou a técnica de produção à seco, típica de lugares áridos, como ressaltamos com a leitura de Vassallo (2011). Outro exemplo é a produção pecuária confinada de aves, porcos, gado, ruminantes – ao diminuir a mobilidade e melhorar as condições de alimentação aumenta-se a velocidade e o crescimento e encurta-se o tempo de preparação dos animais. Em todos os casos as inovações introduzidas visam aumentar a produtividade e a extração do máximo de mais-valia, com o aumento da massa de capital.

As soluções articuladas pelo capital para a recomposição e aumento das taxas de mais-valia por um lado estão entendidas por meio da introdução de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo; por outro, pela segmentação da força de trabalho em um contingente de trabalhadores permanentes e um conjunto de trabalhadores estacionários, precarizados. A primeira estratégia permite encurtar o tempo de rotação do capital; a segunda, evita o pagamento de salários em períodos de ausência de trabalho, assim, os capitalistas garantem o incremento de suas lucratividades. Os documentos institucionais analisados até o momento comprovam essa nossa hipótese e vão além, apresentando os principais ramos de atividade do Uruguai e quantificando-os. A **Encuesta Nacional de Hogares Ampliada** (2006), analisada mais acima, nos indica que os novos serviços, os novos empregos, que surgiram no país sob a administração da Frente Ampla, em sua maioria, estão alocados no setor de serviços, e que por sua vez, são empregos que exigem baixa qualificação. Nosso propósito, nessa última etapa da pesquisa, é demonstrar quais são esses novos serviços, as maneiras de contratação que surgiram e as formas precárias, que visam somente o aumento do lucro, por meio da superexploração do trabalho.

No Uruguai, ao debatermos sobre esses novos empregos, detectamos que a grande maioria deles estão nos setores de serviço e no setor primário da produção, ou seja, no setor agroexportador. Em acordo com Piñero (2007, p. 61) as distintas cadeias produtivas do campo uruguaio demandam

trabalhadores ciclicamente, de acordo com as suas necessidades, em que os cinco maiores empreendimentos capitalistas agrícolas são: frutas, hortas, parreirais, cereais e arroz. Segundo a informação do autor em destaque, esses setores demandam 60% de trabalhadores safristas. Parte desses trabalhadores possuem residências em áreas urbanas e se deslocam diariamente aos lugares de trabalho, como no caso dos colhedores de frutas cítricas do litoral oeste ou no sul do país. Também existem trabalhadores que possuem residências em pequenas cidades do interior ou em pequenos prédios rurais que trabalham em estabelecimentos rurais voltados à pecuária e regressam às suas residências nos fins de semana ou a cada quinze dias. Uma outra situação constatada são os trabalhadores que possuem residência rural ou urbana e se deslocam pelo território em grupos de trabalhadores, regressando às suas casas semanalmente, como é o caso dos trabalhadores da indústria de celulose e madeiras e da tosquia da lã.

O autor¹¹³ em questão, avalia que a mobilidade espacial dos trabalhadores contribui para a precariedade laboral. De um lado, esses trabalhadores ficam separados de suas famílias e privados de estabelecer laços afetivos, sociais. Essas circunstâncias, por sua vez, os tornam mais vulneráveis às pressões patronais. Além disso, aponta a outro problema: a mobilidade pode incidir sobre sua possibilidade de ascender aos benefícios do Estado, como assistência médica, estudos ou sua capacitação para o trabalho. Para entendermos melhor essa situação de precariedade do trabalhador uruguaio nos termos do autor, destacamos a seguinte passagem de sua pesquisa de doutoramento:

Para o trabalhador que passa de estabelecimento em estabelecimento ao longo de vários meses, as péssimas condições de vida se prolongam por todo o ciclo migratório. Se bem, na maioria dos países as leis estabelecem que o patrão está obrigado a proporcionar condições aceitáveis de alojamento, estas raramente se cumprem. [...] as condições de traslado dos caminhoneiros contam com escassas comodidades e nula proteção, aumentando as probabilidades de acidentes (PIÑERO, 2007, p. 66).

Com o intuito de demonstrar, por fim, nossa hipótese inicial, de que há uma incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade, e que este antagonismo não pode ser superado através da implementação da negociação coletiva e do trabalho decente, estamos evidenciando, com o suporte teórico da Teoria Marxista da Dependência, e por meio da leitura dos autores uruguaio e documentos oficiais que, embora a Frente Ampla aprove em seu primeiro

¹¹³ PIÑERO, Diego E. **El trabajo precario en el campo uruguayo**. Uruguay: Universidad de la República Uruguay. Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

governo nacional um conjunto de leis e medidas que visam combater as formas de trabalho precárias, exploratórias e garantir ganhos reais aos trabalhadores, a saída encontrada pelo capital, por seu turno, são as subcontratações, o trabalho por safra e as terceirizações.

Nossa busca para sabermos como se dão as formas de contratação terceirizadas nos setores produtivos, sobretudo, nos chamados novos empregos do meio rural, encontramos a figura do contratista rural. No Brasil, por exemplo, esse tipo de trabalhador leva o nome de “gato” ou “empreiteiro”, para representar a pessoa que contrata trabalhadores para realizarem trabalhos temporários, muitas vezes, por meio de contratos falados, verbais, acordados entre as partes envolvidas, sem que haja nenhuma intervenção legal. No Uruguai, segundo as informações disponibilizadas por Rondini e Piñero (2013), o contratista, no passado, estava presente em tarefas como a tosquia da lã e alguns casos na colheita agrícola. Os autores verificam que esse tipo de contratação começou a se generalizar nesse momento histórico, em diferentes setores e atividades, como nas atividades ligadas à celulose e madeira, na agricultura extensiva e na atividade pecuarista.

Os autores¹¹⁴ em destaque explicam que a figura do contratista de mão-de-obra configura-se como um agente econômico e social que une a demanda de trabalho por parte dos empresários e a oferta de força de trabalho disponível. Ademais, apresentam dois tipos de contratistas, o maquinista da tosquia da lã e o contratista vinculado na indústria florestal, e um resumo de suas principais atividades, sua relação com os empresários e com os trabalhadores. Esses contratistas são intermediários que intervêm diretamente nas formas de contratação e, muitas vezes, possuem até mesmo maquinaria, lucrando por meio de aluguéis nos períodos das safras agrícolas.

Em relação às suas atividades como empresários, na análise dos autores, aparece a informação de que dois terços desses maquinistas de tosquiadoras de lã são proprietários da maquinaria e, em média, possuem quinze anos de tempo de trabalho como proprietários. Informamos que metade desses contratistas adquiriram suas máquinas com poupança própria, enquanto os outros 50% realizaram algum tipo financiamento. O seu vínculo com os trabalhadores é descrito como aquele que contrata, despede e fixa salários. As formas prioritárias para sua contratação são fatores sociais, tais como: comportamento, confiança, conhecimento pessoal e vínculos com outros familiares desses trabalhadores. Rondini e Piñero (2013) apontam que esses contratistas que são os

¹¹⁴ RONDINI, R. Emilio Fernández. PIÑERO, Diego. Tercerización laboral en el Uruguay: estudio comparado de contratistas de trabajo y de maquinaria en el medio rural. In: **Agrociencia Uruguay** - Volumen 17, julio/diciembre, 2013, p. 141-149.

maquinistas das tosquiadoras e seus proprietários, exercem também uma função de disciplinamento da mão-de-obra contratada, impondo o ritmo de trabalho. Eles têm como tarefas o transporte dos trabalhadores e o fornecimento das ferramentas para a tosquia da lâ. No que se refere à relação estabelecida com os proprietários das produções, segundo a informação, cada maquinista chega a possuir até quarenta contratos com proprietários por safra, convertendo-se em um fator fundamental para o desenvolvimento dessa atividade produtiva.

O outro exemplo está expresso na descrição do contratista do setor florestal. Rondini e Piñero (2013) informam que na totalidade das entrevistas, tais contratistas são proprietários de suas maquinarias. Os que realizam colheita semi-mecanizada e mecanizada possuem tratores, tais como: *grapos*, *skidders*, *harvesters* e *forwaders*¹¹⁵, o que evidencia a mecanização das tarefas de corte e um investimento de capital morto, ou seja, trabalho morto. Seu vínculo com os trabalhadores é descrito como aqueles que estipulam as condições para o trabalho, remuneração, tipo de atividade a ser realizada, duração da tarefa, pautam e controlam a qualidade do trabalho. Os autores dizem que existe a figura do capataz que estipula um disciplinamento dos operários, embora a última palavra esteja sempre com o contratista. São responsáveis pelo transporte dos alojamentos ou dos pequenos povoados até os locais de trabalho. As empresas ligadas ao setor florestal que possuem o intuito de baixar o valor de sua mercadoria, nos termos dos autores, têm substituído a mão-de-obra por capital, o que tem levado a uma quase total mecanização da atividade do setor. As estratégias utilizadas pelos contratistas descritas mencionam que estes impõem um ritmo de trabalho muito intenso, muitas vezes de 24 horas ininterruptas, para coletarem o máximo possível em menos tempo, diminuindo, assim, a composição do valor por unidade. Em segundo lugar, buscam combinar frentes de corte ou grupos de trabalho, semi-mecanizadas e mecanizadas.

Gostaríamos de lembrar que, no Uruguai, foram aprovadas as Leis n°. 18.099, direitos dos trabalhadores e a Lei n° 18.251, responsabilidade trabalhista nos processos de descentralização empresarial dos anos de 2007 e 2008, que estabelecem as condições das empresas em contratações terceirizadas. Essas normas legais geraram mudanças no regime de responsabilidade das empresas, em que a empresa mãe delega algumas atividades a uma empresa secundária. Destacamos a responsabilidade imposta pela lei à empresa que contrata subcontratistas, trabalhadores

¹¹⁵ Na descrição fornecida por Rondini e Piñero (2013), *grapo* é uma máquina que cumpre com o papel de grua. *Skidder* trata-se de um trator florestal com grande capacidade de manobra, utilizado para arrastar as árvores. *Harvester* é uma máquina cortadora-colheitadeira de árvores. *Forwarder* é uma máquina florestal destinada para a carga e transporte de troncos de madeira.

terceirizados, com as obrigações de previdência social – o que é chamado de responsabilidade solidária. Portanto, em nossa compreensão, a lei permitiria ao trabalhador reclamar seus direitos a qualquer uma das empresas. Trabalhos como o de Rolle (2012, p. 23-24), apontam para a obrigatoriedade de informar o trabalhador previamente, e também por escrito, sobre suas condições de emprego, seu salário e a empresa ou instituição para a qual prestará o serviço. Por outra parte, está previsto que em nenhum caso serão utilizadas as modalidades de terceirização para recolocarem trabalhadores em seguro desemprego ou em conflito¹¹⁶.

Estamos convencidos de que no Uruguai existe, por um lado, a tentativa da esquerda em trazer reparação social por meio das políticas voltadas aos trabalhadores, entretanto, constatamos que estas políticas de negociação coletiva e de trabalho decente fazem parte da estratégia do grande capital, elaborada por seus organismos internacionais, como a OIT e FMI, respectivamente, como fundamentos do processo de reestruturação produtiva observada a partir da crise do final dos anos 1960. Logo, o capital para se recompor e recuperar a mais-valia perdida junto à crise, dispõe de métodos que visam à melhoria das técnicas e tecnologias empregadas no processo produtivo, com o propósito do aumento da intensidade da força de trabalho, ou com o aumento da produtividade por meio do acréscimo de horas à jornada laboral.

Os próprios documentos institucionais, como é o caso da **Encuesta Nacional de Hogares Ampliada** (2006), que ao considerar precariedade do trabalho o fato do trabalhador não contribuir para com a previdência social, reconhece a existência de uma grande quantidade desses trabalhadores no campo e na cidade. Neste momento final, apresentamos a precariedade do trabalho para evidenciar mais uma variável da superexploração do trabalho, que é a extração da mais-valia por meio das formas precárias do trabalho e sua baixa remuneração ou, nos termos de Marx (1975, p. 737): “Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar a sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural”.

A desocupação em períodos de intersafra no Uruguai é na casa dos 19% no setor de tosquia de lã.¹¹⁷ Ao analisar a situação dos trabalhadores, aponta a existência de quatro tipos deles:

¹¹⁶ ROLLE, Soledad Figueredo. **Intermediación laboral y organización del trabajo en el contexto de expansión agrícola uruguayo**. Uruguay: Universidad de la República. Facultad de agronomía. Dissertação de mestrado, 2012.

¹¹⁷ PAREJA, Matías Carámbula. Relaciones entre movilidad espacial y precariedad laboral de los esquiladores de villa Sara, Departamento de Treinta y Tres. Capítulo 4. In: APARICIO, Susana. NEIMAN, Guillermo. PIÑERO, Diego. (coordenadores). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense. Nuevos temas y perspectivas**. Montevideo: Letraeñe Ediciones, 2010, p. 85-106.

assalariado rural com multi-ocupação agrária, semi-assalariado rural, assalariado com pluriatividade multisetorial e desocupado na área de origem (PAREJA, 2010, p. 88-89). Explicamos que os assalariados com multi-ocupação são aqueles que combinam dois ou mais ciclos produtivos ao longo do ano e têm uma rotação entre empregos e empregadores. Os semi-assalariados são os que realizam trabalho por conta própria, autônomos. Aqueles que desempenham tarefas multisetoriais e pluriatividades são os que executam tarefas urbanas de caráter ocasional, trabalhos temporários que, segundo o autor em destaque, estão localizados nos setores de serviços e indústria, por meio de atividades como: empacotamento de frutas, construção civil e trabalho agrícola em colheitas, por exemplo. Os desocupados, desempregados, em suas áreas de origem, são assalariados urbanos tradicionais no setor de serviços de recente incorporação no setor agrário, igualmente precarizado.

Ao analisarmos as formas de contratação realizadas pelos produtores rurais criadores de gado, captamos através da pesquisa¹¹⁸, em termos gerais, que os empresários utilizam mecanismos informais para a contratação de trabalhadores. O autor em destaque ressalta que o latifundiário chega a consultar seus empregados, pedir recomendações a respeito de “gente conhecida”, “pessoas de confiança”, as quais eles possam contratar. Moreira (2010, p. 133-134) destaca que, para contratação de funcionários para esse setor em específico, os pré-requisitos são: a localidade onde vive o trabalhador – como forma de garantia para poder conhecer a idoneidade do aspirante ao posto de trabalho e sua permanência no local como trabalhador ativo –, além do conhecimento sobre membros da família. Para a contratação do capataz, assinala, que as estratégias empresariais consistem em eleger um peão jovem que se destaque dos demais nas estâncias produtoras e, como segunda opção, a busca é realizada por meio dos já formados, ou seja, daqueles que já realizaram essas atividades anteriormente em outras fazendas.

Nossas constatações finais, apontam para o fato de que o trabalho precário, o não trabalho, a flexibilidade, as terceirizações, isto é, o processo de reestruturação produtiva e a acumulação flexível, evidenciadas a partir do colapso do modelo de substituição de importações, fazem parte da realidade laboral uruguaia. Embora o salário mínimo uruguaio tenha obtido um incremento superior a 100% ao longo dos anos pesquisados; melhoria nas condições de vida, com acesso à

¹¹⁸ MOREIRA, Bolívar. El juego de la mirada. Inferencias sobre el trabajo y los procesos de contratación en la ganadería, a partir de un estudio de caso en el noroeste de Durazno. Capítulo 6. In: APARICIO, Susana. NEIMAN, Guillermo. PIÑERO, Diego. (coordenadores). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense. Nuevos temas y perspectivas**. Montevideo: Letraeñe Ediciones, 2010, pp. 125-144.

crédito; aumento do poder de compra da população e uma significativa melhoria no nível de vida, ao analisamos os números medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), encontramos a demonstração da ascensão semelhante ou até maior que a inflação no período, ou seja, ao passo que houve melhorias nas condições objetivas de vida, o custo para se viver aumentou em proporção igual e até superior aos salários.

Constatamos também que muitas vezes os padrões não cumprem com os laudos, ou seja, com os acordos estabelecidos pelos Conselhos de Salários. As entrevistas realizadas, além de reafirmarem que a negociação coletiva representa a única alternativa institucional para alcançar aumentos salariais e melhores condições de trabalho, também nos revelam as subcontratações realizadas por meio de contratos temporários, de curta duração. A flexibilização laboral, as terceirizações, o trabalho atípico, a precariedade do trabalho que, na sociedade francesa de Castel (2010), convertem-se nas principais ameaças à sociedade salarial, evidenciam, entretanto, que nunca deixaram de ser realidade no Uruguai. Isto nos revela que este país governado pela Frente Ampla e suas plataformas progressistas, como creem muitos analistas, assim como nós, não foram capazes de acabar com a desigualdade social e nem poderiam. Os mecanismos de extração de mais-valia estão descritos, como afirmamos desde o início desta pesquisa, por meio da troca desigual e da superexploração do trabalho, conceitos presentes no pensamento de Ruy Mauro Marini. Em seus termos, neste âmbito, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Observamos, conforme à exposição do pensamento Marini (2005), Trías (1989) e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência, que as relações de produção são desiguais, e justificam esta afirmação mostrando que o desenvolvimento das potências imperialistas ocorre às custas do subdesenvolvimento de outros países. As relações são baseadas no controle do mercado por parte dos países desenvolvidos e isso leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. Esse mecanismo de extração de mais-valia, chamado de superexploração do trabalho, segundo Marx, é a essência do capitalismo.

No pensamento marxiano, especialmente no capítulo 23 de **O Capital**¹¹⁹, aparece a ideia de que a reprodução simples consiste na relação capitalista de um lado e assalariado do outro, e a reprodução ampliada ou a acumulação, como reprodutora da mesma relação em escala ampliada, ou seja, em seus termos, Marx (1975) aponta que isto significaria mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos em um polo, e mais assalariados em outro. Afirma que a força de trabalho se incorpora continuamente ao capital como meio de expandi-lo, e não pode livrar-se dele. Por fim, Marx (1975, p. 74), conclui, ao entender que “acumular capital é portanto aumentar o proletariado”.

Nesta relação de capitalismo ampliado, o objetivo de quem compra força de trabalho é aumentar seu capital. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção, segundo Marx. O salário pressupõe fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. Adverte ao fato de que um aumento nos salários significa apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem que realizar. Mas, percebe que, quando ocorre esta elevação do preço da força de trabalho, a redução da acumulação de mais-valia, nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do modo de produção ao qual o trabalho está submetido.

A lei da produção capitalista, segundo Marx, relação entre capital, acumulação e salários, significa trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional para colocar em marcha esse capital suplementar. Esta lei, em sua opinião, significa:

[...] que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 1975, p. 721-722).

Diferentemente da proposta encaminhada pela OIT (1998), de que as desigualdades sociais, as diferenças de gênero em relação aos salários, as formas exploratórias e discriminatórias no trabalho, seriam superadas com as práticas de negociação coletiva e trabalho decente, ou que as desigualdades sociais tampouco seriam evidenciadas por meio de uma sociedade salarial, como pretendia Castel (2010) ao afirmar que as políticas sociais e protetoras estariam marcadas como redistribuidoras e desiguais, conforme a hierarquia social, e que as desigualdades sociais entre os

¹¹⁹ MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. Capítulo XXIII. In: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção de capital. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975, p. 712-827.

membros da sociedade estariam presentes na estrutura de empregos e salários, com a posição profissional de cada indivíduo. Para nós, as desigualdades sociais estão refletidas na própria estrutura produtiva e desigual do modo de produção capitalista, refletidas na estrutura de classes sociais.

O mecanismo da Frente Ampla de assegurar direitos sociais e aumentar o salário mínimo em mais de 100% ao longo do primeiro governo significam uma tentativa de reparar as mazelas sociais sofridas pela classe operária no Uruguai e de atender às reivindicações históricas do movimento sindical e popular. As políticas sociais de combate à extrema pobreza e à indigência, oriundas da OIT e seguidas pela esquerda uruguaia, visam combater os altos índices de pobreza e abandono para com a classe trabalhadora, da cidade e do campo, principalmente, evidenciados pela superexploração do trabalho nas sucessivas fases pelas quais o capitalismo atravessou, até chegar em sua fase ampliada, com uma economia quase totalmente incorporada pelos centros imperialistas, hoje esclarecido pelo imperialismo dos EUA, como Trías (1989,1990) e seus sucessivos escritos políticos demonstraram exaustivamente.

O que nos interessa diagnosticar, conforme mostramos no Uruguai, é que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora excedente. Marx explica que a procura por trabalho cai na mesma proporção em que aumenta o capital global. Com a ampliação da tecnologia empregada impõe-se, sucessivamente, uma redução da força de trabalho. O exército industrial de reserva, em seus termos, significa exatamente essa população excedente, desempregada, subempregada, terceirizada, que se converte em um produto necessário para o processo de acumulação do capitalismo e, como nos sugere o autor, converte-se na condição de existência do modo de produção estabelecido. Independentemente do tamanho do crescimento da população, a expansão do capitalismo provoca, ao mesmo tempo, a diminuição de trabalhadores contratados, ao passo que esse processo incessante de expansão aumenta a produtividade do trabalho, acumula mais valor, mesmo com um número reduzido de trabalhadores.

Acreditamos que este mecanismo de dominação capitalista analisado explica existência dos chamados contratistas no Uruguai. O processo de mecanização empregada nos novos setores produtivos, como os exemplos das indústrias de florestação, com a celulose e a madeira; o emprego de tratores, gruas e instrumentos modernos; a aplicação de técnicas de cultivo a seco, por exemplo, para o plantio da soja transgênica; todos esses meios visam baixar o valor do produto final e aumentar os lucros do empresário capitalista. E, como estamos demonstrando com base no

pensamento de Marx (1975) e dos teóricos da TMD, a superexploração do trabalho – evidenciada pela existência de uma superpopulação relativa, como são os casos dos contratistas, os “peludos” e o conjunto da classe trabalhadora precarizada, que somente encontra trabalhos temporários, por safra, por necessidade das grandes indústrias e grupos internacionais, conforme a procura do mercado internacional –, avança em um ritmo superior do que a transformação tecnológica do processo de produção, o que corresponde, ao mesmo tempo, a um aumento constante do capital e a uma diminuição do capital variável.

Logo, o processo de reestruturação produtiva e de acumulação flexível, comprovados sobretudo com os novos empregos presentes no Uruguai, criados por meio do desenvolvimento das cadeias produtivas de novos investimentos estrangeiros, são representadas pelas subcontratações, terceirizações e informalidade do trabalho. A resposta dada à esquerda por parte do grande capital é, por um lado, com o intuito de aumentar sua acumulação, sua competitividade, o emprego de tecnologias e técnicas novas que absorvem menos mão-de-obra e aumentam a produtividade, produzindo mais em menos tempo; e por outro, uma constante precarização do trabalho, que está fortemente protegida pelas leis, ou seja, a solução criada foi a introdução das chamadas subcontratações, do emprego de trabalho temporário, terceirizado, sazonal, por safra e por demanda, como forma de baixar o valor do preço da força de trabalho. Portanto, com a intenção de comprovar nossas hipóteses de trabalho, sobre incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, uma vez que o capital tem como tendência a sua autoexpansão, sua autorreprodução por meio do trabalho produtivo empregado, trabalho vivo, retirando o máximo de mais-valia possível, em uma proporção surpreendente, ao passo que, o capital constante aumenta muito mais rápido do que o capital variável, independentemente do tamanho da população, criando um exército industrial de reserva.

O pensamento de Marx nos leva à compreensão que o movimento geral do salário se regula exclusivamente pela expansão e contratação do exército de reserva que, em nosso caso, estão representados pelos contratistas e demais trabalhadores rurais e urbanos precarizados, subempregados, temporários. Diante dessas constatações, os Conselhos de Salários, que possuem como objetivo central estabelecer métodos de diálogo social entre patrões e empregados, com o Estado como árbitro, não foi capaz de interromper o processo de acumulação capitalista – e nem poderia –, mas, ao contrário, revelou-se como instrumento de construção de consensos, com o objetivo de despolitizar a classe trabalhadora, evitando os conflitos, greves e, sobretudo, as

ocupações de fábricas, subtraindo a sua autonomia, convertendo as reivindicações do movimento sindical e suas lutas na busca por melhores salários, dentro da representação do Estado.

As políticas redistributivas da OIT (1998), introduzidas no Uruguai pelo primeiro governo da Frente Ampla (2005-2010) estão sujeitas aos efeitos cíclicos do capitalismo. Em 2008 constatamos ao longo da pesquisa que, com a crise mundial, os Conselhos de Salários não foram convocados nos meses previstos, justamente em virtude da crise do capital imobiliário nos EUA, com o processo de reestruturação alavancado pela Troika na Europa, com a retirada dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, os países asiáticos como a China e a Índia impulsionaram os investimentos especulativos no país, permitindo que não se sentissem os efeitos mais duros da crise e a convocação da negociação coletiva. Marx (1975, p. 741) discute que, durante os períodos de estagnação econômica, o exército industrial de reserva pressiona os trabalhadores assalariados. Portanto, os Conselhos de Salários, no que se refere à sua condição de funcionamento, ressaltamos a importância dos períodos de prosperidade do capital como pré-requisito, assim como foi também em outros em outros momentos da história do Uruguai, isto é, com o surgimento de crises e fugas de capitais, os Conselhos de Salários foram suspensos.

Por fim e, portanto, gostaríamos de apontar a existência do trabalho intermitente. É o tipo de trabalho em que o empregado fica disponível 24 horas por dia para o patrão, aguardando a sua “convocação” ou o surgimento de demanda para empregar seus serviços. Como analisamos por meio do pensamento de Marx (1975), o capital variável diminui na velocidade em que cresce o capital constante. O emprego de tecnologia criou o trabalho digital, o trabalho para aplicativos. Ricardo Antunes (2019, p. 16), discute o caso da rede táxis, Uber. Esta empresa conta com trabalhadores e trabalhadoras que possuem seus próprios instrumentos de trabalho, neste caso, os automóveis, e arcam com todos os custos de previdência, manutenção, saúde, alimentação, etc. E, assim, esta nova forma de trabalho informacional converte-se no terror para os trabalhadores assalariados que, com a possibilidade de trabalhar por um aplicativo, possuem os seus salários e horas de trabalho remunerados abaixo dos valores estipulados pelos governos, e o contratante, por sua vez, se exime com o não pagamento dos direitos sociais e trabalhistas, caracterizando, dessa forma, mais um recurso utilizado para obter lucro, e que também ameaça o futuro do trabalho protegido no Uruguai.

Finalmente, examinamos os conceitos de desenvolvimento desigual e superexploração do trabalho, fundamentalmente com os trabalhos de Marx (1975), Lenin (1987), Marini (2005) e Trías

(1989, 1990), e entendemos que eles são capazes de explicar o problema da necessidade de exportação de capitais, isto é, do processo de extração de mais-valia que está sendo evidenciado no Uruguai pelo ascenso de novas empresas e investimentos estrangeiros, com a aplicação da reestruturação produtiva na lógica e com a introdução das chamadas cadeias produtivas – como é o caso da indústria de florestação, ligada à produção de celulose e madeiras – e o aumento do PIB do país, impulsionados exatamente por esta nova onda de ingresso de capitais forâneos. Explicar, igualmente, que o processo de desenvolvimento desigual e da superexploração do trabalho se manifesta por meio da compreensão de Trías (1989), ou seja, que o desenvolvimento desigual é imposto pelo próprio processo de expansão e acumulação capitalista, no qual o Uruguai aparece em uma situação de país atrasado, fornecedor de produtos de origem primários e seus derivados.

Portanto, compreendemos que o conceito de troca desigual representa a maneira pela qual a economia uruguaia e latino-americana está submetida ao imperialismo dos países desenvolvidos e a maneira pela qual estas nações desenvolveram suas economias dependentes e atrasadas. Outra constatação que realizamos em decorrência das ideias expostas por Trías (1989) sobre o desenvolvimento desigual e a superexploração do trabalho, são as contradições entre as próprias potências capitalistas e as crises econômicas. As guerras de expansão capitalistas, Golfo Pérsico, Iraque, Afeganistão, como fruto dessa necessidade de expansão e busca de novas fontes de energia, como é o caso do petróleo, por exemplo. As crises econômicas nos EUA e na Europa, comprovadas pela crise imobiliária de 2008 e pelas mudanças nas políticas sociais e trabalhistas determinadas pela Troika, gerando alta do preço do petróleo e das chamadas *commodities*.

Para terminar, a luta dos trabalhadores uruguaios evidenciadas pela atuação da Frente Ampla e o PIT-CNT, fundamentalmente, não buscam mais o socialismo como horizonte possível, ao menos não oficialmente em seus documentos. As suas lutas e reivindicações, constatadas após a abertura política com o fim da ditadura civil-militar, se direcionam na busca de uma assimilação de bandeiras em torno da democracia e dos direitos humanos. A luta dos trabalhadores uruguaios se observa por meio do conceito de superexploração do trabalho e o desenvolvimento desigual.

O desenvolvimento de uma sociedade salarial, para usarmos os termos de Castel (2010), Braga (2012), se apresenta de maneira inversa no Uruguai, em comparação aos países desenvolvidos. Na Europa, a instauração das políticas redistributivas permitia o planejamento familiar a longo prazo, e ocasionou uma estabilidade econômica com empregos protegidos pelos direitos sociais a todos os cidadãos. Com a mudança nas políticas sociais e trabalhistas, decorrentes

da crise mundial, as subcontratações, o trabalho temporário, ou seja, o trabalho precário, começaram a fazer parte da realidade europeia, proporcionando não somente o surgimento do precariado, mas se apresentando também como a ruína dessas políticas redistributivas e regulacionistas. No Uruguai, inversamente, o trabalho precário, pago abaixo de seu valor real e, muitas vezes, sem a proteção social, sempre foi característica das maneiras de contratação, sobretudo, com as terceirizações dos anos 1990. E, mesmo com a introdução do chamado trabalho decente e da negociação coletiva plasmada nos Conselhos de Salários, o processo de superexploração do trabalho – comprovado com os mecanismos de extração de mais-valia e a exportação desses capitais para os países desenvolvidos, que ocorrem por meio do sistema financeiro, unidos ao emprego de novas tecnologias e às subcontratações, provadas, por sua vez, com a existência dos chamados contratistas e pelas lutas dos “peludos” –, essa superexploração do trabalho, sempre fez parte da realidade do subdesenvolvimento uruguaio, no período pesquisado. Ou seja, o subdesenvolvimento e a dependência estrangeira são elementos fundamentais para a compreensão das realidades uruguaia e latino-americana, decorrentes da troca desigual e da superexploração do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente momento em que estamos redigindo estas considerações finais, mês de novembro de 2019, a Frente Ampla disputa mais uma eleição presidencial e, surpreendentemente, o pleito foi levado para segundo turno¹²⁰. Ao contrário de suas outras três gestões à frente da presidência da república (Tabaré Vázquez 2005-2010, Pepe Mujica 2010-2015, Tabaré Vázquez 2015-2020), a FA, para a gestão de 2020-2025, não contará com maioria parlamentar. Os demais partidos, Nacional e Colorado, principalmente, além do novo partido, o *Cabildo Abierto* – de inspiração militarista, que contou com o ex-comandante e chefe das forças armadas do Uruguai como candidato ao pleito nacional, destituído de seu posto em 2019 por declarações políticas em canal de televisão, rádio e internet –, estão unindo-se em uma frente constituída por deputados e senadores, para tentarem frear a governabilidade da esquerda e se tornarem maioria no parlamento nacional do Uruguai. Daniel Martínez¹²¹, oriundo do Partido Socialista e Intendente de Montevideú é o atual candidato à presidência pela FA. Cristão, ligado ao setor moderado da esquerda uruguiaia, não traz grandes mudanças ao programa apresentado em 2005, mas sim uma moderação política cada vez mais ao centro.

De forma conjunta às eleições para presidente e parlamentares, ocorreu um plebiscito de Reforma Constitucional, conhecido como *Vivir sin miedo*¹²². Suas propostas consistem, basicamente, na criação de uma guarda nacional com integrantes das forças armadas para fazerem a segurança dos bairros das diversas cidades do país. Larañaga foi o proponente da Reforma e quem impulsionou a coleta de assinaturas de 25% dos votantes uruguaios. Político do Partido Nacional, ele disputou as eleições internas de sua agremiação como pré-candidato às eleições presidenciais para 2019, perdendo para Luis Lacalle Pou – que, por sua vez havia concorrido contra Tabaré Vázquez em 2004. Além disso, Larañaga também está propondo penas mais duras e prolongadas

¹²⁰ O resultado até o momento em que redigimos estas notas, a *Corte Electoral do Uruguay*, não divulgou oficialmente em seu site os dados oficiais do resultado do primeiro turno das eleições nacionais de 2019. Entretanto, o jornal *EL Pais*, divulgou uma reportagem com todas as porcentagens de votos, por Departamento, bairro, idade, sexo, etc., que nos permite ter uma visão mais ampla da situação atual. Paralelamente à essas eleições, também houve um plebiscito de Reforma Constitucional, conhecida como “vivir sin miedo”, ao qual, também, a matéria traz os resultados. Sendo assim, compartilhamos o link: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/mira-todos-resultados-elecciones-octubre.html> Data de acesso: 31 de outubro de 2019.

¹²¹ Compartilhamos link da página de internet de Daniel Martínez, aos que se interessarem por sua vida e propostas: <http://www.danielmartinez.com.uy/> Data de acesso: 29 de outubro de 2019.

¹²² Para uma compreensão da proposta de Reforma Constitucional, compartilhamos seu programa: <https://vivirsinmiedo.com.uy/reforma/> Data de acesso: 31 de outubro de 2019.

aos sentenciados pela justiça neste projeto de Reforma. Embasado pelo crescimento do desemprego, da precariedade do trabalhador, da criminalidade e da incidência de pequenos assaltos à mão armada, o espírito de insegurança instala-se no país, junto à conjuntura de crise internacional. O plebiscito contou com a maioria dos votantes pela recusa da Reforma Constitucional, contudo, destacamos que 46% deles votaram a favor, ou seja, 1.120.780 votos, o que demonstra que a sociedade uruguaia possui uma divisão interna muito clara de posicionamentos sobre liberdades democráticas – divisão que se evidencia sobretudo entre Montevideu e o interior, como se fossem dois países distintos.

Nosso objetivo específico foi o de demonstrar a incompatibilidade estrutural entre equidade e acumulação, bem como a impossibilidade de alcançar a justiça social no Uruguai através da implementação da negociação coletiva e do trabalho decente de 2005 a 2010, por meio do debate estabelecido por Ruy Mauro Marini, das contribuições críticas de Vivián Trías e, também, dos conceitos de troca desigual e superexploração do trabalho – tudo isso contribuiu para a realização de um diagnóstico do subdesenvolvimento e dependência externa, suas causas e consequências, a partir daquilo que se chamou de morfologia do atraso, no Uruguai. Igualmente, na segunda parte da pesquisa, analisamos nossa hipótese secundária, de que com a introdução do trabalho decente e da negociação coletiva, evidenciadas por meio dos Conselhos de Salários, foram engendradas formas de trabalho precárias, subcontratações e desemprego, e apresentamos que estas políticas sociais e para o trabalho são propostas surgidas no seio da Organização Internacional do Trabalho e outros organismos internacionais, como a Cepal, por exemplo.

Nosso questionamento inicial está centrado na observação das diretrizes internacionais estabelecidas pela OIT (1998) para o trabalho. Suas propostas defendem que os governos latino-americanos aprofundem a inserção de políticas sociais de combate à extrema pobreza e à indigência, assim como as políticas de trabalho, sobretudo com a introdução do chamado trabalho decente e da negociação coletiva que, no caso do Uruguai, se comprova por meio dos Conselhos de Salários. Para a OIT (1998), com a aplicação dessas políticas como diretrizes governamentais, os resultados esperados eram o aumento *da promoção da justiça social e da igualdade*, com o fim do trabalho exploratório e infantil, equidade salarial de gênero e reparação salarial, principalmente aos mais pobres. De maneira análoga, encontramos em Ocampo (2005) o debate sobre as consequências causadas pelas políticas do Consenso de Washington, sua ênfase destinada ao controle inflacionário e cambial e o esquecimento das políticas sociais, aspectos que ocasionaram

fome, desemprego, superexploração do trabalho, desindustrialização dos países subdesenvolvidos e dependentes, emigração em massa. Como solução à crise conjuntural, o autor propõe, conforme seus termos, a aplicação de políticas sociais de combate à extrema pobreza, à fome, e à indigência, como individual e familiar, isto é, propõe a aplicação de políticas que foram classificadas como pós-neoliberais.

Os resultados conquistados pela Frente Ampla com a introdução do receituário da OIT (1998) e as diretrizes internacionais para o trabalho são impressionantes. Como assinalamos anteriormente, em 2002 estimava-se que aproximadamente 40% da população uruguaia se encontrava em situação de pobreza ou extrema pobreza – situação decorrente do desmantelamento do Estado, observado por nós, com o fim da “chamada Suíça latino-americana”, junto ao colapso da política de substituição de importações, o golpe civil-militar de 1973 e as políticas neoliberais dos anos 1990. As privatizações, a abertura total da economia aos grandes centros imperialistas, a dolarização da economia, o congelamento dos salários, a suspensão da negociação coletiva e o processo de reestruturação produtiva, evidenciados pela desindustrialização da economia, além do crescimento do setor terciário, sobretudo, os serviços, causaram, por sua vez, uma multidão de pobres, desempregados e indigentes.

Ao chegar ao governo, a Frente Ampla encontraria o Uruguai com 1.200.000 pessoas em situação de pobreza. No entanto, com os investimentos externos foram gerados aproximadamente 300.000 novos empregos e um incremento superior a 60% no salário mínimo nacional. Esse compromisso com os mais pobres é a marca da esquerda uruguaia, afirmado e reafirmado em seus diversos congressos desde o ano de 1971. Reivindicam o espírito Artiguista, do libertador da pátria, que junto ao seu código de terras tentava demonstrar a necessidade de construir um país de iguais, com oportunidades para todos, com terra, trabalho, liberdade e solidariedade – que são os princípios norteadores da visão de justiça social. E esses compromissos com os mais pobres foram reivindicados em seu VI Congresso, em 2017, com a declaração de que esta força política é antipatriarcal, antirracista, anti-imperialista e antioligárquica.

No documento da Frente Ampla¹²³, encontramos o programa para um possível novo mandato de governo para a gestão 2020-2025. Em uma rápida análise, observamos que ao longo dos três governos consecutivos foi possível para a esquerda reverter parte do quadro de miséria no

¹²³ FRENTE AMPLIO. **Bases programáticas 2020-2025.** <https://www.frenteamplo.uy/campana/bases-programaticas>. Data de acesso: 29 de outubro de 2019.

qual se encontrava o povo uruguaio, tendo em vista que, no ano de 2002, a população em situação de pobreza e extrema pobreza se encontrava na casa dos 40%. As políticas sociais e do trabalho, as reformas do Estado e a política direcionada ao investimento externo, marcaram parte do sucesso alcançado pela Frente Ampla, com o aumento do PIB; com a diminuição significativa da pobreza, da informalidade e do desemprego; e com o aumento dos níveis de participação cidadã nas esferas de governos, por meio das políticas de descentralização; além da negociação coletiva, não somente em sua primeira gestão, objeto de estudo deste trabalho, mas ao longo dos quinze anos em que esteve à frente governo.

As considerações realizadas em suas bases programáticas para 2020-2025 consistem em propostas governamentais, divididas em temas e subtemas, sendo o primeiro voltado para o desenvolvimento humano duradouro para todas as pessoas, de maneira integral e sustentável; o segundo, para o aprofundamento da transformação democrática da sociedade e do Estado; e terceiro, para a integração ao mundo e à região. Essas bases programáticas para o novo período presidencial, 2020-2025, estão estruturadas em cinco grandes eixos: a) desafio do desenvolvimento, b) desafio da igualdade e da diversidade, c) desafio da integração e inclusão, d) desafio da democracia, e) desafio da inserção regional e internacional.

Em relação ao tema do desenvolvimento, destacamos que a proposta da Frente Ampla está baseada na concepção de que o Estado tem em sua responsabilidade a definição, elaboração e condução das áreas estratégicas do país. As principais ferramentas são as normas legais e regulamentadoras, os ministérios e as empresas públicas, e as agências especializadas criadas ao longo dos governos. Portanto, a estratégia da FA é garantir o Estado como regulador, importante para atrair investimentos e direcioná-los às áreas que se consideram estratégicas. Na apreciação sobre as políticas macroeconômicas, eles estabelecem a continuação dos objetivos da política em torno do desenvolvimento econômico e social, baseado na estratégia de um crescimento criado pela demanda dos produtos nacionais em nível internacional, além disso, o investimento estrangeiro e o crescimento do mercado interno requerem mudanças para manter o rumo de distribuição e crescimento.

As linhas estratégicas traçadas pela FA incluem que existe a necessidade de agregar valor aos produtos primários de exportação para atrair capital internacional e gerar uma contrapartida de investimento adicional em capacidade produtiva e incremento do valor agregado, uma vez que identificam um processo de concentração e estrangeirização das terras cultiváveis. Surge a

preocupação junto à implantação de agroindústrias, da promoção de um uso sustentável e ordenado dos recursos naturais. A estratégia econômica da Frente Ampla continua sendo a mesma introduzida a partir de 2005, reconhecendo a necessidade de investimentos externos e a capacidade do Estado em regular as relações econômicas e sociais por meio de políticas e aprovação de legislação em defesa ao trabalho seguro, decente, que possua a proteção social, as garantias de sua formalidade e liberdade sindical, com a negociação coletiva e participação cidadã nas esferas governamentais.

Suas propostas para o trabalho também não apresentam grandes modificações, porém, o documento traz a preocupação com a crescente introdução de novas técnicas e tecnologias, afirmando a necessidade de criar mecanismos de regulação que protejam o trabalhador da informalidade e do subemprego. Na busca de justiça social, a linha estratégica para o trabalho continua sendo o aprofundamento das políticas sociais, com a concepção de trabalho decente, e negociação coletiva. Entretanto, sublinhamos mais uma vez que os Conselhos de Salários, em nossa opinião, se constituem como a principal ferramenta institucionalizada para que o trabalhador consiga aumento de salário e melhoria de seu nível de vida. Ao verificarmos que, no início do século XX, os trabalhadores uruguaios, conquistariam o direito de oito horas de trabalho diários, garantido pela Constituição Federal; os trabalhadores rurais, que são os mais superexplorados, somente ascenderam a esse direito em 2009, no fim da primeira gestão de Tabaré Vázquez.

Na tentativa de verificarmos a eficácia dessas políticas desenhadas pelos organismos internacionais e introduzidas no Uruguai pela Frente Ampla, partimos da ideia de uma integração da economia uruguaia ao mercado mundial, a partir da constatação de sua inserção na divisão do trabalho internacional, como produtor de matérias-primas e, principalmente, de exportador de capitais, a partir do endividamento externo, na condição de país subdesenvolvido e dependente, tanto em matéria econômica quanto técnica e tecnológica. O segredo da troca desigual e da superexploração do trabalho, de acordo com Trías (1989) e Marini (2005), respectivamente, é compreendido em nossa pesquisa, inicialmente, junto às ideias de Marx (1975), que diz que na relação de capitalismo ampliada, o objetivo de quem compra força de trabalho é aumentar seu capital e, portanto, produzir mais-valia.

O processo de expansão e acumulação do capitalismo tem como elemento central o trabalho vivo, produtivo, que agrega valor a todas as coisas de forma crescente. Esse processo chega ao ponto de causar guerras pela partilha do mundo, pela divisão das riquezas e da aquisição de colônias

e semicolônias, como forma de expandir seus capitais e produtividade, conforme as ideias expostas por Lenin, ao discutir o imperialismo como forma superior do capitalismo. Portanto, o caráter universal do capitalismo, entendido por meio de seu processo de expansão e acumulação global, consiste na formação de monopólios, carteis e trustes, isto é, na concentração de riquezas nas mãos de um único país capitalista ou de poucos países capitalistas, na atualidade organizados em blocos econômicos. Contudo, consideramos como hipótese que a particularidade do capitalismo sob o Uruguai se desenvolve mediante a necessidade dessa expansão imperialista, e que seu subdesenvolvimento e dependência são decorrentes desse processo de geração e exportação de mais-valia aos países desenvolvidos, em um primeiro instante à Inglaterra, e após o término da Segunda Guerra Mundial, aos Estados Unidos, evidenciados por meio da troca desigual e a superexploração do trabalho.

O subdesenvolvimento e a dependência externa às quais o Uruguai está submetido, estão comprovadas pela percepção de que sua produção econômica é voltada para a exportação e não para o consumo interno; pela superexploração do trabalho e não pelo aperfeiçoamento das capacidades técnicas; pela presença da monocultura, constituída por poucos produtos agropecuários e minerais. As chamadas economias externas, conforme os termos e Trías (1990), ou seja, a infraestrutura e escoamento ligados à produção, ao longo do período analisado, estiveram em mãos estrangeiras, como o exemplo das ferrovias construídas pelos ingleses e das fontes energéticas, entre outros. Portanto, para explicarmos as condições do subdesenvolvimento uruguaio, inicialmente, recorreremos à sua vinculação ao comércio mundial, por meio da estrutura do latifúndio, ou seja, seu subdesenvolvimento a princípio está descrito em sua vinculação aos portos ultramarinos como produtores de matérias-primas as quais o imperialismo necessita. O latifúndio, tal como se apresenta diante de nós, proporciona um determinado desenvolvimento capitalista, porém, um desenvolvimento limitado, deformado.

Certamente, conforme evidenciamos ao longo de nossa análise, a economia uruguaia não gira mais em torno da estância agropecuária, como ao longo dos séculos XIX e XX, períodos descritos magistralmente por Vivián Trías. Verificamos que os novos investimentos estrangeiros estão baseados na concepção de cadeias produtivas e que os capitais que chegaram ao Uruguai são, principalmente, ligados à indústria da florestação, vinculadas à produção de celulose e madeiras e seus subprodutos, além de áreas estratégicas escolhidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de seu Programa de Competitividades de Conglomerados e

Cadeias Produtivas (PACC). E como nos demonstraram os autores referenciais, é através dos bancos que ocorre o envio de remessas financeiras ao exterior, é o canal por meio do qual acontecem as negociações e transações na fase imperialista do capitalismo. As economias externas, ou seja, a infraestrutura para a produção e o escoamento, a terra para o plantio, o transporte e as fontes enérgicas continuam nas mãos estrangeiras, assim como o capital para financiamento mediante empréstimos internacionais.

A industrialização do país, que pode ser notada por seu fraco desenvolvimento, cresceu sob parte dos excedentes gerados pelo agronegócio, setores exportadores e, sobretudo, dos impulsos e necessidades estrangeiras que, insuficientes para poderem concorrer diretamente com o capital imperialista, associou-se a ele e vinculou suas fases de implantação, ou seja, como nos sugerem os teóricos da Teoria Marxista da Dependência, tudo que é velho no norte torna-se novo no sul, conforme às necessidades criadas pelos impulsos constantes de renovação tecnológica e inserção de maquinaria quase obsoleta dos EUA. Essa incapacidade de concorrer com os capitais estrangeiros possibilitou que os monopólios industriais ocupassem lugar de destaque no mercado interno, impedindo a aparição de outros concorrentes. Esses elementos nos levam à conclusão de que o crescimento industrial não encontraria dinamismo para se desenvolver, uma vez que se mostra incapaz de concorrer com os capitais estrangeiros. Isso nos leva à compreensão do papel agroexportador no Uruguai, ainda nos dias atuais.

As questões que giram em torno do tema das relações de trabalho, por sua vez, possuem variáveis fundamentais para o seu entendimento, por exemplo: o crescer subordinado às exigências internacionais, ao aumento de sua produtividade para se tornar eficiente e competitivo no mercado mundial, mediante a renovação constante de tecnologias; o aumento da produtividade do trabalhador e a remuneração abaixo de seu valor real, bem como a constante tendência à precarização; por fim, as ações judiciais e a violência policial para conter os impulsos sindicais. Como comprovamos ao longo do trabalho, as formas precárias de contratação, as terceirizações, o trabalho temporário, parecem indicar a saída encontrada pelos capitalistas em resposta à tentativa de regulação dos direitos trabalhistas.

No Uruguai, os contratistas rurais, conforme verificamos, estão representados por indivíduos que possuem vínculos com os empresários e produtores rurais e que têm a habilidade de reunir trabalhadores, de acordo com a demanda de trabalho, para desempenharem atividades nas safras agrícolas. Segundo pesquisadores da sociologia rural da Udelar, Delacoste (2015), Piñero

(2007), Rondini (2013), Carámbula (2013), por exemplo, afirmam que esses contratistas, ao contratarem os trabalhadores durante os períodos de safras agrícolas, muitas vezes realizam os contratos de forma verbal e, devido à mobilidade de muitos deles, frequentemente não é possível que os mesmos ascendam aos benefícios sociais. Os chamados contratistas tiveram seu surgimento nos anos 1990 com a explosão das terceirizações, e hoje assumem uma tarefa muito mais ampla: de trabalhador terceirizado foi convertido em uma espécie de trabalhador informal, que possui a capacidade de reunir mão-de-obra em pouco tempo e ainda possui as ferramentas para a execução do trabalho. O que era antes desempenhado pelas grandes empresas, como o recrutamento, a posse da maquinaria, no caso escolhido, como evidenciamos, agora é realizado pelos contratistas. Essas mudanças, conforme entendemos nos diversos trabalhos de Ricardo Antunes, fazem parte do processo de reestruturação produtiva e acumulação flexível, com a inserção de novas técnicas de trabalho, baseadas no modelo japonês, o toyotismo, e o aparecimento de uma série de aperfeiçoamentos tecnológicos que necessitam cada vez menos trabalhadores, criando um exército de reserva gigantesco.

Outro caso trabalhado por nós refere-se aos trabalhadores de Bella Unión, norte do Uruguai. Os cortadores de cana-de-açúcar, vulgarmente conhecidos como “peludos” que, por meio de seu sindicato, conquistariam alguns direitos junto ao governo de esquerda. Como trabalhamos no Capítulo V, a Frente Ampla retomou o projeto sucroalcooleiro, com a produção de etanol, açúcar e energia, nas instalações industriais do moinho da ALUR. Os “peludos” que, em sua maioria, foram convertidos em trabalhadores assalariados, mas em situação análoga à do contratista, estão expostos às necessidades do grande capital e, por isso, estão inscritos nos bolsões dos trabalhadores precarizados, temporários, sazonais, do Uruguai. Tais trabalhadores, por seu turno, iniciaram movimentos de ocupações que trouxeram a eles áreas para plantio, por meio da política de Reforma Agrária. Contudo, diante da impossibilidade de poderem concorrer com o grande capital e devido à falta de uma política agrária em benefício dos pequenos produtores, o trabalhador da cana-de-açúcar não obteve uma melhoria significativa de sua condição de trabalhador precarizado.

A manutenção de uma superpopulação relativa é uma necessidade do capital para poder controlar os preços dos salários. Conforme entendemos das ideias expostas por Marx (1975), os trabalhadores, ao serem levados à uma desocupação forçada, motivados pelo aumento do número de seu número, convertem-se em uma fonte de enriquecimento para os monopólios imperialistas. Em épocas de recessão, como observamos em vários períodos da história uruguaia, o exército

industrial de reserva exerceu força sobre os trabalhadores estáveis, uma vez que estes estariam dispostos a trabalharem mais tempo por uma remuneração abaixo de seu valor de mercado. As constatações referentes ao nosso tema foram realizadas a partir da observação das suspensões realizadas nas políticas de negociação coletiva em 1968, com a instalação da COPRIN e em 1991, com a desindexação inflacionária sobre os salários – episódios que ajudam na comprovação dessas ideias. No entanto, temos que considerar que essa superpopulação relativa do trabalho está presente também em períodos de bonança econômica e é um dos mecanismos utilizados pelo capital na garantia da obtenção máxima de lucros e de controle dos preços dos salários. A existência dos contratistas, o trabalho informal no setor têxtil e o trabalho doméstico, mesmo protegidos por lei, são expressões da precariedade do trabalho uruguaio e fazem partes das incertezas do futuro do trabalho.

De modo similar, Amaral e Carcanholo (2012, p. 89) constatarem que a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração do trabalho e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, o que significa, em seus termos, necessariamente uma distribuição regressiva de renda e riqueza de todos os agravantes sociais. Portanto, apontam para as relações existentes entre a superpopulação relativa e os mecanismos de superexploração do trabalho característicos da dependência e dos processos de transferência de valor, da periferia para o centro¹²⁴.

Dessa forma, a superexploração do trabalho é a saída encontrada pelos capitalistas para recompor as taxas de lucro perdidas pelas iniciativas de proteção ao trabalho e, enquanto os setores produtivos apresentam um capital ascendente, as políticas de negociação coletiva, de negociação salarial, mesmo que gerem lucros menores, como adverte Marx (1975), são vantajosas

¹²⁴ Encontramos na leitura de Amaral e Carcanholo (2012), na nota de rodapé número 7, a seguinte passagem: “Vale apontar o que o que Marx pretendia ao discutir a lógica desse processo era esclarecer que o sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente. A tendência é a de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e de que, portanto, aumente a massa de capital constante com relação à massa de capital variável, levando a formação de um exército industrial de reserva (EIR) com o impacto da própria acumulação capitalista. Essa população excedente é um produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão - é isto é fundamental - está no fato de que, ao reproduzir esse sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a esse mesmo modo de produção. Significa dizer que, quando ocorre um incremento da composição do capital (o que é a própria tendência do capitalismo), deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo, em vez de ocorrer uma expansão nos níveis de contratação de trabalhadores que possam ser incluídos no processo produtivo, operando novos meios de produção, acrescentados nesse processo. Então, amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos, mas a contratação de trabalhadores não acompanha essa ampliação.” (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p. 89).

no processo de valorização e expansão do ramo industrial. As subcontratações, as terceirizações, o trabalho temporário, o trabalho digital e o trabalho intermitente, se revelam como as novas formas trabalhistas na Europa, conforme aponta Castel (2010), porém, para o subdesenvolvimento e atraso uruguaio, essas formas de contratação precarizadas são marcas contínuas de sua história, simbolizando parte do atraso ao qual o país sempre esteve submetido. O futuro do trabalho sofre com estas incertezas, uma vez que observamos a constante precarização e o aumento do trabalho morto, do capital constante. O exército de reserva segundo Marx (1975), transforma-se nesse capital constante, trabalho morto que, substituído pelas máquinas, é lançado às filas do desemprego, do subemprego. Além disso, constata que existe uma tendência constante à sua precarização.

A resistência organizada pela central sindical, unificada em torno do PIT-CNT, encontra, nas ocupações de fábricas e lugares de trabalho, o seu protesto contra o capital, que se configura, ao mesmo tempo, como mecanismo para conseguirem aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Ao compreenderem que, quanto mais trabalham, mais riquezas produzem para seus patrões; e quanto mais cresce a força produtiva empregada com seu trabalho, mais precária se torna as formas de superexploração do trabalho; e percebendo, além disso, que a informalidade, a criação e a conservação de uma superpopulação relativa do trabalho, isto é, de um excedente de trabalhadores gerados por esses mecanismos de acumulação capitalista, tendem a baixar os valores dos salários – ou, ao menos, os mantêm em um nível que não afete a lucratividade dos monopólios imperialistas –, os trabalhadores organizam formas de luta para tentarem reverterem a situação. Entretanto, mesmo apoiados por uma legislação que reconhece ocupações de lugares privados de trabalho como uma extensão do direito à greve, conforme a lei de Conselho de Salários, a justiça frequentemente tem autorizado, por meio de mandados de segurança, as desocupações. Conforme expõe Ruy Mauro Marini e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência, um dos elementos distintivos da superexploração do trabalho está representado pela remuneração abaixo de seu valor real de mercado e a violência policial, aqui entendida também através das ações da justiça uruguaia.

Conforme as ideias expressas pelos teóricos da TMD, destacamos o pensamento de Theotônio dos Santos (1971), que nos indica o significado do conceito de desenvolvimento desigual e combinado. Explica-nos que as relações econômicas, financeiras e de trabalho manifestam-se como desiguais porque o desenvolvimento do sistema se produz às custas de outras. Os monopólios, a transferência de mais-valia são expressões dessa desigualdade, os empréstimos

e os juros também representam parte desse mecanismo de extração de excedentes em direção aos países dominantes, imperialistas. A concepção de desenvolvimento combinado é apresentada por meio da constatação de que os países pobres, subdesenvolvidos, geram esses grandes excedentes, não por meio da criação de novas tecnologias, mas pela exploração do máximo da força de trabalho. Conclui que o resultado é a limitação de seus mercados internos e suas capacidades técnicas. E é a isso que o autor chama de desenvolvimento combinado, porque é a combinação dessas desigualdades e a transferência de recursos dos setores atrasados e dependentes em direção aos mais avançados e dominantes, o que explica as desigualdades, aprofundando-as e transformando-as em um elemento necessário e estrutural da economia mundial (DOS SANTOS. 1971, p. 45).

Por fim, quando resgatamos do pensamento de Marx (2004, p. 82), que *“o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador”*, queremos dizer que o processo de extração de mais-valia é o segredo para a compreensão da troca desigual e combinada e a superexploração do trabalho. E, com base nessas constatações, entendemos que as políticas sociais aplicadas pela Frente Ampla e a introdução do trabalho decente e da negociação coletiva de 2005 a 2010, cumprem um papel histórico, na tentativa de levar à classe trabalhadora melhores condições de vida, consumo e salários, e que esses Conselhos de Salários são a única ferramenta institucional para que as trabalhadoras e trabalhadores conquistem alguma melhoria em suas condições laborais. Contudo, constatamos, por outro lado, que a aplicação dessas políticas, isto é, do receituário da OIT (1998), demonstra-se incapaz de romper com a lógica da acumulação capitalista, e que por sua vez, contribui para a recomposição das taxas de lucros dos monopólios imperialistas e fracassa na tentativa de promoção de justiça social e da igualdade, uma vez que a injustiça social não representa um fenômeno conjuntural, como consequência da má aplicação das políticas neoliberais do Consenso de Washington, como captamos ao longo dos documentos dos organismos internacionais; mas sim da incompatibilidade entre equidade e acumulação, incompatibilidade estrutural, ou seja, que está presente nas raízes do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ALAIMO, Verónica. RUCCI, Graciana. **Retos y oportunidades para la política laboral em Uruguai**. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. 2009. Unidad de Mercados Laborales del Sector Social (SCL/LMK) Notas Técnicas #IDB-TN-109.

ALVES, Guillermo. AMARANTE, Verónica. SALAS, Gonzalo. VIGORINO, Andrea. La desigualdad del ingreso en Uruguay entre 1986 y 2009. In: **Documento de trabajo**. Uruguay: Udelar. Instituto de economía, n. 3, fevereiro, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos de reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla. OSÓRIO, Jaime. LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

AMARANTE, Verónica. ESPINO, Alma. Informalidad y protección social en el Uruguay. Elementos para una discusión conceptual y metodológica. In: **Documentos de trabajo**. Uruguay, Udelar, Instituto de economía., n. 1, julho, 2007.

AMARANTE, Verónica. VIGORINO, Andrea. La desigualdad de ingresos en Uruguay de los años recientes. In: **Informe de Coyuntura**, n. 8. Encrucijada 2009. Gobiernos, actores y políticas en el Uruguay 2007-2008. Montevideo: Fin de Siglo editorial, pp. 49-62, 2008.

AMARANTE, Verónica. DEAN, Andrés. Dinámica del mercado laboral uruguayo. In: **Documentos de trabajo**. Uruguay, Universidad de la República Uruguay, Facultad de Ciencias Económicas y de administración, Instituto de economía, n. 12, novembro, 2012.

AMARANTE, Verónica. PERAZZO, Ivone. Trabajo por cuenta propia y monotributo en Uruguay. In: **Documentos de trabajo**. Uruguay, Udelar, Instituto de economía, n. 4, fevereiro, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair B. da. **Para onde foram os sindicatos?** Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set/dez 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 2, ed, São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, p. 13-28, 2013.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça. A epidemia das terceirizações. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, p. 13-24, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Proletário digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, p. 15-24, 2019.

APARICIO, Susana. NEIMAN, Guillermo. PIÑEIRO, Diego. **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense**. Nuevos temas y perspectivas. Montevideo: Letraeña Ediciones, 2010.

ARISMENDI, Rodney. **La construcción de la unidad de la izquierda**. Selección de textos (1955-1989). 2ª ed. Uruguay: Ediciones Fundación Rodney Arismendi, 2010.

ARTEAGA, Juan José. **Uruguay. Breve historia contemporánea**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la Dependencia: Una Anticrítica**. México: Era, 1978.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARRÁN, José P.; NAHUN, Benjamin. **Bases económicas de la revolución artiguista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

BARRÁN, José P.; NAHUN, Benjamin. **Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio, “La admirable alarma de 1971” Partido. Encuentro Progresista. Frente Amplio**. Montevideo: edición del diario La República, 2000.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Un pueblo en lucha contra el fascismo**. Uno solo dentro y fuera de Uruguay en la resistencia a la dictadura. Montevideo: Ediciones Cauce, 2007.

BERTRANOU, Fabio M. Economía Informal, Trabajadores Independientes y Cobertura de la Seguridad Social en Argentina, Chile y Uruguay. In: **Oficina Internacional del Trabajo**. Santiago, Chile, 2007.

BÉRTOA, Fernando Casal. SCHERLES, Gerardo (compiladores). La comparación de los sistemas de partidos. In: **Partidos, sistemas de partidos y democracia. La obra esencial de Peter Mair**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2015.

BORON, Atílio. La izquierda latino-americana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. In: **Revista OSAL**. Buenos Aires: CLACSO. n° 13, p. 01-11, 2004.

BID. **Retos y oportunidades para la política laboral en Uruguay**. New York: BID, 2009. Disponible em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35541294> Data de Acesso: 25 de Setembro de 2015.

BID. **Programa de Competitividad de Conglomerados y Cadenas Productivas**. https://inacal.org.uy/wp-content/uploads/2019/02/1ra-semana_DIPRODE.pdf Data de acesso: 20 de junho de 2019.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BONINO, Luís Costa. **Crisis de los partidos tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. Temas del siglo XX, 1884.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORON, Atílio. La izquierda latino-americana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. In: **Revista OSAL.** Buenos Aires: CLACSO. n° 13, p. 01-11, 2004.

BOUZAS, Carlos. **La generación Cuesta Duarte.** Montevideo: PIT-CNT, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precarizado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo. USP. Programa de Pós-Graduação em sociologia, 2012.

BRITTEN, Natalia; DI MELO, Germán; ORRICO, Adriana. **Los Consejos de Salarios em el Uruguay, 1943-1950. Los casos de los grupos transporte, banca, confección y afines, vidrios, madeira y tabaco;** GASTAMBIDE, Luisa. ORTIZ, Martin. UBILLA, Faustina. Los Consejos de Salarios em el Uruguay 1943-1952.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A Hora do Mercado. Critica do Liberalismo.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUQUET, Daniel. Elecciones uruguayas 2004-2005: de la vieja oposición a la nueva mayoría. In: Buquet, Daniel (coord.). **Las claves del cambio. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005.** Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, pp, 11-26, 2005.

BULLONI, María Noel. Procesos de cambio: trabajo audiovisual, tercerización e inestabilidad, regulaciones y respuestas sindicales. In: **Revista de Ciencias Sociales.** DS-FCS, vol. 30, n.º 40, janeiro-junho, pp. 109-128, 2017.

BUQUET, Daniel. El irresistible ascenso de la izquierda al gobierno en Uruguay. In: MOREIRA, Carlos. RAUS, Diego. LEYTON, Juan Carlos Gómez (coords). **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades.** Uruguay: Ediciones Trilce, pp. 251-272, 2008.

CAETANO, Gerardo. Los partidos políticos y la encrucijada de 2009. In: **Informe de Coyuntura.** Encrucijada 2009. Gobiernos, actores y políticas en el Uruguay 2007-2008. Montevideo: Fin de Siglo editorial, n. 8, pp. 15-38, 2008.

CAETANO, Gerardo. El gobierno de la izquierda y el Mercosur. In: MOREIRA, Carlos. RAUS, Diego. LEYTON, Juan Carlos Gómez (coords). **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades.** Uruguay: Ediciones Trilce, pp. 315-334, 2008.

CARÁMBULA, Matías. FIGUEREDO, Soledad. BIANCO, Mariela. Resolviendo las necesidades del capital. Del intermediario laboral a la empresa de servicios agrícolas. In: **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 26, n.º 32, julho, pp. 35-52, 2013.

CARBAJAL, Fedora. CARRASCO, Paula. CAZULO, Paola. LLAMBÍ, Cecilia. RIUS, Andrés. **Una evaluación económica de los incentivos fiscales a la inversión en Uruguay**. In: Serie Documentos de Trabajo, DT. Uruguay, Universidad de la República, Instituto de Economía (IECON), Facultad de Ciencias Económicas y Administración, n. 20, 2014.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CASTRO, Lucía. GARIAZZO, Florencia. NUÑEZ, Santiago. **Los Consejos de Salarios en el Uruguay 1943-1952**.

CÉSPEDES, Víctor Viana. **Optimización en la planificación de servicios de cosecha forestal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Posgrado en Investigación de Operaciones. Uruguay/Montevideo: Udelar. Facultad de Ingeniería, 2018.

CHASQUETTI, Daniel. El secreto del éxito: Presidentes y cárteles legislativos en Uruguay 1995-2010. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Volumen 20, n.º 1, janeiro-dezembro, pp. 187-204, 2011.

CINVE. Evaluación del impacto de la Reforma tributaria de 2007 sobre la pobreza y la desigualdad en Uruguay. In: **Documento de Trabajo**. Montevideo, Cinve, n. 5, junho, 2009.

CINVE. **¿Experimentó Uruguay la Gran Moderación? Un análisis de cambio estructural**. In: **Documento de Trabajo**. Montevideo, Cinve, n. 1, março, 2010.

CHEVALIER, Mariángeles; FERNANDEZ, Claudio; MOTTA, Virginia. **Los Consejos de salários en el Uruguay, 1943-1950. El caso de los grupos 7. Industria de la carne; 8. Industria del cuero y fabricación de calzado; 9. Industria química; 14. Industria del caucho; 17. Graficos, papel e imprenta**.

CLERICETTI, Julio Lista. **Historia política uruguaya 1938-1972**. Uruguay: Imprenta Mercosur, 1984.

CNT. **Bajo el fascismo brutal expropiación de los trabajadores y el pueblo**. Uruguay: Unidad – Solidaridad y lucha. (Publicação trimestral do nível exterior da Convención Nacional de Trabajadores de Uruguay), 1980.

CNT. **Conferencia sindical internacional sobre el desarrollo. Intervención del representante de la C.N.T.** Uruguay: Unidad – Solidaridad y lucha. (Publicação trimestral do nível exterior da Convención Nacional de Trabajadores de Uruguay), 1980.

CNT. **Llamamiento y convocatoria – de un gran Congreso del Pueblo**. Uruguay: Comisión organizadora del Congreso del Pueblo, 31/07/1965?.

CONGRESO OBRERO TEXTIL. **Ata n. 188**. Uruguay: Contra propuesta del Directorio de la Empresa Ildu, 28 de outubro, 1960.

CORREO DE LOS VIERNES. **OIT insiste con que Uruguay debe impedir las ocupaciones de empresas**. <http://www.correodelosviernes.com.uy/OIT-insiste-con-que-Uruguay-debe-impedir-las-ocupaciones-de-empresas.asp> Data de acceso: 08 de setembro de 2019.

CORES, Hugo. **Las luchas de los gremios solidarios (1947-1952)**. Neo-batllismo, protesta social y fuerzas armadas. Uruguay: Editorial Compañero, Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

COSTA, Hermes A. O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de acção. In: **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v.16, n.31, p.447-474, 2011.

COURIEL, Alberto. **La izquierda y el Uruguay del Futuro**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

COZZANO, Beatriz. POZZOLO, Luján. La empresa uruguaya frente a los desafíos contemporáneos. In: **Revista Prisma**, Uruguay: Universidad Católica del Uruguay, n. 07, 1996.

DAGUERRE, Juan Andrés. **La renovación ideológica del Encuentro Progresista-Frente Amplio. El cambio de la matriz ideológica y la búsqueda de modelos teóricos alternativos**. Monografía. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Ciencia Política., 2004.

DÁVILA, Lourdes Margarita Güenaga. Efectos de la dolarización parcial sobre la política monetaria en un modelo semi estructural de proyecciones macroeconómicas para el Uruguay. In: **Documento de Trabajo**. Montevideo, Facultad de Ciencias Sociales, Udelar, n. 12, dezembro, 2017.

DEAN, Andrés. GALVÁN, Estefanía. PERAZZO, Ivone. “¿Acceden al subsidio por desempleo los asalariados rurales en Uruguay? Análisis de la situación actual y simulación de esquemas alternativos”. In: **Documento de Trabajo**. Uruguay, Universidad de la República, n. 22. Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas y Administración, 2014.

DE ARMAS, Gustavo. **Reformas sociales y gobiernos de izquierda en Uruguay (2005-2014). Tercer movimiento de la trayectoria de un estado de bienestar centenario**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciencia Política. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales. 2017.

DECRETO n. 165/006. Regulação do direito de greve. Liberdade sindical. Negociação Coletiva. <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/165-2006> data d acesso: 04 de setembro de 2019.

DECRETO n. 288/985. **Conselhos de Salários** – Grupo n° 28 Industria Farmaceutica. <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/288-1985> Data de acesso: 17/03/2019.

DELACOSTE, Gabriel. Los límites de la articulación: los movimientos sociales en el Uruguay frenteamplista. In: **Revista Contrapunto**. Movimientos sociales. Nuevos escenarios, viejos dilemas. Centro de formación popular, n. 7, dezembro, pp. 13-26, 2015.

D'ELIA, German; MIRALDI, Armando. **Historia del movimiento obrero en el Uruguay. Desde sus orígenes hasta 1930**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. Temas del siglo XX, 1984.

DOBB, Maurice. **Salarios**. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e dependência**. México: Era, 1968

DOS SANTOS, Theotônio. La estructura de la dependencia. In: SWEEZY, Paul M. WOLF, Richard. DOS SANTOS, Theotônio. MAGDOFF, Harry. **Economía política del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, pp. 41-64, 1971.

DOSSIER. Cambios recientes en la sociedad rural. In: **Revista de Ciencias Sociales**. DS-FCS, vol. 26, n.º 32, julio, p. 17-17, 2013.

DRAIBE, Sônia M. RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, pp. 220-254, maio-agosto, 2011.

DURÁN, Verónica. Cap. 2. Contexto Macroeconómico. In: VASALLO, Miguel (editor). **Dinámica y competencia intrasectorial en el agro. Uruguay 2000-2010**. Uruguay: Universidad de la República. Facultad de Agronomía. Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC), biblioteca plural, 2011.

ELÍAS, Antonio. La ofensiva del capital y el ocaso del progresismo en el Mercosur. In: **Cuadernos del pensamiento crítico latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, n. 34, segunda época, maio de 2016.

ELÍAS, Antonio. La ofensiva del capital y el ocaso del progresismo en el Mercosur. In: FILGUEIRA, Fernando. El movimiento sindical en la encrucijada: de la restauración a la transformación democrática. In: **Revista Uruguaya de Ciência Política**. Montevideu, n. 04, 1990.

ENGELS, F. A “Contribuição à crítica da Economia Política”, de Karl Marx. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, vol. I, pp. 304-312, 1953.

ESTRADES, Carmen. TERRA, María Inés. Políticas contra la informalidad en mercados de trabajo segmentados: Un análisis de equilibrio general aplicado a Uruguay. In: **Documentos de Trabajo**. Uruguay, Udelar, Departamento de Economía, Facultad de Ciencias Sociales., n. 4, maio, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRARI, Alejandro. **Uruguay y el Programa de Competitividad de Conglomerados y Cadenas Productivas (PACC). Lecciones aprendidas 2006-2009**.

http://www.sela.org/media/1876580/articulo_uruguay_y_el_programa_de_competitividad_de_conglomerados_-alejandro_ferrari.pdf Data de acceso: 25 de julho de 2019.

FILGUERA, Carlos H. Movimientos sociales en la restauración del orden democrático: Uruguay 1985. In **Movimientos Sociales en el Uruguay de Hoy**. Editado por Carlos H. Filgueira. Uruguay: Clacso/Ciesu/Ediciones de la Banda Oriental, 1985.

FILGUERA, Fernando. El movimiento sindical en la encrucijada: de la restauración a la transformación democrática. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Montevideo, n. 04, 1990.

FILGUERA, Fernando. Tendencias, coyuntura y estructura: la crisis social en Uruguay. In: **Informe de Coyuntura**, n. 3. Observatorio político. Instituto de Ciencia Política. Universidad de la República. **Otro país**. Montevideo: Trilce, pp. 17-22, 2002.

FINCH, Henry. **La economía política del Uruguay contemporáneo 1870-2000**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. **El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico**. Caracas: ed. Nueva Sociedad, 1991.

FREIDENBERG, Flavia. SAEZ, Manuel Alcántara. Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático. In: **Revista POSTData**. Buenos Aires, vol. 15, n° 2, octubre, 2010.

FRENTE AMPLIO. III Congreso Extraordinario. Alfredo Zitarrosa. **Grandes líneas programáticas y propuestas de planes de gobierno**. 1998.
<https://www.frenteamplio.uy/documentos-institucionales/item/133-1998-iii-congreso-extraordinario-companero-alfredo-zitarrosa-realizado-los-dias-20-21-y-22-de-noviembre> Data de acceso: 09 de setembro de 2019.

FRENTE AMPLIO. IV Congreso Extraordinario. Tota Quinteros. **Grandes lineamientos programáticos para el gobierno 2005-2010. Porque entre todos otro Uruguay es posible**.
<https://www.frenteamplio.uy/documentos-institucionales/item/134-lineamientos-programaticos-para-el-gobierno-2005> Data de acceso: 09 de setembro de 2019.

FRENTE AMPLIO. V Congreso Ordinario. Compañero General Líber Seregni. **El Uruguay democrático**. 2007. <https://www.frenteamplio.uy/documentos-institucionales/item/130-2007-v-congreso-ordinario-companero-general-liber-seregni-realizado-en-el-mes-de-diciembre> Data de acceso: 09 de setembro de 2019.

FRENTE AMPLIO. V Congreso Ordinario. Zelmar Michelini. **Inserción internacional**. 2007.
<https://www.frenteamplio.uy/documentos-institucionales/item/128-2008-v-congreso-extraordinario-zelmar-michelini-realizado-los-dias-13-y-14-de-diciembre> Data de acceso: 09 de setembro de 2019.

FRENTE AMPLIO. **Bases programáticas 2020-2025.**

<https://www.frenteamplio.uy/campana/bases-programaticas>. Data de acesso: 29 de outubro de 2019.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo Cultura, 1961.

GENTILI, Pablo. TROTTA, Nicolás (compiladores). **América Latina: la democracia en la encrucijada.** Buenos Aires: Clacso. Editorial Octubre, 2016.

GERAS, Norman. Essência e aparência: a análise da mercadoria em Marx. In: COHN, Gabriel (org). **Sociologia – Para ler os clássicos.** Rio de Janeiro: Azougue, p. 188 -198, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARDING, Neil. V.I. Lenin. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, pp. 211-213, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HINICH, Melvin J. Munger. MICHAEL C. **Teoría Analítica de la Política.** Barcelona: Editorial Gedisa, S.A. 1ª edición, 2003.

IBARRA, Luis. Entre la precarización y el mando: los Consejos de Salarios de Uruguay. In: **JORNADAS DE INVESTIGACIÓN DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9,** Universidade de la República: Montevideú, 13-15 setembro, 2010.

INE. **Encuesta Nacional de Hogares Ampliada.** Análisis de la Antigüedad en el Empleo. Uruguai: INE. Informe Temático, 2006.

INE. **Estimación de la pobreza por el método del ingreso.** Uruguai: INE, 2018.

<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/364159/Estimación+de+la+pobreza+por+el+Método+del+Ingreso+2017/f990baaf-1c32-44c5-beda-59a20dd8325c> Data de acesso: 19 de setembro de 2019.

INFORME DE CONJUNTURA. Outro país. **Uruguay.** Uruguay: Trilce. Instituto de Ciencia Política. Observatorio político, novembro, n. 03, 2002.

INFORME DE CONJUNTURA. **El primer ciclo del gobierno de izquierda en Uruguay.** Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental. Instituto de Ciencia Política. Observatorio político, n. 06, 2006.

INFORME DE CONJUNTURA. Encrucijada 2009. Gobierno, actores y políticos en el Uruguay 2007-2008. In: **Observatorio político.** Instituto de Ciencia Política, n. 08, 2008.

JOHN WEEKS. Imperialismo e economia mundial. In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, pp. 187-190, 1988.

KATZ, Richard S. MAIR, Peter. **La supremacía del partido em las instituciones públicas: el cambio organizativo de los partidos em las democracias contemporáneas**. Madrid: Trotta, 2007.

KEYNES, John. Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOCI, Federico; SÖRENSEN, Milton. **Los consejos de salarios em el Uruguay 1948-1955**. Monografía. Montevideo: Facultad de Ciencias Económicas y de administración de la UDELAR, 2012.

LEITES, Martín. PORRAS, Sylvina. El enfoque de la Reacción em Cadena: una aplicación para explicar la dinámica del desempleo em Uruguay. In: **Documentos de trabajo**. Uruguai, Udelar, Instituto de economía, n. 11, novembro, 2013.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Global, 1987.

LENINE, V.I. **O imperialismo. Fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPEZ, Rodrigo Garcia. YRULEGREY, Pedro. **Los consejos de salarios em el Uruguay 1950-1960**. Los casos de los grupos: 4 – Profesionales liberales, escritorios, entidades gremiales, etc. 12 – Industria de la construcción afines conexos y similares. 15 – Industria de la madera. 17 – Gráficos, papel, etc. Monografía. Montevideo: Facultad de Ciencias económicas y Administración de la UDELAR, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Porto: Elfos, 1989.

LUKÁCS, Georg. Consciência de classe. In: IANNI, O. **Teoria de Estratificação Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1972. p. 377 -391.

MANCERO, María Ester. Introducción. In: **Informe de Coyuntura**. Encrucijada 2009. Gobiernos, actores y políticas em el Uruguay 2007-2008. Montevideo: Fin de Siglo editorial, n. 8, 2008.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo-Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. As condições das transformações históricas. In: IANNI, O. **Teoria de Estratificação Social**. São Paulo: Editora Nacional, p. 65 -83, 1972.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Salário, Preço e Lucro. In: MARX, Karl. ENGELS, Frederich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Nova Cultural, p. 333 -378, 1953.

MARX, Karl. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, vol. I, pp. 300-303, 1953.

MARX, Karl. Capítulo VI. Capital Constante e Capital Variável. In: Marx, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. Capítulo VII. A Taxa de Mais-Valia. In: Marx, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, p. 176-177, 1985.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. Capítulo XXIII. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção de capital. Vol. II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., p. 712-827, 1975.

MERTENS, Leonard. **Competencia laboral, sistemas, surgimiento y modelos**. Montevideo: Cinterfor, 1996.

MIDAGLIA, Carmen. **Las formas de acción colectiva en Uruguay. Movimientos de Derechos Humanos y el cooperativismo de vivienda por ayuda mutua**. Montevideo, Uruguay: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay – CIESU, 1992.

MIDAGLIA, Carmen. La izquierda y las políticas sociales. In: MOREIRA, Carlos. RAUS, Diego. LEYTON, Juan Carlos Gómez (coords). **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades**. Uruguay: Ediciones Trilce, pp. 295-314, 2008.

MINGO, Elena. Asalariadas en el sector agroindustrial: pensar el lugar de responsabilidad colectiva en el trabajo de cuidado. In: **Revista de Ciencias Sociales**. DS-FCS, vol. 29, n.º 39, julho-dezembro, pp. 35-56, 2016.

MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL. **Panorama del Trabajo Decente en Uruguay, con perspectiva sectorial**. Uruguay: Unidad de Evaluación y Monitoreo de las Relaciones Laborales y el Empleo – MTSS, 2013. Disponível em: <https://www.mtss.gub.uy/documents/11515/16c81da6-4366-4351-b501-2841aa23edb9> Data de acesso: 20 de maio de 2017.

MONTERO, José Ramón. GUNTHER, Richar. LINZ, Juan J. “Partidos políticos. Viejos conceptos y nuevos retos”. In: Wolintez, Steven B. **Capítulo 5 –Más allá del partido catch-all: enfoques para el estudio de los partidos em las democracias contemporáneas**. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

- MONTORO, Mariela Quiñones. Pautas de desigualdad en el mundo social productivo uruguayo. Aportes para el debate en torno a la gestión por competencias. In: NEFFA, Julio César. TOLEDO, Enrique de la Garza. TERRA, Leticia Muñiz. (compiladores). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CACSO, vol. I, pp. 309-336, 2009.
- MORDECKI, Gabriela. Uruguay en democracia: treinta años de evolución económica (1985-2015). In: **Documentos de Trabajo**. Montevideo, Instituto de Economía, Udelar, n. 8, agosto, 2017.
- MOREIRA, Carlos. RAUS, Diego. LEYTON, Juan Carlos Gómez (coords). **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades**. Uruguay: Ediciones Trilce, 2008.
- MOREIRA, Carlos. **Apuntes sobre el primer gobierno del Frente Amplio en Uruguay (2005-2010)**. 1ª. ed. Buenos Aires: Olivos. Editorial El GrilloSi!, 2010.
- MOREIRA, Constanza. **Entre la protesta y el compromiso. La izquierda en el gobierno. Uruguay y América Latina**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2009.
- MOREIRA, Bolívar. El juego de la mirada. Inferencias sobre el trabajo y los procesos de contratación en la ganadería, a partir de un estudio de caso en el noroeste de Durazno. Capítulo 6. In: APARICIO, Susana. NEIMAN, Guillermo. PIÑERO, Diego. (coordinadores). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense. Nuevos temas y perspectivas**. Montevideo: Letraeñe Ediciones, pp. 125-144, 2010.
- MTSS. **Dialogo nacional por el empleo**. Uruguay: MTSS, 2011.
<https://www.mtss.gub.uy/web/mtss/dialogo-nacional-por-el-empleo> Data de acceso: 11 de outubro de 2019.
- NAHUN, Benjamin. **Breve historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1999.
- NAHUN, Benjamin. **Historia Uruguay 1905-1929. La época Batllista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, tomo 06, 1975.
- NAHUN, Benjamin; COCCHI, Angel; FREGA, Ana; TROCHON, Yvette. **Historia Uruguay 1930-1958. Crisis política y recuperación económica**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994. tomo 07.
- NARBONDO, Pedro. BETANCUR, Nicolás. MANCEBO, María Ester. BUSQUETS, José Miguel. MAGRI, Altair. MIDAGLIA, CARMEN. GUYER, Julián González. VILA, Alejandro. ZURBRIGGEN, Cristina. ANTÍA, Florencia. SENATORE, Luis. TRAVERSA, Federico. IBARRA, Luis. LUJÁN, Carlos. Políticas públicas y reforma del Estado. In: **Informe de Coyuntura**. Instituto de Ciencia Política. Udelar. ¿Y ahora? El primer ciclo del gobierno de izquierda en Uruguay. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, n. 6, pp. 119-158, 2006.
- NEVES, Gerónimo de Sierra (org). Las particularidades del Uruguay Frenteamplista en el horizonte progresista sudamericano reciente. In: NEVES, Gerónimo de Sierra. **Los progresismos**

en la encrucijada. Argentina, Bolivia, Brasil, Uruguay, Venezuela. Uruguay: Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología, 1ª ed, 2017.

NOTARO, Jorge. Problemas de empleo en el Uruguay 2020. In: **Documentos de trabajo.** Uruguay, Udelar, Instituto de economía, n. 3, fevereiro, 2007.

NOTARO, Jorge. FERNÁNDEZ, Claudio. (org.). **Los Consejos de Salarios en Uruguay. Origen y primeros resultados 1940-1950.** Montevideo: Universidad de la República, 2012.

NOTARO, Jorge. La reforma laboral em el Uruguay 2005-2009. Participación para la regulación. In: **Documentos de trabajo.** Udelar, Instituto de Economía, n. 7, 2009.

NOYA, Nelson. LAENS, Silvia. CASARES, Luis. TERRA, Magdalena. Política económica: 25 años de fracasos. In: **Centro de Investigaciones Económicas (CINVE).** La crisis uruguaya y el problema nacional. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

NUNES, Antônio Bezerra. **O Bonapartismo Uruguaio nos Editoriais do Semanario Búsqueda (1972-1985).** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: PUC, 2007.

NUÑEZ, Sandino. 2002: default de la política. In: **Revista Ensaio.** ano 1, n. 2, maio/junho, pp. 37-53, Uruguai, 2014.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO. La política en el umbral del cambio. In: **Informe de coyuntura.** Uruguay, Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República. Ediciones de la Banda Oriental., n. 5, outubro, 2004.

OCAMPO, José Antonio. Más allá del Consenso de Washington: una agenda de desarrollo para América Latina. In: Serie **Estudios y perspectivas – Sede Subregional de la CEPAL.** México, n. 26, janeiro, 2005.

OIT. La libertad sindical. **Recompilación de decisiones y principios del Comité de Libertad Sindical del Consejo de Administración de la OIT.** Suiza: Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 1985.

OIT. **Relaciones de trabajo en el Uruguay.** Serie Relaciones de Trabajo. Suiza: OIT, 1987.

OIT. **Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo y su seguimiento.** Ginebra: Conferência Internacional do trabalho, 1998.

OIT. **Duração do trabalho em todo o mundo.** Tendências das jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work_hours/pub/duracao_trabalho_284.pdf
Data de acesso: 20 de maio de 2017.

OIT. O que é trabalho Decente? Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente> Data de acesso: 20 de maio de 2017.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla. OSORIO, Jaime. LUCE, Mathias. (orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OYHANTÇABAL, Gabriel. Lucha por la tierra en el norte de Uruguay. In: **Revista Contrapunto**. Luchas sociales y gobiernos progresistas en América Latina. Centro de formación popular, n. 1, dezembro, pp. 15-32, 2012.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte. In: BORGES PORTO, L. F.; MAZZUCO, M. G. (org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Xamã, p. 121-138, 2009.

PANIZZA, Francisco. El primer año de gobierno del Frente Amplio en Uruguay. Restricciones económicas y elecciones estratégicas. In: MOREIRA, Carlos. RAUS, Diego. LEYTON, Juan Carlos Gómez (coords). **La nueva política en América Latina. Rupturas y continuidades**. Uruguay: Ediciones Trilce, pp. 49-72, 2008.

PAREJA, Matías Carámbula. Relaciones entre movilidad espacial y precariedad laboral de los esquiladores de villa Sara, Departamento de Treinta y Tres. Capítulo 4. In: APARICIO, Susana. NEIMAN, Guillermo. PIÑERO, Diego. (coordinadores). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense. Nuevos temas y perspectivas**. Montevideo: Letraeñe Ediciones, p. 85-106, 2010.

PAREJA, Matías Carámbula. **Movilidad espacial y precariedad laboral en los Trabajadores rurales temporales**: el caso de los Esquiladores de Villa Sara. Dissertação de Mestrado. Facultad de Agronomía. Uruguay: Udelar, 2009.

PERAZZO, Ivone. El mercado laboral uruguayo en la última década. In: **Documentos de trabajo**. Uruguay, Udelar., n. 1, fevereiro, 2012.

PERAZZO, Ivone. La negociación salarial en Uruguay: un modelo para analizar sus efectos. In: **Documentos de trabajo**. Uruguay, Udelar, n. 7, julho, 2012.

PIÑERO, Diego E. **El trabajo precario en el campo uruguayo**. Uruguay: Universidad de la República Uruguay. Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

PINTO, Julio (copilador). “Partidos políticos. Andrés Malamud”. In: **Introducción a la ciencia política**. Buenos Aires: Eudeba, cuarta edición, 2003.

PORRINI, Rodolfo. Movimientos sociales. In: **Revista Nuestro tiempo**, Montevideo, n. 04, 2013/2014.

PIT-CNT. **Las relaciones Laborales en Uruguay. 10 años de cambios**. Uruguay: Instituto Cuesta Duarte/OIT, 2015.

PODER EJECUTIVO. **Propuesta del Poder Ejecutivo. Consejo de Salarios para la Industria Textil. Memorandum**. Uruguay: 17 de novembro de 1958.

PORTILLO, Álvaro. Los retos de la izquierda uruguaya en el siglo XXI. In: ALBISTUR, Gerardo. TORRES, María Fernanda de. FERNÁNDEZ, Alma. González, MAROTTA, Cecilia. OLESKER, Daniel. PÉREZ, Omar. PORTILLO, Álvaro. RIVERO, Silvia. STAGNARO, José. (orgs). **Pequeños demonios y otros ensayos históricos y socio-políticos**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PREZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIELLA, Alberto. FLORIT, Paula. VITELL, Rossana. Estructura de clases y desigualdad en el Uruguay rural contemporáneo. In: **Espacio Abierto**. Maracaibo/ Venezuela, Universidad del Zulia, vol. 20, n. 4, outubro-dezembro, pp. 607-620, 2011.

RIUS, Andrés. ISABELLA, Fernando. **Una memoria analítica del Programa de Competitividad de Conglomerados y Cadenas Productivas 2006-2014**. Uruguay: Instituto de Economía, Udelar. Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República (OPP), junho, 2014.

RODRIGUEZ, Americo Pla. **El salario em el Uruguai. Su régimen jurídico**. Montevideo: Facultad de derecho y ciencias sociales, 1956.

RODRÍGUEZ, HÉCTOR. **El movimiento sindical: ¿factor de cambio?** Montevideo: Tierra Nueva, 1973.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têxtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 14**. Congreso Obrero Textil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandú, Juan Lacaze. Montevideo: Congreso Obrero Textil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 22 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têxtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 15**. Montevideo: Congreso Obrero Têxtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 22 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têxtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 16**. Montevideo: Congreso Obrero Têxtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 23 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têxtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 18**. Montevideo: Congreso Obrero Têxtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 24 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têxtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 20**. Montevideo: Congreso Obrero Têxtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 25 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 21**. Montevideo: Congreso Obrero Têtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 26 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 22**. Montevideo: Congreso Obrero Têtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 26 de agosto de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 35**. Montevideo: Congreso Obrero Têtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze. Canelones, 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 47**. Montevideo: Congreso Obrero Têtil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandu, Juan Lacaze, 12 de setembro de 1960.

RODRÍGUES, Héctor. Conflito têtil (arquivos, pasta n. 02). **Comunicado n. 47**. Montevideo: Congreso Obrero Textil. Comisión Coordinadora. Montevideo. Paysandú, Juan Lacaze. La Paz, 27 de setembro de 1960.

RODRÍGUEZ, Pablo Ferreira. Batllismo, reforma política y conflicto social em los tempranos cincuenta. Una mirada desde la teoría de la democracia y la ciudadanía.: **Revista Encuentros Uruguayos**, Montevideú, v. 5, n. 01, dezembro, 2012.

ROLLE, Soledad Figueredo. **Intermediación laboral y organización del trabajo en el contexto de expansión agrícola uruguayo**. Dissertação de Mestrado. Facultad de Agronomía. Uruguay: Universidad de la República, 2012.

RODRÍGUEZ, Lorena Lezica. CARÁMBULA, Matías. Las olvidadas de la tierra: asalariadas rurales del Uruguay. Clase y género en cuestión. In: **Agrociencia Uruguay**. Uruguay, vol. 19, pp. 93-100, julho-dezembro, 2015.

RONDINI, R. Emilio Fernández. PIÑEIRO, Diego. Tercerización laboral en el Uruguay: estudio comparado de contratistas de trabajo y de maquinaria en el medio rural. In: **Agrociencia Uruguay**. Uruguay, Volume 17, julho/dezembro, p. 141-149, 2013.

SALSAMENDI, Gabriel. ZAPIRAIN, Héctor. ZUBILLAGA, Ignacio. **Historia del movimiento sindical**. Montevideú: Material de estudios online, 2013. <http://www.fder.edu.uy/material/> Data de acceso: 15/06/2018.

SANT'ANA, Raquel (org) ...et al. **Aveso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENATORE, Luis. Uruguay: 1992-2009; las políticas laborales y el sujeto sindical. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, II Época, ano 14, nº 22, pp 53-76, 2009.

SEREGNI, Liber. **El ABC del F.A.** Montevideo: ediciones índice. Libros para la patria nueva, 1984.

SOLARI, Aldo E. **Uruguay. Partidos políticos y sistema electoral**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.

SOLARI, Aldo. Réquiem para la izquierda. In: SOLARI, Aldo. **Uruguay: partidos políticos y sistema electoral**. Uruguay: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.

SOUTO, Gonzalo. **Mercado internacional de granos**: características principales, trayectoria reciente y articulación con el mercado local. Uruguay: Udelar. Trabajo fue presentado en el Seminario Anual realizado en abril de 2012 del Programa Grupos I+D “Cambios en la sociedad rural a inicios del siglo XXI” financiado por la Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC) de la Udelar, 2013.

STOLOWICZ, Beatriz. El “posneoliberalismo” y la reconfiguración del capitalismo en América Latina (2011). In: **Revista Ensaïos**. ano 1, n. 2, maio/junho, pp. 05-33, Uruguai, 2014.

SUPERVIELLE, Marcos. ROJIDO, Emiliano. Trabajo de organización y cadenas de valor. El caso de la vestimenta uruguaya. In: NEFFA, Julio César. TOLEDO, Enrique de la Garza. TERRA, Leticia Muñiz. (compiladores). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CACSO, vol. I, pp. 337-372, 2009.

TAJAM, Héctor, YAFÉ, Jaime. Industria manufacturera y sustitución de importaciones (Uruguay 1911-1930). In: **Documentos de Trabajo**. Montevideo, Instituto de Economía, 2013.

TOLEDO, Enrique de la Garza (compilador). **Los sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

TRAVERSA, Federico. Apuntes políticos sobre la política económica 2005-2007. In: Informe de Coyuntura, n. 8. **Encrucijada 2009. Gobiernos, actores y políticas en el Uruguay 2007-2008**. Montevideo: Fin de Siglo editorial, pp. 268-275, 2008.

TRAVERSA, Federico. La izquierda uruguaya frente al dilema redistributivo. La experiencia del Frente Amplio, de la oposición al gobierno, 1971-2008. IN: ALEGRE, Pablo. ANNUNZIATA, Rocío. ANTÍA, Florencia. COSTA, Marcelo Marchesini. MAURO, Sebastián G. ANT’ANNA, Julia. SLIPAK, Daniela. TRAVERSA, Federico. **Las izquierdas latinoamericanas. De la oposición al gobierno**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

VILAS, Carlos Ma. RAUBER, María. GOROSTIAGA, Xabier. LOYNAZ, Verónica. **El socialismo en los tiempos del cólera**. XVIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Uruguay: Editorial Compañero, 1993.

TRÍAS, Vivían. **Banca y neoliberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

TRÍAS, Vivían. Imperialismo y rosca bancaria en el Uruguay. In: TRÍAS, Vivían. **Banca y neoliberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, p. 161 – 303, 1990.

TRÍAS, Vivián. **El imperialismo en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Ediciones Coyoacán, 1960.

TRÍAS, Vivián. **Aportes para un socialismo nacional**. Uruguay: Cámara de Representantes. Ediciones de la Banda Oriental, tomo 6, 1989.

TRÍAS, Vivián. **Tres fases del capitalismo**. Uruguay: Cámara de Representantes. Ediciones de la Banda Oriental, tomo 16, 1991.

VIERA, Magdalena. **Los Consejos de Salarios en el Uruguay, 1943-1950. Panorama general y los casos de los grupos metalúrgica y textil, 2009**.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

YAFFÉ, Jaime. Del frente Amplio al Encuentro Progresista. El cambio de una izquierda moderada. In: **Documentos de Trabajo**. Montevideo, Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República., n. 26, maio, 2001.

YAFFÉ, Jaime. “Réquiem para el “réquiem para la izquierda”. El triunfo del FA: de la competencia intrapartidaria al desempeño electoral”. In: **Las claves del cambio. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. BUQUET, Daniel (coord.). Montevideo: Colecciones de la Banda Oriental, 2005.

ZAPARAIN, Héctor, ZUBILLAGA, Ignacio, SALSAMENDI, Gabriel. **Historia del movimiento sindical**. Montevideo: Centro Estudiantes de Derecho (CED), 2017.

ZIMMERMAN, Lucia Vidigal. **O direito do trabalho individual**: Argentina, Brasil, Uruguai. São Paulo: LTr, 2012.

APENDICE I

Grupo 1A – Comércio varejista da alimentação. Armazéns de comestíveis, bares e similares, provisões, casas de frios e verdurarias, pessoal de cafés e bares anexos a hotéis e restaurantes, venda de aves e ovos, estabelecimentos varejistas de cafés e chás. Grupo 1B – Comércio em geral. Armazéns de comestíveis por atacado, venda de tecidos por atacado, barracas de exportação e consignação de lã e couros, barracas e depósitos de lã, frutos do país e similares, assim como estabelecimentos que atuem nas linhas de comercialização de frutas, já fossem importadores, exportadores, varejistas, consignatários, produtores, etc., que utilizem as mesmas categorias do pessoal nos lugares de comercialização e também atacadistas ou varejistas que realizem atividades de comercialização de frutas similares as desenvolvidas nos mercados da capital sem mais exceção que aqueles comércios expressamente incluídos no Conselho de Salários de Armazéns de Comestíveis, bares, etc.; tarefas de derrubada, consignatários de gado, armazéns de couro, barracas e importadores de carvão, sal e lenha, barracas de materiais de construção, armazéns de ferro, importadores de maquinarias agrícola e industrial, companhias de combustíveis, sucursais e dependências, companhias de seguros, de crédito agrícola e similares, companhias financeiras de capitalização e similares, empresas de publicidade, agências marítimas (escritórios, administração), empresas de aeronavegação, colheitadeiras e marcadores do porto, lojas e similares, oficinas de lojas e afins, joalherias, bazares e lojas de brinquedos, ferretaria em geral, móveis e colchões, casas de óptica, ortopedia, cirúrgicas, higiene, fotografia, casas fotográficas anexas a empresas jornalísticas, farmácias e casas homeopáticas, sapatarias, alpargatarias e similares, livrarias e papelarias, cabelereiros masculinos, senhoras e crianças, casas de cabelos, institutos de beleza e similares, floriculturas, casas de eletricidade, rádio e afins, casas de refrigeração e radiotécnica e raio X, casas de leilão, compra e venda, antiguidades e similares, agentes funerários, teatros, agências de clubes, salões de lustrar calçados e de venda de diários e revistas, pessoal de escritórios, vendas, depósitos, armazéns, das indústrias que funcionam independentemente em locais separados dos estabelecimentos – e que por disposição expressa não estão compreendidos em outro grupo – pessoal de oficinas que dentro do mesmo local tenham os estabelecimentos comerciais destinados a confecção ou conserto de mercadorias para atender diretamente e ao varejo, as necessidades do público, atividades comerciais não especificadas anteriormente, estabelecimentos dedicados a manufaturamento e elaboração de plumas. Grupo 2 – Transporte. Empresas de ônibus, de

mudanças, companhias de navegação (com exceção do pessoal de escritórios, administração), empresas de lanchaje (serviço de transporte que oferece uma lancha ou outra pequena embarcação) e reboques, empresas de encomendas. Grupo 3 – Banca (conjunto de instituições bancárias), Bancos, casas bancárias. Grupo 4 – Profissões liberais, escritórios, entidade gremiais, etc. Médicos; advogados; escrivães; engenheiros; arquitetos; despachantes de aduana; escritórios comerciais; leiloeiros; laboratórios de análises; centros sociais; liceus e escolas privadas; academias de ensino artísticas; ensino profissional; cultura física; mutualistas; organizações culturais e assistência social; sanatórios e casas de saúde; sanatórios para animais; mecânica e próteses dental. Grupo 5 – A-C-D-E-F. – Indústria metalúrgica. Composta pelas atividades compreendidas no anterior 5-A (Bronzerias, fundições e oficinas de; fábrica de bico para fogão (boquilla para primus); 5-C (Fábricas de envases de enlatados e similares incluso todas as seções e tarefas anexadas embora correspondam a outros grupos; fábricas de tampas de coroa com todos seus anexos); 5-D (Fábricas de artigos de alumínio; elaboração de alumínio; 5-E (fábricas de artigo de ferro esmaltado); 5-F (Oficinas metalúrgicas em geral, fundições em geral; fabricação de balanças, em geral de medidas e pesos; fábricas de máquinas, serras, armas, limas, pregos, arame, tecidos de arame, parafusos, porcas, ferragens, rebites, elásticos metálicos; oficinas de: metalização, galvanização; trefilado e laminado de ferro (fábricas ou seções em estabelecimentos de outros giros); fábricas de fechaduras metálicas, de medidores de água, de gasógenos, de caldeiras e reconstrução das mesmas, de móveis metálicos, de caixas de segurança, de matrizes e moldes, de cadeias, de fogões não elétricos, de aquecedores não elétricos, de isqueiros, de canos metálicos e lâmpadas, de folhas de enfeitar, de extintores, perfuração; oficinas de reconstrução de rolamentos e em geral, todos os estabelecimentos de atividade similar ou afim no incluídos em outros grupos) e as fábricas de cortinas metálicas. Grupo 5-G. – Fabricação de telefones, de condutores elétricos, de artefatos elétricos, de motores, de fogareiros aquecedores em geral, pranchas, estufas, fogões elétricos, ventiladores, acumuladores, pilhas e baterias, fita isolantes, transformadores, enrolamentos, lâmpadas incandescentes e fluorescentes, válvulas de rádio, receptores de rádio e seus acessórios, extratores de ar e empresas de ar condicionado, de evaporadores, de relógios elétricos, de secadores, de maquinas de lavar roupa, de acessórios para eletricidade, de máquinas para café, oficinas de letreiros luminosos e todas as demais fábricas e oficinas de eletricidade que não estão compreendidas em outra convocatória de Conselhos de Salários. Grupo 6 – A-B-C. – Indústria Têxtil. Composto pelas atividades compreendidas no anterior 6-A (Fiação, penteadores de fios,

cardado, lavadores e tecedura de lãs em geral); 6-B (Tecedura em geral e fiação de algodão, seda, fibras, linho, juta, cânhamo e similares); 6-C (tecidos de ponto de algodão ou lã; meias, camisetas, bolsos, pulôveres, roupa interior, vestido, etc., e meias tipo cotton). Grupo 6-D. – Fábricas de tapetes e carpetes, fábrica de rendas, de fitas e cordões, de estopa, de luvas que não sejam de couro. Fábrica de tecidos elásticos e fábricas de fios, fábrica de cordas. Neste grupo foi incluído a Fábrica Uruguaya de Apósitos Medicinales e suas dependências. Grupo 6-F. – Fábricas de tecidos de ponto em geral, qualquer seja o tipo de fibra ou fiação empregado, sempre que o tecido de ponto seja a linha dominante. (As malharias pertencem a esse grupo). Grupo 7. – Indústria da carne. Frigoríficos (Swift, Artigas, Anglo del Uruguay, Armour), salgadeiros, pessoal ocupado em receber e carregar de animais nas tablas de Montevideu. Grupo 8-A. – Curtumes: pessoal e seções dedicadas as mesmas tarefas em estabelecimentos de outro giro quando não estão incluídos com todos seus anexos em outra convocatória. Grupo 8-B. – Fábricas de calçado (com exceção aos de goma); oficinas de sapatarias sob medida; fábricas de sapatilhas; tamancos, oficinas de aparado; oficinas de reparação e calçados; pessoal e seções dedicadas as mesmas tarefas em estabelecimentos de outra atividade quando não estiverem incluídos com todos os seus anexos em outra convocatória. Grupo 8-C. – Fábricas de carteiras e valises, correias, cintos, bolas de futebol, fábricas de luvas (não incluídas em outro grupo); selaria; fábricas de artigos de coroa de viagem ou mão; pessoal e seções dedicadas as mesmas tarefas em outros estabelecimentos de outro giro quando não estiverem incluídos com todos seus anexos em outra convocatória. Grupo 9. – Indústria da alimentação, gastronomia e afins. Laticínios; indústria do leite, refinarias de açúcar, moenda de erva, moinhos farináceos e macarrão; fábricas de massas frescas; fábricas de queijos e queijarias; fábricas de chocolates; fábricas de azeites comestíveis; fábricas de conservas; fábricas de doces; caramelos; bolachinhas e bombons; fábricas de gelo; bebidas e bodegas; fábricas de farinhas alimentícias; elaboração de produtos suínos; elaboração e venda de pão; elaboração de cafés e chás; fábricas de massas; confeitarias; hotéis; restaurantes; recreios e pousada; pensões familiares; açougues; peixarias; abastecedores; Fábrica Nacional de Féculas, S.A. de Pando. Grupo 9A. – Fábrica Nacional Cerveza y Malteria Nacional. Grupo 9B. – Compania Salus (com planta industrial no Departamento de Lavalleja). Grupo 10 A. – Alfaiates sob medida e oficinas de confecção de roupa exterior de senhoras, homens, jovens, e crianças não incluídos no Grupo nº 1-B (comércio). Grupo 10-B. – Oficinas de bordados e barras, fábricas de acolchoados; de capas e toldos; de camisas, de espartilhos e cintos; de gomas; de impermeáveis; de roupa branca. De chapéus; fábricas

de alpargatas e fábricas de bolsas de tela e serapilheira e atividades similares não incluídas em outras convocatórias. Grupo 11. – Fábricas de vidro, cristais e espelhos (com exceção das que integram o Grupo 11-B); armazéns de vidros, vidrarias e quadrarias; oficinas de chanfrado, prateado, opaco, moenda, etc. de vidros. Grupo 11-B. – Estabelecimentos com planta de fundição que a continuação se enumeram: Cristalerias del Uruguay, Fábrica Nacional de Vidrios, Cristalerias Vidplan, Fábrica Uruguaya de Cristales e Cristalerias Ganchou. Fabricação de ampolas assim como todos os anexos das fábricas de cristais. Oficinas de gravuras, talhados, decorados, pinturas e lustrados de artigos de vidro, terminados, semiprontos ou em elaboração. Grupo 12. Indústria da construção, afins, conexos e similares. Canteiros; extração de areia; ferragem de obra; caldeiras; fornos de tijolos; cerâmicas fábricas de tijolos e telhas; marmorarias (oficina e venda); oficinas de granito (oficinas e venda); gesso; empresas de construção, fabricas de artigo de concreto; fábricas de mosaicos; oficinas de esculturas; artigos sanitários; empresas de pinturas; empresas instaladoras de calefação; estucadores; colocação de monolíticos; pisos encerados; pavimentação; fábricas de portland; perfurações; empresas barométricas, de limpeza em geral, de limpeza de esgoto; serviços sanitários. Grupo 13-A. – Fábrica de pomadas, tintas, resistentes a água, cera, pinturas e azeites industriais, giz, massas, grudes, esmaltes e vernizes. Grupo 13-B. – Laboratórios de especialidades farmacêuticas industriais e comerciais. Grupo 13-C. – Fábricas de creolinas, sabões, oxigênio, artigos veterinários, cola, águas corantes, amido, enxofre, ácidos, sulfatos, etc. e industrializações de natureza química, destilação de glicerina, fabricação de velas. Fábricas de explosivos e de fogos de artifício (pirotecnia). Grupo 13-D – Fábrica de fósforos. Grupo 13-E. – Fábricas de perfumes, artigos de toalete e anexos ou afins (Pomadas várias, lustres, tintas diversas, polidores, ceras, cosméticos em geral, etc.). Grupo 14. – Indústria da borracha. Fábricas de pneus; oficinas de recauchutagem. Fábricas de artigos de goma, inclusive sapatos de goma, sempre que fabriquem artigos de goma. Grupo 15. – Indústria da madeira. Serrarias, fábricas de madeiras compensadas; fábricas de baús. De tonéis; de caixões; de esferas e persianas; de molduras e hastes; de cadeiras; de artigos de vime; de móveis; carpintaria; tapeçarias de móveis interiores; gavetas; elaboração de cortiça; fabricação de tampões de cortiça; cortiça aglomerada; etc. Grupo 16. – Indústria do tabaco. Manufatura de tabacos; fábricas de cigarros e cigarrilhas. Grupo 17-A. Indústria Gráfica, imprensas, gravuras; selos de goma; encadernação. Grupo 17-B. – Papel e papelão. Grupo 17-C. – Empresas jornalísticas, administração, redação e jornalismo gráfico; agências de notícias e artigos, corresponsáveis e agentes para venda de fotografias, matrizes ou similares para o uso de diários,

jornais, revistas, etc. Grupo 17-D. – Empresas jornalísticas, oficinas de impressão, linotipia, tipografia, etc. Grupo 18. – Oficinas mecânicas; mecânica de precisão, etc. Chapistas; oficinas mecânicas em geral sejam ou anexos a estabelecimentos comerciais; oficinas de laminação e fábricas de carrocerias; garagens; tapeçarias de autos e veículos; fornecedores de gasolina não pertencentes a companhias de gasolina; compra e venda de peças de reposição; auxílios automobilísticos; estações de serviços automobilísticos; mecânica de precisão; como por exemplo, oficinas de relógios, cronômetros, etc., que não foram parte integrante de fábricas de jóias. Grupo 19. – Usinas de água, gás e eletricidade (não atendidas pelo Estado). Companhias de gás; usinas elétricas; companhias de telégrafos; telefônicas. Grupo 20. – Atividades várias não especificadas. Fábricas de botões; fábricas de caixas; classificação e preparação de cerdas; diques; estaleiros e docas secas; fábricas de péptidos; vassouras e espanadores; oficinas de lavagem e engomar de roupa branca; lavagem em geral; tinturarias, lavagem e limpeza de roupas; chapéus, etc; instituições hípias, hipódromos, tachas, etc.; danceterias, boates, e casas de hospedagem, músicos, cinemas (inclusive, companhias exibidoras e distribuidoras), barracas de carvão, sal e lenha (com exceção o pessoal de escritório); fábricas de brinquedos, qualquer que seja a natureza da matéria-prima empregada; fabricação de jóias, fantasias, pratarias e afins e pessoal ou seções de firmas de outros giros afetados exclusivamente as referidas tarefas.

APÉNDICE II

Entrevista: Doctor Rodolfo Carlos Porrini Beracochea. Departamento de Historia Americana, Instituto de Ciencias Históricas, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República del Uruguay.

Fecha de la entrevista: 21/02/2019

ALEXANDRE LOPES: Agradezco mucho la oportunidad de hablar con usted

RODOLFO PORRINI: Dime en lo que te puedo ayudar

AL: Estoy haciendo un cuestionamiento sobre la concepción de trabajo decente de la OIT, porque la OIT trae cuatro elementos centrales; con respecto a la libertad sindical, a la no explotación del trabajo, habla de género. Esos principios como elementos centrales para pensar el desarrollo social y político de una nación, al menos es como se presenta en muchos de sus documentos oficiales de la OIT.

Por otro lado, tengo investigado trabajos como: Ruy Mauro Marini, y ahora como estoy aquí hace un año, tuve acceso a Vivian Trías. Entonces a mí me gustaría saber tu opinión; ¿cómo piensas esa dinámica, la cuestión del trabajo en el Uruguay dentro de la concepción de la OIT? Si concuerdas o no con esa concepción, teniendo en cuenta el desarrollo desigual que tenemos en Uruguay y toda la América Latina.

RP: Yo como te decía en mi correo, mi investigación es sobre la temática del consejo de salario y un poquito más amplia, en negociación colectiva entre los factores de trabajo que en el caso uruguayo son tres, más tempranamente, no en todos los ámbitos: es el Estado o representantes del Estado, los empresarios y los trabajadores. Se circunscribe a un periodo determinado de los años treinta y cuarenta. De 1930 al cincuenta, mi investigación dio cuenta a través de un producto, a partir de un libro que se llamó *La nueva clase trabajadora uruguaya*, allí desarrollo lo que avancé en ese momento. Mis otros estudios se alejan un poco del trabajo y van al tiempo libre, es decir, el tiempo de no trabajo, tiempo libre entre comillas, que resultó en una tesis de doctorado, entonces, volviendo un poco a tu pregunta, que es una pregunta más conceptual; en realidad yo no he estudiado estos principios de trabajo decente de la OIT, sé que hay investigadores cercanos, en Argentina, en Chile, en otros lugares que han tomado a la OIT como un elemento importante ; reuniones, u organismos en los que interviene la OIT, que han investigado la propia representación

de diversos países. Por lo menos conozco de Argentina y de Chile que han hecho ese estudio, pero no es mi caso y lo acoto al periodo que yo estudié.

En realidad, el historiador trabaja seleccionando un tramo histórico y lo estudia. No entraba en ese momento en el objeto de la tesis central que no era solo la negociación colectiva, en realidad era la formación de una nueva clase trabajadora, eso era lo central y su expresión en lo sindical; sí en un marco de nuevas relaciones sociales y políticas, que implicaba la creación de los consejos de salarios. En ese momento lo que me interesó eran algunas ideas que podían provenir de ámbitos internacionales, pero no las profundicé. La influencia posible que por ejemplo de Raúl Jacob, en un pequeño libro, él desarrolló una venida, creo que en 1926 del Director de la OIT Albert Thomas que evidentemente tuvo relaciones con personal político uruguayo como César Charlone que fue uno de los artífices de la política de trabajo y en otros aspectos también a nivel económico en la década del treinta, fines de los años veinte creó un anteproyecto del Código de Trabajo, eso lo digo en mi libro, entonces, ¿el concepto de trabajo decente de qué año es?

AL: Ochentas...

RP: Por eso, entonces, ese periodo no lo tengo estudiado, por lo tanto, la pregunta sería: ¿qué piensa un ciudadano uruguayo? pero no tanto como historiador. Actualmente estoy trabajando en los años sesenta. Así que no te puedo ayudar demasiado en ese camino.

AL: Todo bien...

RP: Porque en realidad si lo analizás desde el punto de vista ideológico, la idea de un trabajo decente, tiene que ver con el modelo de sociedad y si me preguntás como historiador, tengo que ver qué sociedad, qué se entiende por decente y por trabajo. Hay ideólogos que plantean que trabajo no es una necesidad o algo que enaltece sino al revés, porque es un trabajo asalariado, es un trabajo esclavo, es un trabajo con dominación y hay otras personas que dicen que el trabajo enaltece. Por eso te digo, es un elemento ideológico y según los momentos, algunas ideas predominan más que otras.

AL: Tuve acceso a tu tesis en Brasil en 2017 cuando estaba terminando de organizar mi proyecto y como estoy haciendo una construcción de la concepción del trabajo a lo largo de la historia uruguaya, cuando llegué al Batllismo, me encontré con tu trabajo y desde ahí también pude descubrir otras referencias. Pero lo que más me interesa es la relación de la izquierda y la referencia de la clase obrera y la cuestión del trabajo, por eso la propuesta de hacer la entrevista contigo, por

el hecho de tu investigación, de hacer un trabajo sobre la memoria, has hecho muchas entrevistas, la historia oral de la clase obrera, el recuerdo de las huelgas de los frigoríficos.

Ricardo Antunes, dice que ese nuevo formato de lucha que tuvimos en Uruguay por la política de sustitución de importaciones, hubo un cambio muy importante el a clase obrera uruguaya, como demuestras en tu trabajo también, pero yo quería saber lo siguiente: Ricardo Antunes plantea que las políticas de consejo de salario por parte del gobierno, vinieron para cambiar la postura revolucionaria de la clase obrera.

RP: ¿Eso dice Antunes?

AL: Sí, eso dice Antunes.

RP: ¿En qué trabajo, porque me interesaría leerlo?

AL: Te lo puedo enviar, está en mi tesis ese planteo. Y hay otros autores que van a discutir, por ejemplo, los Consejos Operarios de San Pablo que hubo en los años noventa. Las Cámaras Sectoriales fue una experiencia de negociación colectiva que hubo en Brasil en los noventa.

RP: ¿Quiénes intervenían? ¿qué factores intervenían? ¿el Estado también?

AL: Sí, como acá.

RP: Tripartito, perfecto.

AL: Fue muy corta, porque no hubo acuerdo entre las partes.

RP: Después vino Collor de Melo.

AL: No, fue después, fue con Cardoso, después no más; en los noventa con el neoliberalismo.

Él cree que las huelga y la negociación colectiva sería la incorporación de la clase obrera a las estructuras del Estado; son elementos que son parte de la reivindicación obrera y que no hay separación en concepciones de izquierda. Un cambio en sus concepciones. Como plantea Ricardo Antunes, en ese sentido me gustaría saber tu opinión más precisa.

RP: En el periodo que estudio, me parece que una parte de los trabajadores organizados, una parte del movimiento sindical está buscando crear estos organismos donde intervenga el Estado. Otra parte del movimiento sindical más pequeña, lo rechaza porque lo vincula a experiencias más autoritarias, represiva y fascistas, es decir, están identificando tanto el modelo que existía en Brasil como en Italia, entonces rechazan los consejos de salarios porque va a ser una intervención del Estado en un momento en el cual el Estado uruguayo aún no había vuelto a su cauce democrático. Entonces, en ese momento en los años treinta y cuarenta hay un sector del movimiento sindical, del movimiento obrero que rechaza participar en estas instancias y dice que va a ser un canal a

través del cual un Estado autoritario va a dominar. Pasando el tiempo, no solamente esa gran parte del movimiento sindical aceptó la creación de los consejos de salarios que fueron limitados a algunas categorías, es decir, a la industria y al comercio; no se incorporaron los trabajadores rurales, hubo un debate en torno a eso, no se incorporaron los trabajadores públicos, no tenían derecho a hacer huelga ni a organizarse a pesar de que sí se asociaban y tampoco el servicio doméstico o el trabajo doméstico, no estaban incluido.

En mi opinión, aunque esto hay que seguirlo estudiando, porque tiene que ver con las concepciones de la época, que yo estudié de los años treinta o cuarenta, pero que podría pensarse en un tiempo más largo. Desde distintos ángulos se puede estar pensando en objetivos diferentes en un mecanismo que sí es común. Que haya un camino de negociación puede permitir que esa negociación sea solamente a favor de las patronales o de la concepción predominante del Estado o de los gobiernos o que sea un espacio de disputa, depende de la fuerza de cada sindicato u organización sindical o de que cada central pueda establecerse; lograr objetivos a corto plazo. En realidad, el hecho de participar en organismo tripartito de negociación no implica una modalidad de cambiar el sistema, no es antisistema, es en realidad un mecanismo de integración, una forma de integración al sistema, pero que permite la obtención de ciertos logros y esto se conoce solo estudiándolo en el periodo; en el periodo de los años treinta y cuarenta, cambian muchas cosas. A fines de los treinta, había una situación muy deteriorada para los trabajadores, para distintas categorías de trabajadores en el ámbito rural y urbano empieza a modificarse, no solamente por la situación económica sino por una mayor organización de los trabajadores a nivel sindical y también a nivel político. Y la pugna, la lucha que desarrollan las huelgas, la organización y las nuevas formas de lucha: la organización en las empresas, en los talleres le da una mayor implantación, mayor fuerza con la cual obtienen aumento de salario. Lo que sí, crecen en una amplitud de la sindicalización, si había un 10% de sindicalizados se pasa a un porcentaje mayor, además de tener un aumento importante en la fuerza de trabajo industrial y en los servicios también. Y el peso que tienen se expresa en ese mejoramiento en las condiciones de vida, en algunos sectores y de aumento salarial. Es decir, cosas consiguen, ahora, a costa de la integración de los ámbitos que están controlados por organismos del Estado y en un marco de una sociedad que, no sé si Antunes así lo decía, pero de alguna forma perdían su concepción revolucionaria, lo cual es verdad, disminuye la concepción revolucionaria de los sindicalistas, de los sindicatos e incluso de las Organizaciones

Políticas, Socialistas, Comunistas y en el caso de los Anarquistas, siguen manteniendo por las orientaciones, de cambio estructural.

AL: Notaro, Luis Ibarra, y de cierta manera mi tutor uruguayo Luis Senatore y otros autores uruguayos, también comparten esa concepción de Ricardo Antunes. Donde los Consejos de Salario de cierta manera influenciaron, influyeron en los cambios de la clase obrera, de su concepción dentro del re organización de la industria de Uruguay post Segunda Guerra Mundial.

Quiero hacer un último cuestionamiento profesor. El concepto de Imperialismo, ¿acepta o no el concepto que hay de la acción del Imperialismo hacia nosotros, América Latina, Uruguay de manera más específica? y si lo acepta, ¿cómo lo percibe?, ¿cómo influye hacia la clase obrera y la política dentro del periodo que estudió?

RP: En realidad no he pensado específicamente el tema del imperialismo en mi investigación, estaba más preocupado más allá de lo que eran las organizaciones sindicales, tratar de entender propiamente cómo eran las distintas clases trabajadoras que había y algunas de las concepciones que estaban predominando, del punto de vista político o gremial.

La acción y estudio tanto de potencias que podemos considerar imperialistas. Había potencias extranjeras, incluso embajadas de países poderosos en el Uruguay, que a veces pueden ser objeto de estudio específico. En el caso uruguayo lo más interesante que pudo haber sido en cuanto a influencia, es la influencia de Gran Bretaña en torno al episodio que yo estudié, de enero de 1943, que supuestamente el sabotaje de un buque inglés que se habría producido a unas millas de haberse retirado del puerto de Montevideo y acusaron de haber un sabotaje pro nazi a trabajadores del Frigorífico Nacional.

Viendo documentos que compiló el profesor Benjamín Nahum, informes diplomáticos ingleses, no encontré ninguna referencia a ese episodio, lo cual no quiere decir que no haya existido, pero no lo tomé como una variable importante de intervención. Como si pueda ser en un periodo posterior, la influencia de organismos provenientes de Estados Unidos, de Organismos sindicales provenientes de Estados Unidos que hayan tratado de influir en los años cuarenta y en los años cincuenta y en los años sesenta, en una parte del sindicalismo uruguayo. Desde el punto de vista de la clase trabajadora y una parte de esa clase que es la organización sindical.

Entonces, la idea de imperialismo, no la trabajé, no la estudié, los efectos. Pero no desconozco que había interés, intenciones. Sobre todo de un periodo un poquitito antes de los años veinte y comienzos del treinta donde Montevideo había sido un lugar de refugio y de centralización de

ciertas actividades revolucionarias de la Tercera Internacional y del Secretariado que había para la Tercera Internacional en Montevideo, así como la Confederación Sindical Latinoamericana que tenían sede en Montevideo en particular a partir de los golpes militares de Urriburu en la Argentina y el golpe de Vargas en Brasil, pero que Montevideo haya sido un centro y un foco de interés por las potencias importantes del momento que eran Gran Bretaña y Estados Unidos en esta parte del mundo.

No me parece para nada mal, el uso de imperialismo como concepto, simplemente que yo, como categoría para mi estudio específico en ese periodo, no es que la desconozca, simplemente no la apliqué. Estuve más bien pensando en el concepto de la clase y de la experiencia de clase y las transformaciones que había habido en la clase, en parte también acompañadas por nuevas formas de organización a nivel sindical y sobre todo es esas formas de lucha, que se vieron modificadas por la nueva política estatal, es decir, el Estado tiene una nueva sensibilidad. Luego del momento dictatorial de Terra ya afines de ese periodo empieza a diseñarse otras formas que terminan culminando de alguna manera con la creación de los consejos de salarios y su práctica durante 25 años.

AL: Me acordé del libro de Hugo Cores sobre las nuevas soledades, ¿Estás de acuerdo con esa concepción? ¿hubo huelgas solidarias? ¿se podría decir que hubo huelgas solidarias a partir del cincuenta y después con las medidas prontas de seguridad? ¿y esas huelgas fueron importantes para la unión del movimiento sindical?

RP: Estoy de acuerdo que Hugo Cores rescata del olvido una tradición de lucha que no había sido incorporada por otros historiadores del movimiento sindical. Entonces esa tradición parecía que se había perdido en los años veinte y treinta y que no existía, entonces estos hechos tan importantes, son la génesis nueva en los años cincuenta de una corriente sindical que va a tener expresión y cierta relevancia y lo que sí no creo es que en ese momento significara algo que llevara a la unificación porque en realidad estaba la UGT de los Comunistas, la Confederación Sindical del Uruguay que había una parte de los Socialistas, otra parte se había separado, había sindicatos más amarillos, había una diversidad muy grande y yo creo que lo que hacían esas huelgas en sí eran destacar la importancia de la solidaridad con conflictos. Por ejemplo, con el caso del cincuenta y cincuenta y uno es una huelga solidaria en apoyo a la organización de un sindicato de una empresa pública, la ANCAP. Ahí habían echado a la gente, es una larguísima huelga que es triunfante y la

huelga del año siguiente ya es en otras condiciones. Lo que sí generan son condiciones para una tradición sindical.

AL: Le agradezco mucho la oportunidad, sé que es un hombre muy ocupado.

RP: Es un gusto.

APÉNDICE III

Entrevista: Luis Alberto Senatore Camerota. Maestría en Ciencia Política del Instituto de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República.

Fecha de la entrevista: 6/12/2018

LUIS SENATORE CAMEROTA: ...Hacen como un resumen de esos diez años de negociación colectiva. Son economistas, pero hacen un buen resumen del proceso de la negociación colectiva. Hay mucho dato. También analiza la evolución de las variables, salario mínimo, salario real. Todo.

ALEXANDRE LOPES: Perfecto.

LS: Me parece que te puede ser muy útil. Como que no es un trabajo de gran análisis. Pero lo que hacen es ... los datos 2005, 2015. Entrando a la página del instituto Cuesta Duarte, ellos cuelgan eso.

A: ¿Ellos tienen una sede?

LS: Estaría bueno que fueras. Es cerca de acá. Cuesta Duarte está en el piso de arriba, pero si tu entrás, y preguntás alguien te va a atender. Inclusive, podés preguntar por otros materiales, seguramente haya más cosas, pero esto, está bueno porque es como un resumen.

A: Yo estuve pensando en alargar mi tema, planeé hacer hasta 2009, pero creo que puedo lograr hacer hasta 2015-16

LS: Vos pensá un poquito, no sé bien cuál es tu objetivo, pero, el primer periodo 2005-2009 es donde se concentran los cambios principales, osea, después del 2010 al 2015 lo que hay es, ver el funcionamiento de esos cambios normativos que el 2005- 2009, así, haciendo un relevamiento hay como treinta, treinta y cinco leyes sobre negociación colectiva y seguridad social, osea que fue un cambio muy fuerte.

Entonces si de repente tú te concentrás en ese periodo, es como el periodo donde se concentran los cambios legales e institucionales principales. Después incluso hasta hoy, lo que hay, es ver cómo funcionan esas normas legales.

A: Su funcionamiento

LS: Su funcionamiento. Pero el periodo donde se hace el viraje del modelo, vamos a decir, neoliberal desregulado a un modelo de negociación colectiva con fuerte regulación pública, es ese primer periodo.

A: Mi cuestionamiento. El trabajo decente de la OIT donde hay cuatro objetivos básicos clásicos, la libertad sindical, el combate a la pobreza, la igualdad de género son elementos centrales.

Estaba leyendo a Ruy Mauro Marini. Marini habla de la cuestión de la super -explotación del trabajo de América Latina, la invasión de plusvalía tanto relativa como absoluta. Y yo me quedo pensando si la OIT es el único organismo de la OEA, la Organización de Estados Americanos que plantea un desarrollo mejor ¿Cómo es posible garantizar un trabajo decente siendo que la explotación de la clase obrera no ha mudado, si la pobreza es menor que en los noventas, los datos nos muestran, pero la pobreza está ahí? Entonces, ¿cómo es posible implantar un trabajo decente? Esa es mi pregunta de mi tesis, si es posible o no. Porque los consejos de salarios, por lo que estoy leyendo, también es parte de la flexibilización del trabajo. ¿Cómo piensas esta cuestión?

LS: A ver, la pregunta tuya es válida. Vos me decís; serían los límites del trabajo decente ¿no?

A: ¿O si es posible mismo o no? Los términos planteados por la OIT, o si es necesario plantear otros términos para implantar el trabajo decente.

LS: En la experiencia uruguaya lo que hubo muy consistente, pensando en la pobreza, fue una caída muy importante de los índices de pobreza que en el 2004 era el 39% de la población y al día de hoy es un 7.9 y otra cosa que creo que es muy importante es que se bajó 5 o 6 puntos el índice de Gini de 43 ahora está en 37. Entonces, está claro que la pobreza no ha desaparecido, inclusive si vos mirás la pobreza infantil duplica la pobreza, es del 7.9 pero la pobreza infantil está en un 14. Lo que pasa es que en el 2004 la pobreza infantil era del orden de la mitad; uno de cada dos niños nacía en hogares pobres. Entonces, el modelo este, lo que ha mostrado hasta ahora, es una cierta capacidad de distribuir la renta.

Por eso te decía, que en el informe de Cuesta Duarte aparece el crecimiento del salario mínimo, del salario real, ha habido el aumento de la masa salarial en su conjunto, osea, el dinero que se destina a pagar salario. Digamos que hay varios factores que muestran que este modelo tiende a redistribuir el ingreso de los trabajadores a favor de los trabajadores y también a disminuir, porque el índice de Gini, lo que realmente está midiendo es la riqueza. Ahora, dicho esto, ¿cuánto más puede avanzar este modelo? Es una pregunta que está abierta, ¿hasta cuánto puede avanzar este modelo para lograr lo que quería Macri? Pobreza cero (risas). Que, en vez de disminuir, él la multiplicó. No sé qué le va a pasar a Bolsonaro.

A: Mejor que en Brasil, que están matando a los pobres. Hay militares en Rio de Janeiro.

LS: Ahí, creo que la pregunta está buena

A: Porque hay también otra referencia que es el trabajo de Marx: trabajo, precio y ganancia. Y va a demostrar que los sueldos, los salarios, están basados en los productos de primera necesidad. Toda vez que tenemos un aumento del salario, los productos también crecen proporcionalmente. Entonces hay una matemática cruel que hace que el empresario te paga cuatro y te saca cinco, te queda debiendo uno al patrón.

Acá creo que la burguesía no ha perdido mucha plata con ese mecanismo. Porque los precios también tienen una evolución conforme con el salario.

SL: Ahí el juego es muy complicado porque vos tenés que aumentar salario, pero controlar la inflación y que haya reajuste salarial siempre un poquito por encima de la inflación. Es la cuestión. El problema de fondo; el capitalismo supone extracción de plusvalía, eso no lo resuelve un modelo de negociación colectiva, creo que lo que puede es, como que reducir el margen, reducir los márgenes de la apropiación, no abolir.

A: ¿Las ganancias de los empresarios han disminuido acá, de manera general?

SL: No, no; la ganancia no ha disminuido. El problema es así, acá, hubo un aumento muy importante del Producto Interno Bruto todo el periodo, trece, catorce años. Entonces, lo que aumentó en relación al pasado, a los años anteriores es la masa destinada a pagar salario; ahora, los empresarios, también se beneficiaron del aumento del Producto Bruto, osea, la apropiación también se incrementó, entonces, cuando los empresarios se quejan; hay un profesor, el profesor Notaro, que es un economista; él dice que hay una especie de esquizofrenia empresarial, porque el empresario cuando actúa en el mercado, si invierte, es porque confía en el proceso económico, si no, no invierte. Entonces, invierten y ganan con un gobierno de izquierda, pero después lo critican (risas).

En realidad, acá el problema que ha habido... Ahora precisamente hubo un congreso del Frente Amplio, y estaban discutiendo ajustes en el IRP, Impuesto a la Renta de la Persona Física, justamente por eso, para poder redistribuir más, porque si no, a los trabajadores les fue bien, pero venían de estar muy mal y a los empresarios les sigue yendo muy bien, entonces, en una lógica más de regulación pública, cuánto más aportan para políticas de salud o educación, porque después los empresarios quieren que mejore la educación, una cantidad de cosas, ¿pero quién paga?

A: Profesor tengo una cuestión acá; en realidad son tres variables que ha colocado acá. La primera, dice que, la relación de complementariedad entre negociación colectiva y huelga; la inexistencia de conflicto entre negociación colectiva y huelga; entonces ¿cree que existen las condiciones para

un movimiento sindical obrero, o se complementan? Otra posibilidad colocada por los autores ¿la huelga es una acción destinada a cambiar la relación de fuerza entre capital y trabajo? En el sentido del fortalecimiento del posicionamiento de los sindicatos en la negociación colectiva, cuando los resultados no son del gusto de los trabajadores. Entonces hay dos variables acá: una que habla que la huelga y negociación son elementos que se completan, y otra que no; que la huelga es una confrontación directa con el empresario, que es una estrategia. ¿Qué piensas sobre esta cuestión, es complementaria o no, la insistencia de huelgas o si hay una disminución de las huelgas a lo largo del gobierno progresista en la experiencia uruguaya?

SL: Acá en la experiencia uruguaya, hay una combinación de esos dos factores, negociación y conflicto, negociación y huelga. Por qué te digo esto; porque es un periodo que naturalmente se ha expandido la negociación colectiva, pero si vemos los datos de conflictos o de huelgas no han disminuido; es un modelo que incorpora a la huelga a este proceso de negociación, es una negociación que se da en un escritorio con computadoras con asesores, para discutir los temas económicos, pero muchas veces cuando hay bloqueo, hay una huelga u ocupan. A mí me parece que han operado como complementarios, combinándose. También es verdad, que la propia conflictividad tiene una lógica cíclica. El modelo como que induce a que los conflictos se producen en el periodo de la negociación, luego, hay conflictos, pero normalmente en mucho menor dimensión. También sucede que tal o cual patronal no cumple el convenio acordado o aparecen temas nuevos que no estaban negociados y una empresa decide hacer una reestructura, reducir personal, entonces aparece el conflicto.

A: Es el último año del gobierno, es una manera también de lograr cosas para el futuro que son necesarias para la continuación.

SL: Seguro, la próxima ronda de negociación colectiva va a ser con el próximo gobierno, que nadie sabe...

A: Una cosa que no comprendo. Las rondas, ¿cada gobierno hace una ronda o es por periodo?

SL: No, no.

A: Porque no comprendo cómo se hace el cálculo de rondas.

SL: Porque esta ronda de negociación es la sexta desde el 2005. Lo que pasa es que la ronda surge de la longitud del convenio, por ejemplo, la mayoría de los convenios son a 18 o 24 meses, entonces, ahora esta ronda del 2018, si dura dos años, se va al 2019, al 2020. Recién en el segundo semestre del... porque los convenios van caducando y hay necesidad de renegociarlos. Entonces

el Ministerio de Trabajo lo que hace es que cuando tiene una determinada cantidad de convenios que van a vencer, convoca a la ronda. Llama a los trabajadores y a los empresarios de los supermercados, del transporte a ronda de consejo de salario.

A: ¿Y cada ronda cuando hay, tiene que contemplar los 20 grupos?

SL: No, no, no necesariamente. Por ejemplo, esta ronda, fue muy grande porque había muchos convenios que vencían en el mismo periodo, entonces esta ronda... Porque están los grupos grandes, pero en cada grupo hay subgrupos, entonces funcionaron en el entorno de los 180 subgrupos, casi todos los grupos estuvieron convocados, pero eso es, por el periodo de vencimiento del convenio. Además, lo que se intenta es tratar de concentrar los periodos. Que los distintos convenios vengzan en periodos comunes; que tu convoques una ronda y haya una buena cantidad de trabajadores involucrados.

Lo de las rondas lo determina la duración de los convenios que normalmente ahora están siendo de dos años. Como también la inflación está controlada entre el 7 u 8% y los trabajadores han podido recuperar la pérdida por inflación; hay como confianza de hacer un convenio a dos años. Que, en momento de inflación sin control, es muy riesgoso a dos años porque nadie sabe lo que va a pasar dentro dos años. Como ahora en Uruguay hay una cierta confianza, de que podemos hacer un acuerdo de dos años.

A: Los contratos que han sido aprobados en los 90's, como los contratos temporales, los trabajos a destajo, los trabajos informales que teníamos eran un problema para el sistema laboral y sé que la terciarización es el principal debate que ha sido hecho en relación a la regulación. ¿Los trabajadores y las otras formas de contratación en Uruguay hubo una regulación?

SL: Como que hay que diferenciar sector público y sector privado. En el sector público se aprobó en el periodo pasado el Estatuto del Funcionario Público que estableció cuatro o cinco tipos de contratos posibles de existir en el Estado distintos, que en los periodos anteriores había dieciocho, veinte tipos de contratos distintos, se hizo una como una simplificación y ordenamiento, entonces había habido una regulación bastante grande de los tipos de contratación. No quiere decir que no haya.... Hay terciarización en el sector público. Por decirte algo, un trabajo que hizo una estudiante del curso, la empresa UTE, que es una empresa pública tiene tres empresas privadas que le atiende el call center; no son funcionarios públicos, son pocos, son cien trabajadores, y la empresa creo que tiene dos mil o tres mil, pero existe; así en otras empresas públicas hay ese mecanismo.

Después a nivel privado, hubo dos leyes, que lo que hicieron no fue suprimir el formato de terciarización sino regularizar y sobre todo regularizar la responsabilidad del contratante y del subcontratista, osea, se establece claramente que hay una responsabilidad solidaria del contratante con el contratista, osea, que si el subcontratista tiene trabajadores que están en negro, que no están en la seguridad social, si hay una inspección y es sancionada, el que se hace responsable de pagar es el contratista. El resultado ha sido que la informalidad o el trabajo en negro en Uruguay andaba cerca del 40 y pico por ciento en el 2005, ahora es del orden del 26%, se redujo mucho, igual hay. También influye en esa caída, la ley sobre el trabajo doméstico, que también obliga a las amas de casa a tener a las empleadas en el BPS, que también ha bajado la informalidad y también la negociación colectiva en el sector rural ha ayudado a...

A: ¿Ha sido creado un grupo verdad?

SL: Sí, se creó un grupo con tres subgrupos, uno es ganadería, el otro es agricultura y el otro es granja; son tres subgrupos, un poco ha ayudado, aunque en este subgrupo, en el de ganadería, las gremiales empresariales no van al Consejo de Salarios; se retiraron porque no están de acuerdo en que intervenga el Estado; ellos quieren según dicen, negociar sólo con los trabajadores, no que participe el Estado.

Sobre la terciarización, ha habido esfuerzos de reducción de esa cantidad y de regularización por la vía legal.

A: Bueno profesor, no sé si hay muchas más preguntas. El principal comentario, la principal pregunta que hago en mi tesis si es posible o no lograr un trabajo decente dentro de los parámetros dispuestos por la Organización Internacional del Trabajo y dentro de los mecanismos impuestos por el capitalismo.

La investigación entonces, es la relación que yo tengo que pensar también, y ha causado mucho impacto en mi última presentación en Buenos Aires, fue una afirmación de Ibarra, él afirma que el consejo de trabajo, no sólo él como Notario que yo tengo leído...

SL: ¿Ibarra? ¿Luís Ibarra?

A: Sí, no me acuerdo de su nombre...

SL: Sí, trabajamos mucho aquí, dando clases. Es politólogo.

A: Creía que era de Economía

SL: No, es de esta facultad, si te interesa, te puedo pasar su correo. Tiene muy buenos trabajos sobre negociación colectiva.

A: Una de sus afirmaciones, es que la instalación de los Consejos de Salarios es una manera de controlar a los obreros. No es solo la reivindicación de los 40's que ha sido instalada acá bajo una dictadura por Baldomir en el cuarenta y tres. Para él entonces, es una manera de control.

¿Cómo piensas esta cuestión?

SL: Yo no tengo duda que sí, es más, hay muchos autores que piensan también que la propia existencia del sindicato, es también un mecanismo de control de los trabajadores. Sobre todo, si pensamos el sindicato, no como el sindicato de la acción directa, el anarquista, sino te hablo de los sindicatos uruguayos, de los sindicatos de masas, osea, donde hay miles de trabajadores, que nos son sindicatos animados por una idea única, sino que de alguna manera amalgaman a los trabajadores; también se puede ver que la mejor forma de tener el control sobre los trabajadores, es que haya un sindicato.

Lo que dice Luis, él se basa mucho en Foucault. Toda la visión de los micropoderes. Cómo hay micropoderes, que de alguna manera logran que el individuo actúe bajo ciertos padrones. Porque por ejemplo un sindicato, si tú te pones a pensar, de repente no es tan político, pero casi social: lograr que el trabajador venga a trabajar, cumpla su horario; porque el sindicato para representar también tiene que mostrar una contraparte. Yo te vengo a pedir aumento, te vengo a pedir cualquier responsabilidad social de la empresa: que haya una guardería para los niños y qué ofrezco. Si estamos de acuerdo, los trabajadores van a trabajar, que es lo más importante para el empleador; que laburen (risas).

Ahora, esa es una dimensión de los trabajadores, en cierto sentido el sindicato, es el garante que los trabajadores, si nos ponemos de acuerdo en las reivindicaciones, la contraparte va a ser laburar. Ese modelo no sé, inclusive si hay autores, como Offe el alemán, o este muy conocido del Estado de Bienestar, sueco. Él plantea que, en Europa, el Estado de Bienestar, fue posible porque se dio este pacto. Los trabajadores a través de los sindicatos, reconocen a los capitalistas como los interlocutores, osea, no cuestionan el poder de los empresarios sobre el capital, pero, esto está bien, pero en contrapartida, vamos a distribuir. Ahí podés decir, el sindicato está controlando a los trabajadores porque, no el sindicato, el sindicalismo más en general, porque en definitiva dice: reconocemos que no estamos más en la comuna de París. Reconocemos al capitalismo y a los capitalistas. Pero si ustedes quieren ese reconocimiento, no sale gratis; vamos a distribuir, a mejorar la vida. Es una lógica más de lo que se llama el Reformismo Político. Yo creo que el Consejo de Salarios tiene ese costado, sin duda.

Acá hay un historiador, el profesor José Pedro Barrán. El construyó un concepto sobre los procesos de disciplinamiento, de los niños, de las mujeres; es válido para los trabajadores. Hay procedimientos que disciplinan al trabajador, yo creo que el sindicato es una herramienta que tiene ese papel. Ahora, yo creo que no sólo tiene ese papel.

Luis es bastante crítico; los Consejos de Salarios lo que hacen es lo que dice la sociología, la institucionalización del conflicto. El conflicto ya no es más abierto, a correlación de fuerzas, sino que pasamos a un escritorio. Nos ponemos de acuerdo los patrones y los empleados, pero venimos a discutir a este escritorio. Si no nos ponemos de acuerdo, cada quien es libre de hacer lo que quiera. Como que empieza a parecer natural, que vale más la pena ponerse de acuerdo.

Inclusive en Uruguay en los cuarenta, cuando aparecen los Consejos de Salarios hay corrientes de trabajadores que los defienden y otros que están en contra, por ese argumento.

A: ¿Había trabajadores contrarios? Porque yo tuve acceso a muchas lecturas como Hugo Cores con los gremios solidarios, yo tengo leído todos los archivos en ese año, pero me ha sacado mucho tiempo. Porque como soy extranjero y estoy hace poco, estoy leyendo toda la historiografía, por eso estoy sufriendo para hacerla en un año (risas)

SL: Entonces ese debate se zanja, porque, en definitiva, corrientes comunistas, socialistas apoyan los consejos de salario.

A: ¿El perfil de los obreros, de los trabajadores, también ha cambiado? Porque en los cincuenta, eran personas con un perfil más político y otra formación de personas mayores y ahora hubo un resurgimiento, hubo una afiliación muy grande de jóvenes. Entonces algo ha cambiado dentro de los sindicatos ¿Cree que esto también ha influido?

SL: Por supuesto, en el 2003, osea, no hace muchos años, había cien mil afiliados; setenta del sector público y treinta trabajadores privados. Clásicamente trabajadores de clase obrera eran treinta mil personas afiliadas y ahora el propio PIT CNT habla de que tiene cuatrocientos mil afiliados. Entonces, creció el número, se multiplicó por cuatro.

Yendo a lo que tú decías; cómo cambió el perfil, pero también hay trabajadores que están afiliados al sindicato que antes era imposible de pensar, por ejemplo, los sindicatos policiales. Hay mucho policía afiliado, o los trabajadores que trabajan en los Shoppings que no tiene nada que ver con un perfil clásico de trabajador o los trabajadores de un supermercado o los trabajadores de la empresa de seguridad, los que custodian el dinero, son afiliados. Entonces, la diversidad es enorme.

Naturalmente la Central Sindical en Uruguay tiene un perfil de izquierda, si lees los estatutos, buscan eliminar la explotación del hombre por el hombre, así, directo, y están vigentes.

Ahora, si vos mirás el movimiento sindical hoy, la inmensa mayoría de los trabajadores tienen otras preocupaciones.

A: Distinta de los años cincuenta

SL: Muy distinto de los años cincuenta. Ese es un dato que hay que analizar; es el mismo movimiento sindical, pero es otro. Por edad, se ha rejuvenecido, por género, hay muchos sindicatos con fuerte peso de trabajo femenino y también por especialidades; trabajos que antes no existían. El supermercadismo no existió siempre. O, por ejemplo, el sindicato que agrupa a los trabajadores terciarizados, eso es otra cosa nueva, entonces, hay cambios grandes. Y lo de Luis Ibarra está bien incorporarlo, esa mirada.

A: Eso ya lo tenía usado desde mi proyecto.

SL: Está bien, es correcto, porque es una mirada. Por eso te digo, es una mirada que estuvo presente entre los trabajadores cuando comienzan los Consejos de Salarios. Naturalmente lo que tenía la mayoría para aprobar la ley de Consejos de Salarios; la izquierda en ese momento era chiquita; socialistas, comunistas, apoyaron la ley de Consejo de Salarios. Solo podía salir si estaba de acuerdo el Batllismo que era el mayoritario.

A: Profesor, creo que está terminada la entrevista, le agradezco una vez más.

SL: Por nada...

A: Otra pregunta, antes que me olvide. ¿Hay autores marxistas hoy en la universidad o no hay más? Hay autores de Estados Unidos que tratan de actores sociales o hablan sobre grupos, pero no sobre clase o sobre imperialismo por ejemplo ¿cómo llevan ese debate acá hoy?

SL: Efectivamente no encontrás autores que estén agrupados en torno a la continuación del marxismo. No lo veo. No sé si has leído a un economista, que es Daniel Olesker, él es el director del Instituto Cuesta Duarte. Él trabaja desde la perspectiva de Ruy Mauro Marini. Jorge Notaro trabaja con categorías marxistas, no te diría que es un marxista, trabaja con clase, algo de eso hay. Por ejemplo, que tome el tema laboral, Rodolfo Porrini, él trabaja con categorías marxistas. Él ha trabajado mucho la historia de la constitución de la clase obrera en Uruguay, por eso yo te mencioné el nombre, porque es como una referencia. Después tenés un politólogo, que es Lanzaro, que trabajó mucho el Sindicato del Sistema Político desde la perspectiva neocorporativa, pero que estudió mucho acá, Uruguay. Después hay gente en sociología como Marcos Supervielle, él tampoco es

desde una perspectiva marxista, él fue discípulo de Alfredo Errandonea que trabaja más con las categorías Weberianas, pero cualquiera de los dos ha trabajado mucho sobre sindicalismo en Uruguay. Otro autor, capaz que lo conocés, mexicano, De la Garza Toledo. Él está en una perspectiva. Él ahora trabaja un poco los aspectos subjetivos de los nuevos trabajadores. Un vendedor ambulante. Está construyendo una perspectiva teórica para entender los nuevos tipos de trabajo, pero tiene trabajos históricos sobre América Latina, donde él hace una clasificación de los modelos del sindicalismo: sindicalismo corporativo, sindicalismo conflictivo. Enrique de la Garza Toledo. Está bueno.

Que yo te dijera un núcleo de grupos marxistas, no hay.

A: Le pregunto porque estoy acá casi un año y no encontré nada. Encontré Arismendi en el pasado, pero en el presente nada.

SL: Aunque ahora ha habido, a raíz del centenario de Marx. Empieza a haber gente trabajando y escribiendo.

A: Donde más vi fue en Asistente Social. Trabajos con Gramsci.

Bueno profesor, muchas gracias por todo.

SL: Bueno. Estamos en contacto. Lo que puedo te lo mando por correo. Lo que precises.

APÉNDICE IV

Entrevista: Licenciada Maribel Esperón Pintos. Lingüística y Literatura Hispánica. Facultad de Filosofía y Letras. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

Fecha de la entrevista: 26 de marzo de 2019.

ALEXANDRE LOPES: Hoy es 26 de marzo de 2019, estoy entrevistando a la profesora Maribel. Yo estoy haciendo una investigación sobre los consejos de salario y negociación colectiva en este país. Quiero que me cuente un poco sobre la situación de los profesores. Sobre tu sueldo, y las condiciones de vida que tienes.

MARIBEL ESPERÓN: Soy profesora de lenguas, soy profesora de español para extranjeros. En un sistema educativo que está afuera del sistema educativo formal, es decir, de primaria, secundaria o liceal o básica en el Uruguay, es decir, soy profesora en una escuela privada. El sistema público educativo, no les ofrece el servicio de enseñanza del español a los estudiantes extranjeros. Un extranjero está obligado a ir a una academia o profesora particular como lo soy yo. Yo trabajo en una academia, trabajo seis horas al día. Las dinámicas de trabajo pueden cambiar. Son seis horas y cada clase dura dos horas. Entre las dos primeras horas y las siguientes, hay sólo cinco minutos de descanso.

AL: Por cada clase

ME: Cada dos horas. Hay una ley que dice que a cada seis horas trabajado tú tienes derecho a media hora de descanso. Lo que hace la dueña, es dividir esa media hora en cinco minutos cada dos horas. Lo que pasa es que una clase no termina a la hora o a las dos horas marcada la clase, siempre termina más tarde. Entonces lo que pasa, es que esos cinco minutos que tú tienes de descanso, prácticamente no existen. Ella se queda con esa media hora de descanso y la hace trabajo. Yo trabajo por hora clase, yo comencé recibiendo en la mano por el mes trabajado, veinte mil pesos uruguayos.

AL: El 70% de la población uruguaya gana en promedio hasta veinte mil.

¿Sabes lo que significa Trabajo Decente?

ME: No... Tengo una noción de Trabajo Decente, pero me gustaría que me lo explicaras un poco.

AL: Trabajo Decente es una concepción de OIT; que trae tres elementos que para ellos es su compromiso estratégico: la promoción de la justicia social, la igualdad y el trabajo no forzado. Esos tres objetivos de la OIT, en su concepción va a traer la superación de la pobreza y mejorar el nivel de educación. ¿En tu trabajo, hombres y mujeres perciben el mismo sueldo o no, o hay diferencias?

ME: En mi trabajo el salario es exactamente el mismo. Trabajo con Juan, otro de los trabajadores fijos. Esa escuela trabaja con dos trabajadores fijos y otros dos trabajadores que son usados, su trabajo, cuando se necesita.

AL: Son tercerizados.

ME: No son tercerizados, lo que pasa es que, cuando no hay más estudiantes, evita contratarlos.

AL: Los contrata por tiempo determinado.

ME: Claro, por tiempo determinado. Cuando sabe que van a venir más estudiantes, contrata a estos dos profesores. Pero entre Juan y yo ganamos exactamente lo mismo.

La dueña de la academia es extranjera, es holandesa. Ella jamás ha dado un aumento de salario. El aumento que hemos recibido, que hemos tenido a nivel salarial, ha sido porque el gobierno ha tenido que ajustar, con base en la inflación. Entonces, por eso nosotros hemos tenido un aumento salarial.

AL: Entonces ¿los aumentos han venido por los consejos de salarios?

ME: Exactamente.

AL: ¿Tú sabes lo que significa el consejo de salario?

ME: Sí, claro. Eso lo tengo claro. Gracias a ellos nosotros vamos teniendo un pequeño aumento en el salario. Si no fuera así, no tendríamos nada. Yo arranqué con veinte mil pesos en la mano; hoy recibo veintitrés.

AL: ¿En cuántos años?

ME: Recibo veintitrés en cinco años de trabajo.

AL: ¿Tú estás sindicalizada?

ME: No estoy sindicalizada. De hecho, fui al Ministerio de Trabajo a preguntar el costo de la hora clase, porque para mí era muy poco, pero de hecho me dijeron que ese era el precio por hora, lo que se pagaba en este rubro. Y ahí dijeron que el sindicato de trabajadores de profesores de legua para extranjeros, estaba en un sindicato, no sé ahora, pero estaba en un sindicato, que no cubría al sindicato de educación privada. Se supone que estaba dentro del sindicato de taxistas (risas). Una cosa muy loca, dónde estaba la gremial nuestra.

AL: No estaba muy preciso.

ME: No estaba muy preciso dónde estaba, qué categoría, dónde estaba puesta. Era medio ambiguo a dónde estábamos parados a nivel de sindicato.

AL: Y sus colegas de trabajo ¿Están sindicalizados?

ME: No, ninguno. Realmente somos Juan y yo. Y ninguno está sindicalizado. Juan tiene más de diez años trabajando ahí.

AL: Entonces ustedes no participan de huelgas.

ME: No hay movimientos o resistencia a nivel laboral, no la hay. Porque al ser tan pocos, la presión de la dueña, de la jefa es inmediata, no podés hacer presión con nada. Es muy difícil presionarla cuando sólo somos dos los que trabajamos.

Ahora, igualmente yo le propuse a Juan pedirle aumento de salario, pero es un hombre un poco miedoso. De manera individual es más complicado, y finalmente si somos dos trabajando pues somos los dos quienes tenemos que pedirselo.

AL: Qué bueno que me dices esto, porque la actual legislación no tiene eso, no tiene un planteo sobre esto, que haga la relación bipartita, siempre tripartita.

Y eso creo que no puede pasar en la actual legislación y si no hay un sindicato, y si no tienen una representación ¿a quién tienen que recurrir? ¿al MIDES?

ME: No, porque el MIDES es el Ministerio de Desarrollo Social y no tiene nada que ver.

AL: Perdón, al Ministerio de Trabajo.

ME: Al Ministerio de Trabajo. El único campo es el Ministerio de Trabajo, es el único lugar donde algo se puede pelear.

En esa situación, en donde la empresa es una empresa familiar, es muy difícil pelear algo. Creo que el sistema y todos los consejos de salario en el Uruguay, están pensados para instancias más masivas. En donde los trabajadores no son dos, son unos cuantos. Entonces acá uno queda en condiciones de indefensión. Y se crea un vínculo como en la Colonia; donde los vínculos laborales en muchos casos eran familiares o casi familiares, donde se confunde todo y pareciera que ella es parte de mi familia y al final de cuentas ni ella es algo mío ni yo de ella, pero se juega con esos lazos que son completamente falsos.

AL: ¿Y te crees presionada para no hacer denuncias contra el jefe, o alguna manifestación, o un paro, lo que sea? Amenaza de despido, bajar el sueldo.

ME: Bajar el salario no, pero que me despida, es muy factible, está clarísimo porque hay una presión muy grande, eso es real, claro que sí. Porque además siempre pierdes, al no poder tener un grupo de poder que haga contrapeso, entonces siempre pierdes.

AL: Te agradezco Mari por tu contribución a mi investigación.

ME: Muchas gracias Ale, y espero que de algo sirva.